

Sumário

EDITORIAL

Hamsters na Tecnociência	288
João Manuel de Oliveira	

ARTIGOS

O direito à convivência comunitária nos serviços de acolhimento institucional: um estudo documental.....	291
Dalízia Amaral Cruz Lília Iêda Chaves Cavalcante Elson Ferreira Costa	

Relação afetiva pessoa-ambiente e participação social: um estudo com os mapas afetivos.....	312
Daniel Welton Arruda Cabral Zulmira Áurea Cruz Bomfim Luiz Lacerda Sousa	

As ruas e provocações à transcendência: Espiritualidade na produção imanente de comuns	330
André Felipe Jales Coutinho Ana Karenina de Melo Arraes Maria Teresa Nobre	

Resistências na vida comezinha: Sentidos do #elenao e #elenunca	350
Bruno Monteiro Herculino Karen Gabriele Poltronieri Lucília Maria Abrahão e Sousa	

Linguagem, poder, gênero e subjetividades na interface com teorias feministas.....	363
Karla Galvão Adrião Paloma Silveira	

Mídias sociais e relações de apoio: redes da imigração haitiana	378
Adolfo Pizzinato* Thomas Silveira Brayan Pereira Hugo João Luis Weber	

Mulheres lideranças comunitárias e a luta quilombola.....	394
Candida Maria Bezerra Dantas Victor Hugo Belarmino Magda Dimenstein Jäder Leite Antônio Alves Filho João Paulo Macedo	

Raça e racismo: histórias ficcionais de corpos negros na universidade	414
Leonardo Régis de Paula Luciana Rodrigues	

Análisis de la crisis política de Brasil del 2013 al 2018: Una perspectiva psicosociológica.....	431
Leoncio Francisco Camino Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal Saulo Bagatini Silva Roberto Mendoza	

O surgimento de líderes autoritários: Significados das posições direita-esquerda e sentimento de anomia	449
Marcus Eugênio Oliveira Lima Juliana Nascimento de Almeida Dalila Xavier de França Israel Jairo Santos	

Participação sociopolítica nos conselhos municipais de meio ambiente em Canela e São Francisco de Paula/RS	467
Vicente Alenir da Silva Maristela da Rosa Patrícia Binkowski	

Deslocamentos contemporâneos: Reflexões sobre sujeito, cultura e política	482
Mônica Medeiros Kother Macedo Raíssa Ramos da Rosa Mariana Machado Felin	

Sustentabilidade afetiva na universidade: Por uma política de resistência.....	498
Guilherme Elias da Silva Leonardo Lemos de Souza Sonia Regina Vargas Mansano	

RESENHAS

Por um psicologia anticapitalista: Vozes de <i>nuestra america</i>.....	511
Fernando Santana de Paiva	

Hamsters na Tecnociência

Hamsters in the Technoscience

Hamsters en la Tecnociencia

João Manuel de Oliveira

*Editor/a associado/a. Investigador/a no ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa, PT*

As agências de financiamento de ciência em vários pontos do globo, apresentam uma visão sobre a importância da internacionalização recorrendo a um imaginário tributário do período colonial. A colônia, desprovida de conhecimento reconhecido pela academia e até de universidades, olha para a metrópole em busca das ‘Luzes’ em Londres, Paris, Berlim, dentre outras capitais. Esse processo não ocorria apenas no mundo colonial, mas também no mundo de semi periferia, a Europa do Sul. Portugal é nesse exemplo um ponto interessante para olhar, país colonizador, mas simultaneamente colonizado e em situação de colonialidade de saber, e é desse ponto e localização que parto. Basta ver os estrangeirados, isto é, pensadoras/es que foram buscar as suas Luzes, os seus conhecimentos, ao estrangeiro, tradição que remonta ao século XVII. Mas, não era qualquer estrangeiro que rendia, tinha que ser um estrangeiro com *pedigree*, França, Reino Unido, Alemanha e, mais tarde, os Estados Unidos da América. A partir daí, e com a profissionalização das atividades científicas, já não um assunto para curiosos – e o recurso ao masculino é proposital, um eurocentrismo, filho do Iluminismo, vai-se especializar em anglocentrismo, muito evidente no uso e abuso do inglês como língua franca. A situação presente de uma atração muito grande das universidades do mundo anglo e em que até universidades da semi periferia tentam emular, oferecendo cursos e intercâmbios, falados em inglês. O grau de sucesso na atração de estudantes – grande critério na universidade neoliberal é limitado e parcial: a maioria dos estudantes desta semi periferia falam português e espanhol sobretudo. A América Latina é um grande pólo de exportação de estudantes para graduações, mas sobretudo pós-graduações sul europeias. Até pelos valores extorsionários das *fees* (mensalidades e/ou taxas) praticadas no mundo anglo e os mais modestos praticados nos países da Europa do Sul, ainda que elevados, se somarmos viagem, alojamento e subsistência.

O Brasil, a partir dos investimentos de governos anteriores, com o seu sistema de universidades públicas financiadas e de oferta de bolsas apostadas na diversificação das populações estudantis, na tentativa de garantia do acesso universal à educação, promotor da mobilidade e da mudança social, apresenta, e muito bem, a universidade como tentativa de eliminar as desigualdades, não tendo *fees* mensais ou anuais que oneram em muito as vidas estudantis. Tratam-se de concessões radicalmente diferentes do que se espera de universidades.

Editorial

Temos a universidade que aposta em produzir uma ciência em inglês, internacionalizada para os países que interessam nos mercados científicos e essa *commodification* é cada vez mais óbvia com os modelos de falsa *open science*, em que cabe a autoria pagar para publicar, ameaçando os mecanismos de jogo justo, pois, qual é a revista com condições de rejeitar elevados valores de taxa de publicação na recessão editorial que vivemos? Essa falsa *open science* - e o inglês é mesmo proposital - promove uma manutenção do *status quo*. O sistema protege quem está dentro dele, valendo-se da proximidade e os restantes sofrem os “tratos de polé” de quem está fora: dificuldade em obter financiamento, dificuldade em ganhar posições na universidade, impossibilidade de publicação nas revistas mais cotadas. Obviamente que a este movimento não são alheios também as áreas científicas que disputam diferentes fatores de impacto: se os estudos de gênero, nas suas revistas mais cotadas na *Web of Knowledge* como é o caso da *Gender and Society* que atinge os 4,62 de fator de impacto, a revista mais cotada de neurociências, *Nature Neuroscience* atinge os 28. Ou seja, serão precisos 7 artigos dos estudos de gênero na sua revista mais cotada para chegar perto do fator de impacto de um único artigo nesta revista de neurociências.

Estas discussões implicam um modo de olhar para a prática no modelo da tecnociência, como parte integrante dos movimentos de neoliberalização e financeirização das vidas, a que a universidade está neste momento totalmente sujeita. Disciplinas com mais valor de mercado que outras e por isso acumulando maiores fatias do investimento público, outras, as humanidades, em risco até de desaparecerem ou de verem o seu financiamento drasticamente reduzido. Ciências que tem bolsa de valores indexada ao número de citações, as bolsas de estudantes indexadas ao número de publicações tidas como relevantes de acordo com critérios bibliométricos, países que são potências científicas, outros que, mesmo cumprindo esses critérios, a sua posição na hierarquia da colonialidade do saber não lhes permite assumir esse papel.

A posição de pesquisadoras/es sem *tenure* (vagas efetivas) é cada vez mais precarizada e não apenas pela dificuldade em obter uma posição de destaque num concurso: os pontos de entrada na carreira são cada vez mais desvalorizados e sujeitos à vulnerabilidade no sistema, cada vez mais marcado pela pressão para produzir, pela necessidade de agradar a um/a patrono/a e pela quantificação inexorável da produção. Esta situação repercute-se depois na capacidade de atração de estudantes de pós-graduação e sobretudo daquelas/es que publicam e que são compensatórios para o currículo do/a orientador/a. Inclusivamente, circula a ideia que doutorandas/os são recursos vitais e por isso disputados. Contudo, esta ideia de uma meritocracia é falsa: os critérios são revistos periodicamente e a cada revisão mais exigências são criadas, afetando profundamente quem está em posições fora da estabilidade das carreiras de magistério com *tenure*. Ou seja, com esta revisão constante, por exemplo, se antes determinada publicação era importante pela revista ser indexada no *Web of Knowledge*, agora essa revista só é considerada relevante se estiver no primeiro quartil do mesmo *Web of Knowledge*.

Este modelo de produção do saber na tecnociência é um modelo de desperdício da experiência, para usar a expressão de Boaventura de Sousa Santos (2002). Pautando-se pelo exercício acrítico de importação de modelos tecnocientíficos que muitas vezes deterioram as culturas científicas de cada país, através por exemplo da destruição paulatina dos periódicos científicos nacionais, que não estejam nestes píncaros de índices de citação da *Web of Knowledge*, se tornam incapazes de atrair investigação de excelência. Este modelo de falsa meritocracia, até porque os pontos de partidas são diferentes em termos de áreas e subáreas científicas, tem produzido o que de pior existe na academia, investigação medíocre e que apenas repete a “casa do amo” à exaustão, os riscos para a saúde mental e uma vida em geral infeliz para pesquisadoras/es e professoras/es. Na busca pela meritocracia, a roda girou tanto que o *hamster* morreu na gaiola, tentando acompanhá-la.

REFERÊNCIAS

Sousa Santos, Boaventura (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280. doi: 10.4000/rccs.1285

Artigo Original

O direito à convivência comunitária nos serviços de acolhimento institucional: Um estudo documental

El derecho a la convivencia comunitaria en institución de acogida:
Un estudio documental

The right to community coexistence in institutional shelter services:
A documental study

Dalízia Amaral Cruz*

liz.amaralcruz@gmail.com

Lília Iêda Chaves Cavalcante**

liliaccavalcante@gmail.com

Elson Ferreira Costa***

elsonfcosta@gmail.com

* Universidade Federal de Pará.
Belém/PA, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-0474-7537>

** Universidade Federal de Pará.
Belém/PA, Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-3154-0651>

*** Universidade do Estado do Pará.
Belém/PA, Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-4115-9029>

Resumo

Objetivou-se refletir sobre o direito à convivência comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, a partir da discussão de como o documento “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes” aborda o tema. Trata-se de uma pesquisa documental, com caráter descritivo-exploratório e abordagem quanti-qualitativa dos dados. A análise foi realizada a partir do processamento dos dados pelo software IRaMuTeQ para posterior aplicação da técnica de análise de conteúdo. Entre os principais resultados, a convivência comunitária é apresentada como um direito fundamental, imperativa à convivência familiar. Também a utilização dos equipamentos comunitários pelas crianças e adolescentes e as ações de fortalecimento dos vínculos e interação com a comunidade são destacadas no documento. O documento se firma como instrumento do direito e da política em prol da convivência comunitária, o que significa considerar aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais dos sujeitos envolvidos em qualquer decisão nessa área.

Palavras-chave: Crianças; Adolescentes; Comunidade; Serviços de Acolhimento; Direito.

Resumen

El objetivo fue reflexionar sobre el derecho a la convivencia comunitaria de niños y adolescentes en recepción institucional, basado en la discusión del documento “Directrices técnicas para los servicios de recepción de niños y adolescentes”. Es una

investigación documental, descriptivo-exploratorio y cuantitativa-cualitativa de los datos. El análisis se realizó a partir del procesamiento de datos por el software IRaMuTeQ, para la aplicación posterior de la técnica de análisis de contenido. La convivencia comunitaria se presenta como un derecho fundamental, imperativo para la convivencia familiar. En el documento se destaca el uso de equipos comunitarios por parte de niños y adolescentes y acciones para fortalecer los lazos y la interacción con la comunidad. El documento demuestra ser un instrumento de ley y política a favor de la convivencia comunitaria, ya que considera los aspectos cognitivos, emocionales y de comportamiento de los sujetos involucrados en cualquier decisión en esta área.

Palabras clave: *Niños; Adolescentes; Comunidad; Institución de Acojida; Derecho.*

Abstract

The aim of this paper was to reflect on the right to community coexistence of children and adolescents under institutional care, based on the discussion of how the document “Technical Guidelines for Children and Adolescents Shelter Services” addresses the issue. This is a documentary research, with a descriptive-exploratory character and quantitative-qualitative approach to the data. The analysis was performed from data processing by the IRaMuTeQ software, for later application of content analysis technique. Among the main results, community coexistence is presented as a fundamental right, imperative to family coexistence. The use of community facilities by children and adolescents and actions to strengthen ties and interaction with the community are also highlighted in the document. The document establishes itself as an instrument of law and policy in favor of community coexistence, which means considering cognitive, emotional and behavioral aspects of the subjects involved in any decision in this area.

Keywords: *Children; Teenagers; Community; Institutional Shelter Services; Right.*

INTRODUÇÃO

A cultura da institucionalização de crianças e adolescentes remonta ao período do Brasil Colônia, onde as primeiras iniciativas asilares foram apoiadas em valores caritativo- religiosos, mas se propaga e se atualiza com o advento da República e a emergência de instituições calcadas no modelo filantrópico de ação social e política. Nesse cenário, em que a política de atendimento infantojuvenil era baseada na segregação social, a doutrina da situação irregular de proteção à infância reforçou a estruturação de um sistema de internação-correcional-preventivo (Amin, 2018; Arantes, 2013), apoiado em um conjunto de crenças e valores sociais em torno desses sujeitos consolidados historicamente, a partir da propagação de concepções depreciativas de crianças e adolescentes, conforme afirmam Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004). Segundo as autoras, as crianças e os adolescentes atendidos pelo dispositivo da internação traziam consigo o peso de adjetivos estigmatizantes, que os descreviam como desvalidos, abandonados, órfãos, delinquentes, entre outras denominações. Veja-se que o principal mecanismo de atendimento, à época, era a internação em espaços fechados (internatos, educandários, orfanatos), uma das características da dimensão política de controle dos corpos.

Destaca-se, portanto, que a sociedade assimilou a institucionalização infantojuvenil, sustentando o seu pensamento no contexto macrossistêmico político da época. O macrossistema, de acordo com Urie Bronfenbrenner (2011), diz respeito a um padrão global de características de determinada cultura, sub-cultura, ou contexto social mais amplo, onde circulam crenças, recursos, estilos de vida, opções de curso de vida, diluídos no microsistema, mesossistema e exossistema (Bronfenbrenner, 2011)¹. A exemplo, pode-se dizer que na década de 1960, a consistência macrossistêmica era a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, que tinha como ambiente imediato as unidades de internação. As relações mesossistêmicas eram frágeis e se estabeleciam entre as famílias e as unidades, enquanto que o exossistema abrangia os gabinetes de juízes e políticos/militares, onde as decisões eram tomadas.

Nessa perspectiva, com o Código de Menores (1927/1979) edificou a imagem do menor, categoria estigmatizante que acompanhou qualquer menção feita à população infantojuvenil em situação de pobreza até a Lei n. 8.069/90, quando foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta legislação resultou de crescentes movimentos sociais no início dos anos de 1980. Estes movimentos, que solicitavam mudanças na política de atenção à infância e juventude, acompanharam o momento de abertura política no Brasil, que se consolidou com a Constituição de 1988. Tais movimentos se valeram da pressão de organismos internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (Souza, 2016), para pressionar o legislador constituinte a considerar como primordial a causa já abraçada por vários países (Amin, 2018; Cruz, Cardoso, & Matos, 2018).

Assim, a doutrina da situação irregular começa dar lugar à doutrina da proteção integral, nova configuração macrossistêmica, fundamentada na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Organização das Nações Unidas (Amin, 2018; Salum, Oliveira, & Moreira, 2016). O ECA (Lei n. 8.069/1990) apresentou-se como paradigma para a construção de uma política pública, onde crianças e adolescentes deixaram de ser tomados como objetos de tutela e passaram a ser considerados sujeitos de direitos.

E com a finalidade de tornar concreta a doutrina da proteção integral, o ECA, reúne um conjunto de medidas governamentais, por meio de políticas públicas sociais para as crianças e os adolescentes, vítimas de qualquer forma de violação de direitos. Entre tais medidas, preconiza a reconfiguração de instituições para crianças e adolescentes, afastados do ambiente familiar. O acolhimento institucional, assim, tornou-se medida de proteção, de caráter excepcional e provisório. E ao contrário da legislação

1 O microsistema é o ambiente imediato (família, instituição, igreja etc.) que se organiza partir de um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais, experienciados pelas pessoas, que interagem com as características físicas, sociais e simbólicas desse ambiente. O mesossistema, por sua vez, refere-se ao conjunto de microsistemas (família/instituição/igreja etc.) que uma pessoa frequenta e às inter-relações estabelecidas entre eles. E o exossistema compreende ambientes em que a pessoa não frequenta ativamente, mas têm implicações sobre o desenvolvimento.

menorista, com suas práticas de internação, exclusão e controle, o artigo 92 do ECA (Lei n. 8.069/90) preconiza que os serviços de acolhimento devem adotar, entre outros princípios, a preservação dos vínculos com a família, promover a reintegração familiar, participação na vida da comunidade local e participação das pessoas da comunidade no processo educativo. A privação de liberdade, que antes era uma prática comum, caracterizando a comunidade como exossistema, deu lugar, entre outros, ao direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

Nesse sentido, com a Constituição de 1988 e a promulgação do ECA, foram criadas as bases para a reconfiguração do macrossistema até então vigente. Dessa forma, em 2006, foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (MDS, 2006), que entre seus eixos de atenção tem-se o plano de ação de reordenamento dos programas de acolhimento institucional, que se coloca dentro do novo paradigma na política social e deve ser incorporado por toda a rede de atendimento do país.

Dentro desse panorama, em 2009, foram aprovadas as “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes”, que trazem parâmetros de funcionamento e orientações metodológicas para que os serviços de acolhimento possam cumprir com a função protetiva e de restabelecimento de direitos, organizados em uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (Lei n. 8.069/90). Destaca-se que as Orientações Técnicas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2009) têm importância histórica e social, pois representam um avanço na política de atendimento infantojuvenil, ao focalizar, especificamente, o trabalho desenvolvido nos serviços de acolhimento, na perspectiva da proteção integral e da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

O presente estudo mostra-se como grande desafio, no sentido de contribuir no âmbito acadêmico, profissional e social. As pesquisas desenvolvidas a partir da temática do acolhimento institucional, especialmente sobre a convivência comunitária da população atendida pelos serviços de acolhimento, até o presente momento, não focalizaram a publicação de ordem analítica das “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes” (MDS, 2009). Não são encontrados na literatura sobre o tema, estudos que se debruçam sobre a reflexão crítica dos aspectos conceituais e dos parâmetros que estão subjacentes ao referido documento. Nesse sentido, considera-se importante fornecer aos operadores desses serviços reflexões teórico-críticas que possam subsidiar e fortalecer suas práticas, que devem ser guiadas para a garantia de direitos e superação da cultura da institucionalização. O presente estudo, diante de tais considerações, tem como objetivo refletir sobre o direito à convivência comunitária, a partir da discussão de como o documento “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes” (MDS, 2009) aborda o tema.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa documental, com caráter descritivo-exploratório e abordagem quanti-qualitativa dos dados. Estes foram obtidos a partir da análise textual do conteúdo das “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes”. Trata-se de um documento elaborado, em conjunto, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – atual Ministério da Cidadania, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no sentido de orientar profissionais da área da proteção social especial de alta complexidade para crianças e adolescentes no Brasil.

O documento está organizado em três capítulos. O capítulo um traz uma síntese histórica para a compreensão do aprimoramento de atendimento infantojuvenil em serviços de acolhimento e reitera os marcos regulatórios e normativos vigentes, apresentando os princípios que devem respaldar o atendimento de crianças e adolescentes em situação de acolhimento. O capítulo dois trata das orientações metodológicas, com diretrizes para a melhoria dos atendimentos nos serviços de acolhimento e, por fim, o capítulo três apresenta os parâmetros de funcionamento para as diferentes modalidades de serviços de

acolhimento e a proposta de regionalização da prestação desses serviços para garantir atendimento em municípios de pequeno porte e a crianças e adolescentes ameaçados de morte.

PROCEDIMENTOS

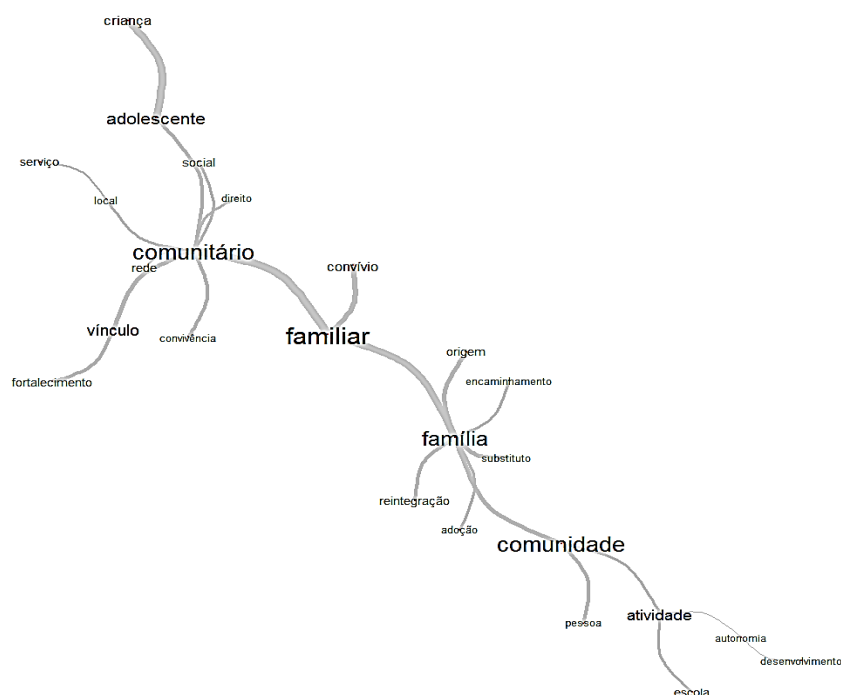
Embora o documento traga uma subseção intitulada “Preservação e Fortalecimento da Convivência Comunitária”, ressalta-se que foi realizada a leitura completa e atenta das 168 páginas que compõem o documento, visando à identificação, seleção e reunião de trechos, ao longo do texto, que remetessem ao tema convivência comunitária para a análise proposta. Assim, foram separados 48 trechos, organizados em uma tabela para a preparação do *corpus* textual de análise.

A partir da utilização do *software* IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), como ferramenta auxiliar no processo de codificação dos elementos trazidos por meio da coleta de dados (Mutombo, 2013), foi realizada a técnica da análise de conteúdo (Bardin, 2011), com base em procedimentos descritos em estudos anteriores (Fernandes, Montiel, Andrade, Bartholomeu, Cecato, & Martinelli, 2015; Sousa, Queiroz, Oliveira, Moura, Batista, & Andrade, 2016). Nesse sentido, os dados foram estruturados em categorias semânticas, que emergiram a partir do processamento de dados, por meio do Grafo de Similitude, que mostrou a ligação entre as palavras do *corpus* textual, sendo possível inferir a estrutura de construção do texto, bem como sobre temas importantes para discussão e Classificação Hierárquica Descendente (CHD), na qual os segmentos de textos e seus vocabulários foram relacionados, de modo a formar um esquema hierárquico de classes de vocabulários, sendo possível inferir o conteúdo do *corpus*, nomear as classes e compreender grupos de discursos/ideias.

Ressalta-se que o processamento feito pelo *software* IRaMuTeQ propicia uma abordagem quanti-qualitativa dos dados, uma vez que o conteúdo do documento analisado foi processado a partir da frequência e do método estatístico de *Qui-Quadrado* (Silva & Enumo, 2017). Além disso, as classes foram discutidas a partir da ordem dos *subcorpus* formados (A, B e C).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio do processamento por Grafo de Similitude, foi possível identificar as ocorrências entre as palavras e a indicação da conexidade entre elas, verificada por meio da espessura dos troncos que as ligam, o que auxilia na identificação do conteúdo de um *corpus* textual. Observa-se que há quatro palavras (Figura 1) que mais se destacaram no texto: familiar, família, comunidade, comunitário com 43, 42, 39, 37 menções respectivamente. Delas, se ramificam outras que apresentam expressão significativa: atividade, vínculo, adolescente, convívio, criança, com 24, 23, 23, 18, 16 menções respectivamente.

Figura 1. *Processamento por Grafo de Similitude.*

De acordo com a Figura 1, as palavras se agrupam em torno de quatro eixos organizadores (familiar, família, comunidade, comunitário) no Grafo de Similitude. No extremo superior do Grafo, destacam-se as palavras criança e adolescente, fortemente ligadas, o que se justifica pelo fato de o documento ser um dos norteadores da prática profissional nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes.

o presente documento visa estabelecer parâmetros de funcionamento e oferecer orientações metodológicas para que os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes possam cumprir sua função protetiva e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, p. 23)

Os eixos familiar e comunitário ligam-se expressivamente na representação gráfica apresentada pela Figura 1. Evidencia-se, assim, a compreensão da convivência familiar e comunitária como direito fundamental e sua relevância para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Focaliza-se a família e a comunidade como contextos importantes para estabelecimentos de vínculos.

a convivência familiar e comunitária é um direito fundamental e deve pautar as políticas públicas voltadas para promoção e garantia de direitos de crianças e adolescentes. O tema é prioritário para o Governo Federal, e pede envolvimento de todas as esferas de governo ... e da sociedade civil, conselhos, dentre outros. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, p. 15)

Todos os esforços devem ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável. (p. 26)

Verifica-se nos trechos acima a mudança de perspectiva em torno da comunidade, que passa a ser considerada como importante microssistema das crianças e adolescentes. As Orientações Técnicas (MDS, 2009), portanto, chamam a atenção para que os serviços de acolhimento preservem e fortaleçam os vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos, o que vai de encontro à perspectiva do isolamento praticado durante longos anos da história da institucionalização da infância e juventude brasileiras. É chamada a atenção para a valorização do papel da família, das ações locais e das parcerias no desenvolvimento de atividades de promoção desse direito, vislumbrando mudanças no contexto de funcionamento dos serviços de acolhimento (Rizzini & Rizzini, 2004).

Ressalta-se que a palavra convívio se liga ao eixo familiar, reforçando que o convívio familiar é um direito fundamental, dentre outros, previsto na legislação nacional - ECA (Lei n. 8.069/90). O Plano Nacional (MDS, 2006) reconhece e postula a família como estrutura vital, lugar fundamental para a humanização e socialização da criança e do adolescente.

O reconhecimento, na legislação vigente, do direito à convivência familiar e comunitária, da excepcionalidade e provisoriedade do afastamento do convívio familiar e dos princípios que qualificam o atendimento nos serviços de acolhimento está fundamentado, dentre outros aspectos, no próprio desenvolvimento científico e nas diversas investigações que mostraram que um ambiente familiar saudável é o melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente. (Orientações Técnicas, p. 19)

Do eixo comunitário, ainda, enraízam-se palavras (serviço, local, rede, vínculo, fortalecimento) que enfatizam algumas diretrizes a serem seguidas pelos serviços de acolhimento para a garantia do direito à convivência comunitária.

O acolhimento não deve significar, ainda, privação do direito à convivência comunitária. Nesse sentido, o serviço de acolhimento, em parceria com a rede local e a comunidade, deverá empreender esforços para favorecer a construção de vínculos significativos entre crianças, adolescentes e comunidade. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, p. 57)

No entanto, apesar de o trecho acima chamar a atenção para a importância da convivência comunitária, a partir da articulação com a rede local e a comunidade, as palavras que se conectam ao eixo família (origem, encaminhamento, substituto, reintegração, adoção) enfatizam a importância da família como ambiente ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral das pessoas (MDS, 2006). Observa-se, nesse sentido, que o direito à convivência comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento institucional está estreitamente ligado ao contexto da família e, por isso, entre os principais objetivos dos serviços de acolhimento tem-se a reintegração da criança e do adolescente na família de origem ou encaminhamento à família substituta.

O Plano de Atendimento Individual e Familiar deve orientar as intervenções a serem desenvolvidas para o acompanhamento de cada caso, devendo contemplar, dentre outras, estratégias para: encaminhamento para adoção quando esgotadas as possibilidades de retorno ao convívio familiar ... uma estratégia que pode ser empreendida também pelos serviços de acolhimento, em parceria com Grupos de Apoio à Adoção ou similares, diz respeito à busca ativa de famílias para a adoção de crianças e adolescentes com perfil de difícil colocação familiar. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, p. 35)

Quando ... for detectada a necessidade do afastamento da criança e do adolescente da família de origem ... os mesmos deverão ser atendidos em serviços que ofereçam cuidados e condições favoráveis ao seu desenvolvimento saudável, devendo-se trabalhar no sentido de viabilizar a reintegração à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. (p. 67)

Diante disso, de acordo com Kátia Maciel (2018), ao lado da convivência familiar, tanto os legisladores constituintes, quanto os estatutários, estabeleceram o direito à convivência comunitária como uma adição imperativa à convivência familiar, de modo que apenas com a presença de ambas a pessoa em processo de formação terá desenvolvimento positivo e saudável. E quanto ao extremo inferior do Grafo, o imperativo continua evidenciado entre o eixo comunidade em conexão com o eixo família. Ao eixo comunidade, ligam-se palavras (pessoa, atividade, escola, autonomia, desenvolvimento) com significados importantes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, como a autonomia e a participação em atividades comunitárias, onde a escola aparece como importante microssistema de promoção do desenvolvimento.

Devem ser planejadas ações que favoreçam a interação das crianças e dos adolescentes entre si e com os contextos nos quais frequentam, como a escola, a comunidade, e as instituições religiosas. O desenvolvimento da autonomia deve levar em consideração, ainda, a cultura de origem da criança e do adolescente e fortalecer a elaboração de projetos de vida individuais e o desenvolvimento saudável, inclusive após o desligamento e a entrada na vida adulta. (MDS, p. 29)

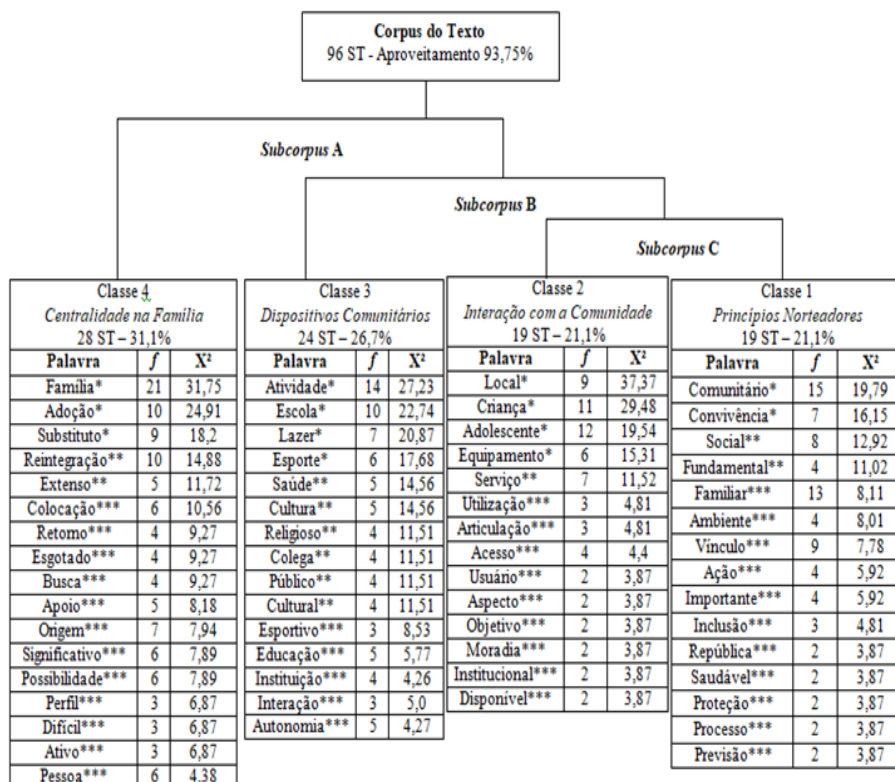
É importante, ainda, promover a inclusão de crianças e adolescentes ... nas atividades propostas pelo Programa Mais Educação, em ações complementares à escola, ações comunitárias, arte e educação, esporte e educação e de atendimento individualizado a cada aluno. (p. 48)

No que concerne à CHD, o *corpus* geral foi constituído por 48 textos, separados em 96 segmentos de texto (ST), com aproveitamento 90 STs (93,75%)². O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes, que foram divididas em três ramificações (A, B e C) do *corpus* total em análise. O *subcorpus*

2 Para que o material seja consistente para a análise, os manuais indicam que a retenção de segmentos de texto aproveitados seja de no mínimo de 70%.

A é composto pela Classe 4 (*Centralidade na Família*), com 28 ST (31,1%); o *subcorpus* B contém os textos correspondentes à Classe 3 (*Dispositivos Comunitários*), com 24 ST (26,7%) e o *subcorpus* C é referente às Classes 2 (*Interação com a Comunidade*), com 19 ST (21,1%) e 1 (*Princípios Norteadores*), com 19 ST (21,1%). O dendrograma (Figura 2) apresenta a lista de palavras componentes de cada classe, com respectiva frequência (*f*) e a indicação da associação do qui-quadrado ($\chi^2 > 3,80$) das palavras em maior afinidade com a classe e nível de significância dessa associação pelo *p*-valor.

Figura 2. Dendrograma Representativo das Classes, Frequência, Associação e Nível de Significância das Palavras com a Classe.



Nota: * $p < 0,0001$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,05$

A Classe 4 trata do contexto familiar como microsistema central de atenção para a garantia da convivência comunitária e provisoriabilidade do serviço. As principais palavras relacionadas a esta classe foram: família, adoção, substituto, reintegração, extenso, colocação, retorno, esgotado, dentre outras. Os trechos, a seguir, ilustram seu conteúdo.

esforços devem ser empreendidos para viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (adoção, guarda e tutela), conforme Capítulo III, Seção III do ECA. (MDS, 2009, p. 25)

a preparação para o retorno deverá incluir uma crescente participação da família na vida da criança e do adolescente ... Nesse momento é importante, ainda, que sejam fortalecidas as redes sociais de apoio da família, fundamentais para o exercício de seu papel de cuidadora. (MDS, 2009, p. 42)

Por muito tempo, crianças, adolescentes e suas famílias foram alvos de políticas fundamentadas na doutrina da situação irregular e viveram à margem da sociedade por sua condição de pobreza. Estas crianças e adolescentes carregaram consigo, e ainda carregam, a imagem de abandonados, infratores e perigosos em potencial. No entanto, a partir do estabelecimento de uma nova doutrina, a da proteção integral, documentos nacionais foram constituídos, como forma de pautar as práticas profissionais dentro da lógica da assistência social como política pública. Nesse sentido, em 1988, constituiu-se a convivência familiar e comunitária como direito fundamental, sendo considerada pelo ECA (Lei n. 8.069/90), em seu artigo 19, estratégia de superação da cultura da institucionalização e de valorização da família.

O Plano Nacional chama a atenção para a flexibilidade que se deve ter no entendimento do que é a instituição familiar. Trata-se de desmistificar a idealização de determinada estrutura familiar como natural e reconhecer a diversidade das organizações familiares no contexto histórico, social e cultural, no sentido de suplantando a ênfase na estrutura da família e considerá-la nos seus diversos arranjos (MDS, 2009) e em sua funcionalidade (Bronfenbrenner, 2011) na proteção e socialização dos filhos. Observa-se, então, que embora as Orientações Técnicas sejam direcionadas aos serviços de acolhimento, o foco não mais recai sobre a institucionalização, em termos de uma política com vistas à higienização, controle e segregação, mas sobre o trabalho de fortalecimento do sistema familiar para o cuidado continuado de seus filhos.

Os serviços de acolhimento, assim, têm o compromisso pelo resgate e fortalecimento dos vínculos entre crianças, adolescentes e suas famílias, bem como pelo limite de tempo para sua concretização (Silva & Arpini, 2013) e caso não seja possível a reintegração para a família de origem ou extensa, que o empenho seja na colocação em família substituta. Segundo as autoras, tal medida parece se constituir em uma das ações importantes para a efetivação dos princípios da brevidade e da excepcionalidade que devem caracterizar os serviços de acolhimento. Para tanto, é fundamental fortalecer o mesossistema família/serviço de acolhimento, em que a relação entre os familiares e os profissionais deve ser pautada no fortalecimento dos vínculos rompidos. Desta forma, é necessário uma atuação próxima, empática e respeitosa entre os envolvidos (Biasoli-Alves, 2005; Fonseca & Koller, 2018).

Entende-se, porém, ser importante que a equipe técnica dos serviços de acolhimento e órgãos gestores tenham cuidado na interpretação das diretrizes apontadas pelas Orientações Técnicas. Pois, na urgência de se cumprir com as ações estabelecidas e devido à relação imperativa entre os termos familiar e comunitário (Maciel, 2018), pode-se incorrer em processos de reintegração familiar inadequados e mal sucedidos, conforme apontam os resultados da pesquisa realizada por Siqueira, Massignan e Dell’Aglío (2011), que identificaram ausência de avaliação prévia da situação e a falta de acompanhamento sistemático no período de reintegração. Os resultados do estudo realizado por Maria Aparecida Penso e Patrícia Moraes (2016) evidenciaram a falta de trabalho integrado em rede entre Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que pareceram trabalhar de forma isolada e desarticulada. Diante disso, as Orientações Técnicas recomendam a elaboração do Estudo Diagnóstico, conforme o extrato a seguir.

Nessa perspectiva, recomenda-se que o estudo diagnóstico contemple ... mapeamento dos vínculos significativos na família extensa e análise da rede social de apoio da criança ou adolescente e de sua família ... investimento nas possibilidades de reintegração familiar: fortalecimento dos vínculos familiares e das redes sociais de apoio; acompanhamento

da família, em parceria com a rede, visando à superação dos motivos que levaram ao acolhimento. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, pp. 31-35)

A partir do Estudo Diagnóstico, o trabalho deve ser realizado no sentido de fortalecer os vínculos familiares e as redes sociais de apoio da criança/adolescente, em parceria com a rede (Sistema de Justiça, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, entre outros). O fortalecimento das redes sociais de apoio também aparece como estratégia para aquelas crianças e adolescentes com “perfil de difícil colocação em família substituta”.

Nas situações em que se mostrar particularmente difícil garantir o direito à convivência familiar ... de crianças e adolescentes com perfil de difícil colocação em família substituta, faz-se especialmente necessário o esforço conjunto dos atores envolvidos no sentido de buscar o fortalecimento da autonomia e das redes sociais de apoio das crianças e adolescentes que aguardam adoção, e perseverar no desenvolvimento de estratégias para a busca ativa de famílias para seu acolhimento. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, p. 26)

O perfil de crianças/adolescentes com dificuldades de serem adotados relaciona-se, geralmente, à idade (as crianças menores de dois anos tem mais chances), cor da pele, sexo e condições de saúde física e mental (Vargas, 1998). Identifica-se, aqui, alguns valores sociais que sugerem elementos culturais, éticos e políticos impeditivos da concretização da Lei de Adoção. Ou seja, a escolha de crianças/adolescentes a serem adotadas está permeada por elementos socioculturais e étnicos da nossa história (Queiroz & Brito, 2013). Isso contribui com um acolhimento institucional prolongado, de modo que o sonho de ter uma família fica distante. Trata-se, nesse ponto, de uma situação crítica e cara para a reflexão da convivência comunitária dessas crianças e adolescentes, pois, até aqui, tem-se discutido o tema da convivência comunitária de forma contígua e imperativa à convivência familiar, por meio de ações que envolvam o fortalecimento da rede social de apoio da família (Silva & Arpini, 2013).

Porém, é preciso refletir, sobretudo, a respeito de discursos e posturas que sustentam concepções negativas sobre o abrigo institucional. Discursos estes que ainda consideram os serviços de acolhimento como antigas e grandes instituições, lugares onde crianças e adolescentes perdem algo, que estão abandonados e acordam todos os dias e esperam a mesma sorte dos que já foram adotados (Rodrigues & Hennigen, 2014). As autoras refletem que se as crianças e adolescentes forem pensados apenas pela ótica do abandono, perde-se de vista a reconsideração dos serviços de acolhimento como parte de uma política pública no contexto da proteção integral.

Na pressa em reintegrar a criança ou o adolescente em uma família, esquece-se da convivência comunitária e sua potência em estabelecer outros laços afetivos e de cuidado, os quais podem ser tecidos entre os serviços de acolhimento e a comunidade imediata, como por exemplo, a vizinhança dos serviços. Os profissionais devem estar atentos para seus modos de pensar a instituição e o público que atendem, ao buscarem, a qualquer custo, efetivar o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes apenas pelo viés da colocação em alguma família, pois isso afeta as práticas exercidas (Rodrigues & Hennigen, 2014).

Nesse sentido, a comunidade, nos termos de Bronfenbrenner (2016), que antes era exossistema para os chamados menores em unidades de internação, pois viviam segregados desta, desponta como possibilidade microssistêmica para crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Assim, enquanto se persevera na busca por famílias que acolham crianças e adolescentes, deve-se buscar a autonomia e as

redes sociais de apoio (participação na vida diária da comunidade - vizinhança, escola, espaços de lazer, cursos profissionalizantes), no sentido de fortalecer o mesossistema comunidade/serviço de acolhimento.

A experiência do acolhimento, nestas situações, não deve ser marcada pela suspensão da vida, da alegria, do encontro, das possibilidades de amizade, como se só pudessem ser garantidas pela via da reintegração familiar. Os serviços de acolhimento, nesse sentido, devem encontrar sua identidade como um lugar, onde viver também é possível, para além da espera e do sofrimento e podem ser pensados como um lugar de boas lembranças e de convivência para além dos muros institucionais (Rodrigues & Hennigen, 2014).

Por sua vez, a Classe 3 aponta para a importância da utilização dos equipamentos disponíveis na comunidade pelas crianças e adolescentes. As principais palavras que se relacionaram a esta classe foram: atividade, escola, lazer, esporte, saúde, cultura, interação, dentre outras. O trecho a seguir ilustra seu conteúdo.

Sempre que possível, deve-se procurar manter a criança ou adolescente na mesma escola em que estudava antes da aplicação da medida protetiva, de modo a evitar rompimentos desnecessários de vínculos de amizade e de pertencimento e modificações radicais em sua rotina, além de prejuízos acadêmicos. Do mesmo modo, deve ser propiciada a participação em atividades de formação, cultura, esporte e lazer, ofertadas pela escola. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, p. 48)

Observa-se que a escola aparece como importante microssistema de socialização e constitui dispositivo fundamental para assegurar o direito à convivência comunitária de crianças e adolescentes. E com o intuito de preservar os vínculos de amizade e pertencimento já estabelecidos pelas crianças e adolescentes, que precisam do serviço de acolhimento como medida protetiva, orienta-se a mantê-los na mesma escola que frequentavam antes do acolhimento. No entanto, nem sempre é possível cumprir com essa diretriz, sendo necessária a transferência da criança/adolescente para uma instituição de ensino mais próxima do serviço de acolhimento. Quando isso ocorre, é fundamental que os serviços de acolhimento aproveitem a proximidade para aperfeiçoar a articulação que deve ser feita com a escola de forma sistemática.

É fundamental, assim, o acompanhamento sistemático do serviço de acolhimento (Calheiros & Patrício, 2014), que deve estabelecer uma relação mesossistêmica (Bronfenbrenner, 1996) integrada com a escola, a partir de ações de conscientização e sensibilização dos profissionais da escola, para que atuem como agentes facilitadores da inclusão das crianças e adolescentes no contexto escolar. Tais ações podem ser materializadas, por meio de capacitações, com proposta de formação continuada de profissionais da educação básica e da rede de proteção integral, onde o tema da criança e do adolescente em acolhimento pode ser um dos eixos de discussão.

O Projeto Escola que Protege é indicado pelas Orientações Técnicas (MDS, 2009) para organizar “a formação continuada de profissionais da educação básica e da Rede de Proteção Integral frente às situações de violências vivenciadas na escola e na sala de aula ... e de um fluxo de encaminhamento das situações de violência identificadas na escola junto à Rede de Proteção Social” (p. 48). Contudo, é de fundamental importância que os serviços de acolhimento sejam encorajados a organizar e ofertar aos profissionais da rede de ensino capacitações e palestras, por exemplo, sobre a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, de modo a desmistificar possíveis concepções negativas. E juntos, escola e serviço de acolhimento, possam criar ações de fortalecimento de vínculos entre crianças adolescentes acolhidos e a comunidade escolar.

Em estudo realizado por Joyce Romeiro e Lígia Melchiori (2017) com três adolescentes em situação de acolhimento, a escola aparece como contexto, onde as jovens puderam expandir suas relações afetivas, construindo novos vínculos, tanto com os colegas de sala, quanto com os profissionais. Os resultados

ainda apontaram para a melhora das médias escolares das adolescentes. Esse resultado foi atribuído pelas autoras, devido ao acompanhamento da vida escolar pela equipe do serviço de acolhimento.

As relações mesossistêmicas, conforme postuladas por Bronfenbrenner (1996), compõem as inter-relações entre os ambientes, ou seja, atenta-se para as interconexões entre os serviços de acolhimento e a comunidade, por exemplo. Observa-se, assim, a necessidade de os profissionais se empenharem no fortalecimento do mesossistema serviço de acolhimento/escola, de forma a promover as interconexões: Participação Multiambiente - participação de atividades em mais de um ambiente; Ligação Indireta - quando existe um vínculo intermediário, por meio de alguém que interconecta os ambientes; e Comunicação e Conhecimento Interambiente - mensagens e informações transmitidas de uma ambiente para o outro (Bronfenbrenner, 1996). Outra diretriz importante abordada pelas Orientações Técnicas, diz respeito ao acesso das crianças e acolhidos aos serviços socioassistenciais, disponíveis na comunidade.

Para evitar prejuízo ao convívio com a comunidade, espaços públicos e instituições, os serviços de acolhimento não deverão concentrar em suas dependências equipamentos destinados à oferta de serviços de outra natureza, como ... atendimento médico, odontológico ... não deverão concentrar espaços de lazer geralmente não disponibilizados em unidades residenciais, como quadras ... A criança e o adolescente devem participar da vida diária da comunidade e ter a oportunidade de construir laços de afetividade significativos com a mesma. Deve-se propiciar sua participação nas festividades ... da comunidade, além da utilização da rede socioassistencial, de educação, saúde, cultura, esporte e lazer disponíveis na rede pública ou comunitária. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, p. 57)

De acordo com Enid Silva (2004), no período vigente da doutrina da situação irregular, as instituições (orfanatos, internatos, asilos, reformatórios) previam a realização, nos seus interiores, de quase todas as atividades atinentes à vida das crianças e dos adolescentes internados: consultórios médicos e odontológicos, enfermarias, salas de aula, capelas, ginásios esportivos. Porém, o ECA (Lei n. 8.069/90), na vigência da proteção integral, elenca como direitos fundamentais para o desenvolvimento de todas as crianças e adolescentes, independentemente da situação que se encontram, o direito à educação, à cultura, à saúde, ao esporte e ao lazer.

No acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer deve-se observar o interesse, as habilidades e grau de desenvolvimento da criança e do adolescente. Sendo possível, deve-se propiciar que esse acesso não seja realizado sempre de modo coletivo, ou seja, com várias crianças e adolescentes do serviço frequentando as mesmas atividades nos mesmos horários, a fim de favorecer também a interação com outras crianças/adolescentes da comunidade. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, p. 57)

Os profissionais têm a missão de garantir a convivência comunitária, de modo a reconhecer o interesse, habilidades e individualidade das crianças e adolescentes e, assim, evitar que o acesso às atividades culturais, esportivas e de lazer sejam realizadas sempre coletivamente. Ivy Almeida, Nívea Maehara e Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (2011) enfatizam a importância de estimular a relação das crianças/adolescentes com a comunidade de maneira mais personalizada e significativa para cada acolhido, para evitar a formação do grupo dos abrigados, devido crianças/adolescentes da mesma instituição frequentarem os mesmos espaços da comunidade e no mesmo horário. Ações como esta contribuem para a formação

de concepções mais positivas acerca de crianças e adolescentes em situação de acolhimento e materializam as condições macrosistêmicas da doutrina da proteção integral. Pois, conforme Bronfenbrenner (1996), operacionalmente, o macrosistema se manifesta nas continuidades reveladas nos microsistemas, mesossistemas e exossistemas.

O direito à convivência comunitária, no documento em análise, pode ser também discutido na esteira do direito à liberdade, preconizado no ECA (Lei n. 8.069/90), em seu artigo 16. O inciso I expõe o direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais. O trecho a seguir aponta para esse pressuposto.

Na frequência a atividades realizadas na comunidade ... considerar-se-á o estímulo gradativo à autonomia. Nesse sentido, não devem ser impostas restrições injustificáveis à liberdade e conduta, em comparação com crianças e adolescentes da mesma idade e comunidade ... Para ampliar a iniciativa, autonomia e o senso de responsabilidade é importante que as crianças e adolescentes acolhidos possam participar, ainda, de atividades rotineiras como ir à padaria ou ao supermercado, recebendo instruções sobre como lidar com o dinheiro (Orientações Técnicas, MDS, 2009, p. 60)

Utilizar os serviços disponíveis na comunidade pode minimizar os efeitos da institucionalização, uma vez que as crianças e os adolescentes acolhidos, ao entrarem em contato com o mundo exterior à instituição (Siqueira, 2012) podem desenvolver a autonomia, tão importante para os jovens em processo de desligamento institucional. Observa-se que o exercício da convivência comunitária deve ser propiciado de modo que as crianças e os adolescentes sejam encorajados a realizar pequenas atividades de rotina, como ir a supermercados ou padarias, próximos aos serviços, sem a utilização do automóvel particular do serviço, bem como solicitar a ajuda dos vizinhos em situações de emergência, como estratégia para estreitar laços e diminuir a distância entre a comunidade e os acolhidos.

A Classe 2 contempla as ações de fortalecimento dos vínculos sociais por meio do estímulo à socialização e desenvolvimento de vínculos significativos. As principais palavras que se relacionaram a esta classe foram: local, criança, adolescente, equipamento, serviço, utilização, articulação, dentre outras. O trecho que segue ilustra o seu conteúdo.

A criança e o adolescente devem participar da vida diária da comunidade e ter a oportunidade de construir laços de afetividade significativos com a mesma ... essas medidas têm como objetivo propiciar o desenvolvimento da autonomia e da socialização dos mesmos. O acesso aos serviços na rede local tem como objetivo, ainda, inserir a criança e o adolescente em atividades que possam continuar a frequentar após a reintegração familiar. (pp. 57-58)

O trecho aponta para a reflexão sobre a importância da interação das crianças e adolescentes com a comunidade. O ECA (Lei n. 8.069/90) propõe, dessa forma, a participação social, onde os acolhidos participem e integrem a vida comunitária e ampliem a rede de vínculos e proteção (Gulassa, 2010). Contudo, os resultados do estudo realizado por Adriane Negrão e Elizabeth Constantino (2011) em uma instituição evidenciaram que 70% dos acolhidos não recebiam visitas de pessoas da comunidade e dos 30% que recebiam, era de pessoas, famílias, geralmente, da mesma orientação religiosa da instituição. Algumas dessas famílias se tornavam “famílias de apoio”; 86,7% das crianças e adolescentes não reali-

zavam visita às pessoas da comunidade e os 13,3% restantes visitavam as chamadas “famílias de apoio”, que os recebiam em suas casas.

Observa-se, conforme a pesquisa acima, que os aspectos da convivência comunitária se restringiam à presença de membros das igrejas parceiras no espaço da instituição, mas não havia critérios definidos para orientar o estabelecimento dessa relação e clareza nos objetivos das ações e atividades desenvolvidas. E, considerando que algumas dessas famílias podiam se tornar referência importante para crianças e adolescentes, seria fundamental que esses contatos fossem orientados com parâmetros claros para evitar expectativas de ambas as partes que não pudessem se concretizar (Negrão & Constantino, 2011).

As Orientações Técnicas (MDS, 2009) chamam a atenção, nesse sentido, para o cuidado que se deve ter na promoção do contato entre crianças e adolescentes e as pessoas da comunidade. A frequência das mesmas nas dependências do serviço de acolhimento deve ter a devida preparação, no sentido de assegurar que as crianças e adolescentes sejam beneficiados e não sejam expostos a vínculos superficiais, que não contribuam para o seu desenvolvimento. Desse modo, Programas de Apadrinhamento Afetivo, ou similares, para serem estabelecidos, precisam dispor de metodologia com previsão de cadastramento, seleção, preparação e acompanhamento das pessoas interessadas e das crianças e adolescentes por uma equipe interprofissional, articulada com a Justiça da Infância e Juventude e Ministério Público.

Veja-se que a interação entre as crianças e os adolescentes acolhidos com pessoas da comunidade, seja a de origem ou a local, ainda se mostra como grande desafio para os serviços de acolhimento (Constantino, Assis, & Mesquita, 2013; Siqueira, Betts, & Dell’Aglia, 2006). No entanto, os profissionais podem criar estratégias para fomentar a convivência comunitária: criar atividades em conjunto com a escola, desenvolver formas de convivência com os vizinhos (participação destes em atividades cotidianas e comemorativas da instituição, como aniversário, sessão de filmes, sob os cuidados dos educadores e vice-versa). Caso contrário, Siqueira et al. (2006) advertem que a falta de interação com pessoas de outros microssistemas pode reforçar os aspectos que estigmatizam adolescente e crianças acolhidos institucionalmente.

Finalmente, a Classe 1 apresenta alguns princípios que devem nortear o trabalho nos serviços de acolhimento no que tange ao direito à convivência comunitária. As principais palavras que se relacionaram a esta classe foram: convivência, comunitário, social, inclusão, vínculo, fundamental, ação. Destacam-se, aqui, três princípios, o primeiro aponta para a excepcionalidade do acolhimento institucional. Trata-se de medida protetiva integral e especial, com caráter excepcional e provisório, estabelecida pelo ECA (Lei n. 8.069/90) em seu artigo 101, a sétima a ser considerada. Os trechos, a seguir, aludem a esse conteúdo.

Para que este princípio possa ser aplicado, é importante que se promova o fortalecimento, a emancipação e a inclusão social das famílias, por meio do acesso às políticas públicas e às ações comunitárias. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, p. 24)

Salvo nos casos em que o afastamento de sua comunidade de origem for essencial ... deve-se evitar que a inclusão em um serviço de acolhimento resulte no rompimento ou na fragilização dos vínculos comunitários e de pertencimento preexistentes. (p. 32)

Para que a excepcionalidade possa ser efetivada e garantir o direito à convivência comunitária da criança e do adolescente no contexto familiar, as Orientações Técnicas preconizam o acesso das famílias às políticas públicas e ações comunitárias. Nesse sentido, a atuação do CRAS de referência do território de moradia da família se faz necessária, uma vez que este é considerado “a porta de entrada” na proteção social básica. É responsável pela execução do Programa de Atendimento Integral à Família

(PAIF), que deve focar, especialmente, a família e os vínculos comunitários no seu desenvolvimento (Neves, 2014). Dessa forma, o documento de Orientações Técnicas, conforme discutido na Classe 1, orienta os operadores competentes no esforço a ser empreendido para manter a criança e o adolescente no convívio familiar (nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos). E, caso o acolhimento institucional seja necessário, este deve ter como pressuposto o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários anteriores ao acolhimento e não a sua fragilização.

Outro ponto a ser discutido é o das relações sociais, que configuram aspecto importante para o desenvolvimento humano. A interação interpessoal favorece o desenvolvimento de potencialidades e crescimento psicológico (Cruz, Cardoso, & Matos, 2018). Relacionar-se com outras pessoas, além do microsistema familiar ou institucional, possibilita que as atividades de um indivíduo assumam um nível mais elevado de complexidade. E na medida em que o mundo fenomenológico se amplia, as crianças e os adolescentes serão capazes de participar ativamente do ambiente, de modificá-lo e aumentar sua estrutura e conteúdo (Bronfenbrenner, 1996). O trecho que segue, assim, aponta para o segundo princípio, o da inclusão social.

A articulação dos serviços de acolhimento com o sistema educacional é fundamental, pois a escola constitui importante instrumento para assegurar o direito à convivência comunitária de crianças e adolescentes. Essa articulação pode ser feita por meio da elaboração conjunta de protocolo de ação entre o órgão gestor da assistência social e da educação, garantindo a permanente comunicação entre os serviços, e o acesso das crianças, adolescentes acolhidos e seus familiares à rede de local de Educação. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, pp. 47-48)

As Orientações Técnicas, conforme discutido na Classe 3, apontam a escola como importante instrumento de efetivação do direito à convivência comunitária de crianças e adolescentes, portanto, de inclusão social. Contudo, é fundamental ratificar, a partir da discussão realizada por Cruz, Cardoso e Matos (2018), que ampliam a reflexão sobre o direito à convivência comunitária e consideram, além da família, da escola e da comunidade de origem, a comunidade ao redor dos espaços de acolhimento, pois muitas crianças e adolescentes, com difícil perspectiva de retorno à família ou adoção, passam longo período no acolhimento institucional.

Ao direcionar o foco sobre adolescentes com difíceis possibilidades de reintegração familiar e colocação em família substituta, as Orientações Técnicas chamam a atenção para o terceiro princípio, o do fortalecimento de vínculos, que pode ser compreendido como princípio transversal que perpassa todas as ações do fazer profissional no serviço de acolhimento, sejam ações voltadas à convivência familiar e comunitária, bem como às relações estabelecidas entre técnicos, educadores e acolhidos. Os trechos a seguir abordam o tema, considerando os adolescentes com difíceis possibilidades de reintegração familiar ou “colocação em família substituta”.

Atenção especial deve ser dada aos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento, sobretudo àqueles cujas possibilidades de reintegração à família de origem foram esgotadas e têm reduzidas possibilidades de colocação em família substituta ... Para estes casos, o PPP deve prever metodologia voltada à construção e fortalecimento de vínculos comunitários significativos, à ampliação do acesso à educação, à qualificação profissional. (Orientações Técnicas, MDS, 2009, p. 60)

O apoio técnico também é essencial na organização de espaços de escuta e construção de soluções coletivas por parte dos(as) jovens para as questões que lhes são próprias, na construção de projetos de vida, no incentivo ao estabelecimento de vínculos comunitários fortes e na participação nas instâncias de controle social e espaços de participação social. (p. 94)

A partir dos excertos “fortalecimento de vínculos comunitários significativos” e “estabelecimento de vínculos comunitários fortes”, o documento em tela elenca algumas estratégias para favorecer a convivência comunitária dos adolescentes com o perfil apresentado. Há de se abrir as portas para a convivência tanto dos adolescentes com o exterior da instituição, quanto da comunidade (colegas da escola, pessoas da vizinhança) no interior do serviço, conforme discutido na Classe 2.

Dessa forma, ao investirem em encontros geradores de afetos, potencializadores da ação, no âmbito da convivência, os profissionais dos serviços de acolhimento estarão suplantando o antigo paradigma das relações sociais, que geraram dependência, subordinação ou submissão (Torres & Gouveia, 2017) e possibilitarão o estabelecimento de vínculos entre os adolescentes e pessoas da comunidade. Por outro lado, é fundamental estar atento para encontros que despotencializam a ação, pois as diferenças entre as pessoas compõem a convivência, mas podem gerar submissão/subordinação, constrangimentos, sofrimento, que reduzem a capacidade de agir do jovem. E como consequência, “eles aprendem a se ‘embotar’ em convivências discriminadoras, que reduzem sua capacidade de expandir a vida e formular projetos pessoais e coletivos” (Torres & Gouveia, 2017, p. 23). Por isso, no estímulo à convivência comunitária desses adolescentes, é importante elaborar estratégias para que as diferenças não sejam vividas como desigualdade, produzindo sofrimento ético-político, conforme as autoras citadas.

Ressalta-se, ainda, que apesar de o termo comunitário ser apresentado pelas Orientações Técnicas como imperativo do termo familiar (convivência familiar e comunitária), conforme já discutido, é necessário diferenciá-los. A atuação orientada para os vínculos familiares pressupõe dimensão psicossocial, que pode incluir intervenção terapêutica. Já os vínculos sociais e comunitários requerem metodologia voltada mais para o coletivo e menos intrafamiliar (Bronzo, 2012 citada em MDS, 2017).

Com efeito, o documento de Orientações Técnicas se mostra como importante instrumento de leitura e apropriação, obrigatório para todos os que se ocupam do cuidado de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. A concepção de convivência comunitária envolve o combate a processos de segregação, isolamento e confinamento, que contribuem para a exclusão e estigmatização das crianças e adolescentes. Contudo, é necessário que os profissionais que se ocupam do atendimento e acompanhamento desse público problematizem o imperativo entre o familiar e o comunitário. A perspectiva é, portanto, a da inclusão, da participação da vida diária da comunidade e vice-versa. A intersubjetividade humana, conforme Cruz, Cardoso e Matos (2018), se constitui na convivência com as pessoas, a partir de grupos de pertencimento (familiares, escolares, profissionais, de amizade), tão importantes para as trajetórias de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convivência comunitária foi apresentada, a partir da análise de quatro classes de discussão. A classe “Centralidade na Família” trouxe o contexto familiar como primordial para o desenvolvimento da pessoa e é para o trabalho de fortalecimento da família que os serviços de acolhimento devem se debruçar. No entanto, é preciso problematizar a convivência comunitária, uma vez que esta é considerada contígua e imperativa à convivência familiar, de modo que o trabalho profissional tome a convivência comunitária em toda sua potência, promovendo o estabelecimento de outros laços afetivos e de cuidado, que podem ser tecidos entre os serviços de acolhimento e a comunidade imediata (a vizinhança dos serviços, por exemplo).

Na classe “Dispositivos Comunitários”, refletiu-se sobre a predição de que as crianças e os adolescentes acessem os equipamentos disponíveis na comunidade. Aqui, chamou-se a atenção para o fortalecimento do mesossistema serviço de acolhimento/contexto escolar, de modo a promover as interconexões: Participação Multiambiente; Ligação Indireta; e Comunicação e Conhecimento Interambiente. Além disso, o fortalecimento mesossistêmico se dá também entre o serviço de acolhimento e os demais dispositivos (unidades de saúde, igrejas, entre outros), que devem ser acessados pelos acolhidos. Quanto à classe “Interação com a Comunidade”, foi refletida a importância de os serviços de acolhimento possibilitarem que as crianças e os adolescentes se relacionem com adultos, crianças e adolescentes da comunidade (os vizinhos, colegas da escola). A interação com a comunidade é favorecida, quando o serviço de acolhimento se localiza em áreas residenciais e acompanha a estrutura arquitetônica das outras casas da vizinhança. Por sua vez, a classe “Princípios Norteadores” fecha a discussão dos resultados, reforçando três princípios: (a) da excepcionalidade, (b) da inclusão social e (c) do fortalecimento de vínculos.

No que tange às limitações encontradas na elaboração do estudo, o *corpus* textual de análise, por ser extenso e por ter tido 93,75% de aproveitamento dos seguimentos de textos selecionados para a análise, dificultou a escolha dos trechos representativos de cada classe, uma vez que não foi possível a utilização de todos os seguimentos selecionados, pois se corria o risco de perder a linha de raciocínio na discussão, tornando-se incoerente com o objetivo proposto. Além disso, houve dificuldade em encontrar estudos específicos sobre o tema da convivência comunitária em serviços de acolhimento, por se tratar de um tema sempre discutido como acessório ao tema da convivência familiar, sendo tomado de forma tangenciada.

Espera-se que este estudo possa clarificar o trabalho realizado por profissionais que se ocupam do cuidado de crianças e adolescentes que por diversos fatores (negligência, abandono, violência, abuso sexual, entre outros) precisaram ser afastados do convívio familiar e comunitário. São esses profissionais que operacionalizam as ações desenvolvidas no âmbito do dispositivo público, que é o serviço de acolhimento. Os resultados, aqui apresentados, mostraram aspectos conceituais subjacentes ao tema da convivência comunitária no documento em tela, pautados no novo paradigma de atendimento à infância e juventude institucionalizadas, o da doutrina da proteção integral.

No âmbito da psicologia política, tais resultados devem ser interpretados a partir de uma perspectiva que reconhece que o direito à convivência comunitária e a política para sua operacionalização não se fazem sem a consideração de aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais dos sujeitos envolvidos. E esta perspectiva está apresentada nas Orientações Técnicas, tornando-se, por isso, importante instrumento para reconfigurar e desconstruir um imaginário cristalizado por um contexto político, social e cultural, onde crianças e adolescentes eram objetos de tutela e não sujeitos de direitos, com prioridade absoluta. Sugere-se que estudos atualizados sejam realizados, com o intuito de investigar de que maneira os serviços de acolhimento têm trabalhado e garantido a convivência comunitária de crianças e adolescentes, considerando as Orientações Técnicas (MDS, 2009).

REFERÊNCIAS

- Almeida, I. G., Maehara, N. P., & Rossetti-Ferreira, M. A. (2011). A perspectiva da criança em acolhimento institucional sobre sua rede social: a importância do relacionamento entre irmãos. In M. A. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano, & I. G. Almeida (Coords.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (pp. 119-172). Hucitec.
- Amin, A. R. (2018). Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. In K. R. Maciel (Coords.), *Curso de direito da Criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos* (pp. 49-69). Saraiva.
- Arantes, E. M. M. (2013). Prefácio. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Coords.), *Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas* (pp. 7-11). Vozes.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2005). Orientação de pais: partilhar conhecimentos sobre desenvolvimento e práticas de educação como estratégia de intervenção. *Texto Contexto Enfermagem*, 14, 64-70.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Biologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Artes Médicas.
- Calheiros, M. M. & Patrício, J. N. (2014). Assessment of needs in residential care: Perspectives of youth and professionals. *Journal of Child and Family Studies*, 23, 461-474. doi: 10.1007/s10826-012-9702-1
- Constantino, P., Assis, S. G., & Mesquita, V. S. F. (2013). Crianças, adolescentes e famílias em SAI. In S. G. Assis & L. O. P. Farias (Orgs.), *Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento* (pp. 161-220). Hucitec.
- Cruz, D. A., Cardoso, A. M., & Matos, E. P. (2018). Conviver é preciso: reflexões acerca do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. In L. I. C. Cavalcante, C. M. C. Magalhães, L. S. Corrêa, E. F. Costa, & Cruz, D. A. (Coords.), *Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: teorias e evidências científicas para boas práticas* (pp. 99-110). Juruá.
- Fernandes, J. S. G., Montiel, M. M., Bartholomeu, D., Cecato, J. F., & Martinelli, J. E. (2015). Análise discursiva das representações sociais de idosos sobre suas trajetórias de vida. *Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento*, 20(3), 903-920. <http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/46451>
- Fonseca, H. R. R. & Koller, S. H. (2018). Acompanhamento familiar e cartilha da família com crianças e adolescentes em acolhimento. In L. I. Cavalcante et al. (Orgs.), *Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: teorias e evidências empíricas para boas práticas* (pp. 323-334). Juruá.
- Gulassa, M. L. C. R. (2010). *Novos rumos do acolhimento institucional*. NECA.
- Lei nº 8.069, de 16 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) e dá outras providências. Presidência da República.

- Maciel, K. R. (2018). Direito fundamental à convivência familiar. In K. Maciel (Coord.), *Curso de direito da Criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos* (pp. 144-165). Saraiva.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Conanda.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2009). *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Conanda.
- Ministério do Desenvolvimento Social (2017). *Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos*. Autor.
- Mutombo, E. (2013). A bird's-eye view on the EC environmental policy framing: Ten years of Impact assessment at the commission. *International Conference On Public Policy*, 2-38. www.icpublicpolicy.org
- Negrão, A. V. G. & Constantino, E. P. (2011). *Acolhimento institucional em tempos de mudança: uma questão em análise*. Cultura Acadêmica.
- Neves, S. L. (2014). *A psicologia na assistência social: convivendo com a desigualdade*. Cortez.
- Penso, M. A. & Moraes, P. J. F. (2016). Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos institucionais. *Revista latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud*, 14(2), 1523-1535.
- Queiroz, A. C. A. & Brito, E. (2013). Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Textos & Contextos*, 12(1), 55-67.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil*. Loyola.
- Rodrigues, L. & Hennigen, I. (2014). Entre cenas do acolhimento institucional e da adoção: incitamento à vontade de família. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Orgs.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (pp. 66-90). Vozes.
- Romeiro, J. B. & Melchiori, L. E. (2017). Os vínculos afetivos de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: permanências, expansão e rupturas. *Boletim Acadêmico Paulista de Psicologia*, 37(93), 186-205. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2017000200003
- Salum, M. J. G., Oliveira, R. T., & Moreira, J. O. (2016). Apresentação. In J. O. Moreira, M. J. G. Salum & R. T. Oliveira (Coords.), *Estatuto da criança e do adolescente: refletindo sobre sujeitos de direitos e responsabilidades* (pp. 9-11). CFP.
- Sousa, A. F. L., Queiroz, A. A. F., Oliveira, L. B., Moura, M. E. B., Batista, O. M. A., & Andrade, D. (2016). Representações sociais da Enfermagem sobre biossegurança: saúde ocupacional e o cuidar prevencionista. *Revista brasileira de enfermagem*, 69(5), 864-871. doi: 10.1590/0034-7167-2015-0114
- Silva, A. M. B. & Enumo, S. R. F. (2017). Descrição e análise de uma intervenção psicológica com bailarinos pelo *software* IRAMUTEQ. *Temas em Psicologia*, 25(2), 577-593. doi: 10.9788/TP2017.2-11Pt

Silva, E. R. A. (Org.). (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. IPEA/CONANDA.

Silva, M. L. & Arpini, D. M. (2013). A nova lei de adoção – desafios para a reinserção familiar. *Psicologia em Estudo*, 18(1), 125-135. doi: 10.1590/S1413-73722013000100013

Siqueira, A. C. (2012). A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco. *Estudos de Psicologia*, 29(3), 437-444. doi: 10.1590/S0103-166X2012000300013

Siqueira, A. C., Massignan, L. T., & Dell'Aglío, D. D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. *Paidéia*, 21(50), 383-391. doi: 10.1590/S0103-863X2011000300011

Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell'Aglío, D. D. (2006). Rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no Sul do Brasil. *Revista interamericana de Psicología*, 40(2), 149-158. <http://www.psicorip.org>

Souza, M. A. (2016). 25 anos do Estatuto da criança e do adolescente: história, política e sociedade. In J. O. Moreira, M. J. G. Salum, & R. T. Oliveira (Coords.), *Estatuto da criança e do adolescente: refletindo sobre sujeitos de direitos e responsabilidades* (pp. 14-30). CFP.

Torres, A. S. & Gouveia, M. J. A. (2017). *Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos*. MDS.

Vargas, M. M. (1998). *Adoção tardia: da família sonhada à família possível*. Casa do Psicólogo.

Histórico

Recebido em: 05/06/2020

Aprovado em: 11/01/2021

Contribuição dos Autores

Concepção: DAC; LICC

Coleta de dados: DAC

Análise de dados: DAC

Elaboração do manuscrito: DAC; EFC

Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: DAC; EFC

Aprovação final do manuscrito: LICC

Financiamento

Não se Aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se Aplica.

Aprovação, ética e consentimento

Não se Aplica.

Artigo Original

Relação afetiva pessoa-ambiente e participação social: um estudo com os mapas afetivos

Relación afectiva persona-ambiente y participación social: un estudio con los mapas afectivos

Affective person-environment relationship and social participation: a study with affective maps

Daniel Welton Arruda Cabral*

daniel_welton@hotmail.com

Zulmira Áurea Cruz Bomfim**

zulaurea@gmail.com

Luiz Lacerda Sousa***

luizlacerda@hotmail.com

* Universidade Federal do Ceará.
Fortaleza/CE, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-1558-047X>

** Universidade Federal do Ceará.
Fortaleza/CE, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-1874-8821>

*** University Amsterdam, VU, Holanda
<http://orcid.org/0000-0003-1273-9315>

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar a inter-relação dos processos de participação comunitária da Prainha do Canto Verde com a relação afetiva pessoa-ambiente. O estudo foi realizado em uma comunidade praiana cearense e investigou dois grupos de sujeitos: participantes e não participantes de ações comunitárias. Utilizamos como ferramenta metodológica o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), por seu viés mediador da investigação afetiva pessoa-ambiente. O IGMA classifica os afetos ambientais em cinco categorias: Pertencimento, Agradabilidade, Contraste, Insegurança e Destruição. Os participantes de ação comunitária apresentaram índices mais significativos de Pertencimento, menos significativos de Contraste, e nulos de Insegurança e Destruição. A Agradabilidade encontrou um alto índice entre os dois grupos. O estudo revelou uma intensa participação social na região, que se mostrou correlacionada à coesão social e ao pertencimento comunitário e capaz de promover conquistas ambientais e econômicas.

Palavras-chave: *Psicologia ambiental; Comunidade; Participação; Mapas afetivos; Estudos pessoa-ambiente.*

Resumen

El objetivo de este estudio ha sido analizar la inter-relación de los procesos de participación comunitaria de Prainha do Canto Verde con la relación afectiva persona-ambiente. El estudio ha sido realizado en una comunidad playera cearense y ha investigado dos grupos de sujetos: participantes y no participantes de acciones

comunitarias. Utilizamos como herramienta metodológica el Instrumento Generador de Mapas Afectivos (IGMA), por su enfoque mediador de la investigación afectiva persona-ambiente. El IGMA clasifica los afectos ambientales en cinco categorías: Pertenencia, Agradabilidad, Contraste, Inseguridad y Destrucción. El Agradabilidad ha encontrado un alto índice entre los dos grupos. El estudio ha revelado una intensa participación social en la religión, que se ha mostrado correlacionada con la cohesión social y con la pertinência comunitaria y capaz de promover conquistas ambientales y económicas.

Palabras clave: *Psicología ambiental; Comunidad; Participación; Mapas Afectivos; Estudios persona-ambiente.*

Abstract

The aim of this study was analyze the interrelationship between the processes of community participation in Prainha do Canto Verde community and the affective person-environment relationship. The study was carried out in a beach community from Ceará, Brazil, and investigated two group of subjects: participants and non-participants in community action. We used the Affective Maps Tool Generator (AMTG) as methodological tool, due to its mediating effect on person-environment affective investigation. The AMTG classifies environmental affects into five categories: Belonging, Pleasantness, Contrast, Insecurity and Destruction. Community action participants showed more significant levels of Belonging, less significant of Contrasts, and null results of Insecurity and Destruction. Pleasantness found a high rate between the two groups. The study revealed an intense social participation in the region, which proved to be correlated with social cohesion and community belonging and capable of promoting environmental and economical achievements.

Keywords: *Environmental Psychology; Community; Participation; Affective maps; Person-environment studies.*

A DIMENSÃO AFETIVA COMO OBJETO DE ESTUDO DA PSICOLOGIA AMBIENTAL

A Psicologia Ambiental estuda a inter-relação do sujeito com o ambiente, interessando-se ao mesmo tempo pelo modo como o homem modifica seu ambiente para atender melhor às suas necessidades e a maneira como esse meio, seja natural ou construído, molda os homens e suas relações. De acordo com Gabriel Moser (1998, p. 122), “Essa inter-relação é dinâmica, tanto nos ambientes naturais quanto nos construídos... Logo, não estamos estudando nem o indivíduo *per se*, nem o ambiente *per se*.” Inclui-se na definição de ambiente não só a dimensão física, mas as dimensões sociais e culturais, mediando a percepção, a avaliação e as atitudes do indivíduo (Mira, 1997).

Homem e ambiente interagem de forma contínua no decurso da evolução humana, o primeiro modificando o último, ao mesmo tempo em que é por este modificado no trajeto percorrido. Edward Hall (1977) reflete que o homem passou a dominar a natureza, modificando-a, ao passo que também foi moldado por ela. Assim, os espaços urbanos e rurais com seus cortiços, hospitais psiquiátricos, presídios, edifícios de classe média, casas de periferia, influenciam o ser humano de forma psicossocial.

Um dos campos no qual a Psicologia Ambiental tem ampliado os estudos é o da afetividade, que vem tomando como base o pensamento de Baruch Espinosa (2003), filósofo do século XVII, que defendeu que pensamento e materialidade constituem expressões heterogêneas de uma única realidade. A filosofia de Espinosa faz frente ao pensamento do filósofo Descartes, segundo o qual o homem é composto por duas substâncias diferentes: matéria e pensamento. Descartes considerava que o corpo é inferior à alma, pois o corpo só pode conduzir ao engano enquanto a alma, por meio da racionalidade, pode atingir a verdade. Para ele as emoções não podiam ser explicadas por meio do pensamento racional, pelo contrário, a emoção era um empecilho para o exercício da racionalidade (Gleizer, 2005). No pensamento cartesiano, as afecções humanas são consideradas fenômenos de perturbação espiritual, e a razão deve se sobrepor às paixões.

Nas querelas da formação do pensamento moderno, a visão de Espinosa não prevaleceu, predominando o viés cartesiano, o qual defendia uma visão dual entre corpo e espírito, em que a realidade material se opõe paradoxalmente à realidade mental (Pinto, 2005). A partir do Renascimento, esse pensamento passa a influenciar o pensamento científico contrapondo mente e corpo, razão e afetividade. O entendimento de que a dimensão afetiva era prejudicial à racionalidade fez com que se buscasse isolar, nos estudos científicos, qualquer tipo de afeto, qualquer estado subjetivo em que se encontrassem emoções e sentimentos.

A Psicologia, ao se tornar ciência, muitas vezes colaborou para legitimar esse ideal, propagando como valor ético a ser seguido o controle e o adestramento das emoções e patologizando qualquer tipo de comportamento aparentemente não lógico ou que fugisse aos padrões normativos. Do psicólogo era esperado o máximo afastamento emocional, como se no âmbito do fazer profissional e científico fosse possível apartar o sujeito que pensa daquele que sente.

Além da “patologização” das emoções, a Psicologia, em busca de validar seu *status* de Ciência, passou a se utilizar de medidas paramétricas de medição da cognição e dos afetos humanos, a exemplo das medidas valorativas do quociente de inteligência (QI) humano. Sabemos que a ciência psicológica muitas vezes foi utilizada como ferramenta de adestramento, e, na busca de maximizar a capacidade produtiva de nosso sistema econômico, busca suprimir a dimensão afetiva humana, tomando-a como antagônica à racionalidade (Bock, 2003).

Com o avanço do desenvolvimento do pensamento psicológico, algumas abordagens se opuseram a essa visão dicotômica entre corpo e alma (Heller, 2006; Sawaia, 1996; Vygotsky, 1996). Essa perspectiva ganha influência da visão monista-espinosana, segundo a qual a realidade é constituída por um princípio único, considerando como uma as cisões cartesianas entre corpo e mente, posicionando-se contra a perspectiva de cisão entre razão e emoção. O sujeito, dessa forma, não é compartimentado, razão e emoção estão imbricadas, afetando-se mutuamente (Loos & Sant’Ana, 2007).

Para Lev Vygotsky (1996), as atividades e os aspectos cognitivos, afetivos e sociais são interdependentes. A vida emocional não se encontra separada dos outros processos psicológicos e do desenvolvimento

da consciência de um modo geral. O autor indicou que entre todas as categorias estudadas pela Psicologia a “emoção” sempre foi pouco valorizada, e criticou a forma como a Psicologia tradicionalmente buscou reprimir, debilitar e eliminar as descargas emocionais, entendendo que a racionalidade humana deveria avançar enquanto às emoções caberia retroceder.

Bader Sawaia (1996) ressalta a importância de as investigações psicológicas buscarem uma síntese entre a oposição subjetividade e objetividade, a partir da categoria afetiva. A abordagem da autora destaca a necessidade de rompimento com o paradigma racionalista e positivista, pondo fim à dicotomização entre razão e emoção e à consequente compartimentalização do humano, buscando o entendimento integralizado dos sujeitos. Essa visão é marcada eticamente pelo confronto com ideologias “patologizantes” sobre as emoções humanas.

Inicialmente os estudiosos da área de Psicologia Ambiental voltavam-se especialmente para o estudo dos processos cognitivos e comportamentais, focando numa perspectiva estritamente física, sem incluir os aspectos subjetivos e culturais. Na década de 1990, os estudos de Psicologia Ambiental passaram a contemplar de forma mais sistemática a investigação da relação afetiva entre pessoas e ambiente (Lima & Bomfim, 2009), dando relevância a como emoções e sentimentos, do tipo alegria, tristeza e medo, estavam relacionados a aspectos ambientais.

Para Espinosa (2003), no encontro dos homens com as coisas, os afetos são produzidos, a alegria aumenta a potência de ação dos sujeitos, conduzindo-os para a liberdade e a autonomia, enquanto o medo e a tristeza diminuem essa potência, escravizando-os. A alegria se relaciona aos bons encontros e a tristeza a encontros que nos despotencializam. Sabemos que os lugares também são promotores de encontros, e possuem a capacidade de despertar nos homens uma diversa gama de emoções, influenciando dessa maneira a potência humana.

Na busca de mediar a investigação da relação pessoa-ambiente a partir de uma dimensão inclusiva da afetividade, Zulmira Bomfim (2010) construiu uma metodologia para apreender os sentimentos e emoções dos sujeitos em relação ao ambiente, bem como investigar a relação que estabelecem com a potência de ação e padecimento dos sujeitos: o instrumento gerador dos mapas afetivos (IGMA). Bomfim (2010) versa que o caminho que vai da sensação à enunciação é muito complexo – assim, encontrar meios que acessem esses sentimentos e emoções que são criados e recriados no dia a dia dos indivíduos com sua comunidade, bairro ou cidade acarreta certo grau de intangibilidade. Para a autora, “chegar a estas sensações, aos sentimentos, sem correr o risco de acessar somente processos racionais, é um grande desafio metodológico” (p. 255).

A formulação dos IGMA se fundamentou tanto na Psicologia Ambiental quanto na Psicologia Social. Da Psicologia Social, Bomfim (2010) utilizou a perspectiva histórico-cultural, que compreende os afetos como constitutivos do subtexto da linguagem sobre o objeto estudado. Do referencial da Psicologia Ambiental, a principal fonte foram os mapas cognitivos de Kevin Lynch (1998), que solicita que os sujeitos construam mapas mentais de sua cidade e evidenciam que tais construções se formam a partir de percepções ambientais subjetivas. Porém Lynch (1998) levava em consideração apenas os aspectos físicos da estrutura da cidade e da identidade do sujeito. Bomfim (2010) se inspira em seu método, acrescentando os aspectos simbólicos que mediam as relações dos sujeitos com os lugares.

METODOLOGIA

Esta investigação é parte de uma pesquisa vinculada a um Programa de Pós- Graduação em Psicologia e teve como objetivo analisar a inter-relação dos processos de participação comunitária da Prainha do Canto Verde com a relação afetiva pessoa-ambiente, amparada na hipótese de que a participação social se relaciona positivamente com uma estima de lugar potencializadora. A tese que aponta para essa hipótese foi levantada por Bomfim (2010), em um estudo realizado em Barcelona. Neste trabalho buscamos investigar tal relação em um contexto regional e com forte participação social.

A pesquisa utilizou um viés etnográfico e teve como instrumentos de geração de dados o diário de campo e o IGMA, que foi aplicado com 33 moradores da localidade Prainha do Canto Verde. Os sujeitos investigados estavam na faixa etária de 18 a 73 anos, sendo de ambos os sexos e de nível educacional que

variava entre a ausência escolar (aos que não sabiam escrever foi dada a possibilidade de fazerem apenas o desenho e ditarem o conteúdo) e o ensino superior completo. Eles foram separados em dois grupos de análise: Grupo 01 - “participantes de atividades comunitárias”, com 20 sujeitos; e Grupo 02 - “não participantes de atividades comunitárias”, com 13 sujeitos. A escolha por essas duas categorias tem como justificativa a verificação da relação da participação comunitária com a relação afetiva dos sujeitos com o ambiente.

A aplicação do IGMA parte da solicitação de que o sujeito pesquisado faça um desenho que represente sua forma de “ver, representar ou sentir” o local que se deseja investigar, seja ele escola, bairro, cidade, comunidade. Com base em desenhos, metáforas e palavras do IGMA, é possível averiguar os sentimentos e afetos da pessoa em relação ao ambiente em questão.

Os mapas afetivos resultantes dessa metodologia são classificados em cinco diferentes tipos de imagens: Pertencimento, Agradabilidade, Insegurança, Destruição e Contraste. A imagem de Pertencimento se manifesta por meio de sentimentos de identificação e de apego ao lugar. A imagem de Agradabilidade revela sentimentos positivos dirigidos ao local, percebido como agradável e provocador de sensações de bem-estar. A imagem de Insegurança é compreendida como oppositora à do Pertencimento e está associada a sensações de que algo inesperado, às vezes negativo, está prestes a acontecer. A imagem de Destruição é compreendida como oppositora à da Agradabilidade e aponta as experiências vivenciadas no local como desagradáveis pelo sujeito, que o identifica como degradado. Por último, a imagem de Contraste descortina sentimentos antagônicos em relação ao lugar (Bomfim, 2010).

As imagens de Pertencimento e de Agradabilidade compõem o que Bomfim (2010) identificou como uma estima potencializadora do lugar, que leva a uma implicação do sujeito com ele. Já as categorias Insegurança e Destruição compõem uma estima despotencializadora, que leva a uma falta de implicação do sujeito com o lugar (Bomfim, 2010). A categoria Contraste foi inicialmente interpretada como uma estima despotencializadora, indicadora de uma redução da potência de ação do sujeito. Com o avanço dos estudos desta metodologia, foi demonstrado que as imagens de Contraste, por possuírem propriedades ambíguas, podem indicar tanto uma estima potencializadora como despotencializadora de ação.

Os mapas afetivos utilizam a técnica da análise de conteúdo que foram organizados em um quadro com as seguinte dimensão: Identificação – Dados pessoais do respondente; Estrutura – Indica a predominância cognitiva ou metafórica da representação; Significado – Explicação do respondente sobre a significação do desenho; Qualidade – Atributos do desenho e da Prainha do Canto Verde, apontados pelo respondente; Sentimento – Expressão afetiva do respondente ao desenho e à Prainha do canto Verde; Metáfora – Comparação da Prainha do Canto Verde com “algo” pelo respondente, visando à elaboração de metáforas; e Sentido – Interpretação dada pelo investigador à articulação de sentidos entre a Metáfora, Qualidade e Sentimento atribuídos pelo respondente.

O instrumento é composto por três partes. A primeira contendo a solicitação e as instruções sobre o desenho solicitado. A segunda reunindo questões abertas sobre os pensamentos e sentimentos dos respondentes, tanto em relação ao desenho quanto à comunidade. E a terceira abrangendo uma escala com questões Likert construída por Bomfim (2010) e validada por Bomfim et al. (2014), para medir dois constructos: Estima Potencializadora e Estima Despotencializadora.

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedeceram aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos em conformidade com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Por se tratar de pesquisa realizada em Unidade de Conservação, foi devidamente autorizada pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, de acordo com a Lei nº 9.985 de 2000.

CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DA COMUNIDADE

A comunidade da Prainha do Canto Verde, fundada no início do século XIX, é localizada no município de Beberibe, Ceará. Possui aproximadamente 1.100 habitantes e tem como base econômica

a pesca. A observação participante indicou que a comunidade é composta majoritariamente por famílias de pescadores, cuja organização se pautava pela seguinte forma: alguns homens eram pescadores, outros dedicavam-se à agricultura familiar nas vazantes, e as mulheres cuidavam dos afazeres domésticos.

A história da Prainha do Canto Verde envolve um forte engajamento político da comunidade. Em 1941, ocorreu um ato político que marcou a história da cidade: “Jacaré”, liderança local, e outros três pescadores embarcaram em uma jangada rumo ao Rio de Janeiro, com fins de protestar contra o abandono dos pescadores pelo então Presidente da República Getúlio Vargas. Jacaré morreu de forma trágica durante a filmagem da viagem feita pelo diretor americano Orson Welles (“Prainha do Canto Verde”, 2011). Nessa época a comunidade era praticamente isolada, fato que torna surpreendente a ocorrência de um evento político dessa natureza e mostra que já estava presente em boa medida um protagonismo político de seus moradores.

A organização comunitária se fortaleceu e a luta reivindicatória passou a se organizar de forma mais sistemática na década de 1980, em torno da melhoria das condições de trabalho e da obtenção de apoio à pesca artesanal. Em 1989 foi criada a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPCV), com o apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza, com forte influência do militante de direitos humanos internacionalmente reconhecido Dom Aloísio Lorscheider (“Prainha do Canto Verde”, 2011).

O fim da década de 1980 e o início da década de 1990 foram marcados pela eclosão de diversos conflitos no mar, provocados pela invasão de barcos piratas que se dedicavam à pesca de lagosta com compressor, prática proibida pela legislação por matar milhares de filhotes de lagostas e consequentemente prejudicar o ciclo reprodutivo marinho. Os pescadores locais passaram a se organizar contra essa prática, articulando-se com comunidades vizinhas. No ápice do conflito, um dos pescadores foi assassinado (“Prainha do Canto Verde”, 2011).

Uma das grandes vitórias das reivindicações comunitárias, tanto no campo político quanto jurídico, foi a criação da Reserva Extrativista (Resex) da Prainha do Canto Verde. A Resex é consequência de um decreto que demarca uma área de reserva extrativista de domínio público cujo uso é concedido à população nativa, que retira sua subsistência da própria localidade. Ela é gerida por um Conselho Deliberativo, constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, possuindo como objetivos a preservação dos meios de vida e da cultura da região. Na prática, a preservação dos meios de vida da população significa também a preservação do meio ambiente, resguardando a área de interesses meramente comerciais, como a pesca predatória, prática que torna inviável qualquer projeto de sustentabilidade.

De uma forma geral, a história da Prainha do Canto Verde foi marcada por uma intensa trajetória de luta comunitária na defesa de sua terra e de seu mar, bem como do estilo de vida e dos direitos de seus moradores. Esse histórico foi determinante em sua escolha como *locus* da pesquisa, pois como se tratou de um estudo que buscou investigar as diferenças da relação afetiva sujeito-ambiente entre sujeitos participantes e não participantes de atividade comunitária, para realizá-lo foi necessário encontrar uma comunidade onde tivéssemos um número representativo de sujeitos engajados na participação comunitária.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na análise qualitativa dos mapas afetivos, foi possível comprovar a correlação entre a participação comunitária na Prainha do Canto Verde e uma estima potencializadora de lugar (Agradabilidade e Pertencimento). Apresentaram estima potencializadora 95% dos sujeitos do Grupo 01 – participantes de ações comunitárias –, contra apenas 38% dos integrantes do Grupo 02 – não participantes de ações comunitárias. A estima despotencializadora (Destruição e Insegurança) não se manifestou entre os integrantes do Grupo 01, enquanto apareceu em 31% dos sujeitos do Grupo 02.

Quanto à análise da estrutura dos mapas, dos sujeitos do Grupo 01, 14 realizaram mapas metafóricos (70%) e 6 produziram mapas cognitivos (30%). Entre os sujeitos do Grupo 02, foram 5 os mapas metafó-

ricos (38%) realizados e 8 os cognitivos (62%). Os dados indicam que uma maior participação social se relaciona positivamente com a tendência de retratar mapas metafóricos. Em relação à categorização das imagens os sujeitos participantes de atividades comunitárias retrataram 13 imagens de Pertencimento, 6 de Agradabilidade e 1 de Contraste. Entre os sujeitos não participantes foram retratadas 4 imagens de Agradabilidade, 1 de Pertencimento, 4 de Contraste, 3 de Insegurança e 1 de Destruição.

Fazendo uma análise comparativa entre os dois grupos com base em cada categoria de imagem, têm-se os seguintes resultados: Na categoria Pertencimento foi apresentado o maior índice de diferenciação entre os dois grupos: 65% no Grupo 01 e 7% no Grupo 02. Na categoria Agradabilidade os resultados foram mais homogêneos: 30% no Grupo 01 e 31% no Grupo 02. Na categoria Contraste, apenas 5% de sujeitos a retrataram no Grupo 01 contra 31% no Grupo 02. As categorias Insegurança e Destruição não foram representadas no Grupo 01 e atingiram respectivamente os índices de 24% e 7% no Grupo 02 (Figura 1).

FIGURA 1 - Distribuição percentual comparativa das imagens dos mapas afetivos.

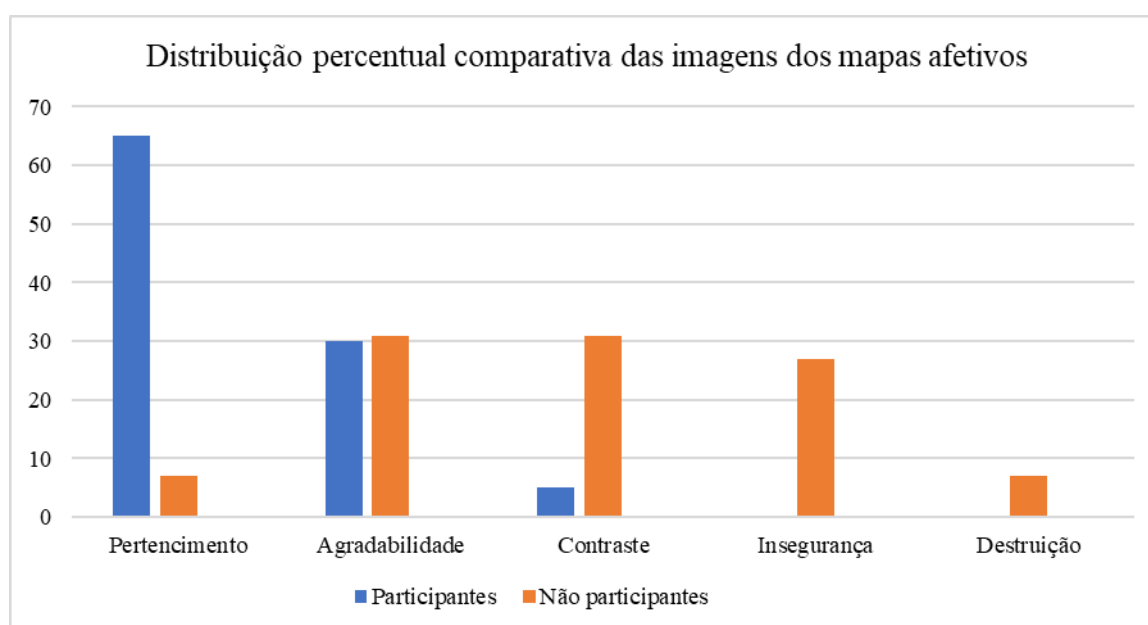


IMAGEM DE PERTENCIMENTO

A categoria Pertencimento foi retratada em 65% dos mapas dos participantes de ações comunitárias e em apenas 7% dos não participantes, evidenciando uma alta correlação entre a participação comunitária e o Pertencimento na Prainha do Canto Verde. Os sentimentos¹ mais recorrentes nos mapas classificados como imagem de Pertencimento pelos sujeitos do Grupo 01 foram: união (5 vezes), tranquilidade (4), amor (3), liberdade (3), alegria (2), partilha (2), paz (2), e pertencimento (2). Também apareceram uma única vez as palavras: amizade, animação, colaboração, coletividade, compreensão, comunhão, coragem, desenvolvimento, determinação, esperança, espontaneidade, fé, força, fraternidade, gratidão, integração, luta, prosperidade, reconhecimento, respeito, satisfação, solidariedade e valorização. No único mapa de Pertencimento elaborado pelos sujeitos que não participam das atividades, surgiram os sentimentos de: paz, aconchego, tranquilidade, segurança e amor.

¹ Todos os termos considerados pelos respondentes como “sentimentos” foram incluídos nos resultados.

Uma das imagens de Pertencimento retratadas pelos respondentes foi a “Prainha do Canto Verde Cardume de Sardinhas”. O mapa foi realizado por uma participante de ações comunitárias de 40 anos nascida na localidade. A participante retratou a localidade como uma comunidade tradicional que possui uma reserva extrativista que promove o presente e o futuro da região. Sua metáfora foi um cardume de sardinhas que quando se sentem ameaçadas se unem para que ninguém seja comido, e, mesmo que alguma sardinha possa perecer, o cardume se mantém forte contra qualquer ameaça, preservando sentimentos de paz, liberdade e integração (Figura 2).

FIGURA 2 - Representação da “Prainha do Canto Verde Cardume de Sardinhas”



QUADRO 1 - Quadro sintetizado do mapa afetivo “Prainha do Canto Verde Cardume de Sardinhas”

Identificação	Estrutura	Metafórico
<p>Escolaridade: Fundamental.</p> <p>Idade: 40.</p> <p>Sexo: Feminino.</p> <p>Nascida na localidade.</p> <p>Associada a AMPCV</p>	Significado	Um conjunto de belezas naturais e recursos, modo de vida, liberdade e paz.
	Qualidade	Uma comunidade tradicional e uma Resex que promove o presente da comunidade e o futuro.
	Sentimento	Paz, liberdade, integração.
	Metáfora	Cardume de Sardinhas – “que se sente ameaçada pelos predadores e se unem para que ninguém seja comido, e mesmo que alguém fique de fora acabam escapando o máximo de indivíduos”.
	Sentido	A Prainha do C. V. Cardume de Sardinhas é aquela em que o pertencimento se traduz pelo empenho que sua comunidade tem para permanecer unida e assim se fortalecer contra qualquer ameaça preservando sentimentos de paz, liberdade e integração.

A potência de ação das imagens de Pertencimento se revela a partir do investimento dos moradores na superação de suas próprias dificuldades, e revela também o cuidado de uns com os outros. O *conatus*, ou seja, o impulso para desenvolver-se e expandir-se, mesmo sendo expressão do desejo individual é fundamento de sociabilidade, tendo em vista que se realiza por meio do encontro com o outro (Brandão, 2008). Esse impulso coletivo pode ser percebido nesse mapa de Pertencimento, que denota um empenho

no fortalecimento da luta coletiva. A relação entre o pertencimento e as ações políticas realizadas a partir da associação e pela mobilização dos moradores esteve presente em diversas representações.

Os mapas afetivos evidenciaram esses encontros mostrando como a partir do outro os sujeitos conseguiram se fortalecer. Além da união, outros sentimentos foram apontados pelos moradores que geraram imagens de Pertencimento que podem ser remetidos aos bons encontros espinosanos, tais como: partilha, colaboração, coletividade, comunhão, fraternidade, integração.

Imagem de Agradabilidade

A categoria Agradabilidade apresentou um percentual muito semelhante entre os sujeitos do Grupo 01, de 30%, e os sujeitos do Grupo 02, de 31%, bem como em relação aos sentimentos encontrados. Entre os sujeitos do Grupo 01 os sentimentos que mais apareceram foram: amor (4 vezes), seguido de felicidade, harmonia, liberdade, paz, segurança e tranquilidade (todos 2 vezes), e alegria, amizade, bem-estar, prosperidade, respeito, simplicidade e união (apenas 1 vez). Já entre os sujeitos do Grupo 02 foram: paz (3 vezes), amor, felicidade e liberdade (2 vezes), bem-estar, calma, harmonia, mansidão e tranquilidade (1 vez).

Como amostra de imagem de Agradabilidade temos o mapa metafórico “Prainha do Canto Verde Planta”, realizado por uma participante de ações comunitárias de 59 anos nascida na localidade. Ela representou a praia como uma comunidade bonita, tranquila e organizada, dotada de beleza e vida, e que luta pelos seus direitos e modos de vida. A metáfora utilizada para representar a comunidade é de uma planta que cresceu, começou a florir, dar frutos, e que continua espalhando seus galhos e ganhos. Local de paz, calma e tranquilidade, com destaque para as belezas naturais (Figura 3).

FIGURA 3 - Representação da “Prainha do Canto Verde Planta”



TABELA 2 - Quadro sintetizado do mapa afetivo “Prainha do Canto Verde Planta”

Identificação	Estrutura	Metafórico
Escolaridade: 1º grau menor Idade: 59 Sexo: F Nascida na localidade Origem: PCV Associada à AMPV	Significado	Uma comunidade bonita, natural com suas culturas e tradições.
	Qualidade	Uma comunidade bonita, tranquila, organizada que luta pelos seus direitos e modos de vida. Um local de muita beleza e vida.
	Sentimento	União, amor, prosperidade
	Metáfora	“Uma planta que cresceu começou a florir, dar frutos e que hoje continua crescendo e espalhando seus galhos”
	Sentido	A Prainha do C.V. Planta é aquela em que a agradabilidade pode ser percebida tanto pelas suas belezas naturais quanto pelo florescimento da organização de luta dos seus moradores para preservar suas culturas e tradições, suscitando sentimentos de união, amor e prosperidade.

A exaltação da natureza, revelando a beleza do verde da região, do sol, da praia e do mar esteve presente em vários mapas, fazendo com que o local fosse percebido de forma ímpar pelos moradores que construíram essa categoria de imagem, retratando a localidade como um paraíso, local sem igual, ou “melhor lugar do mundo”. Nos relatos emergiu a associação da agradabilidade com a natureza, remetendo especialmente à preservação da localidade, fato também relacionado à organização comunitária. É relevante destacar que na representação dos participantes de ação comunitária foi comum que também as imagens de agradabilidade fossem também reveladoras de pertencimento. Na imagem fica notável que a beleza da cidade se relaciona a capacidade de seus moradores preservarem sua organização, suas culturas e suas tradições. A Prainha do Canto Verde Planta não é agradável apenas pela sua beleza, mas pela mobilização dos seus moradores, pela sua preservação cultural. Foi comum também relatos sobre a capacidade de manterem sua preservação ambiental por conta do comprometimento social com o lugar, que na visão dos moradores faz com que sua praia seja mais bonita que as das regiões do entorno.

Lugares que proporcionam uma íntima relação com a natureza costumam elevar os índices de imagens de Agradabilidade. Na Prainha do Canto Verde, a relação da comunidade com a natureza, as políticas de preservação ambiental, as ações cotidianas promotoras de desenvolvimento comunitário pautadas pela preservação do modo de vida nativo, especialmente devido às ações comunitárias, contribuíram para que as características de Agradabilidade fossem altas para os dois grupos.

IMAGEM DE CONTRASTE

A categoria Contraste obteve apenas 1 imagem (5% do total) dos sujeitos que participam das ações comunitárias, revelando sentimentos de paz, alegria e amor. Entre os sujeitos que não participam, 4 (31% do total) representaram essa categoria, relatando sentimentos de alegria, solidariedade, tranquilidade e união (2 vezes), e de amor, calma, colaboração, convivência, esperança, liberdade, paz e prazer (apenas 1 vez).

Uma das imagens de contraste retratada foi o mapa de estrutura metafórica “Prainha do Canto Verde Família”. O participante de 50 anos de idade e morador do local há 42 anos, retratou sua região como uma praia muito linda, com sol maravilhoso, muitos coqueiros e lindo mar, que, no entanto, não é valorizada por algumas pessoas, as mesmas que por essa razão não contribuem para a preservação do local. Para o autor a localidade era como uma família, que como tal nunca é perfeita, reunindo sempre alguns que colaboram para o bem comum e outros que só pensam em si, mas tem como sentimento geral a alegria e o amor.

Essa imagem revelou um conflito existente na região. Parte dos moradores se coloca contra a Reserva Extrativista lá existente e avalia que a localidade poderia ser mais atrativa turisticamente se tivesse uma

maior estrutura, como hotéis ou resorts. A aposta dos moradores mais engajados vai no sentido oposto, eles defendem que a preservação ambiental e o turismo sustentável podem além de gerar renda trazer ganhos secundários como a preservação do modo de vida nativo e a proteção de possíveis riscos que o crescimento não responsável pode trazer, como a ampliação da insegurança e da destruição. Existe uma certa rivalidade entre essas duas teses, que se revela no mapa do respondente, mas o sentimento comunitário se sobrepõe na “Prainha do Canto Verde Família”: a interpretação final é que apesar da divergência existe um sentimento familiar de pertencimento comum. (Figura 04)

FIGURA 4 - Representação da “Prainha do Canto Verde Família”



TABELA 3 - Quadro sintetizado do mapa afetivo “Prainha do Canto Verde Família”

Identificação	Estrutura	Cognitivo
Escolaridade: 1º grau	Significado	O meu desenho pra mim ele diz que eu moro numa praia muito linda, que tem um sol maravilhoso, muitos coqueiros e um mar lindo.
Idade: 50 Sexo: F	Qualidade	Um local maravilhoso, com muito verde, um paraíso, pena que algumas pessoas não dão valor e não ajudam a preservar.
	Sentimento	Paz, alegria, amor
42 anos na localidade	Metáfora	Família - se uma mãe tem 10 filhos e dois der muito problema, nunca vai ser completa.
Origem: --- Associada à AMPV	Sentido	A Prainha do C.V. Família o contraste pode ser percebido pois apesar de sua natureza maravilhosa, infelizmente alguns não lhe preservam, ela funciona como em uma família em que uns colaboram para o bem comum, mas outros nem tanto, mesmo assim o sentimento de quem lá vive está permeado de paz, alegria e amor.

Relatamos anteriormente que a categoria Contraste, em decorrência de sua ambiguidade, não aponta necessariamente para uma estima de lugar nem potencializadora nem despotencializadora de ação. Nesta pesquisa, devido à qualidade dos sentimentos que surgiram nas imagens de Contraste, como alegria, esperança,

liberdade, união, colaboração, de forte conotação positiva, e à ausência de sentimentos despotencializadores como medo e tristeza, fica clara a tendência potencializadora da estima dos sujeitos que a construíram.

As características de Contraste evidenciaram como aspecto negativo os problemas socioeconômicos da cidade, como falta de renda e trabalho, as brigas e a falta de colaboração dos moradores. Como aspecto positivo apontaram as belas características naturais do local, a relação da natureza com o sustento da população por meio da pesca, e a capacidade de organização e superação dos problemas de forma conjunta, com união e colaboração.

IMAGEM DE INSEGURANÇA

Nenhuma imagem de Insegurança foi retratada no Grupo 01, enquanto três (24% do total) imagens foram retratadas no Grupo 02. A primeira retratou o sentimento de medo, a segunda, de disputa, e a terceira, de tristeza, infelicidade e depressão.

Utilizaremos para retratar essa categoria o mapa “Prainha do Canto Verde Perigo”, de estrutura cognitiva, realizado por uma moradora de 32 anos, nascida no local, e que não participa das atividades comunitárias. A moradora retratou o perigo gerado pela vulnerabilidade em que vive parte dos seus moradores, pelo perigo de ter suas casas na rota do movimento das dunas. O principal sentimento relatado foi o medo. (Figura 05)

FIGURA 5 - Representação da “Prainha do Canto Verde Perigo”

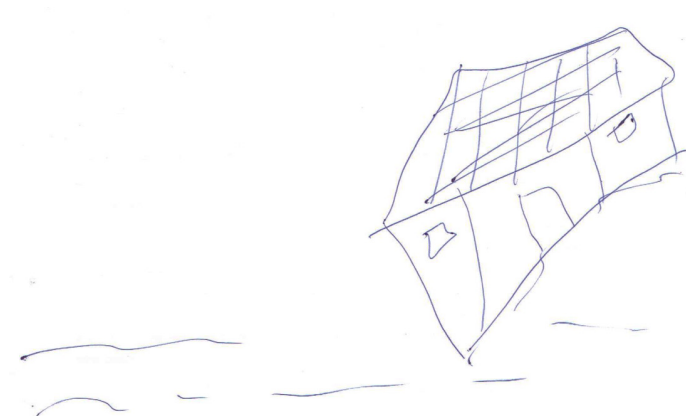


TABELA 4 - Quadro sintetizado do mapa afetivo “Prainha do Canto Verde Perigo”

Identificação	Estrutura	Metafórica
Escolaridade: Ensino Médio Idade: 32 Sexo: F	Significado	O perigo das dunas, morador em perigo.
	Qualidade	Na prainha do Canto Verde tem pouco emprego.
	Sentimento	Medo.
	Metáfora	Perigo
Nascida na localidade Não participante ação	Sentido	A Prainha do C.V. Perigo é aquela em que sua insegurança pode ser percebida pela vulnerabilidade em que vive parte dos moradores pelo perigo constante de ter suas casas na rota do movimento espontâneo das dunas gerando sentimentos de medo nestes sujeitos.

As imagens de Insegurança, nos meios urbanos, costumam se relacionar ao fenômeno da violência. Na Prainha do Canto Verde, porém, elas retrataram o medo relacionado ao perigo constituído pelo movimento das dunas, que muitas vezes destrói a residência dos moradores; o risco representado pela vulnerabilidade econômica local; e a “superpovoação” da comunidade, gerando angústia sobre a futura moradia de seus filhos.

O medo de que as gerações mais jovens não tenham onde morar no futuro marca uma profunda diferença perceptual entre sujeitos participantes e não participantes de ações comunitárias. Um dos aspectos mais evidenciados pelo primeiro grupo, no decorrer deste estudo, foi o sentimento de orgulho de viver em uma comunidade que assegura o direito à terra para os filhos, devido à existência da Resex. Essa segurança não se evidenciou entre os sujeitos do segundo grupo. Isso pode se relacionar à falta de entendimento relatada por alguns sujeitos que não participam das ações comunitárias sobre a Resex, gerando insegurança quanto às proteções da regulação da comunidade na questão territorial.

Os sentimentos de medo e tristeza se relacionam na teoria de Espinosa (2003) com a passividade, o que pode explicar a sua correlação com a falta de participação social em nossa pesquisa. Os respondentes desta categoria enfrentam problemas concretos como o avanço das dunas, a vulnerabilidade econômica e o medo de seus filhos não terem onde morar, porém, possuem resistência em participar das buscas coletivas para a superação. Encontramos no relato de parte dos sujeitos não participantes o sentimento de que a sua participação não faria muita diferença nas conquistas da comunidade. Isso acontecia apesar de se mostrarem cientes que a organização tinha trazido muitos ganhos concretos para a Prainha do Canto Verde. Apenas um dos moradores relatou de forma explícita que não acreditava que os movimentos organizados na Prainha traziam benefícios para a comunidade.

IMAGEM DE DESTRUÇÃO

A categoria Destruição não foi retratada no Grupo 01 e apareceu apenas 1 vez no Grupo 02. Os sentimentos associados a essa imagem foram: tristeza, angústia, infelicidade, lamento, revolta e sofrimento. Na imagem são expressos apenas sentimentos que retratam uma estima negativa, sendo dessa forma indicadora de despotencialização.

O único mapa de Destruição que surgiu em nossa pesquisa foi a “Prainha do Canto Verde que o mar está levando”, realizado por uma moradora de 20 anos não participante de ações comunitárias. O significado do desenho foi retratar que muitas casas próximas ao mar estão sendo destruídas e o sentimento resultante de angústia, lamento, infelicidade e sofrimento.

FIGURA 6 - Representação da “Prainha do Canto Verde que o mar está levando”



TABELA 5 - Quadro sintetizado do mapa afetivo “Prainha do Canto Verde que o mar está levando”

Identificação	Estrutura	Cognitivo
Escolaridade: ---	Significado	O mar acabando com muitas casas que estão próximas dele
Idade: 20	Qualidade	É um lugar bom de se morar e muito calmo, e que é muito triste ver a história se destruindo.
Sexo:F	Sentimento	Tristeza, Angústia, lamento, revolta, infelicidade, sofrimento
Nascida na localidade	Metáfora	Lugar que o mar está levando
Origem:	Sentido	Na Prainha do C.V. Que o Mar Está Levando, a sua destruição se caracteriza por conta do avanço do mar que destrói as casas que ficam na beira da praia, provocando sentimentos de tristeza, angústia, lamento, infelicidade e sofrimento nos moradores.
Não participante ação		

A imagem retratou a destruição do avanço do mar e os sentimentos dos moradores diante da destruição, especialmente daqueles que têm suas casas mais próximas da beira do mar e que são mais atingidos por esse fenômeno. O avanço e recuo do mar é um fenômeno natural, porém potencializado pela ação humana, como no exemplo da construção de barreiras litorâneas, que solucionam problemas em algumas áreas, mas causam impactos em outras.

Além dos sujeitos diretamente implicados no avanço do mar, a destruição retratada pelos moradores pode impactar também no turismo local, consequentemente na renda da região, tendo em vista que a devastação das casas provoca um forte impacto visual, contrastando com as belezas do lugar especialmente no local que os turistas mais procuram, a beira do mar.

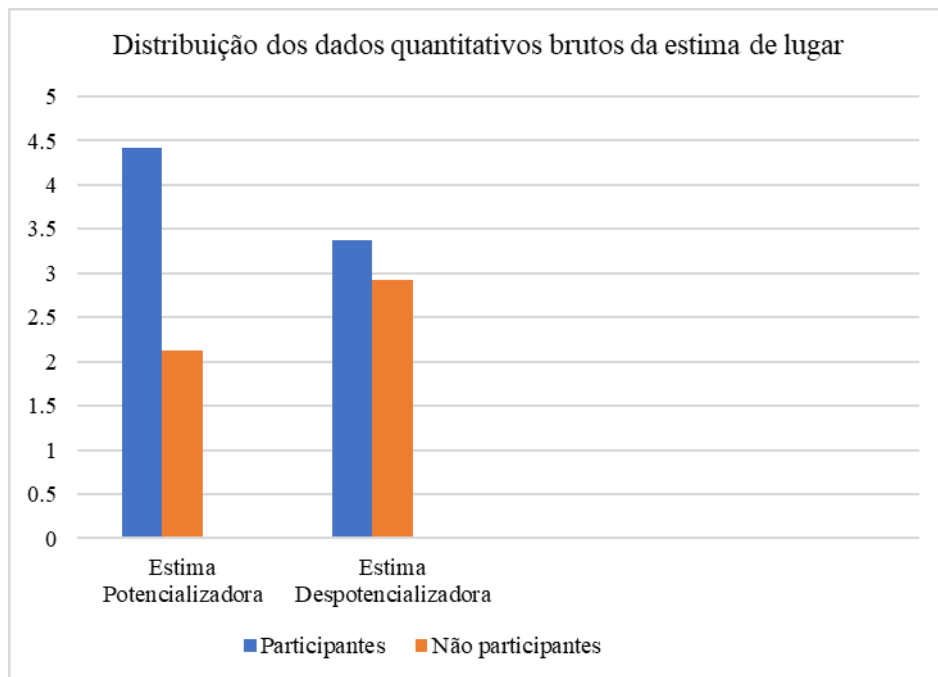
ANÁLISE ESTATÍSTICA COMPLEMENTAR

Para analisar a correlação entre a estima de lugar do sujeito e a participação comunitária na Prainha do Canto Verde, realizamos uma análise “test-T de amostras independentes” das escalas de Estima Potencializadora e Estima Despotencializadora². O objetivo foi testar se existia diferença entre a média dos sujeitos que participam de atividades comunitárias e daqueles que não participam.

A diferença entre o índice de Estima Potencializadora no grupo de sujeitos participantes de atividades comunitárias ($4,42 \pm 0,36$) e o índice de Estima Potencializadora no grupo de sujeitos não participantes de atividades comunitárias ($3,46 \pm 0,43$) foi estatisticamente significativa ($t = 6,92$; $gl = 31$; $p < 0,001$). A diferença entre o índice de Estima Despotencializadora no grupo de sujeitos participantes de atividades comunitárias ($2,12 \pm 0,40$) e o índice de Estima Despotencializadora no grupo de sujeitos não participantes de atividades comunitárias ($2,92 \pm 0,65$) também foi estatisticamente significativa ($t = -3,97$; $gl = 31$; $p < 0,001$) (Figura 3).

2 As escalas de Estima potencializadora e Estima despotencializadora já eram previamente utilizadas no IGMA, com cinco níveis de resposta (De concordo totalmente a discordo totalmente). A correlação foi realizada por meio do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

FIGURA 7 - Distribuição dos dados quantitativos brutos da estima de lugar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo confirmou a correlação entre a participação comunitária e estima de lugar evidenciada por Bomfim (2010). Os sujeitos participantes de atividades comunitárias apresentaram uma média significativamente superior para Estima Potencializadora e significativamente inferior para Estima Despotencializadora, quando comparados aos sujeitos não participantes. Ficou evidenciada a correlação tanto na análise qualitativa dos mapas afetivos quanto na quantitativa.

Esperávamos que a relação do homem com a natureza fossem se fazer mais presente nas imagens de agradabilidade, mas elas atravessaram todas as categorias representadas, incluindo as despotencializadoras. A natureza embora possa ser significada de forma alegre, destacando seus aspectos potencializadores, também pode ser atribuída a insegurança de que um determinado fenômeno natural perigoso aconteça, assim como a destruição gerada quando acontecem. É interessante notar que apesar das formas de minimizar os efeitos dos fenômenos naturais serem bastante discutidas nas reuniões da associação, o fenômeno só foi retratado em sujeitos que não participam das atividades, mostrando como o significado atribuído a esses fenômenos se relacionam com a forma como o sujeito se relaciona comunitariamente. Apesar de sentirem os efeitos dos fenômenos naturais e de estarem engajados em sua minimização, os sujeitos participantes de ação comunitária não representaram a comunidade a partir deles, mas sim a partir dos aspectos mais potencializadores da natureza, como sua beleza e preservação.

Foi constatada forte presença de uma participação comunitária de viés político, geradora de potência de ação. Evidenciou-se que a participação não se limita a um senso utilitarista de desenvolvimento comunitário e se encontra vinculada especialmente ao desejo, à paixão, ao sentido encontrado pelo pertencimento em si e vinculada a sentimentos de alegria e felicidade. A participação se mostrou ancorada na própria identidade participativa dos moradores, que em boa parte percebiam a participação como uma atividade integrada à vida, como trabalhar, dedicar-se à família ou ao lazer. Ela é vista como algo que lhes dá prazer e entusiasmo, e considerado até mesmo um vício, algo que mesmo que você queira não consegue deixar de fazer.

Os sentimentos mais recorrentes encontrados no grupo dos participantes de ações comunitárias tiveram uma maior conotação positiva: tranquilidade, liberdade, paz, alegria, amizade, felicidade, partilha, pertencimento, prosperidade, respeito e segurança. Já os sentimentos encontrados pelos não participantes foram mais mistos, porém também predominantemente positivos: amor, paz, tranquilidade, alegria, felicidade, infelicidade, liberdade, solidariedade e tristeza.

É relevante notar que mesmo os sujeitos não participantes de ação comunitária apresentaram maior estima potencializadora que despotencializadora. Quando analisamos a combinação entre os dados qualitativos e quantitativos, podemos supor que o alto índice de estima potencializadora, também evidenciado no grupo dos sujeitos não participantes de atividades comunitárias, deve-se ao alto índice de Agradabilidade nesse grupo. É possível supor que a implicação dos sujeitos comunitários no local impacta em vários fatores ambientais, físicos e socioculturais, possivelmente influenciando a percepção sobre o local também dos sujeitos não participantes.

A força gerada pela participação parece impactar em distintos aspectos ambientais, tais como: aumento da preservação ambiental local; ampliação dos laços solidários; fortalecimento dos sentimentos comunitários; maior engajamento e solução dos problemas ambientais, sociais e econômicos da localidade; geração de novas garantias, como a conquista da Reserva Extrativista, que resultou em novos direitos para os sujeitos da comunidade.

Esses fatores são promotores de desenvolvimento comunitário, o que altera a forma como todos os moradores percebem a comunidade. Os dados obtidos apontam que a participação social tem se revertido em benefícios concretos para a comunidade, gerando maior coesão social, e impactado positivamente na identificação dos moradores com seu local de moradia bem como no sentimento de orgulho em pertencer à comunidade. Sugerimos estudos comparativos dos modos de vida e da participação comunitária de áreas do entorno com menor engajamento comunitário, que possam investigar as consequências práticas da participação em fatores como: especulação imobiliária, degradação ambiental, pesca e turismo predatórios.

REFERÊNCIAS

- Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In *Psicologia e o compromisso social* (pp. 15-28). Cortez.
- Bomfim, Z. A. C. (2010). *Cidade e afetividade: estigma e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. UFC.
- Bomfim, Z. A. C., Nobre, B. H. L., Ferreira, T. L. M., Araújo, L. M. A., Feitosa, M. Z. de S., Martins, A. K. S. et al. (2014). Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In R. Garcia-Mira & A. Dimitru (Eds.), *Urban Sustainability: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities* (pp. 131-148). A Coruña, ESP: Deputación da Coruña & Instituto de Investigación Xoon Vicente Viqueira.
- Brandão, I. R. (2008). *Afetividade e participação na metrópole: Uma reflexão sobre dirigentes de ONGs da cidade de Fortaleza* [Tese de Doutorado, Psicologia Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP].
- Espinosa, B. (2003). *Ética demonstrada à maneira dos geômetras*. Martin Claret.
- Gleizer, M. A. (2005). *Espinosa e a afetividade humana*. Zahar.
- Hall, E. T. (1977). *A dimensão oculta*. Francisco Alves.
- Heller, A. (2006). *Teoría de los sentimientos*. Coyoacán.
- Lima, D. M. A. & Bomfim, Z. A. C. (2009). Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental. *Psico*, 40(4), 491-497.
- Loos, H. & Sant'Ana, R. S. (2007). Cognição, afeto e desenvolvimento humano: a emoção de viver e a razão de existir. *Educar*, 30, 165-182. <http://www.scielo.br/pdf/er/n30/a11n30>
- Lynch, K. (1998). *La imagen de la ciudad*. Editorial Gustavo Gil.
- Mira, R. G. (1997). Aportación de la psicología ambiental. In *La ciudad percebida: Uma psicología ambiental de los barrios de Coruña* (pp. 23-36). Universidad da Coruña.
- Moser, G. (1998). Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 121-130.
- Pinto, F. E. M. (2005). Os (des)afetos da inteligência: o possível diálogo entre cognição e afetividade. *Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes*, 13(1), 7-12. <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/530>
- Prainha do Canto Verde: Berço do Movimento dos Pescadores do Ceará* (2011). Beberibe. <http://prainhadocantoverde.org/prainha-do-canto-verde-berco-do-movimento-dos-pescadores-do-ceara/>

Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a Humanidade. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-55). Vozes.

Vygotsky, L. S. (1996). *Os métodos de investigação reflexológicos e psicológicos: Teoria e método em psicologia*. Martins Fontes.

Histórico

Recebido em: 06/06/2020

Aprovado em: 05/07/2020

Contribuição dos Autores

Concepção: DWAC; ZACB

Coleta de dados: DWAC

Análise de dados: DWAC; ZACB; LLS

Elaboração do manuscrito: DWAC

Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: ZACB

Aprovação final do manuscrito: ZACB

Financiamento

Não houve financiamento

Consentimento de uso de imagem

Não se Aplica.

Aprovação, ética e consentimento

O estudo foi aprovado pela comissão de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade Federal do Ceará.

Artigo Original

As ruas e provocações à transcendência: Espiritualidade na produção imanente de comuns

Las calles y las provocaciones a la transcendência:
Espiritulidad en la producción inmanente de comunes

The streets and provocations to transcendence:
Spirituality in the immanent production of commons

André Felipe Jales Coutinho *
andrefelipepsi@gmail.com
Ana Karenina de Melo Arraes **
akarraes@gmail.com
Maria Teresa Nobre ***
teresa-nobre@uol.com.br

* Prefeitura de Parnamirim/RN. Secretaria Municipal de Saúde. CAPS i de Parnamirim
<https://orcid.org/0000-0001-9054-1617>

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
<https://orcid.org/0000-0002-1343-9341>

*** Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
<https://orcid.org/0000-0002-5085-4296>

Resumo

Trata-se de uma pesquisa-intervenção desenvolvida entre o final de 2013 e 2016, referente à caracterização das condições de vida, das histórias de vida e das violações de direitos contra a população em situação de rua. Foram realizadas 159 entrevistas semiestruturadas e narrativas de histórias de vida, com registro em diários de campos e análise de documentos políticos institucionais. Esse trabalho focalizou a temática da espiritualidade, religiosidade e religião nesses contextos. Nas narrativas se utilizou a própria linguagem do campo de pesquisa, conforme as influências etnográficas. Essa produção textual se limitou a conectar os fenômenos ditos transcendentais com aspectos imanentes das vidas dessas pessoas. Valeu-se, também, do conceito de espiritualidade nesse ancoramento, procurando produzir um discurso que facilitasse o encontro dos contextos das ruas dos sujeitos com diferentes aproximações: religiosas ou não religiosas, espirituais ou não espirituais, colaborando na produção de comuns nas diferenças.

Palavras-Chave: População em situação de rua; Religião; Espiritualidade; Direitos Humanos; Narrativas.

Resumén

Esta investigación-intervención desarrollada entre finales de 2013 y 2016, se refiere a la caracterización de las condiciones de vida, historias de vida y violaciones de derechos de la población sin hogar. Se llevaron 159 entrevistas semiestructuradas y narrativas de vida, con registros en diarios de campo y análisis de documentos políticos

institucionales. Este trabajo se centró en el tema de la espiritualidad, la religiosidad y la religión en estos contextos. En las narrativas se utilizó el lenguaje propia del campo de investigación, conforme las influencias etnográficas. Esta producción textual se limitó a conectar los llamados fenómenos trascendentes con aspectos immanentes de las vidas de estas personas. También utilizó el concepto de espiritualidad en este anclaje, buscando producir un discurso que facilitara el encuentro de los contextos de las calles con diferentes enfoques: religiosos o no religiosos, espirituales o no espirituales, colaborando en la producción de comunes en las diferencias.

Palabras clave: *Población sin hogar; Religión; Espiritualidad; Derechos Humanos; Narrativas.*

Abstract

This is a research-intervention conducted between the end of 2013 and 2016. It characterizes the homeless population's living conditions, life stories and human rights violations. During this investigation, were carried out 159 semi-structured interviews and life story narratives, recorded in field diaries and analysis of political and institutional documents. This work focuses on the theme of spirituality, religiosity and religion in these contexts. In the presentation of the narratives, the language of the research field was used, according to the ethnographic influences of this investigation. This textual enterprise was limited to connecting the so-called transcendent phenomena with the immanent aspects of the live experiences of these people. It also espouses the concept of spirituality in this anchorage, seeking to produce a discourse which facilitates an encounter with the participant's contexts through different approaches: religious or non-religious, spiritual or non-spiritual, collaborating in the production of common differences.

Keywords: *Homeless people; Religion; Spirituality; Human Rights; Narratives.*

A historicização do fenômeno da “população em situação de rua”: uma introdução

O reconhecimento contemporâneo do fenômeno “pessoas em situação de rua” atravessa as moralizações e culpabilizações da sociedade em geral e das próprias pessoas em situação de rua reproduzidas socialmente através de termos como: moradores de rua, mendigos, pedintes, preguiçosos, vagabundos, drogados, marginais, criminosos ou bandidos. No Brasil, o Estado amparado em tais identidades tratou essa questão, de acordo com Maria Carolina Ferro (2012), tanto criminalizando e reprimindo, com violência e higienização dos centros urbanos, como invisibilizando, com negligência ou políticas assistenciais ínfimas. Ambas as abordagens (coerção e omissão) são políticas de Estado que coexistiram com ações de diversos grupos filantrópicos com o lema de “caridade aos mais necessitados” (p. 39).

Em outra via de apreensão desse fenômeno, se defende a importância de historicizar essa condição de vida, compreendendo que tal condição ocorre por meio de relações sociais, logo, são (re)produções humanas que podem seguir outros percursos (ou não), superando as opressões habitualmente invisibilizadas. Essas opressões se inscrevem nas biografias dessa população antes mesmo da inserção na situação de rua e nela se perseveram de outros modos, não sem resistências individuais e coletivas. Instaura-se, assim, uma tensão entre invisibilidade e visibilidade perversa: sua presença na cidade é invisibilizada em termos de direito à cidade e outros direitos fundamentais (moradia, trabalho etc.), enquanto são identificados pelos incômodos que provocam (ocupação “indevida” dos espaços urbanos, modos incomuns de circulação na cidade etc.). Essas práticas tencionam a relação dentro-fora da sociedade e os processos de exclusão social. A perspectiva “do fora” desresponsabiliza a coletividade em defrontar-se com certas proximidades árduas e incômodas por sinalizarem questões sobre todo o corpo social que exigem mudanças do *status quo*.

Esse grupo social denunciou aspectos da dimensão social contemporânea bastante contraditórios a partir de um massacre na Praça da Sé (SP), em 2004¹, com sete pessoas em situação de rua mortas e oito gravemente feridas, com atos semelhantes em outros estados brasileiros. Esse acontecimento permitiu a construção do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), em 2005. Com tal organização política e em uma conjuntura favorável, embora limitada, aos movimentos sociais, com Lula na Presidência da República, foi possível conquistas significativas. Entre elas, a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População de Rua (CIAMP Rua), em 2009 (Almeida, 2015).

Apesar de um longo histórico de negligência e de atraso na implantação de uma política pública específica para esse segmento populacional, não se pode desconsiderar os avanços no reconhecimento dessa questão pelo Estado Brasileiro com documentos oficiais e com a criação de serviços específicos. Isso após as mobilizações políticas do MNPR, conquistando uma participação ampliada nos espaços de controle social. Mesmo assim, esses avanços ainda não são suficientes para a superação das omissões e violências sofridas contra os que permanecem na rua, sem acesso a outros espaços e direitos sociais.

O contexto de origem da pesquisa-intervenção e sua composição “caminhante”: enunciando os incêndios do capital e anunciando possibilidades de gentilezas

As transformações nos discursos e práticas referentes a esse grupo social no âmbito brasileiro permitiu que o Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN (CRDH/UFRN), criado em 2011, desenvolvesse atividades de pesquisa, extensão e ensino com a população em situação de rua local (Almeida et al., 2015). Em 23 de outubro de 2012 foi organizado um evento chamado “Vivências de rua: sou invisível pra você?”, que marcou publicamente o início da parceria, contando, aproximadamente, com a participação de 50 pessoas em situação de rua e com a então coordenadora nacional do MNPR, Maria

1 Maiores informações podem ser encontradas em: <https://mtst.org/noticias/com-responsaveis-ainda-impunes-massacre-da-se-completa-14-anos/>

Lúcia Santos Pereira da Silva, dando início a uma articulação para formação e organização política, com representantes na cidade neste movimento social. A partir dessa aproximação institucional UFRN-CRDH-MNPR essa temática foi se consolidando tanto na universidade, quanto na sociedade, visibilizando-se para alguns atores sociais e figuras públicas importantes na cidade. Isso chegou a provocar deslocamentos transformadores nos discursos e nas práticas e/ou a tencionar os lugares instituídos em tratar essa questão: ora com assistencialismo, ora com modos coercitivos de controle e punição. Tal consolidação foi possível com a construção de espaços contínuos como oficinas, reuniões e grupos de estudos, visando uma apropriação maior desse fenômeno e iniciando um diagnóstico dessa realidade no âmbito da cidade.

Para realizar este trabalho junto a população em situação de rua, era necessário conhecer essa população, pois não havia pesquisas ou outras informações oficiais a respeito no contexto regional. Movidos pelo interesse de conhecer, caracterizar e ao mesmo tempo intervir junto às demandas relativas às violações de direitos humanos, é que esta pesquisa-intervenção se desenvolveu, ao lado de outros trabalhos de pesquisa e extensão universitária, entre 2013 e 2018. Esses processos também proporcionaram acompanhamentos psicossociais e atuação coletiva voltada à construção de possibilidades de vida e luta por direitos sociais.

No tocante aos aspectos teórico-metodológicos, trata-se de uma pesquisa-intervenção, que se caracteriza como uma forma de construção do conhecimento que contempla a inseparabilidade entre pesquisador e fenômenos investigados. Dessa forma, se busca colocar em análise as relações entre sujeito e objeto e entre teoria e prática. Esse posicionamento não busca mudanças imediatas, mas utiliza a pesquisa-intervenção como um dispositivo de transformação no cotidiano, construídas entre a macro e a micropolítica (Rocha & Aguiar, 2003). Nessa perspectiva metodológica, é colocada em questão a posição do pesquisador, suas expectativas de modificar essa posição, bem como as influências que o coletivo realiza na construção desse caminho e os riscos inerentes a qualquer fluxo colocado em ação (Paulon, 2005).

Outro marcador teórico e metodológico significativo foi a sua inspiração etnográfica, sendo a pesquisa pensada como prática e experiência (Magnani, 2009). Trata-se de buscar uma inserção profunda no campo, na sua rede complexa de interações, trocas e conflitos, numa aproximação “de perto e de dentro”, percebendo os arranjos, as possibilidades e os movimentos dos atores sociais, que imprimem sentido às suas práticas nas paisagens e cenários onde ocorrem. Neste sentido, é preciso estar atento tanto aos encontros inusitados quanto aos fatos corriqueiros, não apenas para observá-los, mas sobretudo para vivenciá-los intensamente, numa experiência de deixar-se guiar pelo campo e de ser afetado pelo que nele acontece. Faz parte desse percurso o registro em diário de campo das experiências, impressões e sensações vividas e também de informações colhidas, o que representa uma rica fonte de dados sobre esse encontro com o universo do outro e uma releitura dos seus significados, contemplando as singularidades e a totalidade do campo.

Com esse aporte epistemológico e teórico, realizamos entrevistas com 159 participantes, através de um questionário semiestruturado, que abordou as seguintes dimensões: (a) Dados gerais; (b) Trajetória na rua; (c) Vínculos familiares; (d) Trabalho e renda; (e) Saúde; (f) Cidadania e participação social; e (g) Preconceito e violência. Em seguida, os dados quantitativos produzidos foram organizados e analisados por meio do programa de computador “IBM SPSS – Pacote de *software* de análise estatística, versão 20”.

Outra prática de investigação foi o registro de reuniões, oficinas e eventos, tanto do CRDH/UFRN quanto do MNPR, por meio de arquivos escritos: atas de reuniões; narrativas biográficas registradas, por vezes, durante as entrevistas; diários de campo registrando experiências durante as entrevistas e oficinas em direitos humanos; documentos políticos construídos pelo MNPR e o CRDH. Após a organização desses dados, realizou-se uma análise temática em categorias: I) Subcategorias transversais; II) Condições de vida e táticas de sobrevivência; III) Saúde Geral; IV) Saúde Mental e Álcool e outras Drogas; V) Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual; VI) Trabalho; VII) Violências e opressões; VIII) Educação, cultura e lazer; IX) Vínculos significativos; e X) Espiritualidade e religião.

De todos esses temas, para este artigo, abordamos a temática da espiritualidade e das religiões reiteradamente manifestada nos campos de pesquisa. Sua legitimação permitiu o compartilhamento de

conhecimentos e vivências, facilitado pelo vínculo, pela escuta e pelos silêncios contemplativos. Para uma ampliação, valemo-nos do conceito de espiritualidade na ancoragem desse empreendimento, tentando produzir um discurso que facilite o encontro sobre os contextos das ruas dos sujeitos com diferentes aproximações: religiosas ou não religiosas, espirituais ou não espirituais, facilitando a produção de comuns nas diferenças.

No que concerne a esses diferentes campos de pesquisa, boa parte das entrevistas realizadas ocorreram em dois contextos de atividades caritativas de grupos religiosos evangélicos, um desses em uma praça, no centro da cidade, semanalmente, durante um ano; e outro em um prédio de uma igreja de outra denominação, em outro bairro, durante dois meses. Um outro campo refere-se a uma visita, durante um dia, a uma comunidade terapêutica em meio rural. Essa comunidade tinha conexão com um dos grupos religiosos identificados anteriormente. Os demais contextos foram: as proximidades de uma Unidade de Acolhimento para População em Situação de Rua; um canteiro de uma avenida próximo da Rodoviária Municipal; uma praça na vizinhança de um sindicato onde ocorriam oficinas de direitos humanos e reuniões de organização política do MNPR; e, por fim, nesse mesmo sindicato.

As informações qualitativas construídas nesses diversos campos de pesquisa, os quais delineiam os aspectos relativos à espiritualidade, se referem tanto às pessoas em situação de rua, quanto aos integrantes dos grupos caritativos, porém, com menor ênfase. Essa decisão de também abranger a relação das pessoas em situação de rua com os integrantes dos grupos caritativos na análise qualitativa faz sentido em um cenário onde tais integrantes, em sua maioria, já estiveram/estão em situação de (extrema) pobreza ou mesmo, em casos isolados, em situação de rua no passado. Também faz sentido quando a maioria dos relatos em que emergiu essa temática se deu nos campos de pesquisa onde ocorriam trabalhos caritativos de igrejas. Cabe somar que com as narrativas se utilizou a própria linguagem do cotidiano do campo de pesquisa, conforme as influências etnográficas expressas.

Com o objetivo de abordar esses temas em sua complexidade é necessário articular as narrativas e discussões, escapando dos ideais cientificistas de neutralidade. Assim considerando as dimensões biográficas e as dimensões históricas, os sujeitos individuais e os sujeitos coletivos e as (re)produções de subjetividades e as (re)produções sociais.

Exercício ético, afetos e espiritualidade: três provocações à transcendência

Para discutir espiritualidade e religião conectadas com o fenômeno da população em situação de rua é pertinente evocar as reflexões de Patrícia Batista, Eymard Vasconcelos e Solange Costa (2014) sobre o exercício ético de libertação e solidariedade, na perspectiva da educação popular em saúde, problematizando a formação universitária. Esta confunde, por vezes, esse exercício com “éticas” normativas profissionais, ou moralidades profissionais, do agir segundo o dever, com o amparo em determinados códigos de “ética” (ou de morais) profissionais.

Em um caminho oposto ao espontaneísmo e tão prejudicial quanto no desenvolvimento dos educandos universitários, Batista, Vasconcelos e Costa (2014) demarcam que a formação hegemônica, por deslegitimar as dimensões subjetivas e afetivas, permite que se imponham silêncios referentes a complexidade do “ser cuidador” e do “ser educador”. Isso porque a comunicação validada na universidade, com algumas exceções, se dá unicamente por meio de linguagens acadêmicas - que em grande parte promovem a separação entre sujeito e objeto, entre teoria e prática e entre ciência e política -, impedindo assim que problemas, necessidades, inquietações, medos e sofrimentos de aspectos relacionais na saúde e na educação sejam melhor comunicados e debatidos.

Independente de certas tradições acadêmicas hegemônicas buscarem se abster do debate envolvendo aspectos subjetivos e afetivos, Eymard Vasconcelos (2006) coloca que tais aspectos permanecem intrinsecamente presentes no cotidiano das instituições da saúde e educação, não apenas no âmbito dos usuários e educandos, como também no âmbito dos próprios profissionais e educadores. Essa presença, ao se referir à religião e à espiritualidade, nem sempre possui condições para ser publicizada e, quando ocorre, costumeiramente se dá presa a linguagens de tradições espirituais particulares. Esse cenário implica con-

flitos silenciosos (ou não) entre sujeitos que se agenciam de modo particular com as diversas tradições possíveis e também entre os que não se agenciam com tais tradições, promovendo certas práticas com posturas impeditivas ao acolhimento das singularidades que se apresentam.

Logo, conforme Vasconcelos (2006), uma primeira delimitação conceitual de “espiritualidade” urge diferenciá-lo de “religião”. Religião se relaciona a determinada doutrina que orienta e organiza a vivência religiosa de seus adeptos. Ser adepto de uma religião significa acreditar e aceitar uma realidade metafísica ou sobrenatural proveniente dessa tradição religiosa, associada a ensinamentos, doutrinas, rituais, orações, princípios morais, monumentos e templos que conduzem tal vivência em certos moldes. Essa organização permite um sentimento de pertença e identidade ao grupo que assim se relaciona e compartilha crenças, valores e atitudes.

Outro termo derivado, “religiosidade”, é elucidativo da dificuldade de as tradições religiosas darem continência às inquietações contemporâneas devido às intensas mudanças socioculturais (ainda em curso). Essa dificuldade em responder os anseios atuais se manifesta com a valorização da vivência religiosa sem identificação com nenhuma tradição particular ou pertencimento a uma comunidade religiosa específica, com uma integração pessoal de diferentes elementos rituais e doutrinários (Vasconcelos, 2006).

Já o termo espiritualidade, ainda com base nas definições de Vasconcelos (2006), parte de uma ampliação dos estudos sobre as religiões, que se limitavam em compará-las - suas ideias sobre Deus, seus ritos e sistemas de crenças -, iniciando a defesa do termo “experiência religiosa”. Por tal experiência entende-se um fascínio e mistério intenso por certas realidades, ritos e acontecimentos que tomam o ser humano com pistas de uma presença (de algo) que transcende a realidade cotidiana (corriqueiramente percebida) e que possui um potencial de transformar vidas. Então, espiritualidade estaria ligada à experiência de contato com uma dimensão transcendente de abertura e força do ser humano de superar limites e interdições, nem sempre reconhecida. Dito de outra maneira, uma experiência de contato com uma atração pelo infinito em seres marcados por limitações, o que leva ao protesto contra os bloqueios que dificultam o sair de si mesmo.

Essa discussão ontológica, que considera o ser humano como biopsicosocialespiritual, reconhece que a espiritualidade pode ser desenvolvida fora da vida religiosa, por exemplo: pela arte, por alguma experiência amorosa importante, por meio de crises e sofrimentos, no envolvimento com lutas sócio-políticas, nas artes marciais e na contemplação da natureza e da dinâmica da vida. Descentralizar o aspecto do desenvolvimento espiritual da vida religiosa é necessário, pois esta pode tanto fortalecer como atrapalhar esse caminho, como é o caso de quando as estruturas formais se tornam o centro, impedindo assim o autoconhecimento e o cultivo e expressão da experiência transcendente, a qual requer liberdade e determinação na busca de um caminho que é singular (Vasconcelos, 2006).

A concepção de espiritualidade que aqui assumimos dialoga diretamente com a concepção de subjetividade que nos orienta ética e epistemologicamente. Isso porque consideramos que a subjetividade não constitui entidade ontológica natural, individual e essencializada, mas como efeito de processos de produção que se fazem no campo social nos diferentes contextos sociais, culturais, ecológicos e históricos (Guattari, 1992/2006). Assim, a subjetividade não é passível de totalização ou centralização na dimensão do indivíduo, mas constitui-se em produção incessante de modos de existir, modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos em cada contexto, entendidos como modos de subjetivação a partir de Michel Foucault (Rabinow & Deyfrus, 1995).

No sentido de demarcar melhor as considerações teóricas até aqui articuladas, é interessante trazer a ideia de epistemologia e “caixa de ferramentas”, retomando o lugar do exercício ético como um ponto de ancoragem. Reposicionando o lugar do discurso científico e provocando as posições academicistas, assumimos a posição que nos apresenta Deleuze que, em conversa com Michel Foucault sobre os intelectuais afirma que

uma teoria é como uma caixa de ferramentas... É preciso que sirva, é preciso que funcione”. Elas são “como óculos dirigidos para fora” e se não lhe servem, consigam outros, encontrem vocês mesmos seu instrumento, que é forçosamente um instrumento de combate. (Foucault & Deleuze, 1979, p. 71)

Assim, os conceitos são ferramentas para lidar com os problemas no plano de imanência da vida, ou seja, no plano onde a vida mesma acontece e não como referências abstratas num plano transcendente, como propõe a metafísica platônica. A posição ética e filosófica adotada por autores como Nietzsche, Deleuze e Guattari nos orienta a pensar na imanência da vida e da natureza, em crítica constante às idealizações e à posição reflexiva que toma o pensamento apenas como “reflexo” de ideias transcendentais, tal como discutido em profundidade por Giorgio Agamben (2000).

Ao mesmo tempo em que essas considerações desorganizam as certezas impermeáveis de verdades absolutas que habitam a transcendência, designada por Leonardo Boff (2009) como “fundamentalismo”, tampouco apelam ao relativismo moderno coerentemente rechaçado por esse mesmo autor. Nessa linha de pensamento, questiona certos usos da palavra “fundamentalismo” como acusação sempre ao outro. Então, na operacionalização desse conceito, contrapõe a ideia da busca da radicalidade (ir à raiz das questões), bastante necessária, com a ideia de sectarismo, que exterioriza uma compreensão ou setor da realidade como se fosse o todo. Os usos sectários possíveis não fazem com que a ideia de fundamentalismo perca sua potência de análise, pois os fundamentalismos estão aí e se apresentam por meio da religião, da globalização e de todos os sistemas culturais, científicos, políticos, econômicos ou artísticos.

Com base nesta posição epistêmica, tomamos o desafio de refletir o tema da espiritualidade na imanência da vida nas ruas, considerando a denúncia de Boff (2009) ao afirmar:

Com a introdução do neoliberalismo, especialmente a partir de 1980, este processo ganhou livre curso: houve uma privatização de quase tudo, uma acumulação de bens e serviços em poucas mãos, o que desestabilizou socialmente os países periféricos e lançou milhões e milhões de pessoas na pura informalidade. Para o sistema eles são “óleo queimado”, “zeros econômicos”, “massa supérflua” que sequer merece entrar no exército de reserva do capital. (p. 47)

Então, assim como Gilles Deleuze e Foucault (1979) que defendem o uso da caixa de ferramentas com exercício ético, Boff (2009) afirma que “até a tolerância tem limites, pois nem tudo vale neste mundo” (p. 58) e isso diz de determinadas situações em que ser tolerante implica ser cúmplice, omissivo ou cômodo com as violações de direitos humanos e em um sentido ecológico mais amplo, com as violações à biosfera da Terra, hospedeira de todas as relações parasitárias que a humanidade vem colocando em marcha há séculos e com intensidade crescente. Então, é urgente que cada vez mais se produzam discursos e práticas que ampliem as possibilidades de vida e de crescimento participativo da verdade e realidade.

Nem preso ao chão, tampouco solto aos céus: espiritualidade na imanência da vida

Com tais considerações sobre a espiritualidade, cabe trazer as narrativas da pesquisa relativas a este tema, que expressam certos limites e desafiam os trabalhadores sociais na construção de sociabilidades outras com a população de rua. Esse quadro geral da realidade demarca estruturas de “inclusão perversa” reproduzidas cotidianamente. Isso porque percebemos que “a sociedade exclui para incluir de modo perverso e esse movimento marca a ordem social desigual. Essa inclusão social perversa é uma forma de disciplinarização dos excluídos, uma maneira de controle social e manutenção da ordem na desigualdade social” (Sepulveda & Sepulveda, 2014, p. 2104).

Ao aprofundar a análise, percebemos que as formas de controle da vida e reprodução da desigualdade se expressam e se conectam no cotidiano das pessoas em situação de rua por meio de: (a) vícios (tais como na relação com as drogas); (b) doenças crônicas (hipertensão, diabetes, transtornos mentais etc.); (c) sofrimento mental (olhar distante/alheio; choro; tristeza; introspecção; solidão; acordar agitado com insônia e sensação de agonia como efeito de abstinência a drogas; não ter forças; sentir falta da vida que tinha; domínio das forças e da vida pelo inimigo; sentir-se culpado; sentir-se aprisionado; sentir-se mal;

sentir-se humilhada; dor de ver alguém sofrer); (d) morte e medo da morte (de si próprio; dos pais; dos companheiros da rua); (e) limites do Estado na promoção dos direitos humanos (não receber benefícios do governo; não ter informações sobre os serviços que poderia fazer uso; dificuldade de locomoção na cidade; falta de recursos para contribuir com a organização religiosa que participa); (f) prisão; (g) violência policial e institucional nos serviços públicos a que tem acesso; (h) revolta/desejo de ser reativo contra os limites da vida (fazer o que não deve); (i) incômodos com identidades diferenciadas (ateia; homossexual; transexual etc.); (j) conflitos interpessoais sem agressão física (receber fala agressiva com xingamentos; receber uma ordem; não acolhimento na residência de familiares por ser travesti; clima tenso na casa que divide com ex-parceiro amoroso); (k) não existência de amizade/alguém que escute na rua; (l) ruptura de relacionamento (casamento; traição); (m) ameaças de agressão física (faca no pescoço; jogar o carro por cima) ou contra uma propriedade (não pagar o programa - prostituição); (n) dificuldades no âmbito religioso (“carne fraca”; pouca firmeza para assumir sua “missão de vida”; guerra espiritual representada por meio do demônio/diabo/inimigo e por meio de Deus como justiceiro; profanação; normas organizacionais rígidas/sem construção coletiva nas Comunidades Terapêuticas; evangelização sendo realizada de maneira intolerante). Em síntese, vemos a multiplicidade de elementos que compõem a *situação de rua em sua complexidade* e na qual a espiritualidade participa de modo importante como forma de lidar com o sofrimento psíquico que se produz na situação de rua, sendo um dos caminhos que manejam os impasses das dores, das doenças, dos envelhecimentos e da finitude humana (Vasconcelos, 2006), (re) produzindo modos de subjetivação.

Em nossas análises, quanto à vinculação religiosa, há majoritariamente predominância das religiões cristãs (católica, evangélica, espírita e outras). Alguns declararam praticar outras religiões não especificadas, uma pequena parcela prática regiões afro-brasileiras e alguns não têm religião. Apesar de mais da metade ter declarado pertencentes à religião cristã, essa informação isolada não é suficiente para mensurar a existência ou não de adesão religiosa, que envolve, de acordo com Paulo Dalgalarondo (2008), a incorporação de determinada doutrina, de prática de rituais e cerimônias, de um sistema moral e de convivência em uma comunidade de fé. Percorrendo esse raciocínio, é válido refletir sobre a quantidade proporcionalmente menor de pessoas que declaram ser de religiões que não estejam em matrizes cristãs ou os que não se afirmam religiosos. Assim, interrogamos se outras vozes não emergiram em função do silenciamento dessas outras práticas e discursos na vida social, o que pode dificultar o acesso dessas informações pela pesquisa, exigindo análises mais aprofundadas.

Além do modo como cada pessoa se afirma no campo da religião e da religiosidade, também foi possível observar que mais da metade dos entrevistados não participavam de grupos (político, religioso, cultural, esportivo etc.) nos territórios onde circulam. Essa informação demonstra o nível precário de laço social que essas pessoas têm à disposição, corroborando as críticas realizadas sobre a sociabilidade do capital, a como todos(as) as pessoas e cada um(a) são seduzidas a reproduzir, de acordo com Marisa Feffermann (2013), o individualismo, o consumismo e a competição, o que é conivente com o frágil laço social de pessoas em situação de vulnerabilidade. Embora também se encontrem no campo de pesquisa resistências através de práticas de solidariedade e a consequente “produção de comuns” a partir da espiritualidade, como discutimos a seguir.

Nessa linha de discussão, sobre aproximação entre as pessoas, participar de um grupo religioso também envolve o aspecto de apoio social, de apoio mútuo. Esse aspecto se torna importante ao pensarmos nos vazios das políticas públicas, os quais acabam sendo preenchidos por redes informais, como os da esfera religiosa (Valla, 2006). No decorrer dessa pesquisa se observou um caso de uma pessoa em situação de rua que se integrou em uma comunidade terapêutica, ficando nela por alguns meses, em abstinência de substâncias psicoativas. Enquanto ela auxiliava nos trabalhos de evangelização e na manutenção dessa própria instituição, essa se responsabilizava, precariamente, em garantir alimentação e, pontualmente, recursos para mobilidade urbana. Depois desses meses, quando retornou aos contextos das ruas, não mais sustentou a abstinência idealizada quando dentro daquela comunidade terapêutica. Esse itinerário de apoio social segue como um molde comum de vários outros itinerários de pessoas em situação de rua que acompanhamos no campo.

Um aspecto relevante a considerar é que todas as pessoas com 56 anos ou mais declaram ter alguma religião. Segundo Alexandre Fonseca, João Valença e Thiago Silva (2011) quanto mais próximo da terceira idade maior a identificação com alguma religião ou aproximação de religiosidade, uma vez que essa constitui elemento de proteção na velhice, facilitando as relações de afeto e proteção; a reelaboração de atitudes e crenças pertinentes à vivência do envelhecer; e a esperança com o exercício da fé, mesmo em momentos de resignação diante da finitude.

É interessante observar que os aspectos dos rituais e práticas religiosas encontrados no campo de pesquisa são diversas: olhar pensativamente, chorar, cantar, ler, sonhar, discursar, convidar, converter, testemunhar, orar, louvar, pregar, bater palmas, batizar, ajoelhar, repreender, dizer palavras agressivas, acordar alguém dormindo para falar de Deus, dar um depoimento com fins motivacionais, falar línguas estranhas, formar um círculo, entoar um hino, orar sobre os alimentos, aceitar Jesus, colocar o dedo em riste girando no centro de uma roda, foram verbos e expressões relacionadas às experiências religiosas que encontramos nas ruas... Tais práticas possuem modos intensos ou não intensos. Os primeiros nos cantos solitários e emocionados, nos discursos religiosos fortes, nos corpos com performance de batalha, nos pulos repetidos e com bastante vigor, nas vozes altas, nos gestos com intensidade, nas entonações fortes, nas formas afetadas e entusiasmadas e nas gesticulações graves. Os segundos se manifestam nas pregações comedidas, na não aceitação do grupo em cantar algo quando solicitado, acompanhado por palmas, “aleluias” e “glórias à Deus” tímidos e não entusiasmados, bem como no sentimento de vergonha. Essas ações e suas intensidades, como narradas no campo de pesquisa, se davam nos espaços de reunião de grupos religiosos e em igrejas ou templos, mediados por determinados objetos, como: os panfletos, a Bíblia, seus versículos, suas bem aventuranças, as músicas católicas e evangélicas, algumas palavras pintadas em paredes, outras gravadas em placas no chão ou em quadros de avisos.

Ao apreender os conteúdos simbólicos trazidos na esfera religiosa, percebe-se que a maioria está circunscrita ao cristianismo, o que é esperado quando se relaciona esse dado com a proporção de cristãos no Brasil e na própria população em situação de rua. Alguns desses símbolos remetem aos pontos de abertura ou às possibilidades encontradas diante das dificuldades do dia a dia, corroborando as considerações de Victor Valla (2006), direcionam-se às virtualidades desejadas na lida com a realidade: o sobrenatural, o bom sinal, a crença no acontecimento de algo tremendo, a cura, o conserto e a conversão. A palavra “Deus” também surgiu em vários momentos generalizando o que há além da realidade experienciada nas ruas.

Também se evidenciou a temática da constante “Guerra Espiritual” entre agentes benignos (como Deus) e agentes malignos (como o Diabo), numa visão maniqueísta. Nesse combate, as substâncias psicoativas ou drogas se colocavam frequentemente no lugar de agente maligno, destoando, por exemplo, da perspectiva complexa e não maniqueísta da redução de danos no campo da saúde mental (Passos & Souza, 2011). Ainda sobre esse combate entre o Bem e o Mal, outro ponto que se destacou na relação com símbolos religiosos é a compreensão sobre a rua e a carne, como registrado em diários de campo. “A rua não é lugar para quem quer viver com Jesus, porque aqui você tem recaída. A carne é fraca! Tem que largar essa vida de vez” (fala de missionária protestante). Nesse sentido, estar na rua significava um limite e como uma fraqueza, por se considerar a situação de rua como “castigo divino”, efeito de determinadas decisões dos sujeitos no decorrer de suas histórias de vida. Assim, a fraqueza de estar na rua é atribuído às supostas escolhas dos sujeitos que teriam determinado a situação de vulnerabilidade em que se encontravam. Do mesmo modo, a carne ou o corpo, também se relacionavam com limite e fraqueza. Essa visão sobre a carne/o corpo - e sobre os afetos - se desenha na inferiorização do corpo pela mente/espírito, dos afetos pela razão, reiterando nas ruas por meio de missionários protestantes, elementos da perspectiva de Platão, de Aristóteles e da Escola Estóica, como discutido por Israel Brandão (2012).

Também ligada ao maniqueísmo bem *versus* mal, Deus *versus* Diabo, Carne *versus* Alma aparece a questão da sexualidade. Os pontos trazidos pelos conteúdos simbólicos, a palavra homossexualismo (ao invés de homossexualidade) imbrica as dimensões entre fé e política, considerando as pessoas cujas práticas destoam da heteronormatividade como doentes psicopatologicamente ou como praticantes de atos pecaminosos, como fica evidente em nossa etnografia ao presenciarmos uma prática de exorcismo dirigida a uma pessoa da rua e justificada por ela ser entendida como homossexual:

Com paridade a todos esses gritos do outro lado estavam cerca de seis protestantes repreendendo o mal e o diabo nele. Cristina falou com o pastor que eles têm um caso há 8 anos. O pastor concluiu ‘é um caso de homossexualismo junto!’ (Diário de campo, 29/09/14)

Ainda em relação aos conteúdos simbólicos, o “falar para” (diferente do “falar com”) como um modo de evangelização se mostrou recorrente. Essa postura relacional se dá pela responsabilidade (missionária) atribuída pelas diversas instituições cristãs aos seus membros religiosos para revelarem a verdade cristã e fazer com que outras pessoas a conheçam e possam, assim, também se tornarem membros da instituição. É interessante imaginar a possibilidade em se conceber, um dia, tanto a tarefa missionária cristã quanto os modos de conversão de outras religiões em um viés de “falar com”, abstendo-se da palavra “tarefa” para pensar essas práticas de trocas religiosas e, de modo mais amplo, de trocas culturais e humanas como “exercícios”. Isso pressuporia contaminações recíprocas entre as partes que interagiriam entre si, como tratado por Boff (2009) em diálogo inter-religioso, intercultural e humano, sem uma previsão *a priori* do que poderia acontecer a partir de um encontro “com”, distanciando-se das serializações das relações “para”, das posturas messiânicas e fundamentalistas (que são necessariamente hierárquicas) tão em voga na contemporaneidade. A proposta de Boff nos conduz a pensar que a espiritualidade pode ir se configurando como “produção do comum” nas ruas, como cenário em que esses diálogos podem acontecer. Ou seja, as ruas podem ser concebidas como espaço de experimentação de “novos espaços e novos tempos, pela invenção de novas formas de cooperação e novas formas de associação, de novos desejos e de novas crenças”, constituindo um “comum” que nada tem a ver com unidade, com medida e que se compõe das singularidades em jogo em certo cenário social (Pélbart, 2015, p. 24).

A adesão a uma religião também apareceu como algo central na vida de algumas pessoas em situação de rua, como na centralidade de Jesus; na gratidão principal à Deus; nos sacrifícios que se está disposto a realizar por Deus, sejam financeiros ou mesmo envolvendo a mudança do território de origem, compreendendo o desejo de evangelização; e na perspectiva de Deus como chave de libertação da situação de limitação de vida no momento presente (Valla, 2006). Essa centralidade ou adesão religiosa, junto às relações de maior flexibilidade das tradições, rituais e doutrinas religiosas nas aproximações de religiosidade, podem se vincular à dimensão transcendente em seu aspecto de justiça, perdão, liberdade e amorosidade, no amor que muda o estado de coisas. Como também podem se vincular à dimensão transcendente no que existe de justicamento, punição, prescrição, culpa e ressentimento.

Observamos tanto na população em situação de rua como nos próprios evangelizadores que em seus discursos a espiritualidade é acionada como resposta ou tentativa de ruptura com um mundo limitador que permite, por exemplo, a existência de drogas, vista como destruidoras de vidas; o uso de drogas que gera dependência; a venda de drogas e a prostituição como meios de subsistência; ou mesmo a imposição proibicionista de outros, que fazem com que se utilize as drogas escondido; a própria situação de rua, em sua terribilidade e nas suas características como um contexto de tentação para modos de vida destoantes de determinadas expectativas sociais; além da violência e da “morte matada”.

Evangelizadores e pessoas que na rua se situam em sobrevivência esperam que tal cisão “do mundo carnal” se opere a partir de evangelizações, de convites dos grupos caritativos para a experiência de uma “conversão”, de desejos e esforços das pessoas em situação de rua e da vontade do próprio Deus. Do outro lado da conversão, distante de um mundo banal e próximo dos céus, espera-se alcançar ou se alcançar: o retorno a uma determinada igreja, aos caminhos de Deus, Jesus; uma “outra vida”; o afastamento das drogas; a cura dos “vícios” da droga e da prostituição; o abandono de maus hábitos; um casamento; a participação em um grupo caritativo; um lugar de destaque em um grupo caritativo ou uma adesão intensa aos tratamentos de uma comunidade terapêutica religiosa.

Acompanhado de tal ruptura entre o sagrado e o mundo, entre a transcendência e a imanência, têm-se posturas de conformação das pessoas em situação de rua em suas vidas. Isso é manifesto em uma certa gratidão pela “gratuidade” das ações dos grupos caritativos, como registrado em diários de campo, descritos

a seguir: um dos participantes da pesquisa percebe ser possível retornar a uma comunidade terapêutica e “se mostrou grato por ter sido readmitido”. Como alerta aos que podem vir buscar os tratamentos dessa comunidade terapêutica o missionário declara: “Agora quem for para a casa de tratamento não pode ser ingrato não, viu? A moça lá estava reclamando que tem gente que na hora de sair nem diz um obrigado e vai embora sem nem olhar para trás”. Ainda é parte dessa postura conformativa a sensação de apatia e não motivação para agir em determinadas situações-problemas, como representado nos trechos: “Mas como é que pode chover na barragem e num chover na cidade? Quem vai saber? Aí são as coisas de Deus, foi Ele quem quis assim.” e “Ele falava para ele ficar calado e ouvir. O senhor foi ficando menos interventivo no decorrer do culto”. Essa postura conformativa, redutora das potencialidades das pessoas nas ruas, se relaciona com a culpa. Nesse tema, surgiram situações em que a própria “situação de rua” e o “uso de drogas” eram produtores desse sentimento. Isso era expresso seja verbalmente, seja nos modos sutis e indiretos, pelos modos de falar, performances e gestos. Algumas pessoas que estavam ou estiveram em situação de rua, quando no lugar de evangelizadores nos grupos caritativos, procuravam trabalhar a partir da culpa de outras pessoas em situação de rua no sentido de promover arrependimentos e novas conversões/rupturas das pessoas com “o mundo”. Isso significa que a culpa era uma aliada constante no processo de evangelização.

Nessa evangelização, em seu aspecto de “falar para”, nas chamadas “profetizações” e nos “messianismos” existem modos intensos de falar e gesticular, há fervor, entusiasmos, gestos graves, gritos e entonações de voz implorando. Acompanhado de homogeneizações do tempo e do espaço, em orientações centralizadoras na conformação dos espaços sagrados: “Todos se aproximem porque agora é a hora da palavra do Senhor! Eu posso permitir muita coisa, mas não permito que a palavra do Senhor seja dada de qualquer jeito!”

Nas “palavras do Senhor” compartilhadas se delineava uma imagem de Deus, abordavam-se graças dos céus e delimitavam-se condicionalidades para que essas graças fossem ofertadas. Deus era retratado como: fiel; motivação para persistir “na obra”; alguém que toca pessoas para virem trazendo o que se precisa; tem amor; tem planos para a vida; e quer resgatar almas. Enquanto suas graças se remetiam à: abertura de vida (“abrir uma porta”); a existência de vínculos familiares mesmo quando não mais se acredita que existam; se recuperar; a cura (das drogas, da “peste demoníaca estacionada”, dos vícios); ser resgatado; a possibilidade de impressionar o mundo com a transformação que Deus fez; o acontecimento de algo tremendo que seria testemunhado na semana seguinte; “Deus tem um plano muito grande para a sua vida”; não ter a vida ceifada; e a graça de quando Jesus vem e/ou age por meio de outra pessoa. Por sua vez, as condicionalidades para que essas graças se efetivassem estariam na escuta do que Deus fala; na aceitação de um convite para tratamento em uma comunidade terapêutica; no próprio desejo, querer e responsabilidade da pessoa que procura a graça; na conversão/ruptura com o “mundo”, “aceitando Jesus” enquanto era tempo; na evitação do primeiro gole de bebida alcoólica e na homogeneização do tempo e do espaço na conformação dos espaços sagrados, ou seja, na não profanação do que é sagrado.

Ao lado das evangelizações, existiam as obras de caridade, com comidas e serviços (por exemplo, o corte de cabelos). Aliás, entre as pessoas em situação de rua o escopo da caridade se abrange para o compartilhamento de substâncias psicoativas (bebidas, cigarros e outras drogas), como registrado em diários de campo: “Sempre divido o que tenho com quem está ao meu redor: comida, bebida, cigarro e até drogas. Não são todos que podem comprar essas coisas, aí eu ajudo quando posso” (Fragmento de entrevista com uma idosa em situação de rua e aposentada). A caridade está em segundo plano nos grupos caritativos, estando em primeiro plano a evangelização: “Antes de servir, como habitual, houve o momento de evangelização”. O nosso objetivo principal, o maior de todos, é levar Jesus. Se fosse só pelo café ninguém vinha.” (conversa com integrante de grupo caritativo). Nesse cenário, é provável que algumas pessoas participassem dos rituais com os grupos caritativos simplesmente para conseguir acesso à alimentação e roupas ou serviços como corte de cabelos, sem qualquer implicação com os rituais em si. Um último aspecto sobre a caridade está na “gratuidade” com que é apreendida por quem a recebe: “Os mesmos copos que haviam sido utilizados com café, sucos etc. eram reaproveitados para tomar água”.

Após isso, ajudei a entregar o pão. Ao entregar perguntava se preferiam redondo ou francês. Alguns respondiam uma das duas opções. Alguns poucos retrucavam algo do tipo: “Qualquer um! Sendo pão!”. Parecia-me que esses tinham a obrigação de aceitar tudo de bom grado. Apenas aceitar e deixar de lado qualquer preferência. Afinal, estava sendo dado com tanta “boa vontade” que não lhes cabia recusar, selecionar, escolher... por muitas vezes já vi pão, copos descartáveis e talheres descartáveis caindo no chão/areia e ou alguém em situação de rua pega e utiliza/come como demonstração de gratidão ou alguém da igreja mistura disfarçadamente com o que não caiu. (Diário de campo de 24/01/15)

Assim, a caridade toma o lugar de uma ajuda, não sistemática, mas pontual e bastante limitada no cumprimento do que os próprios grupos caritativos pretendem operar na vida dos sujeitos com quem atuam. Esperam-se transformações mais profundas, o que se torna inviável pela própria compreensão do trabalho social e das metodologias empregadas para esse fim. Todavia, a caridade foi e que ainda é, como apontado por Ferro (2012), uma das formas principais de aproximação do Estado brasileiro e da sociedade para com quem se encontra/va em situação de rua, associadas a ações repressivas/punitivas e, atualmente, também a alguns serviços públicos, sobretudo da assistência social e da saúde, ainda insuficientes.

Em sequência, o uso dos símbolos e contextos religiosos também pode ser acionados como maldição, borrando os limites maniqueístas que insistem em delimitar os conteúdos oriundos de algum sistema religioso em somente aspectos positivos. Evidencia-se também outras dimensões, segundo Vasconcelos (2006), em que cabem o sombrio humano, em sua agressividade, costumeiramente reprimida e pouco elaborada, todavia, com potencial de ser desenvolvida rumo a uma integração:

Sentei no banco ao lado de um homem que estava muito chateado com a mulher da igreja, a que estava falando no começo. Ele estava com muita raiva e dizendo palavras agressivas, que ele iria pro inferno junto com ela, que não se devia negar comida a ninguém, etc. Perguntei o que havia acontecido e ele disse que pediu um copo de café para a mulher. Ela disse que ele fosse para o final da fila, porque ele tinha ultrapassado a vez de outras pessoas. No entanto, segundo ele, outras pessoas fizeram o mesmo que ele e a mulher não rejeitou o café. Ele saiu estressado da fila e disse que não ia comer mais aquela comida. Disse que não a perdoava por ter feito aquilo... (Diário de campo de 08/11/14)

Outro tópico que pode facilitar o aprofundamento da complexidade presente nos espaços de evangelização, em seus rituais e conteúdos simbólicos, afastando-se de tais polaridades, é desdobrado na cena abaixo, de rivalidade entre uma pessoa em situação de rua, homossexual, contra um grupo caritativo religioso, que estava encaminhando seu companheiro para uma comunidade terapêutica, sem o consentimento de seu parceiro:

[Quando o pesquisador ia iniciar a entrevista] um homem estava exaltado e alterado por psicoativos e Letícia pediu para eu olhar e disse que ele não queria que levassem um outro homem internado pois tinham um caso há 8 anos. Depois que as coisas foram ficando mais difíceis ela disse para eu olhar as coisas dela e se aproximou. Eu esperei uns 10 segundos, peguei as coisas dela e as minhas e me aproximei também. Ele dizia, gritando: “não vão levar ele, não!” Porém, seu parceiro queria ir. Ele repetia “não vão levar ele, não!”. Se debatia quando tentaram mandar ele ir embora. Disse: “Então me levem também.”. Disseram que ele podia ir. “Vocês não tinham me dado essa opção, não!”. Seu parceiro tentou interceder.

Porém, ele pegou um paralelepípedo do chão e gritou “Eu vou estilhaçar o vidro desse carro!”. Com paridade a todos esses gritos do outro lado estavam cerca de seis protestantes reprimendo o mal e o diabo nele. (Diário de campo de 29/09/14)

Bem como se ilustra no seguinte sermão de uma evangelizadora, em forma de gritos, durante atividade caritativa em uma praça pública:

Então, não tratem isso aqui de qualquer jeito não, gente! Eu fico triste com essas coisas! Podem acreditar... Isso aqui é de Deus! Não fiquem conversando quando estivermos falando de Deus porque não é a mim que vocês tão agredindo, mas a Deus! Isso aqui é uma Igreja de Jesus! Então, quando um irmão vier interromper a palavra de Deus: não deixe! Cuidem desse espaço vocês também entre vocês. (Diário de campo de 07/03/15)

O que ainda se busca, costumeiramente, afastar do campo de visão do que faz parte do que é religioso são as relações fundamentalistas, como no caso a seguir:

Logo no início Abelardo ficou com a cara fechada e quis sair da oficina. Desconfiamos, porque ele não se explicou, que esse comportamento foi devido a declaração do oficinairo de estêncil que disse (depois que foi questionado sobre) que era ateu. (Diário de campo de 18/07/14).

Nesse caso, o fundamentalismo surge contra a identidade atea, tornando desconfortável para um cristão em situação de rua, aprender algo com alguém que se diz ateu. Ao se pensar os pertencimentos e os grupos em seus extremos, Boff (2009) discorre que o

lema é como aquele que vigorava entre a polícia secreta nazista SS: ‘Dar a própria vida e tomar a vida dos outros’ (*geben und nehmen*). ... Para o fundamentalista militante a morte é doce, pois transporta o mártir diretamente ao seio materno de ‘Deus’, enquanto a vida é vivida como cumprimento de uma missão divina de converter ou de exterminar os infiéis. O grupo é o lar da identidade, o porto da plena segurança e a confirmação de estar do lado certo. (pp. 55-57)

Ao trazer essa provocação aos pertencimentos e à coesão grupal encontradas nessa investigação, duas cenas com ressonâncias nesse tema são evidenciadas. A primeira:

‘Você vem para ficar no duro? Você vem para ficar na rocha?’ e Elias respondeu prontamente ‘Sim!’. Ele disse que iria ver um canto para ele, mas que seria para dormir no chão, devido a comunidade terapêutica estar lotada. Ele se mostrou grato por ter sido readmitido. (Diário de campo de 07/03/15)

A segunda, se refere a uma fala registrada em diário de campo: “Tem um grupo da igreja incomodando muito. Eles acordam a gente quando estamos dormindo para falar de Deus e são bem intolerantes”. Na primeira cena, está descrito a readmissão de Elias em uma comunidade terapêutica, após ter desistido de uma internação anterior para ficar em situação de rua. Na segunda, um homem em situação de rua se queixa da abordagem de um grupo religioso que acorda quem está dormindo quando vai evangelizar. Em ambas as cenas está presente os contornos da dureza/rocha, de uma intensa coesão grupal, força centrípeta, que puxa para dentro, para o autorreferido, a qual anseia pela anulação das forças centrífugas, que puxam para fora, para o estrangeiro, anseiam pela diluição das diferenças, e em seu lugar, a estabilidade, as igualdades, as mesmidades e o “porto da plena segurança” do grupo.

Tal porto é concretizado densamente nas comunidades terapêuticas, presentes nos muitos itinerários de cuidados das pessoas em situação de rua. É viável associar as comunidades terapêuticas, seguindo as ideias de Peter Pélbart (2003), como instituições que se apropriam do comum, expropriam o comum, privatizam o comum, vampirizam o comum e transcendentalizam o comum. Nesse sentido, em uma visita a uma comunidade terapêutica, que possuía vínculos com o grupo caritativo que fornecia alimentos em uma praça pública, conforme registro em diário de campo: “fiquei com a impressão que o termo comunidade aqui se referia às primeiras comunidades cristãs que se formaram após a morte de Jesus”. É interessante perceber esse apontamento com a discussão de “nostalgias da comunidade” empreendida por Pélbart (2003), que lembra as visões de comunidades perdidas e rompidas, a serem reencontradas ou reconstruídas. Tal comunidade perdida “pode ser exemplificada de várias formas, como a família natural, a cidade ateniense, a república romana, a primeira comunidade cristã, corporações, comunas ou fraternidades.” (p. 32). Esse tempo e espaço desaparecido remetem a uma comunidade hipotética, onde havia intimidade entre seus membros, equilíbrio e unidade, compartilhando uma identidade, uma co-pertinência, uma familiaridade, uma convivialidade, aproximando-se da comunhão, “no seio do corpo místico de Cristo” (p. 32). O que é uma resposta às durezas do cotidiano moderno, em que se esconde uma promessa de ressurreição dessa comunidade porvir, em um possível plano comum entre a humanidade e Deus. De outra perspectiva, distante do que se opera nas comunidades terapêuticas, compreende-se a produção do comum como aquilo que nos acontece na imanência das ruas em sua heterogeneidade, pluralidade, distância entre os credos e ao mesmo tempo no diálogo possível entre eles. Ou seja, as experiências das pessoas em situação de rua nas comunidades terapêuticas nos fazem pensar criticamente no sentido da construção de “um outro comum” em que a espiritualidade seja percebida como possível, tolerante e dialógica entre as várias experiências religiosas e não religiosas, embasadas em outras crenças.

Uma frase sobre uma comunidade terapêutica de uma integrante de um grupo caritativo chama a atenção: “Lá na comunidade terapêutica é igual a uma casa. Tem regra como em qualquer outra casa. Não é uma clínica”. Isso demarca a diferença entre uma comunidade terapêutica religiosa e uma comunidade terapêutica como instituição de saúde, em que nas segundas se busca uma reabilitação por meio de um espaço que remete a uma convivência familiar e fraternal. “É igual uma casa” significa não haver qualquer preocupação em abordar as demandas dos internados como questões de saúde e doença. No sentido de conduzir pessoas a “essa casa”, à comunidade terapêutica, disponibilizam carros pessoais dos integrantes dos grupos caritativos para realizar a locomoção até essa área rural, mediam conflitos, negociam com familiares e entregam o contato do telefone pessoal às pessoas que podem ter interesse em se internarem. É comum profetizarem essa internação como um ponto que se desdobrará em aberturas de vida: “Vocês hoje estão tendo oportunidade para mudar de vida ... Deus está te abrindo uma porta hoje. Venha comigo. Amém irmão?”

Apesar dos esforços acionados, há queixas dos grupos caritativos na permanência de pessoas em situação de rua nos mesmos contextos e condições de vida, mesmo após terem se internado em algum momento na comunidade terapêutica aliada do grupo. Com relação a isso, trazemos os fragmentos dos diários de campo: “Vocês não sabem como me dói ver pessoas que saíram da comunidade terapêutica e ainda estão aqui na rua. Se Deus dá uma oportunidade para que você pegue, pegue hoje”. Atrelado a essa dor se queixam ainda da ingratidão: “A moça lá tava reclamando que tem gente que na hora de sair nem diz um obrigado e vai embora

sem nem olhar para trás”. Outro ponto que faz pensar sobre a inefetividade das comunidades terapêuticas é a sua intensa rotatividade: “Sondei com ele que a maioria das pessoas que estavam lá não eram da sua época (há dois meses, mais ou menos). Dessa forma, inferi que existe uma grande rotatividade de internos. Só alguns poucos eram do tempo delx”. Todavia, podem existir casos particulares que experienciam mudanças positivas nessas comunidades, na perspectiva dos próprios sujeitos, como no caso a seguir:

A pastora falou um pouco de seu filho, que usou por muito tempo drogas pesadas. Ela comentou, para meu espanto, que essa foi a única clínica que ele se deu. Ele é um interno dos mais antigos estando lá há meses. O que chegou a mim intuitivamente quando o vi no culto é que estava relativamente contente. Parecia bastante religioso. (Diário de campo de 07/03/15)

Ao mesmo tempo, questiona-se até que ponto essa compreensão de transformação positiva permaneceria fora da vida em reclusão. Ainda é necessário salientar que essa comunidade terapêutica funcionava com muitas dificuldades materiais e precarizações no que concernia às condições de vida dos internados, desde a alimentação, o lazer e as necessidades de saúde até as condições para dormir. Em síntese, caracterizava-se por um ambiente insalubre, onde conviviam pessoas de diferentes histórias e percursos de vida.

Os sistemas religiosos reforçam um certo mistério perante a realidade, prescindindo da necessidade de explicação de determinados fenômenos pelo acolhimento de que há mistérios inexprimíveis, ou seja, existem limites do que a humanidade pode conhecer, não se confundindo com desimplicação e apatia em compreender, sentir e agir. Ou seja, os sistemas religiosos, conforme Vasconcelos (2006), constituem um modo diferente da necessidade de esquadramento extenuante dessa realidade perpetrado pela modernidade hegemônica, em que só existe o conhecimento científico, empírico e estatístico como significativo, verdadeiro, aceitável e coerente. Em seu lugar, o acolhimento do mistério na relação com os saberes sobre o mundo pode se dar no que concerne aos fenômenos naturais, as transformações de vida, a um parceiro romântico desejado, aos sonhos e às experiências em falar “línguas estranhas”, provocando ora admiração e espanto, ora conformação, ora ansiedade. Nessas experiências, essa dimensão do mistério na vida está colocada:

Fui até Larissa que ficou todo o momento do café triste, ora chorando, ora segurando o choro. Tito já havia me dito que ela tinha se separado do seu marido. “Meu casamento acabou, Pedro”, falava chorando. Há um mês atrás ela tinha tido um sonho e tinha recebido outras mensagens de que ela não ficaria com esse marido. Isso a deixou muito triste, porque ela o amava e ainda o ama. Segundo ela, Deus havia dito que o parceiro dela seria outra pessoa, que ela ainda não sabe. A profecia virou realidade até a metade. (Diário de campo de 11/04/15)

Ela me relata que Deus a alerta por meio de sonhos sobre pessoas que não são do bem e sobre pessoas que a prejudicariam. Depois começou a falar sobre os sonhos que tem: disse que havia sonhado com 5 pessoas desconhecidas (sendo que 3 destas ela não conseguia ver). Das outras duas, uma delas era uma mulher de cabelo longo preto que, no sonho, a puxava e ela não resistia a esse movimento, não tentava escapar, o que ela interpretou como um bom sinal. Falou que viu essa mulher do sonho na manhã seguinte ao sonho, que ela tinha falado com ela ali à margem de uma avenida da cidade. (Diário de campo de 13/09/14)

A flexibilidade no manejo das tradições religiosas é colocada em evidência nos trânsitos entre as religiões nas histórias de vida de quem se encontra na rua, assim como também ficam explícitas no diálogo inter-religioso. São esses os movimentos que circunscrevem a fluidez, a provisoriedade, as misturas e imbricações, indo em diferentes sentidos, direções e matizes: uma tradição religiosa específica para uma tradição mais ampla (identidade evangélica para identidade cristã); tradições mais amplas para tradições específicas (identificação com todas as religiões, com preferência da identidade evangélica); e aproximação de religiosidade com determinada tradição para adesão religiosa de outra tradição (religiosidade espírita para adesão religiosa evangélica). No que se refere ao diálogo inter-religioso, como tratado por Boff (2009), as misturas e imbricações se dão no compartilhamento de músicas de diferentes tradições cristãs em determinado ritual religioso; em experiências percebidas como semelhantes em diferentes contextos religiosos (no tocante às tradições e rituais que mobilizaram essa experiência); na participação em um grupo de uma tradição religiosa, apesar de se identificar com outra tradição (participação em um grupo evangélico, apesar de se reconhecer como espírita) e na própria identificação abrangente: “sou de todas as religiões” (Diário de campo de 29/05/14), mesmo reconhecendo que essa radicalidade de imbricação é uma exceção no campo. Nesses trânsitos se infiltram, se permeabilizam e se conectam diferentes ensinamentos, doutrinas, rituais, orações, princípios morais, monumentos e templos e confrontam os fundamentalismos (Boff, 2009).

A espiritualidade em sua aproximação com a justiça, o perdão, a liberdade e a amorosidade trouxeram dos campos de pesquisa as palavras chaves: amor, perdão, cura, permissão e bondade. Nessa dimensão, muito do que se apreendeu se localizava tão somente em conteúdos abstratos, relacionados com a linguagem e com estados afetivos idealizados. O que foi exceção por sinalizar uma imanência com essa transcendência foram: a mobilização de pessoas para ajudarem na obra caritativa de realização de um café da manhã em uma praça; o próprio café da manhã; a oportunidade em se internar em uma comunidade terapêutica e o desejo de uma pastora em criar uma nova comunidade terapêutica feminina onde houve cursos profissionalizantes, que as preparassem para as demandas da sociedade.

Dessas sinalizações, com alguma conexão com a imanência da vida, o que havia concretamente, apenas, era o café da manhã semanalmente aos sábados e as vagas em uma comunidade terapêutica masculina precária, insalubre e que sabia das suas diferenças com uma instituição “sanitária”, se afirmando como uma “casa”, tentando tratar essas pessoas com um contexto que remetia às relações familiares e comunitárias, remetendo à ideia nostálgica da “primeira comunidade cristã”.

Considerações finais: deixemos os céus abstratos aos anjos e aos pardais²

Para Sanclair Lemos (2013), a transcendência envolve momentos de luta e ação e momentos de repouso e reparação. No ângulo do repouso e reparação, Boff (2009) faz alusão ao profeta Gentileza. Outras figuras, que trazem a dimensão de luta e ação, são citadas como São Miguel Arcanjo, São Sebastião, Santa Joana d’Arc, São Jorge, Antônio Conselheiro e os orixás Iansã, Oxóssi e Ogum. Ao se afastar de condições afetivas idealizadas cabe conjugar essas diferentes sinalizações transcendentais - de potenciais humanos imanentes. Ao se conjugar, é factível compreender que “somos a unidade viva dos contrários” (Boff, 2009, p. 84).

Retomando duas questões de Lemos (2013) - O que transcende? O que é transcendido? – se percebe, de maneira geral, que o que transcende são pessoas em situações de rua com condições de vida precárias, que na maioria das vezes, permanecem na mesma situação, pois as ações de caridade não interferem de modo mais profundo na dinâmica social que (re)produz situações de vulnerabilidade extrema. Já quando se observa o que é transcendido surge a construção de alguns vínculos, auxiliando na superação de situações de solidão (“o pior das ruas”) e configurando apoios sociais, tanto referentes à alimentação, roupas e higiene pessoal, quanto a algumas relações significativas, nos rituais religiosos. Conviria radicalizar a

2 Em referência ao verso do poeta Heine: “Deixemos o céu aos anjos e aos pardais”, presente na obra “*O Futuro de uma Ilusão*” de Sigmund Freud, obra essa que analisa a relação da civilização com as religiões.

palavra transcendência ao ponto de “o que transcende” não mais se relacionar com o fenômeno “população em situação de rua” contemporâneo? Admitir-se-ia radicalizar a palavra transcendência na imanência de “o que é transcendido” se tratar exatamente das distâncias individualistas, dando lugar, como diria Pélbart (2003), à composição de pôr em comum distâncias, na produção do comum entre solitários solidários?

Quanto às obras caritativas, que pretendem conjugar transcendência e imanência, apontamos duas direções das práticas: por uma lado, a questão da moralidade das práticas religiosas mais presentes na rua que compõem uma biopolítica de controle da vida que “pacifica” e torna “passivos” os sujeitos diante da condição de vulnerabilidade, atribuindo a eles próprios a culpa dessa condição e não às condições sociais e à omissão do Estado em promover as condições de vida a que tem direito como cidadãos; por outro, os limites da resposta caritativa que “tampona” a ausência de Estado aqui e sustentam a precariedade da resposta social oferecida às pessoas em situação de rua. O lugar que as práticas religiosas ocupam, por um lado, constitui elemento importante da existência dessas pessoas, ofertando vias de sustentação subjetiva e, por outro, legitimam práticas de omissão do Estado pela oferta caritativa, distante da concretização dos seus direitos humanos e sociais.

É interessante observar que os caminhos de espiritualidade possíveis, em sua multiplicidade, o que inclui os pertencimentos religiosos, podem se apresentar como um recurso de resistência aos limites de um mundo que modula os direitos humanos, posicionando alguns poucos em prosperidade e relegando as maiorias sociais à escassez, chegando ao extremo perverso de existirem pessoas em situação de rua no século XXI. Cabe considerar as práticas religiosas/espirituais também como um modo nutritivo de elaboração de tais limites e quiçá de sua necessária contestação. É nítido que delinear limites e desconfiar de sua impermeabilidade rumo a ultrapassagens faz dos grupos em sua diversidade um mote para o motim, o fogo para a pólvora e a dinamite, a gota d’água para o transbordamento de barragens, o grito que contesta o silêncio naturalizado, a mutação do que se engana ser impossível de mudar. São nos coletivos, é no entre pessoas, é também nas igrejas, nos templos, nos terreiros, nas rodas xamânicas, nos mosteiros, onde se encontra um desafio atual e quase inaudito, com um tom de insuspeito, em buscar produções imanentes de comuns nas diferenças. Esse artigo é um passo, sem dúvida não o primeiro tampouco será o último...

No meio desses vazios sociais, políticos, éticos e de condições dignas de vida, a população em situação de rua permanece, quer se queira quer não, dentro dessa sociedade, com suas proximidades árduas e incômodas, por problematizarem, com suas próprias existências, a reprodução desse sistema social, dando à dimensão dessa sociedade, uma dimensão perversa. Urge, nessa conjuntura, ao Estado, à sociedade civil organizada, com ênfase no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e aos grupos religiosos sensíveis às questões sociais, conectando o transcendente com a imanência da vida, avançarem rumo à outra sociabilidade possível, que acolha os mistérios das gentilezas, longe dos incêndios do capital, em seu individualismo, competição e consumismo, perto de amar e mudar (como diria o cantor Belchior) esse estado de coisas contemporâneo.

Referências

- Agamben, Giorgio (2000). A Imanência Absoluta. In E. Alliez (Org.), Gilles Deleuze: uma Vida Filosófica (pp. 169-192). Editora 34.
- Almeida, Hellen Tattyanne (2015). *O processo de organização política da população em situação de rua e as particularidades de Natal/RN* [Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal]. www.repositorio.ufrn.br
- Almeida, Hellen Tattyanne, Gouveia, Ana Cândida Barbosa Fonseca, Medeiros, Fernanda Cavalcanti, Bezerra, Floriza Soares, Bezerril, Maria Clara Lira, & Oliveira, Victor Darlan de Carvalho (2015). O Centro de Referência em Direitos Humanos e a população em situação de rua de Natal/RN: a luta dos (in)visíveis urbanos. In Ilana Paiva, Candida de Souza, Daniel Valença, & Annamaria Araújo (Orgs.), *Direitos Humanos e Práxis: Experiências do CRDH/RN* (pp. 151-175). EDUFRN.
- Batista, Patrícia Serpa Souza, Vasconcelos, Eymard Mourão, & Costa, Solange Fátima (2014). Ética nas ações educativas e de cuidado em saúde orientadas pela Educação Popular. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 18(supl.2), 1401-1412. <http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1401.pdf>
- Boff, Leonardo (2009). *Fundamentalismo, Terrorismo, Religião e Paz – Desafios para o século XXI*. Vozes.
- Brandão, Israel Rocha (2012). *Afetividade e transformação social – Sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório*. Edições Universitárias.
- Dalgalarrodo, Paulo (2008). *Religião, Psicopatologia & Saúde Mental*. Artmed.
- Foucault, Michel & Deleuze, Gilles. (1979). Os intelectuais e o poder - Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (pp. 69-78). Graal.
- Feffermann, Marisa (2013). Criminalizar a juventude: uma resposta ao medo social. In Ilana Lemos de Paiva, Marlos Alves Bezerra, Geórgia Sibeles Nogueira da Silva, & Périssom Dantas do Nascimento (Orgs.), *Infância e Juventude em Contextos de Vulnerabilidades e Resistências* (pp. 57-75). Zagodoni.
- Ferro, Maria Carolina T. (2012). Política Nacional para População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. *Revista Direitos Humanos*, 08, 35-39.
- Fonseca, Alexandre Brasil, Valença, João, & Silva, Thiago Barros (2006). Religião e saúde na recente produção acadêmica brasileira: uma revisão a partir dos autores. In Eymard Mourão Vasconcelos (Org.), *A espiritualidade no trabalho em saúde* (pp. 205-242). Hucitec.
- Guattari, Felix (2006). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Editora 34.
- Lemos, Sancelair (2013). *A vivência de transcendência* (2ª ed.). Pallotti.
- Magnani, José Guilherme C. (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, 15(32), 129-156.

- Paulon, Simone Mainieri (2005). A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 16-23. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>
- Passos, Eduardo Henrique & Souza, Tadeu Paula (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 154-162. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100017
- Pélbart, Peter Pál (2003). *Vida capital: ensaios de biopolítica*. Iluminuras.
- Pélbart, Peter Pal (2015). Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. *Saúde Soc.*, 24(supl.1), 19-26. <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24s1/0104-1290-sausoc-24-s1-00019.pdf>
- Rabinow, Paul & Dreyfus, Hubert (1995). Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Forense Universitária.
- Rocha, Marisa Lopes & Aguiar, Katia Faria (2003). Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 4(23), 64-73. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n4/v23n4a10.pdf>
- Sepulveda, José Antônio & Sepulveda, Denize (2014). Exclusão Social e Inclusão Perversa: Tecendo Algumas Considerações. In José A. Moreira Sales, Isabel M. Sabino de Farias, Maria do Socorro L. Lima, & Maria M. Dias Cavalcante (Orgs.), *Didática e Prática de Ensino na Relação com a Sociedade* (pp. 2103-2114). EdUECE.
- Valla, Victor Vicent (2006). A vida religiosa como estratégia das classes populares na América Latina de superação da situação do impasse que marca suas vidas. In Eymard Mourão Vasconcelos (Org.), *A espiritualidade no trabalho em saúde* (pp. 265-295). Hucitec.
- Vasconcelos, Eymard Mourão (2006). A espiritualidade no cuidado e na educação em saúde. In *A espiritualidade no trabalho em saúde* (pp. 09-157). Hucitec.

Histórico

Submissão: 08/05/2020

Aceite: 10/11/2020

Contribuição dos autores

Concepção: AFJC

Coleta de dados: AFJC

Análise de dados: AFJC, AKMA, MTN

Elaboração do manuscrito: AFJC, AKMA, MTN

Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: AFJC, AKMA, MTN

Aprovação final do manuscrito: AFJC, AKMA, MTN

Financiamento

Pibic/UFRN e Propesq/UFRN

Aprovação, ética e consentimento

Não se Aplica

Artigo Original

Resistências na vida comezinha: Sentidos do #elenao e #elenunca

Resistencias en la vida cotidiana:
Sentidos del #elenao y del #elenunca

Resistances in small life:
Senses of #elenao and #elenunca

Bruno Monteiro Herculino *

brunomonteiro_h@live.com

Karen Gabriele Poltronieri **

karen.poltronieri@usp.br

Lucília Maria Abrahão e Sousa ***

luciliamasousa@gmail.com

* Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

<http://orcid.org/0000-0003-4717-1504>

** Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

<http://orcid.org/0000-0001-8114-2091>

*** Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

<https://orcid.org/0000-0002-2131-4661>

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste na investigação do movimento das hashtags #elenao e #elenunca, que circularam no ciberespaço por via de uma cibermilitância de mulheres nas eleições presidenciais de 2018 e que foram replicados no espaço urbano. À vista disso, filiados à Análise do Discurso de matriz francesa, fundada por Michel Pêcheux, os autores pretendem identificar os efeitos de sentidos de resistência nessa relação do digital com o urbano, ou seja, um movimento que inscreve rede e rua em relação de continuidade. Nosso corpus de análise, portanto, foi composto por materiais coletados em redes sociais digitais, com o intuito de empreender um gesto de leitura que possibilite verificar os sentidos de resistências que tais hashtags produzem na vida comezinha, isto é, afetam e materializam-se na vida corriqueira, singela e caseira.

Palavras-chave: *Análise do Discurso; Cibermilitância; Sentido; Resistência.*

Resumen

El objetivo de este trabajo es investigar la dinámica de los hashtags #elenao y #elenunca, que circularon en el ciberespacio a través de un cibermilitarismo de mujeres en las elecciones presidenciales de 2018 y que se replicaron en el espacio urbano. Los autores de estos escritos, afiliados al Análisis del Discurso de origen francés y fundado por Michel Pêcheux, pretenden identificar los efectos de sentido de resistencia en la relación entre lo digital y lo urbano, es decir, una dinámica que inscribe la red y la calle en una relación de continuidad. Nuestro corpus de análisis, por lo tanto, ha sido

compuesto por materiales recopilados en redes sociales digitales, con la intención de realizar un gesto de lectura que permita verificar los significados de resistencia que tales hashtags materializan (en) y afectan la vida cotidiana, sencilla y hogareña.

Palabras-clave: *Análisis del discurso; Ciber militancia; Sentido; Resistencia.*

Abstract

The aim of this work is to investigate the movement of the hashtags #nothim and #neverhim, which circulated in cyberspace through a cybermilitance of women in the 2018 presidential elections and which were replicated in the urban space. In view of this, affiliated with Discourse Analysis of French origin founded by Michel Pêcheux, the authors intend to identify the effects of senses of resistance in this relationship between digital and urban, that is, a movement that inscribes network and street in a relationship of continuity. Our corpus of analysis, therefore, was composed of materials collected on digital social networks, with the intention of undertaking a reading gesture that makes it possible to verify the meanings of resistance that such hashtags produce in the common life, in other words, they affect and materialize in the ordinary, simple and homely life.

Keywords: *Discourse Analysis; Cybermilitance; Sense; Resistance.*

Primeiras considerações: Mulheres contra Ele, nas redes e ruas

No movimento político das eleições de 2018 para diversos cargos (inclusive o de presidente da república) surgiu uma grande movimentação entre os grupos denominados de “direita” e “esquerda” que defendem suas ideologias mais conservadoras e mais progressistas, respectivamente. Na ocasião, as diferenças entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Social Liberal (PSL), marcados por seus respectivos candidatos, Fernando Haddad e Jair Messias Bolsonaro, começam a despontar em caminhos ideológicos bem distintos. De um lado, o PT, apresentava um projeto e eleitorado com planos de governo mais inclusivos com a população e a defesa de direitos humanos e, em contrapartida, o candidato do PSL materializa na trama da língua discursos de ódio, de exclusão de leis que garantiriam os direitos das minorias, de apologia à violência e apoio à tortura e de morte de opositores.

Alguns desses discursos, proferidos pelo candidato Jair Messias Bolsonaro (doravante chamaremos de ‘Ele’) e sua equipe, inscreviam sentidos antes silenciados ou ditos de modo velado, que faziam falar a defesa de um projeto voltado para a elite brasileira, mas, em contrapartida, promovia uma negligência com a grande maioria da população brasileira e com dos direitos sociais. Diante desse contexto, em muitas de suas falas, pronunciamentos e declarações, o candidato se posiciona em determinada formação discursiva, isto é, aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição numa dada conjuntura (Pêcheux, 1969) que instalava historicamente os sentidos de apoio ao uso da violência de Estado, de discriminação e preconceito em relação às diferenças e os direitos constitucionais duramente conquistadas com a democratização do país. Dito de outro modo, o pior dos efeitos da ditadura – de abuso da violência, de endosso à força coercitiva, de repressão à liberdade, de militarização do Estado e de autorização do preconceito – começou a circular socialmente e a produzir ressonâncias. O elogio do nome de um general, a negativa de que houve tortura no país, a convocação de um líder que tivesse pulso forte e fosse narrativizado como mito, a exposição de gestos que imitassem armas nas mãos, as declarações desrespeitosas sobre quilombolas, negros, *gays* e mulheres compõem algumas formulações que constituem certa memória do dizer e produzem as diversas formas de violência instigadas pelo candidato do PSL durante sua campanha, afetando de modo geral as minorias sociais brasileiras, convocando o Estado a ocupar um lugar diferente daquele que as últimas décadas tinham presenciado, qual seja, o lugar de negar a existência de políticas sociais de inclusão, de direitos civis e políticos, de diversidade cultural e sexual e de uma resposta do executivo na direção de acolher os dilemas contemporâneos.

À vista disso, a formação discursiva, que consiste em um elemento da formação ideológica, aonde o dizer do candidato do PSL se localiza, desconsidera então a existência de pessoas e grupos marginalizados, como por exemplo, negros, mulheres, a comunidade LGBTQIA+, trabalhadores, povos indígenas, dentre outros; ao fazê-lo, são negados simbolicamente o direito de existência desses grupos, a legitimidade de suas formas de produção, trabalho e convivência, e, em lugar deles, os efeitos de violência, preconceito e ódio começam a ser repetidos e a entrar na ordem do repetível. Algumas formulações dão pistas do que estamos sustentando: “se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater” (Suwwan, 2002), o que marca, na ordem da língua, a certeza do efeito de violência, de tortura física e de condenação de *gays*. “Vamos fuzilar a petralhada¹ toda aqui do Acre” (Ribeiro, 2018) inscrevendo no dizível o “fuzilar” como uma prática possível, legitimada e aceita no cotidiano, produzindo uma equação discursiva “óbvia” entre integrantes do PT e dos partidos considerados de esquerda e a morte. O discurso d’Ele, legitima o extermínio a partir de uma seleção imaginária entre os que devem matar e os que devem/precisam morrer, uma ordem que não nos é absolutamente estranha se considerarmos que o país foi um dos últimos a abolir a escravidão, depois de quase quatrocentos anos usurpando corpos e vidas de homens, mulheres e crianças negras.

No entanto, o maior destaque das eleições presidenciais de 2018, foram os discursos de violência contra a mulher, onde Ele profere falas diretas para mulheres dizendo que elas não merecem igualdade

1 Termo que faz alusão de forma pejorativa à eleitores do PT (Partido dos Trabalhadores).

salarial, reafirma a inferiorização da mulher e também faz apologia ao estupro ao dizer que não estupraria uma deputada porque ela era feia, “ela não merecia” (*Carta Capital*, 2017). As então declarações de campanha proferidas por Ele, na posição de candidato à presidência e de líder de seu partido, desencadearam um movimento de resistência contra os efeitos de ódio e violência que sustentaram seus pronunciamentos. Antes do primeiro turno das eleições de 2018, algumas mulheres se reuniram e criaram um grupo na rede social *Facebook* denominado “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” que atingiu mais de 1 milhão de membros em menos de duas semanas (Seta, 2018). Composto inteiramente por mulheres de todas as partes do Brasil, a iniciativa na rede social serviu para marcar uma outra posição discursiva de impugnação às falas d’Ele, como também de resistência dessas mulheres unidas em favor da vida, dos direitos humanos, sociais e políticos, e do respeito às diferenças. Esse posicionamento foi inicialmente atacado; o grupo foi *hackeado* e invadido diversas vezes como alvo de *fake news* e desmoralização, todavia, ainda assim, foi fortificado por sujeitos navegadores – mulheres e homens – que se filiavam à uma outra formação discursiva, de uma posição de recusa ao ódio, preconceito, violência e ignorância. Interessante notar que o movimento começa com a chamada “Mulheres unidas contra Bolsonaro”, o que abre um litígio discursivo entre dois oponentes, de um lado, “mulheres” marcando posição de protagonismo na cibermilitância das últimas décadas, de diversidade (não se trata de uma mulher isoladamente, mas de um coletivo) e de discordância dos sentidos postos em circulação pelo candidato do PSL durante a campanha; de outro lado, resta o nome próprio masculino de um político, candidato e deputado, cujos enunciados serão retomados pela negativa “não” e “nunca”.

Apesar dessa negativa a respeito da voz d’Ele, o nome próprio Bolsonaro (muitas vezes ligado a “Messias” e “mito”), replicado muitas vezes na *internet* através de algoritmos, fez com que sua popularidade crescesse, ainda que fosse citado seu nome de maneira a discordar de suas colocações. Dessa maneira, inspirados por outras manifestações políticas, por meio de *hashtags*, como por exemplo, o jogo metafórico do “Fora Temer”, surgiu o “Ele não”, de forma que excluísse o nome, mas não a significância e o peso dos sentidos que a denominação pudesse produzir. Assim, foram replicados *hashtags* como “#elenão” “#elenunca” “#notmypresident”² em diversos lugares, não só da rede, mas também nas ruas. Este movimento de resistência a Ele, começou nas redes sociais e se espalhou rapidamente, estendendo-se às manifestações: nas ruas, nos corpos, em inscrições artísticas e políticas. O efeito discursivo do enunciado “ele não” revela um grito de denúncia que demarca “pequenos gestos de insubmissão diária; pequenos gestos de intervenção no cotidiano que, na repetição contínua que surpreende, se insurgem não reconhecendo um governo imposto” (Medeiros & Sousa, 2018, p. 187). Este posicionamento ganhou força pela causa voltada às mulheres e às agressões sofridas pelos discursos ditos/reproduzidos por Ele, mas o movimento se expandiu e foi aderido por todos aqueles que se filiaram à posição discursiva de indignação diante das violentas falas que Ele produziu e fez circular.

Discurso e Ideologia: cibermilitância e condições de produção discursiva

“Tudo está escrito nos espaços brancos que ficam entre uma palavra e a seguinte.”
(Inês Pedrosa, 2005, p. 129)

Feito essa pré e breve apresentação sobre o movimento de oposição d’Ele, ocorrido nas eleições de 2018, partimos agora para o campo teórico da Análise do Discurso (doravante AD), lançando mão de algumas categorias de análise para sustentar um gesto de leitura sobre os efeitos de sentidos identificados nas discursividades das últimas eleições presidenciais. Portanto, quando falamos em discurso na AD, estamos falando de um discurso como uma prática linguageira, um dizer em curso, que se mantém em constante movimento e que devido a essa movência produz sentidos por e para sujeitos, noutras pala-

2 Tradução livre: Não é meu presidente.

bras, o discurso consiste em um dizer em movimento que produz efeitos de sentidos entre interlocutores (Pêcheux, 1975). Assim, o discurso é o que “torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (Orlandi, 2007, p. 15). Posto isso, em AD, se partimos da premissa de o discurso é dinâmico, movediço e não estanque, o sentido não pode ser compreendido como existente em si mesmo, pois, os sentidos sempre podem vir a serem outros, haja vista, que são determinados sócio-históricamente. O discurso é uma materialidade porosa, aerada, perfurada, pois, “a relação pensamento/linguagem/mundo permanece aberta” (Orlandi, 2005, p. 19), e que devido a essa abertura, que o processo discursivo é determinado ideologicamente.

Diante do que foi escrito acima, tomamos o conceito de ideologia como medular para compreendermos as tramas do movimento #elenao e #elenunca. Pêcheux (1975) nos adverte que a ideologia trata-se de uma operação de naturalização dos sentidos e de uma afirmação de uma obviedade, ou seja, a ideologia é um processo de legitimação de evidências que determina como as coisas são e como não são, nas palavras do autor “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’” (Pêcheux, 1975, p. 146). Deste modo, consoante a Pêcheux, devemos compreender a ideologia como um ritual que funciona na naturalização de alguns sentidos e silenciamento de outros (Pêcheux), porém, veremos mais adiante que esse ritual não é um ritual sem falhas. A ideologia, desta forma, tem em seu funcionamento a interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso, dito de outro modo, a interpelação ideológica determina uma posição para o sujeito fazer dizer alguns sentidos e apagar outros, assim, o sujeito discursivo, para falar e fazer com que sua fala tenha sentido ele terá que se localizar em determinadas formações discursivas, eis a sua condição.

Isso posto, compreendendo a movência discursivas e que os sentidos não são estanques, destacamos que a luta do político, enquanto divisão dos sentidos, sempre foi marcada nas/pelas ruas em passeatas, mobilizações, atos e desfiles oficiais; exemplo disso foi o período militar e as décadas posteriores. Nas redes, o rápido contágio digital implica em uma outra forma de o sujeito se fazer presente e de o político se materializar, já que tal instância produz efeitos mediada por outras coordenadas de tempo, espaço, subjetivação, levando-nos a ressignificar os sentidos de militância nas telas e ruas, no nosso caso, colocando em suspensão os sentidos ditos por Ele, e, em movência deslizante e polissêmica, o que é produzido a partir do Ele não/#elenao. Na contemporaneidade, conseqüentemente, temos outras condições de produção discursivas, isto é, uma determina configuração imediata e sócio-histórica em que o sujeito que fala se encontra, dizendo de um outro modo, as condições de produção se trata de um contexto que produz e afeta os dizeres discursivamente.

A militância digital, chamada de cibern militância, “pode ser o princípio primeiro de um ponto de vista temporal, pode, com efeito, preexistir à militância real” (Masse, 2010, p. 10), ou seja, como neste caso do “ele não”, surge primeiro no âmbito digital e, assim, passa a coexistir nos espaços urbanos, produzindo movimentações e sentidos a respeito da luta que está sendo elaborada e cujos desdobramentos irão ser condensados na marca #, inscrição do digital no discurso (Dias, 2012). Assim, tendo a *internet* como viabilizadora de uma comunicação mais rápida e abrangente, os movimentos sociais tornaram-se grandes protagonistas do meio digital, pois, do mesmo modo que atinge grupos pretendidos, traz ao movimento diferentes pessoas para se engendrar na causa, em termos discursivos, interpelam os sujeitos a se filiarem em determinada formação discursiva. A cibern militância, então, abre “a possibilidade de entrar nessa grande rede de significantes, fazendo circular vozes outras, que não as parafraseadoras do discurso da ideologia dominante, e tem permitido a divulgação em grande escala de discursos de denúncias” (Mittmann, 2009, p. 2).

A mobilização digital do #EleNão deu início a diversos protestos e manifestações em diversas partes do país, alcançando mulheres de todos os lugares. O

#Elenão não é uma simples *hashtag*, mas um movimento extraordinário de base, capilar e microscópico, que ao mesmo tempo organiza um ato político e serve de ponto de convergência para outras movimentações de mulheres, *online*, e face a face. (Machado & Burigo, 2018)

Essa movimentação, além do cunho de defesa de uma ideologia política, e mais ainda, dos direitos à vida, tornou-se um marco e um grande aglutinador de vozes e dizeres de mulheres, o que contribuiu para o movimento feminista, deixando também algumas marcas da oposição ao movimento, também feita por mulheres. No movimento feminista, a #elenão formou um grupo, uma (com)unidade de mulheres se unir em prol de suas causas. Neste ativismo digital, as várias vozes, singulares e “anônimas” constituem um coletivo, assim, pelos fios digitais se tece um “nós”, uma coletividade que marca um deslizamento de sentidos que parte de uma luta individual para o grupal (Bocchi, Herculino, & Lozano, 2018).

Como nos diz Machado e Burigo (2018):

Somos nós, entre nós, para nós. E isso tem ocorrido no corpo a corpo, crescendo em uma onda de contágio que ainda não podemos dimensionar, e mobilizando, de forma horizontal e suprapartidária, mulheres que nunca antes se sentiram parte das discussões da esfera pública.

Na oposição, ainda houve mulheres contestando esses argumentos, dizendo que não precisariam do feminismo, que o apoio ao candidato do PSL não afetava em sua posição enquanto mulher. As opiniões divergiram bastante, colocando os partidos políticos no meio das discussões de direitos humanos e nas que feriam a existência de sujeitos minoritários, assim como os discursos do candidato proferiam. O feminismo é uma luta datada de meados do século XIX em que as mulheres desafiavam a ordem conservadora por um lugar no mundo público ao qual eram excluídas (Pinto, 2010). Ganhando mais força no século XX com as muitas manifestações ao redor do mundo, na Europa tornava-se uma luta consolidada pelo direito ao voto, que até então só era permitido aos homens. As muitas reivindicações feministas devem ser lembradas, mas sempre com a preocupação de reconhecer suas variações, pois, como exemplo, enquanto mulheres brancas reivindicavam direitos de trabalhar fora de casa, as mulheres negras trabalhavam fora de casa há séculos e sob condições de exploração piores que as brancas, o que indica que sua luta consistia em outros aspectos.

Alguns teóricos afirmam que o feminismo passou por algumas fases, denominadas ondas, em que a primeira consistiu na luta por direitos políticos e sociais no espaço público; a segunda o direito pelo corpo e sua sexualidade; a terceira onda focou “na mudança de estereótipos, nos retratos da mídia e na linguagem usada para definir as mulheres” (Consolim, 2017, p. 57). No Brasil acontecia em paralelo a Ditadura Militar, em que o período serviu também para reivindicar uma maior participação política das mulheres. A quarta onda se enquadra nas questões desse estudo: a cibermilitância. O enfoque na violência de gênero e na desconstrução de padrões (corporais, comportamentais) construídos para a mulher são algumas pautas vigentes nesta quarta onda. Portanto, compreendendo que tais discursos filiados às bases epistemológicas e saberes feministas, encontraram no ciberespaço um lugar material para práticas militantes, iremos conceber a militância no espaço digital como um funcionamento de práticas políticas contemporâneas que não são cegas às condições históricas de produção discursivas. Nas condições em que tal luta é materializada na língua e na era digital, a visibilidade e o maior alcance das pautas e lutas foram fundamentais para que esse movimento do “#elenão” ganhasse força e notoriedade por todo o país e em vários lugares da rede digital. É importante inferir que os lugares discursivos em que o sujeito mulher ocupa na sociedade e no qual Ele não se situa estão em enfrentamento, marcando o jogo do político enquanto divisão dos sentidos (Pêcheux, 1969).

Portanto, tais práticas militantes que surgem em um espaço onde sentidos de conexão e fluidez se fazem presentes, promovem uma imagem de uma militância digital onde as vozes ressoam um coro que vai tomando um corpo linguageiro. Nos movimentos de posições-sujeito que, no ir e vir de um compartilhar, curtir e/ou reagir determinadas publicações nas redes sociais eletrônicas, tornam-se modos de significar uma militância, em outras palavras, inscrevem gestos políticos de uma tomada de uma posição

na luta feminista (Bocchi et al., 2018). À vista disso, a cibernmilitância confere um modo particular de militância nas condições de produção discursivas contemporâneas, “cuja prerrogativa é a resistência e na qual não há uma autoria individualizada, mas do grupo, a deflagrar gestos de pertencimento à cidade através da apropriação do espaço público” (Bocchi et al., p. 39).

O ranger das resistências e a divisão dos sentidos

“Foi então que a barata começou a emergir do fundo. Antes o tremor anunciante das antenas.” (Clarice Lispector, 1964, ano, p. 96)

Pêcheux, em sua retificação, nos aponta que “Não há ritual sem falhas” (1975, p. 277), desse modo, tomando que todo processo ideológico é uma ritualização, há algo nesse processamento que não se costura, não se encaixa e que permanece um rasgo, uma ruptura, um rompimento. Nessa não complementariedade, nessa falha, é possível pensar a existência de um “intervalo possível para emergência de fendas, fissuras, rachaduras em espaços de resistência de/para dizer” (Sousa, 2015, p. 136). Assim, no tocante à AD, a resistência pode ser considerada um ponto em que as relações de dominação não se realizam completamente, pois algo nessa montagem faz tremer o campo da linguagem e faz irromper o equívoco, demarcando possivelmente um outro lugar, ponto de fuga que inscreve práticas de resistências (Ferreira, 2015). O equívoco é aquilo que marca a falha na língua, ao ponto que há algo na língua que é inatingível, ou seja, inscreve um impossível de tudo poder dizer, findando o equívoco como resistência da língua (Ferreira, 2015, p. 39). Disso se nutrem os deslocamentos de sentido, os escorregões dos efeitos consolidados e tidos como legitimados, as bordas de um reviramento que, em dadas condições sócio-históricas, não estavam previstos no corpo da língua.

Um dos chãos teóricos que Pêcheux irá desenvolver sua semente sobre o conceito de resistência é a psicanálise prosperada por Jacques Lacan em seu retorno a Freud. Será mais precisamente no ponto nodal do sujeito que o analista do discurso irá se debruçar e perceber que o funcionamento da linguagem, que sempre permanece aberta, faz a ideologia operar e produzir uma captura imaginária e inconsciente, o que faz falar um ponto de tropeço para o sujeito. Aí algo da ideologia manca (Carvalho, 2015), ou seja, o sujeito do inconsciente faz presença na materialidade significante no/do discurso, ora se identificando com os discursos aí presentes, ora se furtando, isto é, não se assujeitando aos mesmos e produzindo espaços outros de dizer, dito de um outro modo, sendo interpelados por outras formações ideológicas e se posicionando em outras formações discursivas. Diante disso, destaca-se que a psicanálise interessa a AD na medida em que a mesma apresenta um sujeito que é (e)feito de linguagem, não em sua transparência, mas sim em sua opacidade e incompletude. Um sujeito que só eclode por via da falha, em seu deslizamento errante, torcido, roto e capenga. Deste modo, se o equívoco é o lugar possível na língua para resistência, o inconsciente é o modo de resistência do sujeito (Ferreira, 2015).

Pensando aqui em nosso *corpus* de análise, visamos expor como um discurso de resistência irrompe a uma ideologia que traz em seu discurso sentidos que refletem um horror, que pulsa feridas ainda abertas de/em nossa história, que materializa discursos mortíferos e de total aniquilação às diferenças. Um horror difícil de o sujeito nomear e de se sustentar por via da palavra, porém, na tentativa de se falar no inominável, o sujeito enfrenta o horror com resistência que, de acordo com Pêcheux, é algo possível de ser tecido com palavras (Sousa, 2015). Portanto, usando o pronome pessoal Ele, seguido do advérbio Não ou Nunca, a posição sujeito-mulher começa produzir um barulho, um ruído, um ranger de resistências que fazem coro ao inominável, uma resposta a um dito anterior que sustenta o legível e o dizível e que reclama uma positividade da negação. Ele Não, Ele quem? Ele! Todos sabem quem está aí referenciado, Ele. Como anotam Vanise Medeiros e Lucília Maria Sousa (2018, p. 178), com Pêcheux “aprendemos

que é preciso escutar os barulhos que sustentam a língua e estão nela como indícios das vozes em disputa, das posições-sujeito que não se congelam posto que em incessante contradição e movimento”.

E o que mais nos chamam atenção, enquanto analistas de discurso, é como e (a)onde esses discursos de resistência se materializam na língua e ganham circulação, pois, não emergem apenas em grupos intelectuais, partidos políticos ou em polos universitários, mas constituem-se nas redes e nas ruas. A resistência e a indignação em relação a Ele compõem ali onde a poeira levanta, os pés se arrastam, as mãos firmes se movimentam, o suor que escorre pela pele, nos muros e nos asfaltos da cidade, na terra seca, no alimento que nutre a vida, na projeção digital; compõem e aquecem os corpos, nos corpos que fazem da pele telas, no ciberespaço que circulam pelos fios das redes dizeres-laços e dizeres-outros como convites, cerquilhas (#) que não fazem barreiras, fazem pontes. Nomeia-se Ele justamente ali onde a vida começa se desfia, ou seja, onde a vida vai acontecendo, singela, caseira, corriqueira, a vida simples em toda sua complexidade, em todas as instâncias e estâncias, cantos e recantos da vida cotidiana, na vida “onde não há herói, mas cidadãos indignados com a situação política que puseram sua voz em rota de inventividade” (Medeiros & Sousa, 2018, p. 184).

Em vista disso, intentamos coletar algumas materialidades que circularam em redes sociais digitais, a fim de construir um *corpus* para realizar uma análise discursiva, visando que determinar um *corpus*, não se confunde com um processo de colagem de texto (verbais ou não verbais), mas sim edificar um dispositivo de observação apto a permitir apreender a discursividades ali presentes (Mazière, 2007), que o analista do discurso tem como encargo interpretar. Deste modo, para compreender os efeitos de resistências das *hashtags* #elenão e #elenunca na intercambialidade rede e rua, examinaremos o modo que os mesmos são discursivizados em postagens na *web*.

Na figura 1³ (no sertão), percebe-se pelo uso da # uma intercambialidade entre ciberespaço e o espaço rural, marcando um atravessamento do digital em uma composição em que não há telas nem aparelhos eletrônicos, mas terra, gado, gravetos e paus. O espaço que, por muitas vezes, não há acesso à *internet*, discursiva(-se) o efeito da inscrição política, da escrita feita por pedaços, fragmentos e partes de troncos e galhos de árvores, ou seja, de outro modo que não as letras escritas em papel ou tela. Assim, o uso da *hashtag* (#) faz presença como um fio discursivo que liga com outros dizeres no já-lá de uma memória com a sua atualização, isto é, o que está lá e aqui, atravessados pelas coordenadas do espaço e da linguagem digitais. Ao marcar o símbolo # com lenha seca, o sujeito faz falar a chama de um discurso já-dito em outro lugar e que se atualiza em determinada conjuntura, portanto:

o espaço discursivo de resistências é dado pela inscrição histórica de certas condições, pela moldura que enquadra como o poder se institui e produz tensão entre as classes sociais, melhor dizendo, por lugares de dizer marcados sócio-históricamente, nunca desancorados do político. (Sousa, 2015, p. 136)

Resistir a Ele, não se faz necessário nomear o nome próprio, pois, através do fio do discurso (intra-discurso), isto é, da sequencialização de saberes, temos acesso a quem é Ele, ou seja, através da palavra bordejamos aquilo que não tem nome, uma vez que, não se trata exatamente o sujeito empírico, de carne, osso, pele, mas sim dos discursos que são encarnados, corporificados por Ele. Os dizeres de ódio e violência, conforme já anotamos anteriormente. Retomando a figura 1, o enunciado aí colocado instala a inscrição dos efeitos de indignação na vida começinha, colocando uma posição discursiva que marca a recusa dos discursos odiosos em circulação, mais ainda, nos diz de um Brasil rural, representado pela terra seca, pelo gado magro e pela falta de verde, ou seja, um país de rincões em que a vida é arrancada com a mão

3 <https://ibb.co/4K52bKkm>

na lida diária com as atividades econômicas bem diferentes do agronegócio ou agricultura extensiva. A terra é a página na qual o sujeito escreve o seu não e, para tal, usa elementos da natureza para deixar ali sua marca. O enunciado “# Ele não”, assim com os três elementos separados no enunciado marca uma positividade da negativa (seria no sertão?) e funciona de modo a inscrever um dito que se fará ler como fotografia em outro local, na rede digital, por exemplo. Nessa direção, instala palavras que possibilitam “a inscrição de outros ditos, quais fossem, os de repulsa ao totalitarismo” (Sousa, 2015, p. 138).

Na trama do urbano, formas de dizer não a Ele também apareceram. Orlandi (2001) irá nos advertir que a cidade é um lugar que significa e nela os sentidos do político estão postos em circulação, produzindo enfrentamentos e confrontos. A cidade pulsa a partir da administração do político que fixa um jurídico a ser respeitado e seguido por todos os cidadãos; é ele que regula o que pode e deve ser ocupado, como os espaços podem e devem ser utilizados, os desvios e as interdições nas vias públicas, os acessos e o modo como os sujeitos precisam se mover nas ruas da cidade, onde devem parar ou avançar, por exemplo. Se tomarmos as placas e os sinais de trânsito como parte desse conjunto simbólico-administrativo, podemos inferir que eles regulam (ou tentam regular) a circulação e os modos de movimentação no/do espaço urbano.

Nas figuras 2⁴ (faixa de pedestre, pare) e 3⁵ (Consulado Geral do Brasil), nos é mostrada essa ordem: um cruzamento urbano e um prédio público consistem em espaços/lugares onde os sentidos e os sujeitos transitam sob condições, formulando e fazendo circular novas formas de significação; são lugares em que os sentidos estão postos e significam, no nosso caso, eles gritam. Na figura 2, “Pare” é um enunciado que não deixa dúvidas a nenhum cidadão ou motorista, desambiguizado pelo efeito de evidência ideológica que assegura apenas uma ordem, qual seja, interromper a condução do veículo, porque a preferencial é da outra rua. Infringir essa lei tem consequências. O “Pare” agora é atualizado e deslocado por estar acompanhado pelo “Ele não”, que aparece escrito em letras grandes no asfalto, diga-se de passagem, letras bem maiores que o “Pare”. Tal inscrição produz um estranhamento e uma instabilidade na rede de filiação histórica dos sentidos das leis de trânsito, trata-se certamente de um Pare de outra ordem. Na sequência “Pare, ele não” é de um outro imperativo que se trata. O efeito dessa outra ordem situa-se na urgência de uma parada (não do carro tão somente) para refletir, para pensar melhor, para usar o senso crítico e para escolher um presidente que pode ser qualquer um, mas Ele não.

Na fachada do Consulado Geral do Brasil, figura 3, é feita uma projeção com tecnologia digital. O primeiro ponto a destacar é que se trata de um país estrangeiro onde há embaixada do nosso país, ou seja, a repulsa pelo que Ele representa não produz efeitos de recusa apenas aqui. Algo no exterior também aponta na direção do inacreditável, da estranheza e da contestação de muitos efeitos de sentidos colocados por ele em circulação a respeito dos pobres, *gays*, mulheres etc. O enunciado “#Ele nunca” comparece colado na fachada do prédio oficial que representa o país e que é sustentado pelo dinheiro da federação. Ele pode ser lido ali no momento da enunciação ou retomado como fotografia e vídeo nas redes digitais.

O # discursiviza um modo de condensação e filiação dos sentidos de recusa do dizer d’Ele, fazendo o digital estruturar o que se diz aqui e ali, no país e lá fora; além disso, #elenao e #elenunca são dizeres que passam a ser fluidificados nos espaços digitais (Dias, 2012), replicados em diferentes instâncias. No ir-e-vir do curtir, do comentar e do compartilhar, os sujeitos navegadores arrastam essas # mais para adiante, fazem circular, nos/pelos mares virtuais, sentidos outros que formam um espécie de (com)unidade, fazendo ressoar um voz que dá corpo e existência para sujeitos que são desrespeitados, desconsiderados e aniquilados pelo discurso de extermínio, preconceito e intolerância ao qual Ele se filia. A relação dos muros com o além deles, do escrito em diferentes telas e dimensões com o que está na rede digital, faz com que os sujeitos possam fazer circular sentidos com efeitos de repulsa do horror à violência e de resistência pela via do ativismo e militância.

4 <https://ibb.co/5Fn9xvm>

5 <https://ibb.co/wLTXPyK>

Na rede digital, circularam também fotografias com “ele nunca” e “ele não” escritos com alimentos ou no prato de comida, postos à mesa e como que servidos para apreciação e/ou degustação. Em cenas da vida cotidiana, tais dizeres tornam-se visíveis a partir da simplicidade trivial, por exemplo, de tomar um prato de sopa de letrinhas (figura 4 – sopa de letrinhas)⁶ que, pela historicidade, atualiza os efeitos de infância e de alimento infantil ligado à brincadeira de reconhecer as letras e juntá-las ludicamente enquanto a criança come. Também no prato de batatas fritas (figura 5 – batata fritas com molho)⁷, ou nos legumes e nas frutas dispostos na mesa (figura 6 – quitandinha)⁸, o dizer de protesto aparece a marcar uma equivalência entre alimentar, comer, negatar e recusar Ele. Não apenas no menu diário e cotidiano, mas no dia de aniversário e festa (figura 7 – bolo de aniversário)⁹, o enunciado também comparece.

A memória discursiva, para Pêcheux (1997), é definida como condição do legível e define que as palavras guardam os sentidos dos lugares sociais por onde já estiveram e passaram. Assim, dia do aniversário, festa de aniversário, bolo de aniversário, assoprar as velinhas desse tipo de bolo significam a partir de sentidos já consolidados como legítimos e dominantes em outros lugares, sedimentados como verdadeiros e únicos pelo efeito ideológico de evidência. Na figura 7, tais efeitos são deslizados, já que há uma inversão do estabilizado sobre o momento dos parabéns, pois, ao invés de as velas dizerem a idade do festejado e celebrarem mais um ano de vida, há letras que gritam *elenão*. A indicação do nascimento e a revelação da idade do aniversariante escorregam para um campo semântico em que está posto o protesto, a indignação e a recusa do candidato Ele. Literalmente se acende uma outra vela naquela festa e naquele momento histórico, qual seja, a chama de algo que não está apenas no âmbito pessoal, mas diz respeito a um contexto político e ao encaminhamento da eleição. Dizer *elenao* durante ‘o’ parabéns de uma festa de aniversário funciona discursivamente de modo a fronteirizar o limite em que o pessoal e o público se colocam, o eu e o Ele não se entrecruzam e não podem se enlaçar: eis o político como divisão do sentido.

O último dado (figura 8)¹⁰ que trouxemos para a análise diz respeito à montagem feita em computador a partir de uma série de quatro obras de arte criadas pelo norueguês Edvard Munch. Aqui, será analisado o “O Grito”, conhecido e considerado o início do expressionismo, ícone da expressão da angústia, da dor e do desespero. A figura e a paisagem apresentam-se contorcidas, disformes e marcadas por um sofrimento que desorganiza a suposta ordem do mundo, sobretudo porque há algo para o qual a figura humana olha, e grita. Esse fora da tela resta como enigma e permite inferir: que será isso que se vê e se faz gritar de susto, medo e horror? Tal exercício de imaginação sobre o fora da tela nos convida a tomar nota de alguns elementos que estão dentro dela: a androgenia da figura, a posição das suas mãos no rosto, os olhos estatelados, a sua solidão. Tudo o que se marca nesses traços é o desamparo e desespero existenciais. Ainda sobre o pintor, vale registrar que sua produção artística é imensa e toca em sua maioria temas existenciais como a melancolia, por exemplo. Sobre o grito, ele afirma: “Estava andando pela estrada com dois amigos/ O sol se pondo com um céu vermelho sangue/ Senti uma brisa de melancolia e parei/ Paralisado, morto de cansaço/ Meus amigos continuaram andando – eu continuei parado tremendo de ansiedade, senti o grito da Natureza”¹¹. Por fim, é preciso considerar que essa obra de arte é muito famosa, aparecendo inclusive em muitos livros didáticos sobre as vanguardas europeias.

Esses sentidos são importantes para analisar o modo como a montagem sobre o “O Grito” circula na rede digital no momento em que Ele cresce na campanha eleitoral e nas pesquisas de opinião pública no país e aparece como um dos favoritos à presidência. O já significado antes no âmbito das artes plásticas é deslocado e atualizado para o jogo eleitoral na realidade sócio-histórica brasileira com algo inédito,

6 <https://ibb.co/gRYthcX>

7 <https://ibb.co/0qg4MGr>

8 <https://ibb.co/YjnkLZc>

9 <https://ibb.co/cbBk4Vj>

10 <https://ibb.co/D5QxttC>

11 <http://www.sabercultural.com/template/obrasCelebres/O-Grito-Edvard-Munch.html>

qual seja, a fala da personagem do quadro. O risível é justamente isso: o grito agora é contornado por palavras ao modo de uma revelação: “#Ele não!”. O horror antes atribuído ao universo existencial do personagem agora tem um objeto externo, Ele. No *corpus* que trouxemos, a exclamação é acrescentada, o que ao lado da densidade dramática de “O Grito” inscreve o efeito de sentido de mais horror diante Dele.

Considerações finais

No tecido social contemporâneo, os sujeitos mulheres, negros, *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, travesti, pobres, entre outros, conquistaram lenta e duramente direitos civis, políticos e sociais, muitos deles ainda a serem ampliados e consolidados. Foram décadas de luta em associações, coletivos, sindicatos, comunidades etc. com enfrentamentos diários por representatividade e acessos em partidos, universidades, espaços de trabalho, de cultura e lazer, o que criou um espaço discursivo para a emergência de diferentes posições sujeito dentro de uma formação discursiva em prol da democracia e cidadania. Empreendemos neste trabalho um esforço para marcar o(s) movimento(s) feministas(s) em seu protagonismo na rua e nas redes, diante da recusa e indignação diante da voz do presidenciável Ele. Foi a partir dos efeitos de **ódio, intolerância**, preconceito e incitação à violência que Ele colocou em circulação as *hashtags* #elenao e #elenunca, em primeira mão pela posição das mulheres em movimento. Instaurou-se, não apenas nos dizeres de campanha, mas sobretudo no social, um dizer que, pelo efeito ideológico de evidência, colocava o mortífero como solução para o trato com as diferenças e com a diversidade, para a resolução dos problemas sociais e da corrupção.

Diante desse horror representado por Ele, efeitos de resistência irromperam e produziram rupturas nas redes de filiações e repetições de sentidos que deslegitimam determinadas formas de existir, que ainda estão em construção por direitos e cidadania. Essa recusa abre espaço para outras formas de dizer não e nunca, nos remetendo ao **não no presente** do agora e ao nunca na relação com o passado, nunca mais, ou com o futuro, nunca será. O jogo temporal está posto significando a positividade da negação, sustentada pela recusa e indignação diante do mortífero.

Referências

- Bocchi, A. F., Herculino, B. M., & Lozano, M. F. (2018). O corpo inscrito pela arte urbana: militância e autoria entre o público e o privado. In T. Campos & L. Sousa (Orgs.), *Mídias e movimentos sociais* (pp. 35-55). Pedro & João Editores.
- Carvalho, F. Z. F. (2015). Discurso, resistência e sujeito. In A. S. F. Soares et al. (Orgs.), *Discurso, resistência e...* (pp. 109-115). Edunioeste.
- Carta Capital* (2017). Pela terceira vez, Bolsonaro é condenado a indenizar Maria do Rosário. <https://www.cartacapital.com.br/politica/pela-terceira-vez-bolsonaro-e-condenado-a-indenizar-maria-do-rosario/>
- Consolim, V. H. (2017). *O que pede a terceira onda feminista? Justificando: mentes inquietas pensam Direito*. <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/15/o-que-pede-terceira-onda-feminista/>
- Dias, Cristiane (2012). *Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)*. Hucitec.
- Ferreira, M. C. L. (2015). Resistir, resistir, resistir... primado prático discursivo. In A. S. F. Soares et al. (Orgs.), *Discurso, resistência e...* (pp. 159-167). Edunioeste.
- Lispector, Clarice (1964). *A paixão segundo G. H.* Editora Rocco.
- Machado, R. P. & Burigo, J. (2018). #Elenão deixou de ser uma simples hashtag: é um movimento feminista e político que pode mudar o Brasil. *The Intercept Brasil*. <https://theintercept.com/2018/09/28/elenao-movimento-feminista-politico/>
- Masse, C. (2010). A cibermilitância: a internet, um elemento central dos movimentos sociais contemporâneos. *Comunicação Pública*, 5(9), 149-160. https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/52557909/Internet_and_Activism_PT.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1548272433&Signature=vH3n8NL4U%2Fqr5Ocm5WellKAhWwQ%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3D2010a_Cyber-militancy_Is_the_Internet_a.pdf
- Mazière, F. (2007). *A Análise do Discurso: história e práticas*. Parábola Editorial.
- Medeiros, V. & Sousa, L. M. A. (2018) Efeitos de um fora: o grito desdobrado na ordem da vida. In F. Barbosa, L. J. Baldini (Org.), *Análise do Discurso e materialismos: prática política e materialidades* (pp. 35- 50). Pontes.
- Mittmann, Solange (2009). A apropriação do Ciberespaço pelos movimentos sociais. In *Anais do III Encontro Nacional sobre hipertexto*. <http://nehte.com.br/hipertexto2009/anais/a/a-apropriacao-do-ciberespaco.pdf>
- Orlandi, E. P. (Org.). (2001). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Pontes.
- Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. (1967). Papel da memória. In P. Achard et al. (Orgs.), *Papel da Memória* (pp. 49-59). Pontes.

Pêcheux, M. (1969). Análise automática do discurso. In F. Gadet & T. Hak (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso* (pp. 61-162). Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. (2014). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Ed. da Unicamp. (Original publicado 1975)

Pedrosa, Inês (2005). *Nas tuas mãos*. Planeta Brasil.

Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>

Ribeiro, J. (2018). “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. *Exame*. <https://exame.abril.com.br/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>.

Seta, I. (2018). “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” tem 1 milhão de membros no Facebook. <https://exame.abril.com.br/brasil/mulheres-unidas-contr-bolsonaro-tem-1-milhao-de-membros-no-facebook/>

Sousa, L. M. (2015). A. Dizeres de resistência: é (também) de impossível que se trata. In: A. S. F. Soares et al. (Orgs.). *Discurso, resistência e...* (pp. 135-141). Edunioeste.

Suwwan, L. (2012). *Apoio de FHC à união gay causa protestos*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1905200210.htm>.

Histórico

Submissão: 20/03/2021

Revisão: 16/09/2021

Aceite: 06/10/2021

Contribuição dos autores

Todas as etapas foram elaboradas conjuntamente pelos três autores.

Financiamento

Não se Aplica

Aprovação, ética e consentimento

Não se Aplica

Artigo Original

Linguagem, poder, gênero e subjetividades na interface com teorias feministas

Lenguaje, poder, género y subjetividades en la
interfaz con las teorías feministas

Language, power, gender and subjectivities in
interface with feminist theories

Karla Galvão Adrião *

karla.galvao@ufpe.br

Paloma Silveira **

palomasilveira25@gmail.com

* Universidade Federal de Pernambuco
Recife/PE, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7411-425X>

** Universidade Federal de Pernambuco
Recife/PE, Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-0621-6059>

Resumo

Este ensaio reflete sobre como as noções de linguagem, poder, gênero e subjetividades, dialogam entre si, tomando como base epistemológica para este debate, a perspectiva teórica feminista pós-estrutural (Haraway, 1995; Scott, 2002), em sua inflexão com as propostas feministas negra (González, 2018); e descolonial (Lugones, 2014; Rivera Cusicanchi, 2010). Discutiremos a partir de duas cenas que atuam enquanto “eventos discursivos” (Beaugrande, 1997). O primeiro trata de uma evocação, em um encontro entre uma das pesquisadoras e uma criança, ao sistema-sexo/gênero e às ciladas discursivas que atravessam corpos e subjetividades. A segunda, descreve o encontro entre duas jovens mulheres brancas de classe média, sobre questões de aborto provocado, desnudando tensões entre igualdade e diferença e o campo dos direitos reprodutivos. Nas duas cenas as provocações se estabelecem, trazendo a centralidade da linguagem e do poder em relação com questões de raça, classe e gênero para as construções subjetivas.

Palavras-chave: Teorias feministas pós-estruturais; Linguagem; Feminismo negro; Descolonialidades; Subjetividades.

Resumen

Este ensayo reflexiona sobre cómo las nociones de lenguaje, poder, género y subjetividades dialogan entre sí, tomando como base epistemológica para este debate, la perspectiva teórica feminista post-estructural (Haraway, 1995; Scott, 2002), en su inflexión con las propuestas feministas negras (González, 2018); y descolonial

(Lugones, 2014; Rivera Cusicanchi, 2010). Discutiremos desde dos escenas que actúan como “eventos discursivos” (Beaugrande, 1997). El primero trata de una evocación, en una reunión entre una de las investigadoras y un niño, sobre el sistema sexo-género y las trampas discursivas que cruzan cuerpos y subjetividades. El segundo describe el encuentro entre dos jóvenes mujeres blancas de la clase media, en torno a temas de aborto inducido, exponiendo tensiones entre igualdad y diferencia, y el campo de los derechos reproductivos. En ambas escenas, las provocaciones se establecen, llevando a las construcciones subjetivas la centralidade del lenguaje y el poder em relación a los problemas de raza, clase y género.

Palabras clave: Teorías feministas post-estructurales; Language; Feminismo negro; Descolonialidades; Subjetividades.

Abstract

This essay reflects on how the notions of language, power, gender and subjectivities dialogue with each other, taking as an epistemological basis for this debate the post-structural feminist theoretical perspective (Haraway, 1995; Scott, 2002), in its inflection with the black feminist (Gonzalés, 2018); and decolonial (Lugones, 2014; Rivera Cusicanchi, 2010) proposals. We will discuss from two scenes that act as “discursive events” (Beaugrande, 1997). The first deals with an evocation, in a meeting between one of the researchers and a child, about the sex/gender system and the discursive pitfalls that cross bodies and subjectivities. The second describes the encounter between two young white middle class women on issues of induced abortion, laying bare tensions between equality and difference and the field of reproductive rights. In both scenes, provocations are established, bringing the centrality of language and power in relation to issues of race, class and gender to the subjective constructions.

Keywords: Poststructural feminist theories; Language; Black feminism; Decolonialities; Subjectivities.

INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendemos trazer algumas reflexões sobre linguagem, poder, gênero e subjetividades, a partir do diálogo com a perspectiva teórica feminista pós-estrutural (Haraway, 1991, 1995; Scott, 1999, 2002), feminista negra (González, 2018) e descolonial¹ (Lugones, 2014; Rivera Cusicanqui, 2010). O percurso analítico propõe colocar em relação as perspectivas supracitadas tendo o fenômeno da linguagem como elemento que baliza, constrói e conforma o mundo (Butler, 1997; Costa, 1995; Wittgenstein, 1991). A linguagem em sua relação com as práticas de poder, as posições de gênero e outras desigualdades, e as conformações subjetivas advindas daí, serão analisadas a partir de duas imagens narradas, que atuarão como um evento discursivo². Por ‘evento discursivo’ compreendemos, amparadas em Robert de Beaugrande (1997), que os distintos elementos que compõem uma cena, se integram e revelam as diversas facetas de um mesmo fenômeno, analisados a partir de um olhar micro e macro social. Desse modo, tanto as questões que deveriam ser de um âmbito mais subjetivo, se fosse possível essa divisão, quanto as que seriam de uma esfera mais social, se imbricam na constituição do discurso-imagem³.

A primeira destas foi o encontro que a primeira autora teve com Duda, no período em que escrevia a sua tese de doutorado (Adrião, 2008), sobre ‘O campo feminista no Brasil e seus Encontros com os Feminismos’, numa manhã de sol tímido viajando entre cidades nos pampas gaúchos. Na segunda apresentamos outra forma de encontro, que ocorreu ao acessarmos uma narrativa sobre uma experiência de aborto provocado, no *blog* do projeto *As Rodadas*⁴. A partir dessas duas imagens exploraremos os entrelaçamentos entre linguagem, poder e constituição de subjetividades.

1 Um debate que está longe de se findar, traz a tensão entre os termos decolonial e descolonial. No centro das críticas, aponta-se a necessidade de coalisão entre os questionamentos decoloniais e pós-coloniais, tendo em vista que ambos se opõem ao colonialismo. Entendendo que esta perspectiva se coaduna mais à própria perspectiva pós-estrutural, que tem sua episteme fundante tensionada em termos de uma literatura do norte do globo, e de países colonizadores, embora esta mesma tenha se reinventado a partir também da relação com as epistemes feministas, é que fazemos a escolha pelo termo descolonial neste artigo.

2 Este texto é fruto de reflexões da apresentação da 1ª autora em mesa redonda da Jornada Psicanálise, Gênero e Identidade(s), organizada pelo Círculo Psicanalítico de Pernambuco, no segundo semestre de 2017. Após repercussão dessa apresentação o texto foi remodelado e teve a contribuição da 2ª autora no tocante ao debate sobre aborto. Agradecemos as contribuições da comunidade psicanalítica do Recife, em particular a Isabela Cribari pelo convite, aos demais componentes da mesa redonda, o Prof Dr. Érico Andrade e os psicanalistas Ana Elizabeth Cavalcanti e Antonio Ricardo Rodrigues da Silva. Agradecemos ainda às valiosas contribuições do grupo A coletiva/Labeshu/UFPE, principalmente nos nomes de Marisa Dantas e Adriana Cavalcanti.

3 Este texto vai trazer o pensamento de muitos autores e autoras, alguns brevemente, outro de maneira mais detalhada. Entendemos as perdas e ganhos desta escolha, e justificamos que a mesma se dá em função da busca analítica em fazer operar e dialogar correntes distintas feministas pós estruturais (que se coaduna com os estudos linguísticos e discursivos), feminista negra (que discute sobre a importância de evidenciar as violências epistêmicas, e os abusos do racismo estrutural, sofridas pelas populações negras e as mulheres negras em particular), e o feminismo descolonial (que trata da ferida colonial e da dívida colonial) em sua relação com pensadores do campo da linguística (Beaugrande, 1997) e da filosofia da linguagem (Wittgenstein, 1991), unindo-os à reflexão sobre as interfaces entre linguagem e subjetividades (Butler, 1997; Costa, 1995; Ranciére, 2016).

4 O projeto de pesquisa-intervenção feminista *As Rodadas* (2016), ligado ao grupo A coletiva/LABESHU/UFPE, buscava criar espaços de diálogos, através de rodas de debate aberto que se utilizava de elementos arte terapêuticos e de metodologias participativas, sobre temas da agenda de lutas feministas. O primeiro destes foi sobre Aborto; o segundo tratou do tema das violências e aconteceu durante a ocupação das universidades públicas. Nos mesmos contava-se sempre com a participação de pessoas do movimento feminista de base, pessoas da academia e alguma artista/intervencionista. A equipe era composta pela profª Dra Karla Galvão Adrião, a publicitária Marisa Dantas, e as estudantes de doutorado em psicologia Daniele Rabello, graduação em Pedagogia Adriana Cavalcanti e de design Letícia Tomás.

O ENCONTRO COM DUDA⁵

Duda estava lá, no ônibus, fazendo o trajeto entre cidades e estados, nossa viagem era longa. Ela (a criança), disse ter três anos, juntando seus dedos pequenos e gorduchos. Entre sorrisos aguardava minha próxima pergunta, início de uma amizade de estrada entre uma mulher adulta e uma criança, tentativa de diminuir o tédio da viagem. Mais que isto, Duda colocou, de seu lugar de entendimento da vida, elementos para pensar questões sobre linguagem, poder, gênero e feminismos, e o debate em torno de uma normatização que parte da binarização de corpos e subjetividades.

Antes de saber seu nome, Duda atraía a atenção como uma criança esperta e animada, pois corria pelo ônibus e, por vezes, parava, com vontade de conversar. Então, surgiu a primeira pergunta que, em geral, fazemos a qualquer criança: *‘Como te chamas?’* Ao que ela silenciou, um pouco ressabiada. *‘Tudo bem, como teus pais te chamam?’* Desta vez, veio a resposta: Duda. Iniciamos um diálogo, no qual falamos sobre fatos da viagem e sobre a distância entre as cidades. Duda ia e vinha, e perguntava recorrentemente: *‘Onde fica Rio Grande?’* Ao que eu apontava para a estrada e as montanhas. Enquanto isso, outra pergunta frequentemente aparecia: *‘Seria Duda uma menina ou um menino?’* Esta era a questão naquele momento.

Suas roupas eram vermelhas, Duda vestia um agasalho do time de futebol Internacional. Perguntei a ela, a criança, sobre futebol e, do alto de seus três anos, ela me ignorou. Então pensei: isto me diz algo? Será Duda uma menina por isto? Evidente que não, os costumes e as ações cotidianas estão em transformação. Futebol deixou de ser ‘coisa de homem’ há, pelo menos, mais de 30 anos. Duda volta a correr pelo ônibus e me persegue a questão: ‘porque a necessidade de classificá-la como tal?’ Fará diferença em nossa relação, neste ônibus, o fato de Duda ser menino ou menina? Apesar disso a indagação e a recorrência da questão persistiram, quando Duda voltou, após correr mais um pouco e conversar rapidamente com uma senhora, dizendo-me: *‘minha camisa de dentro tem linhas que estão caindo, vou puxá-las’*. Duda estava com uma camisa de manga e gola alta, por dentro do agasalho, também vermelha, com fios prateados que caíam, discretamente. Então, a pergunta retornou: ‘esta camisa poderia ser usada por um menino ou uma menina, entretanto com fios prateados, talvez não...’ ‘Será Duda uma menina?’ Questionamentos sobre os motivos para a persistência dessa indagação surgiram. A questão em torno das relações entre gênero, linguagem, poder e subjetividades estava presente nas nossas (minhas e dela) ações cotidianas⁶: ser identificada como mulher, homem ou não se definir como nenhum destes marcadores, traz marcas subjetivas, mas também políticas, para indivíduos e grupos. Duda, enquanto sujeito individual, seria atravessada por este significante, mas também as mulheres (seja lá o que este termo ainda queira enunciar, polissemicamente) poderiam se reconhecer enquanto grupo através dele. Portanto, o termo ‘mulher’ demarcaria questões individuais e grupais que começavam a intrigar, a partir desse encontro com Duda.

Se, ao pensar sobre Duda e sua relação com o(s) debates em torno do(s) feminismo(s), aparecia o par homem/mulher, este diálogo lembrou que ser identificado como um ou outro demarca formas de constituição que, por sua vez, têm levado a desigualdades e/ou a formas de acessar a cidadania muito próprias. Além disso, exclui outras possibilidades de subjetivação que não estão dentro desse par, necessariamente. A conversa com Duda continuou até que a viagem chegou ao seu destino final. Na atribulação de pegar mochilas, de pessoas se empilhando no corredor, ansiosas por descerem, não houve despedida. Foi importante abrir mão da busca de alguma resposta para aquela pergunta persistente; ainda assim, para Duda, essa questão iria demarcar sua forma de estar no mundo, de alguma maneira.

5 O debate desta seção relaciona-se diretamente com a introdução da tese da primeira autora (Adrião, 2008).

6 Atividades que são vivenciadas rotineiramente e, por este motivo, são tomadas pelos indivíduos como dadas *a priori* ou naturalizadas como verdades absolutas. Ao serem observadas com mais detalhe, entretanto, seu conteúdo sócio-cultural é desvelado e é iniciada a jornada de ‘reconhecimento’ dos processos pelos quais os fatos sociais são construídos e tornados cotidianos (Searle, 1995).

Duda torna-se sujeito ‘ocupando posições de assujeitamento’⁷ no mundo, a partir da identificação da pergunta recorrente ‘será menino ou menina?’, mas também da outra pergunta, a da criança, que era ‘onde fica o Rio Grande?’. Ou seja, Duda é atravessada por discursos que a constituem enquanto sujeito no mundo, um mundo genderificado, mas também situado temporal e espacialmente. A pergunta recorrente sobre a relação sexo/gênero⁸ se complementa às próprias preocupações da criança, em sua pergunta – onde ela está situada e em que contexto de fala, de lugar e de tempo se encontra.

Duda lançava de seu lugar de discurso e ação, questões que não podemos deixar de considerar. Primeiro, Duda inquiria ao lançar a dúvida sobre se era uma menina ou um menino, sobre a legitimidade da ocupação de um lugar de discurso. Segundo, Duda revelava o quanto os lugares de ocupação, de posições de sujeito, como pesquisadoras e militantes, somos atravessadas pelas normatividades discursivas do sexo/gênero: a necessidade recorrente de designarmos as pessoas, crianças como Duda, de menino ou menina. O marcador de gênero constitui as relações sociais de forma tal que, é difícil escaparmos dessa ordem normativa que é, eminentemente, uma ordem performativa de gênero (Butler, 1997), que trata de uma repetição, quase que à exaustão, de uma norma.

Dessa primeira parte, guardamos duas questões: a legitimidade da ocupação de um lugar discursivo genderificado, e as normatividades discursivas do sexo-gênero, são permeadas por imagens e linguagens. Cabe, assim, discorrer nesse momento, um pouco sobre imagens-noções em Jacques Rancière (2016) *O destino das imagens*. Nesta obra, o autor apresenta elementos que nos inspiram na sua discussão sobre imagem e arte. Não pretendemos discutí-los profundamente nesse artigo, mas trazemos aqui um trecho no qual Rancière diz que a imagem nunca é uma realidade simples. As imagens do cinema, por exemplo, são, antes de mais nada, operações, relações entre o dizível e o visível entretanto, há imagens que estão todas em palavras.

De uma forma ou de outra, essas imagens são signos linguísticos que operam a partir da máxima saussuriana da relação entre significado e significante. São metáforas-alegorias que trazemos aqui para esta reflexão. Somada a esse conceito de Rancière (2016), apresentamos mais algumas reflexões sobre linguagem, que se tornam importantes nesse argumento. Duas reflexões teóricas são utilizadas com maior frequência no campo⁹ teórico-político feminista: a filosofia da linguagem ordinária (Wittgenstein, 1991), e a teoria pragmática dos atos de fala (Austin, 1962), particularmente por terem desdobramentos interessantes no campo dos estudos das subjetividades e dos modos de subjetivação. Podemos ver isso nos argumentos de Jurandir Freire Costa (1995), em sua obra *A Face e o Verso*, com a realidade linguística, os jogos de linguagem, as proposições, forma de vida, regras e usos. E nos escritos de Judith Butler (1997), ao tratar dos usos da linguagem performativa, do poder e dos jogos identitários para explicar reiterações das normas de gênero, por meio de termos como performatividade, atos de fala, normas, regras e repetição exaustiva.

Butler (1997) em seus argumentos, vai desafiar o sistema regulador normativo, ao discutir, por exemplo, como em outra obra, os marcos de guerra (Butler, 2010), sobre o não reconhecimento do próprio estatuto de

7 Este termo é cunhado por Michel Foucault (1994) ao discutir sobre a constituição dos sujeitos no mundo. Segundo o autor os indivíduos são atravessados por leis e pelo poder de forma tal que não têm a possibilidade de serem completamente livres em suas decisões, já que as mesmas prescindem de decisões sociais. Os sujeitos são, portanto, ‘assujeitados’ em seu processo de constituição.

8 O debate sobre a relação entre sexo e gênero é ponto de partida de vários debates feministas, teóricos, metodológicos e ativistas. De uma forma geral, a diferença sexual, conceito que demarcou as lutas feministas e que acionou a percepção de que existem desigualdades específicas sofridas pelas mulheres, pelo fato de serem denominadas como tal, se baseou no sexo corpóreo, e separava nitidamente opressor e oprimido. O gênero começa a ser utilizado em meados do século XX, e traz uma virada para o debate, e, por tratar a questão enquanto conceito, sofre ele mesmo de várias formas de conceitualização. Aqui tomamos o mesmo enquanto categoria analítica que traz o poder para o centro, na discussão das desigualdades como relacionais (Butler, 1997; Scott, 1999; Strathern, 1988). Nestes termos, em última análise, também entre as próprias mulheres existem desigualdades, sobretudo, quando consideramos as interseccionalidades de raça, etnia e classe (principalmente), mas também de sexualidade, geração, dentre outras.

9 Utilizamos o termo a partir da noção de campo bourdieusiano (Adrião, 2008).

humano em algumas condições de vida que, por não serem inteligíveis a partir do referencial da normatividade, não carregam em si a possibilidade de humanidade, não são lidos como humanos. Nessa perspectiva, as condições de reconhecimento de uma subjetividade generificada/gendrada dependem da possibilidade de seu gênero ser culturalmente inteligível e de ser socialmente vivível (e aqui não apenas o gênero enquanto identidade, mas como a matriz hegemônica de constituição de masculinos e femininos construídos dentro de uma norma). Precisamos lembrar que acreditamos que ninguém se identifica completamente dentro de uma categoria e, que, por outro lado, as pessoas não controlam totalmente as marcas subjetivas que carregam, sendo continuamente afetadas pelos significados culturais que atravessam seus corpos, discursivamente.

É importante pontuar como o pensamento feminista atual traz o gênero, tanto como conceito - marcador identitário -, quanto como categoria analítica. Ao tratar do conceito de gênero também ainda, uma disputa entre escolhas conceituais se faz presente, convivendo noções que tratam desde gênero e sexo de forma tal que sexo estaria para natureza, enquanto que gênero para cultura; até aquelas que tomam o mesmo como posições performativas, nas quais as discursividades das desigualdades do poder ganham centralidade (Butler, 1997, 2004; Scott, 1999 dentre outras). Compartilhamos, dessa última conceituação, assomada da perspectiva de tomar gênero como uma escolha analítica, pois nela reside a maior possibilidade do uso do gênero, na compreensão dos fenômenos sociais, tratando impreterivelmente das relações de poder e desigualdades a partir das posições ocupadas, de raça, etnia, classe, território, sexualidade, geração.

Ademais, é importante salientar a questão dos binarismos e hierarquizações nos processos discursivos. Sabemos que binarismos trazem imagens hierárquicas de pares opostos, nos quais, como também afirmam Foucault (1994) e Butler (2004), um seria o pólo superior e o outro, o pólo do abjeto. O pólo superior estaria dentro da norma enquanto que o pólo oposto seria classificado, então, como doente, anti-natural, inferior. Estes pólos, ainda segundo Foucault (1994), conformariam os regimes de poder-saber que moldam as ordenações dos nossos desejos, dos corpos e das sexualidades, produzindo subjetividades abjetas e vulneráveis à violência.

Tanto a heteronorma, quanto a produção hegemônica de pares dicotômicos masculino- feminino, nos quais, por exemplo a mulher aparece associada à maternidade e o homem ao ato de prover, revelam a necessidade de reiteração das normas regulatórias para garantir a identidade sexual e a identificação de gênero legitimada, cultural e socialmente legíveis. Além disso, são insistentemente reiteradas, mas nunca alcançadas, por serem ficções obtusas da dinamicidade e criticidade discursivo-subjetiva das pessoas, no cotidiano.

Tendo dito isto, abrimos novamente o espaço para mais um relato. A segunda história que vamos narrar foi recebida, como supracitado, no *blog* do projeto *As Rodadas*. No momento em que recebemos esse relato¹⁰, o debate no projeto se concentrava em torno dos direitos reprodutivos, especificamente, do aborto.

SOBRE O CUIDADO E A EXPERIÊNCIA DO ABORTO PROVOCADO

Quando recebemos um pedido de ajuda, recebemos também a responsabilidade e a preocupação do cuidado. Não aquele cuidado que se restringe apenas ao saber técnico, mas um cuidado constituído pelo encontro ético com o(a) outro(a) e com toda a sua potência de afetos, como nos faz refletir José Ricardo Ayres (2001):

Cuidar é querer, é fazer projetos, é moldar a argila. Querer é o atributo e o ato do ser. Cuidar é sustentar no tempo, contra e a partir da resistência da matéria, uma forma simplesmente humana de ser. Mas é igualmente soprar o espírito, isto é, ver que essa forma não seja pura matéria suspensa no tempo (mesmidade), mas um ser que permanentemente trata de ser, um ente ‘que se quer’ (ipisidade). (Ayres, 2001, p. 71)

10 Recebemos o relato por vias que não nos permitiriam identificar as pessoas envolvidas no mesmo. Soubemos, ao recebê-lo, que nomes foram alterados, permanecendo, entretanto, todos os demais elementos ‘reais’.

No começo, era mais uma mulher que queria abortar, mas era a primeira que procurava Maria, militante feminista. A mulher era uma jovem, branca, classe média, com ensino superior. Sendo assim, com vários marcadores que a colocariam em um lugar privilegiado de “segurança”. Mas, antes de tudo, era uma mulher e mulheres nunca estão seguras de violências, sobretudo, quando se trata de uma prática ilegal e condenada moralmente, como o aborto¹¹.

Ela, Bia, procurou Maria e contou sua história. Havia alguns meses daquele ano de 2016 que se relacionava com um homem. Há muito tempo ele era seu amigo, mas passou a se mostrar estranho e agressivo. Usava do seu poder para chantageá-la e dominá-la, chegando a ameaçar ‘dar um pau nela’, caso descobrisse que ela pretendia abortar. Bia estava desesperada, com 5 semanas de gravidez e não podia levá-la adiante, por variados motivos.

Ela tinha entrado em contato com algumas pessoas para conseguir o Cytotec¹², mas ainda estava na insegurança da clandestinidade e, conseqüentemente, da desinformação, afinal realizar o aborto em contextos ilegais pode expor as mulheres a variados riscos, incluindo a compra de medicamentos em que se desconhece a procedência (Arihla, 2012). Precisava de companhia, mas não de qualquer companhia. Maria tinha algum conhecimento sobre os caminhos para realização do aborto, se sentia bem informada sobre o assunto, conseguindo argumentar, em diferentes espaços, sobre ele. O discurso de Bia tocava Maria, as aproximava por meio de sentimentos e pensamentos em torno da culpa, da ilegalidade, que controla os corpos femininos e mata física e simbolicamente, todos os dias, muitas mulheres¹³. A sensação era de que ela não podia levar aquele aborto adiante – por ser mulher.

Ciente da complexidade do tema e de todos os atravessamentos que o envolvem, subjetivos, legais, morais e religiosos, Maria se comunicava com Bia e com outras pessoas de forma discreta. A insegurança sobre como falar e com quem se fazia presente, assim como o medo de serem descobertas fazendo algo que era legítimo para elas, mas ilegal e envolto por muitas polêmicas. O aborto não é um tema que se pode conversar com qualquer pessoa. É revelar camadas sobre camadas de segredos, cada uma das quais obedece a uma lógica peculiar e marca, de forma cumulativa, as experiências de aborto das mulheres. Existem, ao menos, três esferas às quais estas lógicas estão atreladas, a legal, a moral e a relacional que, em uma perspectiva hermenêutica, correspondem a distintos níveis estruturais: (a) o mais abrangente é aquele das normas estabelecidas na lei para a aplicação do Estado por meio de imposição de força; (b) o mais difuso, mas nem por isto menos poderoso, é a ideologia hegemônica que sanciona e condena o aborto como contrário à moral; e (c) o mais imediato seria aquele que corresponde ao mundo relacional das pessoas. As lógicas identificadas decorrem da criminalização da prática do aborto; do atual recrudescimento da sua condenação moral no Brasil; e também dos contextos específicos, relacionados aos processos biográficos, que só podem ser entendidos como inseridos no contexto sócio-histórico que os engloba (Silveira, 2014).

Depois de uma espera, o remédio chegou e tudo estava pronto. Conseguiram seis comprimidos e escolheram a casa de Maria para ser o local, onde Bia utilizaria o medicamento com o apoio de outras amigas mais experientes. Enquanto um vídeo da abertura das Olimpíadas passava na televisão, Maria

11 No Brasil, a prática do aborto é considerada crime, como consta nos artigos 124 a 127 do Código Penal (CP) de 1940. No entanto, em duas situações, não é passível de penalização: quando a gravidez representa risco de morte para a mulher e quando a gravidez é resultado de violência sexual, artigo 128. Contudo, somente em 1989, foi implementado, na cidade de São Paulo, o primeiro serviço de aborto legal para os casos previstos por lei (Scavone, 2004). Em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu autorizar as mulheres que assim o desejassem a interromper a gravidez em casos de fetos anencéfalos, sem que a prática configurasse aborto criminoso. Fonte: www.coad.jusbrasil.com.br

12 Cytotec é o nome comercial do misoprostol, análogo sintético da prostaglandina E1, aprovado para uso no Brasil para o tratamento de úlceras gastroduodenais, e usado como abortivo de forma clandestina por diversas mulheres, de diversas realidades sócio-econômicas (Barbosa & Arihla, 1993, p. 409).

13 O aborto clandestino e realizado de forma insegura é uma das principais causas de mortalidade materna, no Brasil. Um estudo realizado em Minas Gerais, apontou que as mortes decorrentes de aborto ainda são subnotificadas no Sistema de Informação de Mortalidade, que considera apenas a análise da causa dos óbitos (Martins et al., 2017).

cuidava de Bia oferecendo-lhe água, perguntando se estava bem e com fome, escutando o que ela tinha para “botar para fora”: sobre gravidez e aborto provocado etc. Às 21h as amigas de Bia já haviam ido para casa e Maria ficou sozinha com ela. O medo aumentou, mas se mantiveram firmes. Bia já estava sentindo uma cólica e dizia que não era uma dor estranha, comum em seu ciclo menstrual. Às 22h, Bia sentiu muito sangue escorrer em suas pernas e foi ao banheiro, quando ela baixou a calcinha para se sentar no sanitário, algo caiu no tapete.

Bia repetia angustiada “tira, tira, tira”, Maria, sem pensar muito, enrolou em um bom pedaço de papel higiênico e recolheu. Maria assistiu Bia em desespero limpar o sangue que escorria dela. Bia um pouco confusa e um tanto aliviada, enfim, afirmou “não estou mais grávida”. Ela ria, ficava tensa, com fome, com sede, sem sono. Maria só se lembrava de como foi difícil estar ali sendo forte, acolhendo uma mulher que desabava, por algo que diz respeito à autodeterminação, à máxima do feminismo “nosso corpo nos pertence”. Na madrugada, Bia cobriu Maria com um cobertor, enquanto esta cochilava, cuidou também dela, já que sabia que Maria também estava com medo.

Gostaríamos de salientar, nesse segundo relato, três momentos. O primeiro quando Bia é apresentada no início: ao demarcar de onde fala e as posições de sujeita que ocupa, seus ‘lugares de privilégio são evidenciados’. Os debates advindos do feminismo negro e do feminismo descolonial são pontos cruciais para esta compreensão e nos casos de abortos, fundamentais. São as mulheres negras, jovens, de estratos sociais baixos e residentes em áreas urbanas periféricas as que mais sofrem consequências graves do aborto clandestino no Brasil¹⁴ (Ministério da Saúde, 2009). Para Emanuelle Góes (2018) o racismo e suas diferentes expressões marcam de maneira contundente os caminhos reprodutivos das mulheres negras em situação de abortamento. São elas que possuem contextos menos favoráveis para a continuidade da gravidez, que apresentam maiores dificuldades individuais na busca pelo cuidado e acesso à atenção hospitalar pós-abortamento.

O segundo momento, quando é enunciado, através do poder da norma/das normatizações que ‘ela não poderia levar aquele aborto adiante – por ser mulher’, está tratando das questões de ‘agência e autonomia’, através das marcas do sexo-gênero nas vivências de sexualidade permeadas pela ideologia judaico-cristã. Além disso, pelo que se entende como feminilidade – norma – padrão regulatório, e como esse padrão tem na figura da maternidade um elemento de muita força discursiva. As mulheres que realizam o aborto, por diversos motivos que se entrelaçam e estão relacionados ao momento de vida em que aconteceu a gravidez (Silveira, 2014), personificam a anti-maternidade, como uma subversão da norma.

E o terceiro momento, traz a questão política, da ‘política de circulação dos corpos’, quando pontua que ‘a ilegalidade controla os corpos e as sexualidades das mulheres’. Este ponto toca em como estas noções ultrapassam os limites do âmbito privado, sendo tomadas no público, inclusive na busca por acesso a direitos¹⁵. Mesmo em situações de privilégio, quando conseguem acessar as clínicas privadas clandestinas, os corpos das mulheres estão subjugados ao controle do poder médico. As experiências de abortos em clínicas privadas, descritas no estudo de Paloma Silveira, Cecilia McCallum e Greice Menezes (2016), revelam práticas que vão desde algumas situações, como a falta de informações sobre os medicamentos utilizados, até outras mais graves, como procedimentos realizados sem anestesia. A criminalização do aborto no Brasil pune todas as mulheres, submetendo-as às circunstâncias históricas,

14 Em 2018, Ingriane Barbosa Carvalho de Oliveira, 31 anos, negra, pobre morreu por infecção generalizada após ter realizado um aborto inseguro. Moradora da localidade Pedro do Rio, zona rural de Petrópolis, Rio de Janeiro, Ingriane inseriu um talo de mamona no útero para interromper uma gestação de aproximadamente 4 meses. Apesar dos sintomas de mal-estar, não buscou logo os serviços de saúde. Mãe de três filhos, não contava com o apoio dos pais das crianças, ainda estava se organizando depois de viver um relacionamento difícil com o pai de dois filhos e tinha um emprego recente, segundo familiares. Fonte: <https://catarinas.info/a-morte-evitavel-de-ingriane-e-lembrada-em-audiencia-publica-sobre-aborto/>

15 Aqui gostaríamos de apontar que entendemos a ficção binária de separar público e privado (Haraway, 1991), mas que trazemos esta falsa dicotomia em função de sua necessidade analítica, de compreensão de como as questões reprodutivas parecem ser da ordem do privado mas extrapolam, e de como as políticas públicas deveriam ser da ordem do espaço público, também extrapolando este.

culturais e sociais semelhantes e a variadas situações de vulnerabilidade e de sofrimento evitáveis, ainda que em graus bastante diferenciados (Silveira, Mccallum, & Menezes, 2016).

Esses três momentos convergem na imagem do cuidado de si (Foucault, 1994) e do(a) outro(a), no caso de outra mulher, como elementos que tratam dos modos de subjetivação genderificados. Para pensar nesses termos, gostaríamos, neste ponto deste artigo, de refletir a partir de questões advindas do debate do feminismo negro, a partir de autoras como Angela Davis (2016) e Lélia Gonzalez (2018) e da perspectiva descolonial, como propõem Maria Lugones (2014), Silvia Rivera Cusicanqui (2010), dentre outras. Pretendemos trazer algumas das imensas contribuições que as reverberações desses estudos ampliam para pensar sobre os processos de subjetivação que se constituem em situações de desigualdade e seus entrelaçamentos dialéticos com o contexto macro social, com seus jogos de poder.

Levando em consideração a importância dos processos de subjetivação, compreendemos gênero como categoria importante para refletir sobre tais subjetividades, visto que ele mesmo é um aspecto constituinte das mesmas, mas o mesmo só faz sentido de ser trabalhado se atrelado a raça, etnia e classe, principalmente numa sociedade racista, que encobre seu racismo, como a brasileira¹⁶.

Nos últimos anos, os debates advindos dos feminismos negro e do Sul, bem como dos estudos descoloniais e decoloniais vem tratar de um deslocamento importante dos estudos de gênero, atrelando os mesmos ao debate em torno do sistema-mundo capitalista e neoliberal, e na própria criação da modernidade com as invasões, também chamadas de “descobrimientos” das Américas, e da escravização de povos africanos, destituídos de suas terras e suas culturas e tradições para serem utilizados como mão de obra da máquina do sistema-mundo nos países colonizados (Quijano, 1992). Aqui também a invenção do termo raça vem destituir aquelas pessoas de pele negra de qualquer humanidade, e atribuir as de pele branca a legitimação em escravizá-las e desumanizá-las. Aliada a esta diáspora africana, os povos originários passam a ser chamados de índios(as) e, depois, de indígenas. Essas nações também sofrem atrozmente uma dizimação de suas tradições, cosmologias, vivências e nestes espaços as mulheres ocupam os lugares de maior violência (Davis, 2016; González, 2018). Importante neste momento colocar que as duas autoras deste texto são mulheres brancas, de classe média. A visibilização da branquitude e de seu lugar de privilégios de raça, classe e gênero precisam ser destacados, tendo em vista que a racialização só acontece porque existem, o que os discursos racistas chamam de “pessoas brancas e não brancas”. A invenção da racialização coloca o branco, no sistema colonial, como o humano, em contrapartida aos negros/as e aos povos originários, que são desumanizados e violentados, sob a autorização de difundir a violência do racismo. Portanto, os estudos sobre branquitude precisam ser realizados e trazidos para o debate sobre poder, linguagem e subjetividades.

Maria Lugones (2014) traz o debate sobre sistema-mundo e a colonização, a partir da noção de colonialidade do gênero. Ela discute como, no processo de colonização capitalista, particularmente, na realidade das Américas, estamos atravessadas por algumas desigualdades que nos constituem em torno das questões de trabalho, ou seja, estamos em um modelo desigual capitalista, que para seguir existindo, se nutre das desigualdades de raça, de classe e de gênero, de forma imbricada, interseccionalizada. Um contrato social e econômico instituído que se enraíza por meio de dois outros contratos: racista e sexual. Nesses, as posições de sujeito(a/e) são demarcadas por lugares de privilégio e de exclusão, a partir de sua cor da pele, de sua classe social e de suas escolhas sexuais.

Silvia Rivera Cusicanqui socióloga boliviana, transitando entre as culturas indígenas andinas e uma formação europeia invoca esses híbridos não solucionáveis para trazer um debate potente e vigoroso sobre o lugar das culturas indígenas andinas na Bolívia. A mesma vai discutir em um texto publicado em 2010 sobre o que chamamos de “a má tradução” (Jesus, 2019) e seus grandes e violentos equívocos produzidos

16 O Brasil vive, até os dias atuais, em torno de um mito: o da democracia racial. Vários(as) autores(as) mostram como esta criação buscou mesticizar a população brasileira, ainda no período do Brasil colônia, estendendo-se em ações governamentais, de apoio a migração de europeus para o Brasil. Além disso, o mito esconde a violência que as mulheres negras viviam, ao terem que submeter-se aos desejos sexuais dos senhores brancos, sob a ideia de romantização da tentativa de embranquecimento da raça (Nascimento, 2017).

nos encontros entre colonizados(as) e colonizadores. Atualizando essas ações e sua evocações para o momento atual, Rivera Cusicanqui (2010) mostra como a escrita, marca da colonização, provoca estes maus encontros. Para a autora, há um controle colonial por meio da escrita, e portanto, a autora opta pelo diálogo com as imagens, pois a escrita não apenas designa, mas encobre a realidade, criando um registro imaginário ao invés de nomear esta realidade. Rivera Cusicanqui (2010) vai se utilizar de obras de arte e buscar estas outras linguagens para fazer uma crítica à colonialidade, evocando as versões dos povos andinos para o centro do debate. Com isso, a autora critica veementemente a (re)produção continuada de uma lógica colonial que oprime e satura as relações com os povos originários e toda a potência de sua produção para a constituição de uma vida e de modos de subjetivação possíveis para as pessoas dentro do sistema-mundo capitalista e neoliberal atual.

GÊNERO, OUTROS MARCADORES E O CAMPO PSI

Apesar de todo o debate travado acima, gênero, na interface com outros marcadores, vem sendo compreendido, ainda em algumas áreas de conhecimento a exemplo da psicologia¹⁷, como um tema e não como um demarcador de processos de subjetivação. As teorias feministas também não têm destaque enquanto domínio epistemológico que apresenta relações teórico-metodológicas entre micro e macro análises dos fenômenos intrapsíquicos. Historicamente, pode-se perceber certa negligência da psicologia frente às relações de poder, e mais especificamente às relações de gênero, enquanto essenciais para a própria constituição das subjetividades. No entanto, são cada vez mais frequentes atuações de resistência ao modelo de psicologia hegemônico que ao longo do tempo vem normatizando corpos e enquadrando subjetividades (Foucault, 1994).

As ciências psicológicas vêm assumindo de forma significativa, ainda, que não hegemonicamente uma postura de reivindicação da igualdade entre os sexos nas produções teóricas e nas intervenções da psicologia. Nestes termos, as teorias feministas se posicionam numa linha de ação ativamente anti-sexista. Entretanto, não só propõe a compreensão da chamada ‘condição feminina’, mas também de outros sistemas de classificação geradores de opressão como raça, orientação sexual, classe entre outros (Neves & Nogueira, 2003).

Na busca por outros modelos, outras epistemologias e outros procedimentos metodológicos que guiassem os estudos em um viés feminista, Donna Haraway (1991) define o espaço diferenciado que ocupa o feminismo dentro da ciência. A autora defende que as definições de gênero colocam de modo agudo os problemas da comparação cultural, da tradução linguística e da solidariedade política. Pode-se afirmar que os estudos de gênero e feministas sempre são posicionados do ponto de vista político e, portanto, não comungam da crença positivista que defende a neutralidade, e separa sujeito e objeto de investigação.

O campo de estudos feministas não escapa a uma crítica construcionista¹⁸, ainda que tenha a seu favor o fato de, desde as propostas mais iniciais, ter optado por estudos que enfatizam a política, as traduções transculturais, o subjugado e parcialmente compreendido. Nestes termos, Haraway (1995) apresenta um projeto que utilize a objetividade corporificada, ou seja, uma “objetividade feminista (que) significa, simplesmente, saberes localizados” (Haraway, 1995, p. 18). A promessa de objetividade é uma conexão parcial, e não uma busca por uma posição de identidade com o objeto, pois não se pode estar em todas as posições, ou inteiramente em uma posição privilegiada para a observação do objeto científico, e isso se aplica às categorias subjugadas (ou privilegiadas) como no caso dos estudos de gênero, de raça, de etnia, de classe, de geração e de território.

17 Vale ressaltar que existe uma produção crescente, principalmente na Psicologia Social brasileira, que utiliza gênero como uma categoria de análise (Mayorga, 2014; Medrado & Lyra, 2008, Toneli, Adrião, & Perucchi, 2013, dentre outros).

18 O construcionismo crítico tem por objetivo refletir sobre as construções sociais a partir de uma epistemologia e de uma metodologia com criticidade quanto ao que é produzido como “construção social”, de forma que não reitere uma ‘naturalização dos fatos sociais’ (Castañon, 2004).

Grada Kilomba, psicóloga e artista plástica, com vivências em Portugal e África, é uma importante presença no debate interdisciplinar sobre como o racismo opera subjetivamente, provocando e atualizando violências coloniais até os dias de hoje. A autora vai esmiuçar em sua obra *Memórias da plantação: episódios de racismo no cotidiano* (2019) os processos de subjetivação atravessados por raça, classe e gênero, através de relatos de afetos e de intimidade. A autora vai enfatizar como o racismo é composto por eventos discursivos violentos, que são reiterados, também a uma exaustão, revelando um padrão de abuso racial histórico.

Junto com Kilomba (2019), psicólogas feministas brasileiras vêm discutindo essas questões, formando fóruns de debate e encontros de pesquisadoras e profissionais no campo, desde 2017¹⁹. Por outro lugar, mas não menos importante, Lia Vainer Schucman e Hildeberto Vieira Martins (2017) discutem sobre como a psicologia *mainstream* omitiu as discussões sobre raça e racialização como importante elemento de subjetivação de corpos e identidades. Apropriou-se do debate do racismo, tomando-o primeiro, a partir de sua vertente normatizadora, no qual o negro era visto como um “objeto da ciência”; até chegar ao momento atual, no qual estas pessoas continuam não sendo percebidas como sujeitos(as/es) de sua própria história. Nesta discussão estão ainda as disputas em torno da racialização e privilégios das pessoas brancas e de como é premente trazer este debate para o centro sob pena de a psicologia seguir reiterando práticas e teorias racistas.

Aliado a todo esse debate o próprio sistema Conselhos, Federal e Regionais – de Psicologia, vem produzindo ações de visibilização em torno destas questões. Destaque ao texto sobre ‘Relações Raciais’ (CFP, 2017), ‘Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os)’, produzido pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), em 2017. Estas normativas orientam e, mais que isso, mostram que os estudos sobre racialização e racismo precisam ser tratados com grande atenção pelo campo psi.

ALGUMAS ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PODER, LINGUAGEM E SUBJETIVIDADES

A linguagem nos atravessa, constrói normas, subjetividades, formas de agir no mundo, sofrimentos, violências. A diversas formas de construirmos o mundo no qual vivemos podem ampliar as desigualdades, mas também podem abrir flancos para pequenas mudanças. Amparadas em diálogo com autoras que já foram citadas (Costa, 1995; Davis, 2016; González, 2018; Kilomba, 2019; Rivera Cusicanqui, 2010), e, particularmente no diálogo com Judith Butler (1997), em seu livro *Linguagem, poder e identidade*, e com Alexandro de Jesus (2019), em seu livro *Corupira. Mau encontro, tradução e dívida colonial*²⁰, questionamos: somos feridas pela linguagem? A linguagem pode nos ferir se não formos, em algum sentido, seres linguísticos? Seres que necessitam da linguagem para existir? E mais: como a linguagem pode ser apropriada colonialmente, em uma lógica de colonizador *versus* colonizado(a), na qual significantes são apropriados e expropriados, de forma tal que se esvaziam, e usurpam toda uma ancestralidade?

Com estas indagações, retomamos o argumento central desse artigo que era o de trazer algumas relações entre poder, desigualdades e linguagem. Através das duas histórias, de Duda e de Maria e Bia, lidas e re-lidas, com lentes analíticas que cruzam gênero com raça e classe, e outras desigualdades, e

19 De acordo com relatos de conversa informal com uma de suas idealizadoras, a psicóloga e doutoranda Maria Conceição Costa.

20 O autor vai discutir como a linguagem do colonizador traz o nome com letra maiúscula e como a linguagem dos povos indígenas colonizados passam a ter sua língua como apelido, repetição sem poder de designação própria, espelho reflexo do pensamento e do olhar do colonizador. O termo *corupira*, uma força que era respeitada de diversas maneiras pelos indígenas, é traduzida, reinterpretada e recontada pelos colonizadores como meias palavras que retiram a autonomia, a memória e as possibilidades de construção própria, atuando de forma etnocêntrica e instituindo uma violência epistêmica sem precedentes. Sobre esse mau encontro e de como estas traduções foram sendo constituídas ao longo de três períodos da história brasileira é que trata este brilhante livro.

somente esse caleidoscópio pode ser uma metáfora compatível com a necessidade de não cair nas ciladas discursivas que montamos de posições binárias que produzem exclusões. O ato de simbolização se desarma quando percebe que não pode manter a unidade que produz.

Assim, ser mulher ou não, negra ou não, indígena ou não, jovem ou não, pobre ou não e as várias identidades que o nome confere, tornam-se vazias e este *insight* sobre sua vacuidade produz uma posição crítica sobre os efeitos naturalizantes desse processo de nomear (Butler, 2000). Essas possíveis ciladas discursivas sobre as quais falamos e nas quais deslizamos, também são operadores políticos de poder, desigualdades e subjetividades, porque trazem noções caras aos debates teóricos feministas. Além disso, demonstram bem como os operadores linguísticos atuam em relação com formações de poder e desigualdades de gênero, classe e raça, resvalando em práticas subjetivas marcadas por sofrimentos e violências, para os corpos nomeados como negros, indígenas, ou qualquer outro fora da norma; e trazendo privilégios para os corpos brancos, em especial os brancos *cisheteronormativos*, de classe alta, e nomeados como homens.

Ainda sobre essas ciladas, que demonstram operações políticas de poder, podemos trazer que são elas: (a) noções de público-privado, na medida em que se publicizam questões que estariam delegadas ao âmbito do privado, esfumando essa falsa dicotomia congelante; (b) noções de igualdade-diferença, que demarcam o desafio de discussão sobre cristalização de identidades e hibridez, assim como sobre posições mais fluídas de sujeitos(as) e subjetivações; (c) reflexões sobre sexo-gênero, sobre poder desfazer a compreensão naturalizante de que sexo é biológico e gênero é construído a partir do sexo binário; e (d) reflexões sobre racismo e racialização, e de como estes significantes atravessam com anterioridade todos os demais evocados acima, humanizando ou desumanizando pessoas subjetivamente.

Haraway (1991), em seu manifesto ciborgue vai além, propondo que as binaridades desses pares acima trazidos não são mais que ficções discursivas. Afinal, onde estariam demarcados os limites entre cada par, senão numa produção discursiva que revela posições de poder, marcadas por regimes de poder-saber - essas que podemos observar através da visão relacional entre raça, etnia, classe, gênero, território, sexualidade, geração? Estes limites discursivos são um pouco do que pretendemos tensionar abrindo mais frestas iluminadas, do que propondo respostas, e acreditando na potência da reflexão sobre estes elementos como caminhos possíveis na busca por menos desigualdades e mais possibilidades de existências.

REFERÊNCIAS

- Adrião, Karla Galvão (2008). Encontros do Feminismo. Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia (Tese de Doutorado, em Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)). <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91612>
- Arilha, Margareth. M. (2012). Misoprostol: percursos, mediações e redes sociais para o acesso ao aborto medicamentoso em contextos de ilegalidade no Estado de São Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(7), 1785-1794. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000700017>
- Austin, Joan (1962). *How to do things with words*. Harvard University Press.
- Ayres, José R. C. M. (2001). Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6(1), 63-72. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232001000100005>
- Barbosa, Regina M. & Arilha, Margareth M. (1993). A experiência brasileira com o Cytotec. *Revista Estudos Feministas*, 1(2), 408-417. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Beaugrande, Robert (1997). *New foundations for a Science of text and discourse: cognition, communication and the freedom of access to knowledge and society*. Ablex Publishing corporation.
- Butler, Judith (1997). *Language, poder e identidad*. Síntesis.
- Butler, Judith (2000). Reescificación de lo universal: hegemonía y límites del formalismo. In J. Butler, E. Laclau, & S. Žižek (Orgs.), *Contingencia, hegemonía, universalidad*. Diálogos contemporáneos en la izquierda (pp 17-48). Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Butler, Judith (2004). *Undoing gender*. Routledge.
- Butler, Judith (2010). *Marcos de guerra*. Las vidas lloradas. Paidós.
- Castañon, Gustavo A. (2004). Construcionismo social: uma crítica epistemológica. *Temas em Psicologia*, 12(1), 67-81. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP (2017). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf
- Costa, Jurandir Freire (1995). *A face e o Verso*. Estudos sobre o Homoerotismo II. Escuta.
- Davis, Angela (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. Boitempo.
- Foucault, Michel (1994). *Dits et écrits I*. Gallimard.
- Góes, Emanuelle F. (2018). Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional [Tese de Doutorado em Saúde Pública, Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA)]. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29007>

- Gonzalez, Lélia (2018). *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzales em primeira pessoa. Diáspora Africana.
- Haraway, Donna (1991). *Simians, Cyborgs and women*. The reinvention of nature. Routledge.
- Haraway, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>
- Jesus, Alexandro (2019). *Corupira*. Mau encontro, Tradução e dívida colonial. Titivillus.
- Kilomba, Grada (2019). *Memórias da plantação*: episódios do racismo no cotidiano. Cobogó.
- Lugones, María (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Martins, Eunice F., Almeida, Pollyanna F. B., Paixão, Cilene O., Bicalho, Paula G., & Errico, Livia S. P. (2017). Causas múltiplas de mortalidade maternarelacionada ao aborto no Estado de Minas Gerais, Brasil, 2000-2011. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(1), 1-11. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00133116>
- Mayorga, Claudia (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athena Digital*, 14(1), 221-236. <https://atheneadigital.net/article/viewFile/v14-n1-mayorga/1089-pdf-pt>
- Medrado, Benedito & Lyra, Jorge (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809-840. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>
- Ministério da Saúde (2009). *Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos*. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_aborto.pdf
- Nascimento, Abdias (2017). *O genocídio do negro brasileiro*. Processo de um racismo mascarado (2. ed.). Perspectiva.
- Neves, Sofia & Nogueira, Conceição (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15 (2), 43-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200004>
- Perucchi, Juliana, Toneli, Maria J., & Adrião, Karla G. (2013). Gender and feminisms: theoretical-epistemological considerations and methodological impacts. *Psicologia & Sociedade*, 25(nspe.), 13-22. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000500003>
- Quijano, Aníbal (1992). Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In H. Bonillo (Org.), *Los Conquistados* (pp. 437-449). Tercero Mundo Ediciones; FLACSO.
- Ranciére, Jacques (2016). *O Destino das Imagens* (2a ed.). Contraponto.
- Rivera Cusicanqui, Silvia (2010). *Ch'ixinakax utxiwa*. Una re exión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Tinta Limón.

- Scavone, Lucila (2004). *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais*. UNESP.
- Schucman, Lia V. & Martins, Hildeberto V. (2017). A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(nspe.), 172-185. <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>
- Scott, Joan (1999). Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista. Cidadania e Feminismo*, Ed.nspe., 203-222.
- Scott, Joan (2002). *A cidadã paradoxal*. As feministas francesas e só direitos do homem. Ed. Mulheres.
- Searle, John (1995). *The construction of Social Reality*. Free Press.
- Silveira, Paloma (2014). Experiências de abortos provocados de mulheres e homens de estratos sociais médios no Nordeste brasileiro [Tese de Doutorado, Saúde Pública, Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA)]. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16328>
- Silveira, Paloma, McCallum, Cecilia, & Menezes, Greice (2016). Experiências de abortos provocados em clínicas privadas no Nordeste brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(2), 1-10. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00004815>.
- Strathern, Marilyn (1988). A place in the feminist debate. In *The Gender of the gift*. Problems with women and problems with the society in melanesi (pp 22-40). University of California.
- Wittgenstein, Ludwig (1991). *Investigações Filosóficas* (5a ed.). Nova Cultural.

Histórico	Recebido em: 28/04/2020 Aprovado em: 14/08/2020
Contribuição dos Autores	Concepção: KGA Coleta de dados: KGA Análise de dados: KGA Elaboração do manuscrito: KGA, PS Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: KGA, PS Aprovação final do manuscrito: KGA, PS
Financiamento	Não houve financiamento
Consentimento de uso de imagem	Não se Aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se Aplica

Artigo Original

Mídias sociais e relações de apoio: Redes da imigração haitiana

Redes sociales y relaciones de apoyo:
Redes de inmigración haitianas

Social media and supportive relationships:
Haitian immigration networks

Adolfo Pizzinato*
adolfofizzinato@hotmail.com

Thomas Silveira**
thomasssilveira@gmail.com

Brayan Pereira Hugo***
brayan.hugo@hotmail.com

João Luis Weber
jlweber27@gmail.com

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, Brasil
<http://orcid.org/0000-0002-1777-5860>

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, Brasil
<http://orcid.org/0000-0002-8847-6921>

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
<http://orcid.org/0000-0003-1306-7215>

**** Centro Universitário da Serra Gaúcha, Caxias do Sul/RS
<http://orcid.org/0000-0002-7434-2359>

Resumo

No contexto da migração haitiana ao Brasil, este estudo procurou compreender manifestações de apoio social no uso de mídias sociais por pessoas haitianas no Rio Grande do Sul. Por meio de entrevistas realizadas em três cidades gaúchas, do acompanhamento em grupos em uma instituição de acolhimento e do mapeamento de grupos, páginas e perfis no facebook, identificaram-se componentes de apoio social e sua articulação com o uso de diferentes formas de tecnologias de comunicação. Foram identificadas as dimensões da Rede relativas à Estrutura, ou seja, formas de acesso, aproximações territoriais e grupos de ajuda, e Funcionalidade, como mapeamento territorial, contato com familiares e amigos, traduções e formas de proteção contra possíveis abusos no Brasil. Com o uso das redes sociais os imigrantes se aproximam tanto da comunidade imigrante oriunda do mesmo país quanto da população local, facilitando a inserção social e o diálogo com o novo território.

Palavras-chave: Migração; Haiti; Apoio social; Mídias sociais; Tecnologias da informação.

Resumen

En el contexto de la migración haitiana a Brasil, este estudio buscó comprender las expresiones de apoyo social en el uso de las redes sociales por parte de los haitianos en Rio Grande do Sul. A través de entrevistas realizadas en tres ciudades, la participación

en un grupo en una institución anfitriona y del mapeo de grupos, páginas y perfiles en Facebook, se identificaron componentes de apoyo social y su articulación con el uso de diferentes tecnologías de comunicación. Se identificaron las dimensiones de la Red relacionadas con la Estructura, es decir, formas de acceso, enfoques territoriales y grupos de ayuda, y la Funcionalidad, como mapeo territorial, contacto con familiares/amigos, traducciones y formas de protección contra posibles abusos. Con las redes sociales, los inmigrantes se acercan de la comunidad inmigrante del mismo país y de la población local, facilitando la inserción social y diálogo con el nuevo territorio.

Palabras clave: *Migración; Haití; Apoyo social, Redes sociales; Tecnologías de la información.*

Abstract

In the context of Haitian migration to Brazil, this study aimed to understand manifestations of social support in the use of social media by Haitian people in Rio Grande do Sul. Through interviews carried out in three cities of this state, group monitoring in a host institution and mapping of groups, pages and profiles on facebook, components of social support and their articulation with the use of different forms of communication technologies were identified. The dimensions of the Network related to Structure, that is, forms of access, territorial approximations and help groups, and Functionality, such as territorial mapping, contact with family and friends, translations and forms of protection against possible abuses in Brazil, were identified. With the use of social networks, immigrants approach both the immigrant community from the same country and the local population, facilitating social insertion and dialogue with the new territory.

Keywords: *Migration; Haiti; Social support; Social media; Information technologies.*

INTRODUÇÃO

A partir da segunda década do século XXI, o Brasil passou a viver novos fluxos migratórios, que distam radicalmente daqueles que ocorreram nos séculos XIX e XX. Nessa última década, impacta socialmente a chegada de imigrantes haitianos, venezuelanos, bolivianos, sírios e senegaleses. Ainda que o número total de imigrantes atualmente represente apenas cerca de 0,5% da população total do Brasil, essas pessoas são ativas sócio, política e economicamente, e possuem demandas que requerem ações institucionais para sua acolhida, estabelecimento e integração (Instituto Migrações e Direitos Humanos, MigraMundo, Ficas, Fundación Avina, & Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 2019), principalmente no caso das migrações forçadas. Pelo número de imigrantes e pelo contexto que envolve ambas as mobilidades, os fluxos migratórios haitiano e venezuelano são considerados os principais fluxos em direção ao país dessa última década (IMDH et al., 2019). O novo panorama incitado pela pandemia mundial de covid-19, no entanto, possui repercussões ainda incertas no campo das migrações.

Especificamente quanto a migração haitiana ao Brasil, ainda que esse fluxo já ocorresse em menor escala nos anos anteriores, ele se intensificou a partir de 2010, após o terremoto que ocorreu no Haiti. Dados do Observatório das Migrações Internacionais (Oliveira, 2019) mostram que, em 2011, 2.652 imigrantes haitianos de longo termo entraram no país, número que aumentou constantemente nos anos subsequentes até atingir um pico em 2016, quando foram registradas 20.985 entradas, considerando somente aquele ano. Já em 2017 e em 2018 passou a haver uma queda desse fluxo, possivelmente decorrente do cenário econômico desfavorável vivido pelo país, e 12.931 e 9.359, respectivamente, haitianos vieram ao Brasil, totalizando 106.475 imigrantes de longo termo dessa nacionalidade. Os dados até 2017 (Oliveira, 2018), apontam que haviam 64.628 homens e 30.869 mulheres, e a faixa etária predominante era a de 25 a 40 anos (57.385 pessoas) entre os imigrantes haitianos.

Tabela 1 - Número de registros de imigrantes haitianos de longo termo, por ano de entrada no Brasil, de 2010 a 2018.

Ano	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
nº	401	2652	4467	14740	20392	20547	20985	12931	9359	106.475

Fonte: Elaborada através de dados do OBMigra, Oliveira (2019, p. 83).

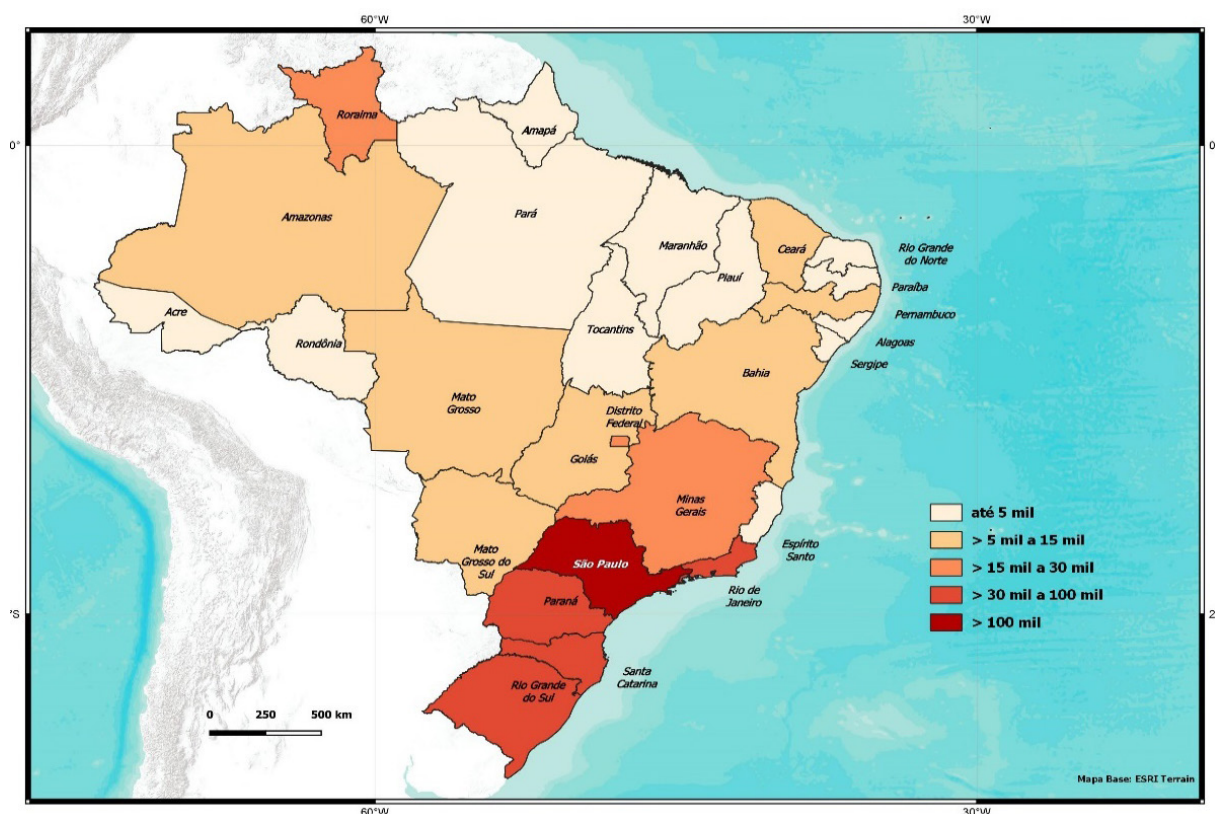
Desastres naturais não estão citados dentre as condições para o reconhecimento do *status* de refugiado, determinado pelos incisos I e II do art. 1º da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, conforme promulgado no Brasil pelo Decreto nº 50.125 de 28 de janeiro de 1961. Ainda assim, os imigrantes haitianos receberam visto de residência permanente no Brasil por questões humanitárias. Legalmente, portanto, não são considerados como refugiados, que por definição são caracterizados como pessoas forçadas a saírem de seus países de origem, sem possibilidade de regresso, por conta de ameaças a sua vida, mas sim como imigrantes: uma categoria mais ampla que compreende razões diversas para a mobilidade, entre elas dificuldades econômicas, políticas e sociais (Prado & Araújo, 2019). Os imigrantes haitianos, porém, não se dispersaram por todo território nacional e se concentraram principalmente em Estados do sul e sudeste, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Tonhati, Cavalcanti, & Oliveira, 2016).

As motivações para a migração haitiana para o Brasil parecem não justificadas simplesmente por situações de pobreza, assim como acontece com outros grupos em outras partes do mundo. As relações pré-migratórias existentes entre Brasil e Haiti, por conta da liderança brasileira da Missão das Nações

Unidas para a Estabilização no Haiti, ainda que controversa, e de ações de organizações não governamentais, estão estritamente ligadas aos fluxos migratórios atuais (Cogo, 2014). Vínculos afetivos e simbólicos, que foram estabelecidos diante da presença das ações brasileiras no Haiti podem ter fortalecido a escolha pelo Brasil enquanto destino de desejo de pessoas haitianas, além da própria condição de crescimento econômico e de protagonismo na geopolítica internacional que o país vivia no início desta década.

Neste contexto, o Estado do Rio Grande do Sul foi um dos destinos mais visados e concentra boa parte da população que realizou o processo migratório recentemente. Dados de 2017 do Sistema de Cadastro de Registros de Estrangeiros (SINCRe) indicam que, nesse ano, 4.021 imigrantes haitianos estavam com registro ativo no Rio Grande do Sul (Baeninger & Peres, 2017). No entanto, em reportagem publicada em 13 de novembro de 2017 pela imprensa local, a partir de dados do Fórum Permanente de Mobilidade Humana, estimava-se que residiam no Estado 11.473 haitianos, além de 3,9 mil senegaleses (Isaías, 2017). Estes dados mostram uma grande disparidade entre os dados oficialmente divulgados e aqueles que vêm sendo noticiados pelos meios de comunicação.

Figura 1 - Número de registros de migrantes de longo termo segundo Unidade da Federação de residência em 2018



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, disponível em Oliveira (2019, p. 84).

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), o Haiti possui cerca de 11 milhões, 580 mil habitantes, com um Produto Interno Bruto *per capita* de \$1.814,7 – mil oitocentos e catorze dólares, de acordo com o Banco Mundial, segundo o FMI - o índice mais baixo dentre os países americanos. Embora as motivações para a imigração sejam financeiras e por busca de melhor qualidade

de vida, o salário é utilizado principalmente para a subsistência e grande parte dele é enviado ao país de origem. Tais remessas financeiras, que já haviam sido mencionadas em estudos como o de Joseph Henderson (2015), são uma forma de manter as relações dos imigrantes com os familiares que permaneceram no local de origem (Tedesco & Grzybovski, 2013). Praticamente todos os imigrantes possuem vínculos familiares no país de origem, por tal motivo compreende-se que a imigração é um processo que interfere tanto nos que saem como nos que ficam, havendo dessa forma, projetos e sonhos de ambas as partes - o que torna essa ação familiar, afetiva e econômica.

A literatura internacional indica que situações de migração impactam especialmente no estabelecimento e manutenção de redes de apoio social, de modo a lidar com aspectos como os ambientes não familiares, o estresse causado pelo processo migratório, distância e separação de sua família e comunidade (Chib, Wilkin, & Hua, 2013). O apoio social, também definido como suporte social, emerge como tema de pesquisa e intervenção em diferentes áreas do conhecimento, tais como: psicologia, medicina, sociologia, serviço social, entre outras. Em um de seus conceitos mais clássicos (Cobb, 1976), o apoio social é um construto que supõe que o sujeito em seu contexto usa informações que o levam a sentir-se cuidado, amado, estimado, valorizado e integrante de uma rede de comunicação e ajuda com obrigações mútuas.

O apoio social é caracterizado na literatura através de duas dimensões diferentes: a estrutura e a funcionalidade. O conceito de estrutura busca uma maior compreensão de pontos objetivos e quantitativos como o tamanho da rede social em que o sujeito está inserido, frequência do contato entre os membros, acessibilidade e outros componentes que dimensionem o grau de integração ou isolamento em que o indivíduo está com a rede que detém (Cobb, 1976). O aspecto funcional do suporte social tende a detalhar aspectos subjetivos, como a percepção do sujeito quanto à disponibilidade e a forma de apoio social que lhe é oferecido. Ainda dentro da perspectiva funcional se encontram outras duas divisões, entre a categoria instrumental e a informacional. A primeira diz respeito ao auxílio em questões de apoio prático, como colaboração financeira ou material. A categoria informacional refere-se mais aos comportamentos de escutar, fornecer *feedback*, conversar sobre determinado tema, lhe fazer companhia e prestar suporte emocional. Frente a um evento estressante, as pessoas podem utilizar diferentes recursos, que podem ser físicos, psicológicos e sociais. A utilização dos recursos visa evitar, ou reduzir, que o evento cause dano ou prejuízo ao sujeito, proporcionando um bem estar biopsicossocial. Segundo alguns autores, o apoio social tem o potencial de minimizar (amortecer) os efeitos dos estressores (*Buffering Hypothesis*), por sua vez, alguns autores concebem que o apoio social, independente de uma situação estressante ou momento de crise, proporciona benefícios para a pessoa (*Main Effects*) (Cohen & Wills, 1985).

As novas formas de relações estabelecidas com a participação das pessoas em redes de convivência que independem da presença física, propiciadas com a assunção das tecnologias da informação e comunicação (TICs), apresentam uma perspectiva de apoio social com características distintas à concebida no mundo *offline*. É a partir da década de 1960, com base em um paradigma tecnológico fomentado pelas TICs, que se iniciaram profundas mudanças estruturais na sociedade (Castells, 2005). Coexistem diferentes abordagens para a compreensão de redes de comunicação e relação, especialmente as virtuais. De acordo com Debora Bobsin e Norberto Hoppen (2014), estas análises costumam ser mais estruturais do que relacionais e, ainda influenciadas pela tradição estruturalista e baseada em sociometria, muitas vezes não fazem jus a suas dinâmicas de mutação e transformação, atributos essenciais que são consequência das interações sociais que nelas ocorrem. Já para a Teoria de Estruturação de Anthony Giddens (Giddens, 2009), entende-se a organização das redes como o conjunto de condições que direciona a continuidade ou a transformação de estruturas, e como a reprodução de sistemas sociais que compreendem “as relações produzidas entre atores ou coletividades, organizadas como práticas sociais regulares” (Giddens, 2009, p. 29). De acordo com Bobsin e Hoppen (2014), a proposta de Giddens abarca o modo e as condições sob as quais as estruturas existem e se transformam através do sistema social, compreendendo o conjunto de atividades e relações dos atores reproduzidas no tempo e no espaço, constituindo estruturas que pertencem às coletividades, como relacionamento recursivo e interativo de influência mútua entre ação e estrutura (Giddens, 2009).

Embora o paradigma tecnológico emergente tenha desempenhado transformações distintas em cada local, devido à disparidade de sua expansão entre os países, se verifica os seus resultados em toda a sociedade contemporânea e nas suas diferentes camadas. Este novo modelo de sociedade apresenta como características principais: a globalização das atividades econômicas decisivas, a sua forma de organização em rede, a flexibilidade e instabilidade do emprego, assim como a individualização da mão de obra.

A imigração haitiana no Brasil faz parte de um fenômeno global da pós-modernidade: a globalização. Esse fenômeno tem existido por muitos séculos, sendo um processo pelo qual culturas influenciam-se e tornam-se mais próximas através do comércio, da imigração e do intercâmbio de informação e ideias. Contudo, em décadas mais recentes, há um processo de intensificação e aceleração dessas conexões globais, graças a avanços globais nas telecomunicações e no incremento de interdependências financeiras e econômicas através do mundo. A implementação das TICs no cotidiano das pessoas teve como consequência o enfraquecimento de fronteiras que anteriormente detinham linhas bem definidas, caso esse da noção entre o público e o privado, o individual e o coletivo, o trabalho e o ócio, entre outras esferas da vida que serviam de guias para as ações tomadas por cada indivíduo (Domenèch, López, & Tirado, 2004).

As migrações contemporâneas estão profundamente relacionadas com o acesso às TICs, sendo observado um intenso uso da *internet* e das redes sociais também pelas comunidades migrantes (Brignol & Costa, 2016). A apropriação das TICs por essa população constitui-se como um recurso não só para o acesso à informação como também para o estabelecimento de laços solidários e de coesão interna, e de espaços para a conformação identitária (Melella, 2016). Considerando o uso estratégico de mídias sociais em processos migratórios descritos na literatura e as modificações relativas à acessibilidade no panorama global, objetiva-se compreender manifestações de ‘Apoio Social’ no uso de mídias sociais por pessoas haitianas que migraram recentemente para o Rio Grande do Sul, Brasil.

MÉTODO

A presente pesquisa é um dos resultados do projeto de pesquisa “Imigração haitiana no Rio Grande do Sul: processos de aculturação e saúde mental”. Este projeto tem permitido ampliar o conhecimento sobre a imigração haitiana no Brasil, mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul (RS), acerca dos aspectos aculturativos e da saúde mental dos imigrantes. Trata-se de uma pesquisa de delineamento misto, por meio do qual se procura mapear aspectos sociodemográficos da migração haitiana no estado do Rio Grande do Sul, assim como compreender aspectos psicossociais vinculados ao fenômeno social migratório. A coleta de dados para o presente estudo compreendeu três etapas: (a) o contato com imigrantes por meio de grupos de ajuda vinculados a uma instituição de acolhimento em Porto Alegre/RS; (b) entrevistas e (c) coleta de dados no *Facebook*.

(a) Grupos de ajuda: Parte dos dados foi coletada em encontros grupais que ocorreram quinzenalmente, durante o segundo semestre de 2015, em uma instituição religiosa católica que acolhe imigrantes em Porto Alegre. Estes grupos tinham objetivo de discutir temáticas pertinentes à imigração e eram frequentados principalmente por imigrantes haitianos, porém aberto a todos imigrantes interessados em participar. Os grupos tinham duração de 50 minutos e os participantes não eram fixos, sendo que a cada encontro havia uma rotatividade dos membros, que variaram em quantidade de 10 a 15 participantes. Os dados obtidos nos grupos foram coletados através de diários de campo que eram realizados ao término de cada encontro. Os encontros foram propostos pela equipe de pesquisa e se mantiveram por um período quinzenal por um semestre, após o horário das atividades do grupo de apoio à inserção laboral (orientação legal, confecção de currículos, orientações às entrevistas...) que a equipe de pesquisa mantinha no local, aos sábados.

b) Entrevistas: Além dos dados obtidos nos grupos, foram entrevistados individualmente (além de preencherem uma ficha de dados sociodemográficos) 50 imigrantes haitianos de três cidades do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Canoas e Encantado. Os participantes responderam também a instrumentos quantitativos (já apresentados no estudo de (Weber, Brunnet, Lobo, Cargnelutti, & Pizzinato, 2019).

Os dados foram coletados em quatro locais de três cidades diferentes no Rio Grande do Sul: na Pastoral do Imigrante, em um albergue de uma organização não governamental que apoia imigrantes na cidade de Porto Alegre, em uma escola pública que fornece aula gratuita de português aos imigrantes na cidade de Canoas e no Sindicato da Indústria Alimentícia da cidade de Encantado. As três cidades, que estão entre as que mais recebem imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul, foram escolhidas por conveniência e receptividade dos locais. As entrevistas exploraram o processo de inserção nas comunidades locais e quais eram as formas de estabelecimento e manutenção de comunicação com pessoas em seus países de origem e no Brasil. As respostas foram compiladas em um arquivo único e categorizados por temáticas, (1. Ferramentas utilizadas; 2. Frequência; 3. Pessoas contatadas; 4. Temas prioritários e 5. Estratégias de cuidado) como apresentado por Thiago Silva e colegas (2012).

c) Coleta de dados em redes virtuais de relacionamento: Foi realizado um mapeamento a partir do mecanismo de busca do *Facebook*, com 17 termos-chave, divididos em três idiomas: português, francês e creole haitiano. Os termos-chave utilizados foram os seguintes, em português: Imigrantes haitianos Brasil; Haitianos Brasil; Haiti Brasil; Imigrantes haitianos; Imigração haitiana; Haitianos; Haiti. (*Brésil immigrants haïtiens; Haïtiens Brésil; Haïti Brésil; immigrants haïtiens; ayisyen imigrasyon; Brésil imigran ayisyen; Ayisyen Brésil; Ayiti Brésil; imigran ayisyen e immigration haïtienne*). Serão apresentados e discutidos os dados das páginas e grupos que apresentam conteúdo em português (mesmo que com característica trilingue nas comunicações).

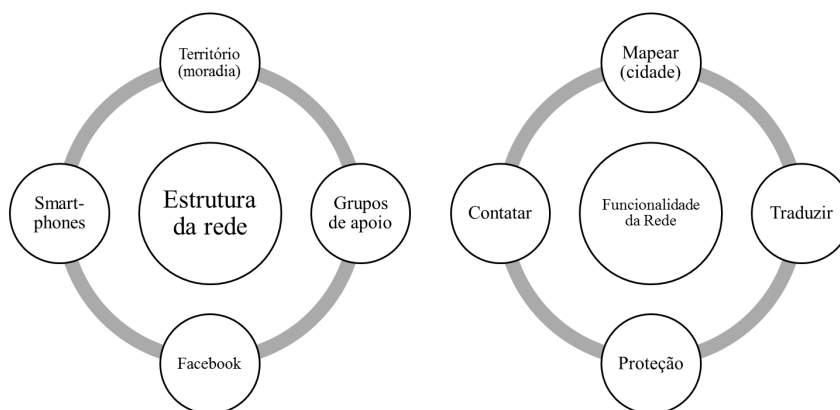
A preocupação com a construção dessa perspectiva metodológica se deve ao entendimento de que um mapeamento dessa natureza requer o desenvolvimento e uma estratégia de coleta de dados que contemple sua diversidade e complexidade. Portanto, buscou-se compreender manifestações de Apoio Social entre imigrantes haitianos e/ou com a comunidade de acolhida e o papel das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e redes sociais nesta procura. Os dados obtidos através das entrevistas, relatos grupais e através das análises de dados obtidos pelas páginas do *Facebook* serão apresentados e discutidos de maneira integrada, pois não se concebem como dados isolados. Pelo contrário, são entendidos como dados complementares de um mesmo fenômeno que, como muitos outros fenômenos relacionais de mobilidade humana, é diretamente afetado pelos impactos tecnológicos da globalização capitalística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações coletadas por meio das discussões grupais e nas entrevistas individuais indicaram que o apoio social era fortemente vinculado à utilização de mídias sociais, o que indicou a necessidade de uma coleta de dados em plataformas virtuais. Por meio desta conjugação de métodos (entrevistas individuais e em grupo, questionários sociodemográficos e mapeamento no *Facebook*) procuramos compreender quais os usos destinados especificamente às mídias sociais, sua relação com o processo migratório e as dimensões de apoio social associadas a aspectos estruturais e funcionais. Neste panorama, os conceitos Estrutura da Rede e Funcionalidade da Rede foram os eixos analíticos escolhidos, dando subsídio para esferas interconectadas.

No que concerne a Estrutura da Rede, podemos elencar o território (moradia), uso de smartphones, presença em grupos de apoio e uso de *Facebook* como principais aspectos referidos pelos participantes. De outra forma, no que diz respeito à esfera de Funcionalidade da Rede a análise é centrada nos usos de mídias sociais. Podemos observar as funções de mapear territórios, traduzir, contatar pessoas da sua rede e proteger-se de possíveis prejuízos no contexto migratório.

Figura 2 - Estrutura e Funcionalidade da Rede de Apoio



No que se refere especificamente à Estrutura da Rede, cabe atentar que os dados sociodemográficos referentes ao processo de coleta de dados no interior do Rio Grande do Sul possibilitaram o mapeamento de características gerais dos participantes. Entre os imigrantes entrevistados, a maioria são homens 37 (77,1%), solteiros (54,4%), que possuem média de idade de 32,5 anos (DP=5,76) e estão parcialmente empregados (55,3%). Em relação ao tempo da imigração, os mesmos chegaram no Brasil em média há 17 meses (DP=12,44). Nas entrevistas narrativas, as formas de moradia foram indicadas como aspecto protetivo e contemplavam não só o custeio dos locais, mas uma proximidade estratégica com outros imigrantes. Em sua maioria, os entrevistados dividem moradia com outros imigrantes sendo que todas são indicadas como alugadas e habitadas por uma média de 7 pessoas (DP=9). Este aspecto territorial, elencado pelos participantes como uma forma de proteção, que é indicado nesta pesquisa como parte da Estrutura da Rede, mostra um exercício de constituição estratégica de vínculos, em especial se pensarmos que, segundo os dados coletados, apenas 25% dos imigrantes vivem com suas famílias, enquanto 56,3% dizem morar com outros imigrantes com os quais não possuem vínculos familiares.

Ainda no que se refere à constituição de Estrutura de Rede, podemos perceber que a ocupação de locais nas cidades de acolhida é indicada como fonte de troca e apoio e está intrinsecamente vinculada ao uso de plataformas de comunicação. Um dos participantes da pesquisa indica: *“Aqui em Encantado a gente usa uma lan-house pro computador, tá sempre cheio de imigrante lá, no final de semana. É, a gente vai lá usar pra falar melhor com a família, pra ver no vídeo”*(Paul¹, homem haitiano, 26 anos, solteiro). O mesmo imigrante que fala sobre a ocupação coletiva destes ambientes de uso de ferramentas informáticas ainda relata que o *Facebook* é a plataforma de pesquisa mais utilizada, tanto para contato com a família quanto para com seus amigos haitianos ou novos amigos brasileiros, assim como um meio de acesso a informações sobre os países de origem e de acolhida. Quando questionados sobre o uso de meios de comunicação, os imigrantes entrevistados individualmente relataram utilizar predominantemente a *internet* (37,5%) e telefone (39,6%), em especial do aplicativo *WhatsApp*. Grande parte destes imigrantes (43,1%) declara fazer uso diário destes meios de comunicação.

Segundo Ana Becker e Lucienne Borges (2015), o processo migratório produz diversas transformações, que compreendem perdas, desafios e aprendizagens, que são vivenciadas de diferentes modos por diferentes sujeitos, sendo esse um fenômeno de extrema importância social, para que sejam fomen-

1 Todos os nomes de participantes apresentados são fictícios.

tados os direitos de cidadania e bem-estar, assim como uma troca entre culturas. Sendo assim, o acesso à comunicação e a fontes de apoio social mostram-se fundamentais para que esses direitos sejam garantidos.

Ao longo do processo de acompanhamento dos imigrantes haitianos recém-chegados ao país, perguntas sobre como e em que lugar comprar *chips* de celular eram recorrentes. Instrumentalizar-se sobre que tipo de operadora de redes de celular e quais formas de pagamento vinculadas foi um dos aspectos muito citados como primeiras providências no Brasil. Estas questões de ‘estrutura’ da rede, que se compõem muito vinculadas ao acesso à tecnologia, se interseccionam com outras questões estratégicas, como a possibilidade de redes de informação em busca de inserção no mercado de trabalho e aprendizado da língua portuguesa. Esses eram alguns dos principais aspectos indicados nos Grupos de Ajuda ao longo da pesquisa realizada. Os imigrantes que compunham esse grupo se reuniam posteriormente aos encontros para ter aula de português e indicavam o interesse na língua principalmente como forma de acesso a formas de trabalho.

Poucos relatam ter acesso a computadores próprios, porém falam da vontade e necessidade de acesso ao aparelho. Jean, haitiano que atualmente faz um curso técnico em informática, diz: “*Eu queria ter um computador, onde eu posso comprar um computador usado que funcione bem? Eu faço meu curso, mas não posso praticar sem computador*” (Jean, homem haitiano, 24 anos, solteiro). Ele é um dos membros de um grupo composto por 12 imigrantes haitianos, senegaleses e marroquinos, que se encontram quinzenalmente para debater questões relacionadas ao processo migratório e oferecer ajuda mútua. Especificamente em relação aos imigrantes que participaram dos grupos de encontro quinzenais vemos que, além da participação de haitianos, havia presença de senegaleses, marroquinos, filipinos e colombianos. Esta diversidade de nacionalidades como parte constituinte dessas comunidades de prática reitera a ideia de que os vínculos e formas de apoio social por meio dos grupos de ajuda possuem o acesso a tecnologias e formas de comunicação como uma temática transversal e importante.

Os resultados do mapeamento de redes de comunicação e apoio na internet valeram-se da plataforma de comunicação unanimemente apontada pelos participantes: o *Facebook*. Os resultados foram divididos em três categorias, de acordo com o tipo de rede.

Quadro 1 - Total de redes virtuais de comunicação e apoio pelo Facebook, por categorias

Tipo de Rede	Quantidade mapeada	Engajamento	Rede com maior engajamento por categoria
Página	41	25.853 curtidas (46,1% do total)	Ambassade d’Haïti au Brésil – 3.155 curtidas
Grupos	57	27.517 curtidas (49,1% do total)	Haitianos no Brasil (Portal) – 6.595 membros
Perfil	16	2.679 amizades (4,8% do total)	Associação dos Imigrantes Haitianos de Brasília Aihb – 567 amizades
Total	114	56.049 curtidas/amizades/embros	

Com relação aos grupos no *Facebook*, observaram-se os dados de nacionalidade (haitiano ou brasileiro), sexo e número de administradores. O total de administradores de página foi de 72, sendo 33 haitianos, 37 brasileiros e 2 “outros”: 1 francês e 1 não identificado. Em 4 grupos não havia administradores explícitos ou definidos.

Ainda que haja um equilíbrio entre administradores brasileiros (52,9%) e haitianos (47,1%), em relação ao sexo, os homens haitianos são administradores em bem maior proporção do que as mulheres (30 ou 90,9%). Já quando são analisados os brasileiros, as mulheres são mais numerosas (23 ou 62,2%), embora a diferença entre homem e mulher seja menor do que nos haitianos. A maior proporção de homens entre os imigrantes haitianos administradores das páginas pode ser tanto reflexo do próprio fluxo migratório estabelecido, caracterizado pela vinda predominantemente de homens haitianos para o Brasil em seu início, quanto dos papéis de gênero estabelecidos na cultura haitiana, em que a mulher possui uma menor inserção nos espaços sociais (Mejía & Cazzaroto, 2017). A feminização dos processos migratórios é associada a algumas peculiaridades nas condições de possibilidade existencial enfrentadas por boa parte das mulheres em seus territórios de origem e, em relação às haitianas não é diferente. Dentre elas, destacam-se a falta ou a diminuição de oportunidades de trabalho, os processos de divórcio ou separação, o desejo por mais autonomia e a diminuição das restrições sociais de mobilidade das mulheres (Telmo-Romano & Pizzinato, 2019).

A *Ambassade d'Haiti au Brésil* é a página oficial da Embaixada do Haiti no Brasil. As publicações da página são sobre as atividades realizadas pelo embaixador, como reuniões com políticos e representantes de instituições do ensino e do comércio, e a presença em eventos com a temática do Haiti. Além disso, compartilha notícias relacionadas à política nacional, imigração haitiana e direitos humanos. Os visitantes haitianos utilizam o espaço de avaliação da página e de comentários das publicações para solicitar informações sobre assuntos burocráticos relacionados à sua permanência no Brasil, como, por exemplo, procedimentos para renovação de passaporte. Alguns haitianos também utilizam esse espaço para fornecer informações e valorizar seu país natal.

Ayisyen nan lemond antye ap prepare yo Pou yo fete fet drapo yo a,ki se fyète yo,ayisyen ki nan pi gran vil peyi Brasil (São Paulo) Ap oganize yon pwogram esepasyonel dimanch kap 17 me 2015,anpil bel jazz ayisyen a lafich, spesyalman le nouvo jazz ayisyen.

(Haitianos em todo o mundo se preparam para festejar sua bandeira, que é seu orgulho. Em São Paulo, haitianos estão organizando um evento dia 17 de maio de 2015, com o novo jazz haitiano.)

O Grupo *Haitianos no Brasil* tem por objetivo promover a acolhida no Brasil, por meio da facilitação no acesso a documentação para estadia em território brasileiro, integração e comunicação. O grupo possui atualizações frequentes, sendo mais constante publicações de brasileiros. Uma das temáticas mais comuns refere-se a prestar informações, através de notícias, principalmente sobre direitos trabalhistas, benefícios assistências e cursos de português. Há também temáticas relacionadas a racismo, preconceito e exploração, além de políticas no Haiti. Embora tenha uma ligação direta com o racismo perpetrado contra a população negra brasileira, a prática do racismo contra imigrantes negros, principalmente haitianos e africanos, é descrita como menos velada no Brasil (Martinez & Dutra, 2018). O racismo contra imigrantes foi observado por Antônio Oliveira (2019) ao identificar que, em uma escola de ensino fundamental da cidade de São Paulo, as crianças e adolescentes imigrantes com fenótipo branco “ocidental” eram integradas mais rapidamente ao aprenderem o português do que as com fenótipo negro africano. Isso era visto inclusive quando a comparação era feita com crianças negras africanas que já tinham o português como língua materna (como as crianças angolanas, por exemplo) (Oliveira, 2019).

Publicações informativas e de caráter político são compartilhadas por brasileiros(as), como o texto “Quais são os direitos do trabalhador nos contratos de experiência?”. Já os haitianos publicam,

mais comumente, temáticas relacionadas à valorização do Haiti, através de notícias, fotos e vídeos de paisagens, música, dança e cultura locais. Compartilhamentos como: “Carnaval do meu país... saudades” são seguidos de álbuns de fotos do país natal e informações do cotidiano no Brasil.

Associação dos imigrantes haitianos de Brasília Aihb é o perfil de uma associação em Brasília, que se ocupa de publicar fotos e vídeos de atividades realizadas por ela, principalmente. Além disso, compartilha notícias sobre assuntos relacionados ao Haiti: política local (especialmente), paisagens e elementos culturais. Possui poucas atualizações, havendo um espaço de meses entre uma publicação e outra, entretanto, representa uma fonte de mediação para eventos comunitários, como o ‘Almoço’ da Associação dos Imigrantes Haitianos de Brasília *Aihb*, entre outros.

Ainda que tais páginas, grupos ou perfis nem sempre ofereçam elementos instrumentais objetivos de apoio ou informação, são elementos que parecem jogar um papel importante em outra dimensão, classicamente associada ao bem-estar psicológico: a manutenção de vínculos culturais e elementos identitários da cultura de origem. Figuram nessas páginas muitas postagens de exaltação de elementos culturais haitianos e de conteúdos que indicam movimentos de integração com a comunidade de acolhida (como eventos culturais e esportivos e trocas de contatos afetivos entre imigrantes e com brasileiros). Fenômeno similar foi observado em páginas de imigrantes senegaleses vivendo no Rio Grande do Sul, que também publicam conteúdos predominantemente relacionados à valorização da cultura de seu país e a divulgação de trocas realizadas com a população local (Brignol & Costa, 2016).

Ainda quanto à ‘Estrutura da Rede’, um dos aspectos também observados nessa direção, a constituição de vínculos no novo país, mostra que, no que se refere à rede de relações destes imigrantes, a maioria dos 50 participantes das entrevistas relatam ter amigos imigrantes de seu país (95,8%), enquanto 64,6% também declaram ter amigos brasileiros e 25% dizem ter amigos imigrantes de outras nacionalidades. Estes dados fazem atentar para os aspectos funcionais de apoio social, ligados ao acesso concreto a tecnologias como *smartphones* e computadores. Nos grupos de ajuda a forma recorrente de estabelecer contato era mostrar fotos e vídeos aos outros participantes. Este aspecto mediador da utilização de tecnologias de comunicação também se mostrava presente por meio do uso do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, meio pelo qual se organizavam encontros e se marcavam as reuniões dos grupos.

Já no que concerne a ‘Funcionalidade da Rede’, foram elencados como principais aspectos: formas de mapeamento de novos territórios, traduções de textos e falas em português, manter e constituir contatos e articular formas de proteção (principalmente vinculadas à possibilidade de registro de alguma situação ilegal ou abusiva). Estes aspectos funcionais não são compreendidos como dissociados, mas falam sobre um contexto no qual as formas de constituição de estratégia e apoio social indicam algumas das dificuldades encontradas por essa população no Brasil. Como indica um dos participantes:

Eu uso o celular para tudo, se eu quero chegar a algum lugar tem os mapas, se eu preciso achar algum número eu posso pesquisar, se eu preciso traduzir uma palavra tem o tradutor. E pra falar com a família também, tem vídeo, tem foto, fica mais fácil ficar longe se a gente pode conversar a qualquer hora. (Bertrand, homem senegalês, 28 anos, solteiro)

O uso das mídias sociais permite um contato restrito, mas constante, com outras pessoas, através da circulação de mensagens de voz, imagem, vídeo e texto. O uso de tais mídias facilita formas de interação, criadas particularmente dentro deste contexto, as quais, no caso dos imigrantes, se mostra como uma fonte importante de apoio social. Essa relação com a tecnologia pode ao mesmo tempo facilitar a vida dos mesmos no novo país, como diminuir o estresse relacionado ao processo de integração no novo país, visto que a necessidade de novos relacionamentos interpessoais diminui (Komito, 2011).

Autores como Megan Knowles, Nataniel Haycock e Iqra Shaikh (2015) relatam que o uso das mídias sociais é uma forma quase que instantânea de reafirmar e sanar a necessidade de aceitação social. As redes sociais hoje ocupam um espaço de repositório da vida social, que pode ser acessado em qualquer lugar e a qualquer momento, sendo que as experiências vividas podem ser ali compartilhadas e partilhadas. Ao longo que essas informações recebem a interação de outras pessoas, há um sentimento de pertencimento social. Além disso, as conjunções entre os ambientes *online* e os grupos de ajuda se apresentam como um modo alternativo de organização híbrida de rede de suporte social que, no caso dos imigrantes, torna-se ainda mais relevante devido à dificuldade de acesso a outras fontes de apoio – falta que pode resultar em situações de vulnerabilidade. No ambiente *online*, os imigrantes podem estabelecer relações de suporte que cruzam nacionalidades, incluindo familiares, amigos e estrangeiros. Ademais, devido a grande concentração de pessoas utilizando a *internet*, a possibilidade de que algum pedido de apoio social seja atendido aumenta consideravelmente. Sendo assim, por meio das interações *online*, há uma diminuição no senso de isolamento, oferecendo assim um suporte psicológico que auxilia no processo migratório (Chen & Choi, 2011).

Essas questões de acessibilidade a tecnologias sociais mostram-se particularmente vinculadas à temática da inserção no mercado de trabalho brasileiro, não sendo exclusividade dos imigrantes recentes ou especificamente haitianos. Maria, por exemplo, que é filipina e está há seis anos no Brasil, indica: “*Eu preciso comprar um telefone que tenha internet, porque quando eu deixo meu currículo para alguma vaga de emprego, pode ser que eles entrem em contato pelo meu e-mail e eu quase nunca olho o meu e-mail*” (Maria, mulher, filipina, 34 anos, casada). Se olharmos, portanto, para a estratégia de acesso a formas de trabalho no contexto migratório podemos considerar que a tecnologia faz a mediação entre o aprendizado da língua, o acesso a propostas de emprego e envio de currículos, que são indicados como fatores essenciais pelos participantes. Entretanto, uma outra questão também é indicada como desse âmbito da experiência migratória e está, também, vinculada a situações de entrada no mercado de trabalho. Trata-se da dimensão de proteção a possíveis formas de abuso:

O meu chefe não me paga, ele não queria me pagar. Então eu filmei no meu celular ele dizendo que não ia me pagar. Se ele não me pagar tá filmado, e eu posso mostrar para um advogado ou alguém, ou colocar no Facebook pra todo mundo ver o que estava acontecendo comigo.

Apesar de os dados coletados nas entrevistas indicarem que, quanto à escolaridade, os imigrantes possuem em média 10,83 anos de estudo (DP=4,36) e relatam, em sua maioria, falar ao menos 3 idiomas, o acesso ao mercado de trabalho é indicado como muito difícil. Além disso, a situação recente de migração e a dificuldade de acesso a formas de trabalho pode suscitar abusos de poder particularmente relacionados à situação de migração. Neste sentido, a condição em que se encontram os imigrantes haitianos reforça a necessidade de atenção às situações de vulnerabilidade desencadeadas. Não por acaso esse fluxo migratório pode ser caracterizado como uma migração por sobrevivência, que diz respeito a migrações forçadas que estão excluídas do instituto do refúgio (Correa, Nepomuceno, Mattos, & Miranda, 2015). Nesse sentido, vale destacar que ao contrário do estatuto de refugiado, o visto humanitário fornecido aos imigrantes haitianos não garante proteção internacional, somente uma facilitação de entrada e permanência no Brasil. Imigrantes que estão em situação de vulnerabilidade possuem uma necessidade ainda maior de buscar fontes de apoio social eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste panorama complexo, mas que permite entendimentos acerca do uso estratégico de mídias sociais em processos migratórios, é possível compreender articulações de ‘Apoio Social’ mútuo por imigrantes haitianos no Brasil e, com grande participação de membros da comunidade de acolhida – com relação presencial direta, associada ou não. No presente estudo foi possível analisar essa dimensão tendo como ponto de partida dois eixos de Apoio Social: Estrutura da Rede e Funcionalidade da Rede. Esses eixos, estrutura e funcionalidade, foram elencados neste estudo como forma de analisar no presente contexto de pesquisa aspectos teóricos indicados previamente em literatura internacional. Assim como acontece em outros contextos, imigrantes internacionais precisam do apoio social para lidar com um ambiente o qual não lhes é familiar, para a redução do estresse causado pelo processo migratório, dificuldades encontradas no novo país, assim como a distância e separação de sua família e comunidade que tradicionalmente assumiam parte chave das funções dessas redes.

A partir dos resultados apresentados neste estudo, podemos concluir que o apoio social intermediado pelas tecnologias de informação e comunicação não só se estabelece como uma fonte alternativa de suporte, mas também surge enquanto um espaço de amplas possibilidades de superar barreiras de distância física, que é um importante estressor da imigração. O caso dos imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul serve como ilustração de uma discussão que pode ser ampliada para outros contextos migratórios, sobretudo de imigrantes econômicos e refugiados, os quais se encontram, especialmente, em situação de vulnerabilidade e muitas vezes não conseguem acessar, de forma tão satisfatória, pontos de apoio comuns à população local. Como foi demonstrado, o acesso à *internet* se estende por quase que a totalidade dos imigrantes, inclusive sendo demarcada como uma prioridade ao se estabelecer em um novo local. Fazendo o uso de redes sociais *online* e também de aplicativos contidos em sua principal fonte de acesso à *internet*, os *smartphones*, os imigrantes exercem uma autonomia que os aproxima tanto da comunidade imigrante oriunda do mesmo país, quanto da população local, facilitando a inserção social e o diálogo com o novo território em que habitam.

A psicologia pode contribuir com o contexto das migrações a partir do “entendimento do sofrimento como uma experiência social, psicológica e política” (Prado & Araújo, 2019, p. 579) e atuar para mobilizar e fortalecer as redes de apoio e seus recursos simbólicos e materiais, principalmente no caso das migrações forçadas como é a haitiana (Prado & Araújo, 2019). Novas pesquisas nesta área são necessárias para que seja realizado um mapeamento mais amplo, dando abrangência a outras populações e aprofundando os significados que estas novas fontes de apoio possuem para os imigrantes, possibilitando, desta forma, pensar em modos para facilitar o acesso à *internet*, a criação de espaços virtuais especializados e ferramentas que possibilitem reduzir e evitar os estressores atrelados ao processo migratório.

Entender o papel positivo dessas redes tecnológicas e, especialmente, de estratégias comunitárias de mediação de relações de apoio não pode servir para imiscuir a responsabilidade do Estado na garantia de direitos dessas comunidades. Se considerarmos o processo como um todo, o visto humanitário é apenas uma primeira medida formal para possibilitar uma integração digna da comunidade imigrante. Aspectos legais devem abranger as peculiaridades desses processos atualmente, especialmente no campo da assistência social, da saúde e dos direitos trabalhistas e previdenciários, focos importantes de vulnerabilidade para a comunidade imigrante atual.

REFERÊNCIAS

Baeninger, Rosana & Peres, Roberta (2017). Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*, 34(1), 119-143. <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0017>

- Becker, Ana P. S. & Borges, Lucienne M. (2015). Dimensões psicossociais da imigração no contexto familiar. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 35(88), 126-144. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100009&lng=pt&tlng=pt.
- Bobsin, Debora & Hoppen, Norberto (2014). Estruturação de redes sociais virtuais em organizações: um estudo de caso. *Revista de Administração*, 49(2), 339-352. <https://doi.org/10.5700/rausp1150>
- Brignol, Liliane D. & Costa, Nathália D. (2016). Migração e usos sociais do facebook: uma aproximação à webdiáspora senegalesa no Rio Grande do Sul. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, 24(46), 91-108. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004607>
- Castells, Manuel (2005). *A era da informação - economia, sociedade e cultura - O poder da identidade*. Paz e Terra.
- Chen, Wenli & Choi, Alfred S. K. (2011). Internet and social support among Chinese migrants in Singapore. *New media & society*, 13(7), 1067-1084. <https://doi.org/10.1177/1461444810396311>
- Chib, Arul, Wilkin, Holley A., & Hua, Sri R. M. (2013). International migrant workers' use of mobile phones to seek social support in Singapore. *Information Technologies & International Development*, 9(4), 19-34. <https://itidjournal.org/index.php/itid/article/view/1122>
- Cobb, Sidney (1976). Social support as a moderator of life stress. *Psychosomatic Medicine*, 38(5), 300-311. https://journals.lww.com/psychosomaticmedicine/Citation/1976/09000/Social_Support_as_a_Moderator_of_Life_Stress.3.aspx
- Cogo, Denise (2014). Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 125, 23-32. <https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i125.39>
- Cohen, Sheldon & Wills, Thomas (1985). Stress, social support, and the buffering hypothesis. *Psychological bulletin*, 98(2), 310-357. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.98.2.310>
- Correa, Mariana A. S., Nepomuceno, Raísa B., Mattos, Wesley, & Miranda, Carla (2015). Migração por Sobrevivência: Soluções Brasileiras. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 23(44), 221-236. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004414>
- Decreto n. 50.215*, de 28 de janeiro de 1961. (1961). Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50215-28-janeiro-1961-389887-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Domenèch, Miguel, López, Daniel, & Tirado, Francisco J. (2004). Centros de inercia, TIC's y nuevos espacios extitucionales. *Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, 8(170), 45. <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170-45.htm>
- Giddens, Anthony (2009). *A constituição da sociedade*. WMF/Martins Fontes.
- Handerson, Joseph (2015). Diaspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, 21(43), 51-78. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832015000100003>

Instituto Migrações e Direitos Humanos, Migramundo, Ficas, Fundación Avina, & Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2019). *Migrações, Refúgio e Apatridia* - Guia para Comunicadores. https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf

Isaías, Claudio (2017). Rio Grande do Sul abriga mais de 10 mil haitianos e quase 4 mil senegaleses. *Correio do Povo*. <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/rio-grande-do-sul-abriga-mais-de-10-mil-haitianos-e-quase-4-mil-senegaleses-1.246735#:~:text=Os%20imigrantes%20haitianos%20no%20Brasil,e%201.200%20em%20Porto%20Alegre>.

Knowles, Megan, Haycock, Nathaniel, & Shaikh, Iqra (2015). Does Facebook Magnify or Mitigate Threats to Belonging? *Social Psychology*, 46, 313-324. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000246>

Komito, Lee (2011). Social media and migration: Virtual community 2.0. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 62(6), 1075-1086. <https://doi.org/10.1002/asi.21517>

Martinez, Susana M. & Dutra, Delia (2018). Experiencias de racismo desde la inmigración Haitiana y Africana en Brasil. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, 26(53), 99-113. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005307>

Mejía, Margarita R. G. & Cazarotto, Rosmari T. (2017). O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil. *Revista Pós Ciências Sociais*, 14(27), 171-190. <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/6452>

Melella, Cecilia (2016). El uso de las tecnologías de la información y comunicación (TIC) por los migrantes sudamericanos en la Argentina y la conformación de redes sociales transnacionales. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, 24(46), 77-90. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004606>

Oliveira, Antônio T. (2018). Movimentação e registro de migrantes no Brasil: dados do STI e SINCRE. In L. Cavalcanti, T. Oliveira, & M. Macedo (Orgs.), *Relatório Anual 2018*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração (pp. 55-74). OBMigra.

Oliveira, Antônio T. (2019). A Imigração Regular no Brasil: Movimentação e registros. In L. Cavalcanti, T. Oliveira, & M. Macedo (Orgs.), *Relatório Anual 2019: Imigração e refúgio no Brasil*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral (pp. 73-89). OBMigra.

Oliveira, Leila M. (2019). *Imigrantes, xenofobia e racismo: uma análise de conflitos em escolas municipais de São Paulo* [Tese de Doutorado em Educação, Pontifícia Univers. Católica/Puc, São Paulo].

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22442/2/Leila%20Maria%20de%20Oliveira.pdf>

Prado, Marco A. M. & Araújo, Suzana A. (2019). Políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil e aproximações da psicologia. *Revista Psicologia Política*, 19(46), 570-583. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300014&lng=pt&tlng=pt

Silva, Thiago L. G., Capra-Ramos, Carine, Victorazzi, Andreia R., Silva, Fernanda C., Lima, Cristiano W. M., Brunnet, Alice E., & Pizzinato, Adolfo. (2012). Análise temática e metodológica da publicação

científica em Psicologia no Brasil. *Psicologia em Revista*, 18(2), 330-346. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2012v18n2p330>

Tedesco, João C., Grzybovski, Denise. (2013). Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. *Rev. bras. estud. popul.*, 30(1), 317-324. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000100015>

Telmo-Romano, Alice & Pizzinato, Adolfo (2019). Migración de mujeres hacia Brasil: intersecciones de género, raza/ etnia y clase. *Trabajo Social*, 21(2), 196-213. <https://doi.org/10.15446/ts.v21n2.75072>

Tonhati, Tânia, Cavalcanti, Leonardo, & Oliveira, Antônio T. (2016). Os imigrantes haitianos no Brasil: Formas de entrada, permanência e registros. In L. Cavalcanti, T. Tonhati, D. Dutra, & M. Oliveira (Orgs.), *A imigração haitiana no Brasil: características sócio-demográficas e laborais na região sul e no Distrito Federal* (pp. 24-39). Universidad de Desarrollo. https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/Livro_V3_sumario_atualizado.pdf

Weber, J. L. A., Brunnet, A. E., Lobo, N. D. S., Cargnelutti, E. S., & Pizzinato, A. (2019). Imigração haitiana no Rio Grande do Sul: aspectos psicossociais, aculturação, preconceito e qualidade de vida. *Psico-USF*, 24, 173-185.

Histórico

Recebido em: 10/04/2020

Aprovado em: 02/09/2020

Contribuição dos Autores

Concepção: JLW; AP

Coleta de dados: JLW; AP

Análise de dados: JLW; AP; TS; BPH

Elaboração do manuscrito: JLW; AP; TS; BPH

Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: JLW; AP; TS; BPH

Aprovação final do manuscrito: AP; TS; BPH

Financiamento

CNPq através do programa de bolsas de mestrado e do programa de bolsas de produtividade em pesquisa (PQ)

Consentimento de uso de imagem

Não se Aplica.

Aprovação, ética e consentimento

Aprovada pela comissão de ética em pesquisa da Pontifícia Universidade Católica (CAE: 46801115.4.0000.5336)

Artigo Original

Mulheres lideranças comunitárias e a luta quilombola¹

Mujeres lideresas comunitarias
y la lucha de quilombola

Community leadership women
and the quilombola struggle

Candida Maria Bezerra Dantas*

candida.dantas@gmail.com

Victor Hugo Belarmino**

victorbelarmino@outlook.com

Magda Dimenstein***

magda.dimenstein@ufrn.br

Jáder Leite****

jaderfleite@gmail.com

Antônio Alves Filho*****

antonioalvesfil@gmail.com

João Paulo Macedo*****

jampamacedo@gmail.com

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-4778-9400>

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-4102-3351>

*** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-5000-2915>

**** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-6045-531X>

***** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, Brasil

<http://orcid.org/0000-0001-8370-1096>

***** Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Parnaíba/PI, Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-4393-8501>

Resumo

Este estudo objetiva resgatar e analisar os processos de luta pelo reconhecimento das comunidades quilombolas do RN, com destaque ao processo de constituição das mulheres como lideranças políticas e comunitárias. Para tanto, realizamos observação participante e entrevistas semiestruturadas com 07 mulheres lideranças durante o Encontro das Comunidades Quilombolas do RN, em 2018. As entrevistas foram transcritas na íntegra e procedemos a análise de conteúdo, na modalidade Análise Temática. Os resultados revelam obstáculos institucionais ao processo de reconhecimento, às precárias condições de vida e de acesso às políticas públicas, à fragilidade do apoio comunitário, racismo, sexismo, à sobreposição das funções doméstica, agrícola e comunitária. Assim, para as mulheres encampar a luta quilombola representa uma dupla batalha: de um lado, o reconhecimento da própria comunidade como quilombola; e, de outro, o reconhecimento de seu lugar enquanto mulheres negras, produzindo enfrentamentos às opressões de gênero e ao racismo nas suas diversas expressões.

Palavras-chave: *Feminismos negros; Mulheres negras; Política; Quilombola.*

¹ Faz parte de uma pesquisa mais ampla financiada pelo CNPq (Edital Universal 2016) sobre autonomia e gestão do cotidiano de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo rescatar y analizar los procesos de lucha por el reconocimiento de las comunidades quilombolas de RN, con énfasis en el proceso de constituir a las mujeres como líderes políticos y comunitarios. Para esto, llevamos a cabo una observación participante y entrevistas semiestructuradas con 07 mujeres líderes durante la Reunión de Comunidades de Quilombolas de RN, en 2018. Las entrevistas se transcribieron en su totalidad y se procedió al análisis de contenido, en la modalidad de Análisis temático. Los resultados revelan los obstáculos institucionales para el reconocimiento, las precarias condiciones de vida y de acceso a las políticas públicas. La fragilidad del apoyo mutuo, el racismo, el sexismo, y la superposición de las funciones domésticas, agrícolas y comunitarias. Por lo tanto, para las mujeres asumir la lucha quilombola representa una doble batalla: por un lado, el reconocimiento de la comunidad misma como quilombola; y, por otro, el reconocimiento de su lugar como mujeres negras, produciendo confrontaciones con la opresión de género y el racismo en sus expresiones más diversas.

Palabras clave: *Feminismos negros; Mujeres negras; Política; Quilombola.*

Abstract

This study aims to rescue and analyze the processes of struggle for the recognition of quilombola communities in Rio Grande do Norte, with emphasis on the process of constitution of women as political and community leaders. To this end, we carried out participant observation and semi-structured interviews with 07 women leaders during the Meeting of Quilombolas Communities of RN, in 2018. The interviews were transcribed in full and we proceeded to content analysis, using Thematic Analysis modality. The results reveal institutional obstacles to the recognition process, the precarious living conditions and access to public policies, the fragility of community support, racism, sexism, the overlapping of domestic, agricultural and community functions. Thus, for women to take up the quilombola struggle represents a double battle: on the one hand, the recognition of the community itself as quilombola; and, on the other hand, the recognition of their place as black women, producing confrontations with gender oppression and racism in its various manifestations.

Keywords: *Black Feminisms; Black Women; Policy; Quilombola.*

INTRODUÇÃO

O cenário político atual de conservadorismo e retrocessos tem impactado fortemente no âmbito dos direitos sociais e das políticas públicas construídas no Brasil nas últimas décadas. Neste processo, os avanços no reconhecimento dos direitos das populações negras e a construção de políticas de recorte racial e de gênero têm sido alvo de discursos que as deslegitimam, intensificando um projeto de precariedade da vida da população, por meio do esfacelamento de programas, serviços públicos e redes de apoio e de uma maior exposição à condições de vulnerabilidade e violências das mais diversas ordens (Butler, 2018).

Neste contexto, as lutas da população negra em torno do reconhecimento e garantia de direitos das comunidades remanescentes de quilombos se acirram. Historicamente constituídas como espaços de resistência ao sistema escravocrata colonial, essas comunidades assumem na contemporaneidade o lugar de protagonismo nas lutas por direitos e acesso à terra, ao mesmo tempo em que sofrem com as condições precárias de vida e a desassistência das políticas públicas.

Assim, o estudo das comunidades remanescentes de quilombos nos remete ao legado da escravidão – instituição plurissecular que produziu marcas profundas na sociedade brasileira, orientada, sobremaneira, pela exploração, dominação e subjugação do povo negro. As relações coloniais escravistas materializaram identidades raciais visando legitimar a opressão ao corpo negro, reprimindo e invisibilizando formas próprias de produção de sentidos, universo simbólico, modos de expressão e de subjetivação (Quijano, 2005). Tal violência colonial não visava apenas subtrair qualquer possibilidade de existência dos negros fora desse sistema exploratório, mas tratava também de desumanizar/bestializar/objetificar seus corpos (Fanon, 1965).

Para Maria Lugones (2020), aos colonizados foi imposto um sistema moderno, colonial e de gênero, produzindo uma classificação e hierarquização entre aqueles considerados humanos e os não humanos. A humanidade destinava-se de um lado ao homem burguês, branco, europeu e heterossexual e, de outro, à mulher branca, europeia, responsável pelo trabalho reprodutivo da moderna sociedade, marcada pela pureza sexual, passividade e domesticidade. A colonialidade de gênero, segundo a autora, produziu uma distinção fundamental entre os povos colonizadores e os colonizados. No caso desses últimos, os machos se tornaram não-humanos-como-não-homens e as fêmeas se tornaram não-humanas-como-não-mulheres. Dessa forma, os processos de racialização, colonização, exploração capitalista e o imperativo da heterossexualidade subalternizaram as mulheres, reservando a elas um lugar de inferioridade na hierarquia social estabelecida.

O cenário pós-abolicionista nas colônias não significou para os negros e as negras a emancipação das relações de exploração, pois eram escassas as possibilidades de sua integração ao mercado de trabalho livre, resultando, na maioria dos casos, em uma inclusão perversa já que continuaram a realizar os trabalhos mais precários e com menores rendimentos (Davis, 2016). Ademais, a abolição da escravatura no plano formal/institucional não representou o fim da violência racial, uma vez que se mantiveram as relações de colonialidade que classificam e hierarquizam as populações por meio da categoria de raça (Quijano, 2005).

No caso brasileiro, a colonialidade enquanto sistema operante das assimetrias raciais revela-se, por exemplo, na desobrigação do Estado brasileiro pós-abolição para com a população negra, realidade que se manteve intacta por quase um século (Rodrigues, Nunes, & Rezende, 2019). Além disso, na história do país, o mito da “democracia racial” emerge como um dos discursos que legitimou durante muito tempo a inércia do Estado e funcionou como dispositivo biopolítico eugenista, por meio do uso da miscigenação enquanto ferramenta de branqueamento populacional nas primeiras décadas do século XX (Silva, 2017). Tal ideologia viria a ser radicalmente combatida pelo Movimento Negro no Brasil, emergente em 1930 no estado de São Paulo (Rodrigues, Nunes, & Rezende, 2019). No entanto, apesar de ser possível observar movimentos sociais organizados nas primeiras décadas do século XX, é no período de abertura democrática durante as décadas de 1970 e 1980 que o Movimento Negro ganharia impulso, ainda que sem unicidade e capacidade de articulação em nível nacional (Rodrigues, Nunes, & Rezende, 2019).

É também na década de 1980 que o movimento feminista no Brasil começa a descentrar suas pautas de uma perspectiva liberal, branca e elitizada, visibilizando as especificidades e as reivindicações de mulheres negras em intersecção com o movimento negro. É o que Sueli Carneiro (2019) denominará de “enegrecendo o feminismo” onde as mulheres negras se tornam novos sujeitos políticos, reivindicando o reconhecimento de que a racialização produz gêneros subalternizados geradores de desigualdades entre as mulheres. Desse modo, na esteira dos feminismos negros, as mulheres pautam questões que envolvem temáticas como sexualidade, violência doméstica, mercado de trabalho, agora com o atravessamento de posições antirracistas, reforçadas pela fundação do Movimento Negro Unificado no Brasil e da sua participação na esfera estatal, com acesso a projetos e financiamentos de organismos internacionais e, em menor escala, pela emergência da produção intelectual no tema (Lima & Rios, 2019).

É neste espírito que em 1986, o Movimento Negro Unificado, orientado pelo paradigma da auto-afirmação cultural, organizou a Convenção Nacional do Negro, procurando reunir as reivindicações que seriam levadas à Assembleia Constituinte – destacando o afrocentrismo, o quilombismo e a denúncia do racismo e da suposta democracia racial (Rodrigues, Nunes, & Rezende, 2019). Especificamente com relação às comunidades quilombolas, Petrônio Domingues e Flávio Gomes (2013) referem que é também neste período que as questões de luta pela terra, já debatidas pelos movimentos do campo, aliam-se às discussões em torno da questão racial, promovidas pelo Movimento Negro, associando ao termo quilombo o símbolo do processo de reconstrução e afirmação da identidade negra no Brasil. Segundo esses autores, tais fatores contribuíram para a organização política de comunidades negras rurais, culminando na realização de encontros estaduais no Pará e no Maranhão. Também aconteceram mobilizações em outros lugares do país, como no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Bahia, fortalecendo as questões demandadas pelas comunidades negras rurais.

A mobilização política das comunidades negras rurais assegurou-lhes espaço no texto constitucional, expresso no direito à terra, garantindo no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal Brasileira de 1988 que “aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Ademais, os Artigos 215 e 216 prometem proteção às identidades culturais negras, assim como aos seus modos de fazer e viver, tombando o quilombo como patrimônio da sociedade brasileira. Desde então, inúmeras comunidades em diferentes regiões do país, organizadas em associações, começaram a reivindicar os direitos recém-conquistados a partir do processo de reconhecimento étnico. Em 1995, foi realizado o I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais em Brasília, e, em 1996, foi criada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) (Domingues & Gomes, 2013).

Contudo, é apenas a partir dos anos 2000 que as políticas públicas com recorte racial ganharam novo dimensionamento, durante os dois governos do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em 2003, por exemplo, tem-se o Decreto Lei nº 4.887, o qual regulamenta, sob o critério de autoatribuição, os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, bem como estabelece a necessidade de desapropriação das áreas reivindicadas por particulares, a titulação coletiva das terras dos quilombos e impediu a alienação das propriedades tituladas. Ainda em 2003, temos o Decreto nº 4886, que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).

No ano de 2004 é criado o Programa Brasil Quilombola (PBQ), estruturado em 4 eixos temáticos: (a) acesso à terra; (b) infraestrutura e qualidade de vida; (c) desenvolvimento local e inclusão produtiva; e (d) direitos e cidadania. Em 2007 instituiu-se: (a) Agenda Social Quilombola, voltada para ações de melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a serviços públicos; (b) Decretos nº 6.261/2007, o qual instituiu a agenda social no âmbito do PBQ, e nº 6.040/2007, o qual instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; (c) Portaria nº 98/2007, no âmbito da Fundação Cultural Palmares, que regulamentou o procedimento de certificação. Em 2009, evidenciamos a Instrução Normativa nº 57/2009, a qual prevê o procedimento para identificação, deli-

mitação, demarcação, desintrusão e titulação das terras quilombolas por meio do INCRA. E, em 2010, a Lei nº 12.288, referente ao Estatuto da Igualdade Racial – principal referência para enfrentamento ao racismo e à promoção da igualdade racial.

É importante destacar que o avanço no reconhecimento dos direitos das populações negras e quilombolas é acompanhado por movimentos de mulheres com enfoque antiracista que também pautam a luta pela terra. É o caso da ‘Marchas das Margaridas’ que reúne milhares de trabalhadoras rurais em Brasília e a ‘Marcha Nacional das Mulheres Negras’ (2015), com mais de 50 mil participantes (Biroli, 2018). As demandas desses movimentos, visibilizadas pela ampliação dos marcos legais, das políticas e criação de equipamentos públicos a partir dos anos 2000, alinham-se com as de outros movimentos que visam a produção de sujeitos políticos, interferindo nas suas formas de atuação nos âmbitos macro e micropolíticos. Isso produziu importantes efeitos no modo de organização política das comunidades, a exemplo da ampliação do protagonismo das mulheres negras na liderança dos processos políticos comunitários. Influenciada por essas políticas, no estado do Rio Grande do Norte, *lôcus* da nossa pesquisa, a participação das mulheres na luta quilombola ganhou destaque, seja no âmbito das associações comunitárias, seja em esferas institucionais mais amplas.

Contudo, todos esses avanços passam a ser fortemente ameaçados com o golpe parlamentar de 2016, representado por alianças entre o capitalismo financeiro, neoliberalismo e neoconservadorismo classista, machista e racista (Dias, 2018; Rolnik, 2018). Como consequência, tem-se uma diminuição do diálogo entre o governo e os movimentos sociais, além da implantação de um projeto, em curso, de austeridade fiscal e de redução orçamentária, aspectos que têm impactado diretamente na efetivação da regularização fundiária das terras quilombolas, por exemplo, e no desmonte de políticas públicas de saúde, educação, transferências de renda, dentre outras, com efeitos deletérios nas condições de vida das comunidades quilombolas.

Esse quadro fica evidente se observarmos os dados da última atualização da Fundação Cultural Palmares¹: em agosto de 2019, havia 3.386 comunidades reconhecidas, dentre as quais 2744 certificadas. Em relação à titulação, tem-se que entre 2005 e 2018, apenas 124 comunidades receberam os títulos definitivos de propriedade da terra² no Brasil. No estado do Rio Grande do Norte, 30 comunidades foram reconhecidas e, destas, 29 certificadas, mas somente uma recebeu a titulação definitiva de suas terras.

Além do não acesso à terra, outros indicadores demonstram os efeitos das desigualdades raciais. Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios³ apontam que, em 2018, a taxa de analfabetismo segundo cor/raça para pessoas de 15 anos ou mais era duas vezes maior em relação ao de pessoas brancas e para pessoas de 60 anos ou mais era três vezes maior. Demonstra ainda uma diferença de 2 anos a menos para pretos ou pardos quanto ao número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, bem como menor taxa de frequência escolar e maior percentual de estudantes da educação de jovens e adultos aos negros ou pardos. Nos casos de desistência, os motivos mais alegados para as mulheres eram os afazeres domésticos e cuidados de pessoas e, para os homens, o trabalho ou a procura por trabalho.

Diante deste cenário de acirramento das lutas por reconhecimento e necessidade de reafirmação de direitos, o presente estudo pretende contribuir com esse campo de debates e de disputas políticas, tendo por objetivo resgatar e analisar os processos de luta pelo reconhecimento das comunidades quilombolas do RN, identificando as principais mudanças nas comunidades daí decorrentes, os desafios e dificuldades vivenciados atualmente pelos moradores, dando especial destaque ao processo de constituição das mulheres como lideranças políticas e comunitárias e da importância da sua atuação na organização das comunidades e na luta por direitos.

1 http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

2 http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf

3 <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101657>

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Realizamos observação participante e entrevistas semiestruturadas com 07 mulheres lideranças de comunidades quilombolas durante o Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do RN, entre os dias 16 e 18 de novembro de 2018, promovido em comemoração ao mês da Consciência Negra, no município de Portalegre/RN. O evento, organizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e da Coordenação Estadual Quilombola (COEQ), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, contou com a participação de dezenas de lideranças comunitárias oriundas de diferentes regiões do estado, além de atrair pesquisadores e acadêmicos interessados na temática quilombola, representantes do INCRA e da FCP, dentre outras entidades e instituições. Com o tema “O RN por um olhar quilombola”, a programação do evento foi composta de atividades de exposição, como a mesa de abertura com o representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras, rurais e quilombolas e uma mesa redonda com representantes da Prefeitura Municipal do município de Portalegre e do INCRA. O encontro também promoveu espaços de discussão e de trocas de ideias (desafios e dificuldades a serem enfrentadas, empoderamento, autoafirmação racial), além do planejamento de ações estratégicas para os anos 2019 e 2020 em relação à titulação das terras, regularização fundiária, projetos comunitários.

No decorrer do evento, participamos de várias atividades, registramos nossas impressões em diário de campo e entrevistamos as mulheres lideranças comunitárias que se disponibilizaram a participar em meio a uma agenda de muitos compromissos. O acesso a elas foi viabilizado por uma das organizadoras do evento, a qual vem colaborando com nosso grupo de pesquisa há anos, confirmando assim uma amostragem por conveniência. Nosso intuito era conversar com o maior número possível de lideranças, buscando cobrir todas as mesorregiões do RN. As 07 mulheres entrevistadas são lideranças nas seguintes comunidades quilombolas, distribuídas por mesorregião: Arrojado; Sobrado e Lagoa do Mato (Oeste Potiguar); Acauã; Gameleiras e Pavilhão (Agreste Potiguar) e Boa Vista dos Negros (Central Potiguar). Apenas a mesorregião Leste Potiguar ficou sem representação.

Todas as entrevistadas foram esclarecidas acerca do objetivo da pesquisa e dos aspectos éticos que envolviam: assinatura do termo de consentimento para participação na pesquisa, autorização para gravação de voz e garantia de sigilo. As entrevistas foram realizadas em espaço aberto, na parte externa do espaço em que aconteciam as principais atividades do evento, de forma a garantir um mínimo de privacidade. O roteiro de entrevista tinha como eixos principais: os processos de luta e conquista do reconhecimento, o papel das mulheres e das lideranças na luta quilombola e os desafios e dificuldades enfrentados atualmente nas comunidades.

A análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo, na modalidade Análise Temática (Minayo, 2010), procedendo os seguintes passos:

1. transcrição integral das entrevistas;
2. categorização dos conteúdos de acordo com os seguintes eixos de análise: (a) os processos de luta e conquista do reconhecimento; (b) os desafios e dificuldades enfrentados atualmente nas comunidades; e (c) o papel das mulheres e das lideranças na luta quilombola;
3. Revisão coletiva das categorias sínteses de análise;
4. Discussão teórica dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RECONHECIMENTO QUILOMBOLA E A LUTA PELA TERRA

As lideranças afirmam que o processo de reconhecimento quilombola aconteceu “de fora pra dentro” em suas comunidades, ou seja, só foi possível a partir do encontro com atores externos. Anterior

à chegada desses atores, evidenciaram o desconhecimento de suas “raízes de africanos”, em alusão à constituição dos quilombos enquanto espaço de resistência e insubordinação dos negros à escravidão e, conseqüentemente, do fio histórico que atravessava a existência de sua comunidade e que se materializa na contemporaneidade através dos marcadores étnico-raciais, de parentesco, práticas culturais e relações socio territoriais específicas.

Pode-se dizer, então, que esses “de fora” funcionaram como importantes catalisadores dos interesses dos quilombolas pela história da sua comunidade e por um passado comum até então desconhecido, desconsiderado ou negado por seus moradores. Essa nova possibilidade discursiva de existência (Valentim & Trindade, 2011) representou a passagem da experiência naturalizada, de serem negros e apenas constituírem uma comunidade de negros, para uma reflexão histórica acerca das determinações sociais que engendraram posições sociais desprivilegiadas com base na raça.

Petrônio Lima, Flávio Silveira e Luis Cardoso (2016) afirmam que a identidade ‘remanescentes das comunidades de quilombos’ abriu novos caminhos para a conquista dos territórios dos quilombolas, permitindo que “centenas de grupos com ascendência negra passassem a habitar o espaço criado pela nova categoria jurídica” (p. 89). Estes autores confirmam que, apesar das lutas empreendidas há décadas para reconquistar suas terras expropriadas, inicialmente imperava um desconhecimento dos direitos ao reconhecimento e à titulação do território quilombola. O quilombo passou, então, a representar “a expressão ético-estética da diversidade singular dessas comunidades e, ao mesmo tempo, da união por uma unidade política mais ampla” (Lima, Silveira, & Cardoso, 2016, p. 103). Tal união, todavia, já vinha sendo desenvolvida dentro e em conjunto por essas comunidades antes mesmo do processo de autoidentificação quilombola acontecer no plano formal.

Segundo João Rocha e Renan Albuquerque (2018), para muitas comunidades essa contribuição de agentes externos e a indicação de possibilidades de acionamento de dinâmicas de luta foram fundamentais para operar processos de construção de “memórias do cativo” (p. 140). Não se trata de um esforço de escavação dos restos de memórias coletivas fossilizadas em um passado distante, mas de construção ativa de memória, costurada a partir de diferentes temporalidades, articulando as lembranças do tempo vivido, reforçando e reinventando tradições. Segundo Rocha e Albuquerque (2018), tal esforço de positivar memórias e revivê-las tem sido um mecanismo potente para acessar os direitos historicamente negados, utilizando a mobilização em torno do reconhecimento étnico-racial como um dispositivo de luta quilombola. Neste sentido, a autodeclaração acionou diversas possibilidades discursivas para que essas comunidades quilombolas pudessem contar suas histórias singulares, unindo-se em laços de reciprocidade, alianças políticas, rituais e de parentesco – laços complexos que denotam sua unicidade (Lima, Silveira, & Cardoso, 2016).

De acordo com Janine Bargas e Danila Cal (2018), as estratégias mais eficazes de reação e resistência quilombolas têm girado em torno de coordenações e associações, de eventos políticos, como encontros e assembleias nacionais, estaduais, municipais e locais, a exemplo do encontro estadual quilombola ocorrido no RN. Os autores apontam que tais organizações foram “responsáveis por articular as demandas dos grupos quilombolas junto a outros movimentos sociais, a órgãos de defesa de direitos e aos órgãos de Estado” (p. 495). Acrescentam que o contato direto com a CONAQ tem produzido ações de base nas comunidades, articulando e fomentando ações em diversos âmbitos. Durante a programação do evento foi ressaltada a importância do CONAQ nos processos de reconhecimento e certificação das comunidades quilombolas no estado, em especial no enfrentamento judicial necessário em algumas comunidades.

Entretanto, as lideranças indicaram que o reconhecimento enquanto quilombolas foi inicialmente um problema, uma vez que temiam o acirramento da discriminação racial e do preconceito por se auto identificarem negros e negras. Porém, apontam que o cenário favorável às políticas de igualdade racial, à criminalização do racismo e às políticas de regularização fundiária não apenas trouxeram melhorias em termos das condições de vida, mas, sobretudo, valorizaram o processo de autoafirmação da população quilombola, deixando de ser motivo de vergonha e humilhação, mas de orgulho:

A gente sempre chegava num canto – a gente acompanha muito jogos fora da comunidade – quando a gente chegava lá que abria a porta do carro: “vige Maria, que é nêgo! Abriram as portas do inferno!”. Antes a gente ia discutir: “nêgo é você!”, mas aí depois que a gente se “encaixou” de dizer: a gente é negro mesmo, né? “Ah, deixa chamar, a gente vai lá se importar. Nós somos negros e gostamos da nossa cor”, a gente fala pra eles que a gente é negro e tem orgulho de ser negro, que gosta muito de ser negro, e que a gente é até de uma comunidade quilombola. Depois eles vêm querer saber: “o que é quilombola, é aquele povo que passa fome?” E eu digo: “não, a gente é negro e tem uma comunidade com associação, que é bem recebido, viaja”; - “ah, tá certo.” (Liderança 5)

Outro desafio que se impôs ao auto reconhecimento e à luta pelo direito de uso, permanência e posse da terra consistiu na desintrusão⁴ de seus territórios, pois apesar de amparadas legalmente, há fortes conflitos e ameaças constantes por parte dos latifundiários do entorno que resistem à “perda” da terra, mesmo sabendo que as mesmas foram confiscadas dos moradores quilombolas há várias gerações passadas:

Uma vez chegou um senhor – esse dia eu tive medo –, chegou um senhor num “jipão”, que a terra dele nem valia o valor daquele Jeep, veio com uma pessoa da comunidade: “quem é dona aqui?” Então eu tive ameaças também na minha porta por essa pessoa que me indagou, assim, de uma certa maneira...: “por que vocês estão ali?” Porque a gente fez uns barracos, protestando que aquela terra a gente queria. Não foi totalmente como que nem um sem-terra, mas fizemos umas barraquinhas, porque aquela terra estava na verdade abandonada já. (Liderança 3)

Como afirma Íris Soares (2018), os conflitos agrários são parte constitutiva da formação social brasileira desde a colonização e da estrutura latifundiária de concentração de poder econômico e político em torno dos grandes proprietários de terras. Segundo a autora, esses embates têm se agravado após o golpe parlamentar-judiciário-midiático realizado em 2016, o qual impôs uma agenda política afinada à perspectiva neoliberal e de descompromisso acentuado do Estado em relação à reforma agrária e às garantias de direitos já conquistados pelos quilombolas. Desse modo, é imprescindível ampliar a luta em defesa do valor da terra enquanto espaço coletivo e dos modos de vida dessas populações, confrontando a lógica latifundiária e do agronegócio em franca expansão no país.

Outro entrave para a efetivação dos direitos quilombolas é a gestão pública municipal. Além de não combater a posse e o uso indevido das terras quilombolas, estabelece relações clientelistas que resultam em ações pouco efetivas na concretização dos direitos quilombolas e na melhoria das suas condições de vida. Não existe colaboração entre a gestão municipal e as comunidades, de forma que o planejamento, a execução de ações e uso dos recursos públicos não estão orientados pelas necessidades existentes e demandas levadas pelas lideranças comunitárias. Isso faz parte da histórica aliança do Estado brasileiro aos interesses privados e ao grande capital, bem como da nossa frágil democracia. Para Bruno Rodrigues, Tiago Nunes e Tayra Rezende (2019), as políticas autoritárias e arbitrarias do Estado brasileiro têm afastado determinadas questões da esfera pública, como é o caso das reivindicações quilombolas pela efetivação do direito à terra, pela dignidade e pelos direitos quilombolas. Segundo esses autores, “a luta pela terra

4 A desintrusão visa regular áreas quilombolas por meio da desapropriação de ocupantes não quilombolas no perímetro das terras ocupadas por quilombolas, tendo em vista a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural dessa população. <http://portal.incra.gov.br/?q=/tree/info/file/2674>

causou e causa muita tensão no Brasil, pois a tradição elementar da propriedade privada consolidou-se como ‘direito sagrado’” (Rodrigues, Nunes, & Rezende, 2019, p. 212), ou seja, a função social da terra e garantia da reforma agrária ainda são promessas não cumpridas em sua plenitude e os pactos decorrentes das lutas sociais continuam restritas ao campo do simbolismo institucional (Pereira, 2019).

Os conflitos em torno da questão da terra se acirram no momento político atual em que a aliança entre neoconservadores e neoliberais, gestada gradativamente desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, tem um discurso eminentemente classista e racista, que ataca frontalmente, nos planos macro e micropolíticos, direitos já conquistados, e limita, sobremaneira, as possibilidades de avanços no campo jurídico-legal (Dias, 2018; Rolnik, 2018), com a conquista de melhores condições de vida e ampliação do acesso à terra pelas populações negras. Ademais, o crescimento da violência no campo, a extinção ou sucateamento de equipamentos públicos responsáveis pela atenção às populações quilombolas, bem como a aliança dos poderes executivo, legislativo e jurídico⁵ com os interesses dos setores privados e do agronegócio, indicam que os ataques e desmontes persistem na agenda política brasileira (Mendes & Luiz, 2020; Rolnik, 2018). Assim, é preciso intensificar a cada dia a luta pelo reconhecimento dos direitos quilombolas, especialmente no que se refere à posse da terra.

O reconhecimento e a certificação quilombolas, apesar de não significar a posse definitiva da terra, funcionam como uma garantia institucional, tendo em vista que os documentos emitidos pelo INCRA e pela Fundação Cultural Palmares (FCP) servem como atestado do direito de uso das terras. Muitas mudanças são sentidas pelas lideranças comunitárias após a certificação pela FCP. Primeiro, pelo acesso a projetos produtivos, de habitação e de cisternas, os quais eram praticamente inexistentes no período anterior ao reconhecimento e certificação pela FCP. Em segundo lugar, há maior interesse da comunidade pela escolarização e qualificação profissional, tanto no sentido da valorização pessoal, quanto para facilitar o acesso às políticas e potencializar as já existentes.

Outra mudança diz respeito à ampliação da autonomia das mulheres, as quais passam a ocupar diferentes espaços comunitários: nas organizações produtivas, nas atividades culturais, nas decisões políticas, nas instituições educacionais. Isso vem produzindo deslocamentos nas relações de gênero, uma vez que as mulheres buscam cada vez mais ampliar seu protagonismo e afirmar seu lugar de liderança na comunidade. As lideranças mencionaram também o fortalecimento da identidade étnica e de práticas culturais, que servem como estratégia para serem ouvidas e ter suas experiências valorizadas, por exemplo, nos conselhos municipais de saúde, educação, assistência e nas pastorais:

Mudou muito porque elas, principalmente as mulheres, elas buscam o espaço onde elas querem estar, não o espaço que elas podem estar. Elas buscam os seus direitos, que antes elas não tinham conhecimento de quais direitos elas podiam ter e elas buscam também o trabalho, a autonomia do trabalho delas: tem muitas mulheres que fazem rede, tem outras que fazem o trabalho artesanal do crochê, do bico, do fuxico, elas têm promovido a dança como um bem da saúde da mulher, elas participam de um grupo de dança da comunidade, tem um grupo de mulheres que jogam futebol... Tudo isso foi vindo através e depois do reconhecimento. (Liderança 1)

Apesar desses avanços, segundo André Silva (2018), inúmeros obstáculos se impõem à efetivação dos direitos quilombolas e não é à toa que apenas uma comunidade no RN recebeu a titularidade das terras:

5 No campo jurídico, um importante exemplo é citado por Fernanda Vieira, Mariana Trota e Flávia Carlet (2017) em que proprietários e grupos empresariais sob a alegação de inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, valendo-se do argumento que tais comunidades não são remanescentes, desvelando um campo jurídico muitas vezes alheio às demandas por justiça social.

a burocracia institucional, a falta de recursos humanos especializados e de acesso à informações pela população quilombola; terras quilombolas em litígio de posse com latifundiários ou até mesmo que são de interesse do governo; nas comunidades observa-se uma frágil infraestrutura, serviços públicos de baixa qualidade, falta de equipamentos agrícolas, a instabilidade climática da região associada à precariedade no acesso à água encanada ou a projetos de captação de água e abastecimento – essas são algumas situações que apontam a dependência das comunidades aos municípios, seja na preparação e manejo da terra para o plantio, seja dos carros-pipa para atender às necessidades básicas das famílias e de suas atividades agropecuárias. Também foram relatadas outras dificuldades como a baixa frequência dos atendimentos em saúde na própria comunidade, as longas distâncias a serem percorridas para chegar aos equipamentos de saúde e de educação, a má qualidade das estradas, dentre outros.

O racismo foi outro aspecto destacado. Segundo as lideranças, está presente nos discursos veiculados nas grandes mídias – repertórios que normalmente associam imagens do corpo negro aos estereótipos de marginalidade, periculosidade e de apelo sexual. Entretanto, sua reprodução se dá efetivamente nas relações cotidianas, demonstrando seu profundo enraizamento na sociedade:

O preconceito, o racismo, não acaba. Ele ameniza um pouco, mas não acaba. Em todos cantos, não somente nas comunidades quilombolas, acontece isso: o racismo. Com pessoas de cor; o negro na verdade. E agora a gente vê bastante! Parece uma coisa que está voltando, o passado... Sobre a comunidade a gente vê o respeito por parte de alguns, agora outros a gente vê que não mudou muito não, e até mesmo dentro da comunidade, é até uma coisa que eu reclamo bastante: que na comunidade todos tem ali o mesmo sangue, e às vezes tem uns que são mais claros da cor um pouco... Assim, eu falo até pelas crianças, que dentro da sala de aula, quando der fé, um tá chamando o outro de nêgo. (Liderança 3)

No âmbito dos equipamentos públicos, as lideranças confirmam a existência de racismo institucional. Na saúde, destacam a rapidez da consulta médica, a falta de interação com o paciente, a longa espera pelo atendimento em comparação às pessoas brancas e os maus tratos por parte das recepcionistas e enfermeiras. Na educação, ao entrar nas escolas do município, crianças e jovens são alvo de “brincadeiras” com forte teor racista. A omissão dos professores e gestores das escolas no enfrentamento dessas questões, assim como a falta de abordagem crítica do problema indicam a presença do racismo no âmbito escolar e educacional. O Racismo Institucional

se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (Programa de Combate ao Racismo Institucional [PCRI], 2006, p. 22)

Sobre esse aspecto, Maria Helena Zamora (2012) alerta que o racismo não afeta homogeneamente as pessoas negras, mas atravessa diferencialmente suas experiências em razão do gênero, sexualidade e das condições socioeconômicas. Reforça que o racismo não é redutível à pobreza e que a superação das desigualdades sociais não leva necessariamente ao fim do racismo. Contudo, destaca que o racismo gera

e aprofunda as iniquidades sociais, facilitando processos como a desistência escolar e diversos agravos à saúde:

O povo discriminava muito, até na escola mesmo, os brancos eram mais bem tratados, pelos professores e pelos amigos deles, mesmo. Chamavam de “negro”, a merenda botava primeiro pros brancos, pra depois botar pros negros. Agora está melhorando mais, depois que chegou esse negócio: porque dizem que é crime, né? Foi quando melhorou mais. (Liderança 6)

No trabalho, o racismo é sentido pelas mulheres quando realizam funções que extrapolam o que foi contratualizado, quando a elas são destinadas tarefas pesadas, desvalorizadas ou que poderiam ser feitas por qualquer pessoa. Para Beatriz Nascimento (2019), trata-se dos efeitos de uma herança escravocrata que incide sobre a definição dos lugares e papéis sociais assumidos pelas mulheres negras, bem como formas de controle que atuam no sentido de manter as hierarquias estruturantes da sociedade brasileira:

Um dia eu tava contando lá, que eu trabalho na secretaria de assistência do meu município, eu sou coordenadora de igualdade racial do município, o prefeito criou, ainda tá novo, tá se arrumando, e eu trabalhando lá percebo que as pessoas cometem atos de racismo institucional. Por exemplo, está eu e minha equipe num determinado canto, por exemplo na cozinha, lanche e tal. Ai chegou a primeira dama do município e falou: “Gameleiras, mulher, lave por favor essa louça porque o prefeito vai vir fazer uma reunião aqui e vai ver essa pia cheia de louça?”. Ai eu fiquei pensando assim: “o que tem a ver? Prefeito com pia de louça? E por que só eu tenho de lavar a louça se tem outras pessoas aqui?”, quer dizer, isso é um racismo institucional: “ah, porque ela é a pretinha daqui”, não que ela tenha dito assim, mas foi o que eu entendi. E tudo que tem de mais difícil pra se fazer, de aguar uma planta, de plantar uma muda: “chama Gameleiras”. Só tem eu? Então eu penso que eles não percebem que isso é um racismo. (Liderança 1)

Entre avanços e retrocessos no enfrentamento do racismo e do machismo, as mulheres emergem como importantes protagonistas na luta antirracista e como as principais articuladoras entre comunidade, instituições e organizações, articulação que é fundamental para dar visibilidade aos seus modos de vida e ao reconhecimento quilombola. É sobre esse aspecto que discutiremos a seguir.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS RURAIS NA LUTA QUILOMBOLA

As mulheres quilombolas cumpriram e ainda cumprem um papel fundamental na luta pelo reconhecimento, nas decisões coletivas e na organização política e comunitária. Segundo uma das entrevistadas, desde a formação da associação de moradores de sua comunidade, a função de liderança comunitária foi quase que exclusivamente exercida por mulheres.

assim, a gente sempre agiu em conjunto, né? Se bem que a maioria dos presidentes da associação foram mulheres. A começar pela primeira. Se não estou enganada, nesses

24 anos de associação, só um homem foi presidente, mas sempre foram mulheres, as cabeças de chapa sempre estávamos nós. (Liderança 7)

Alguns dos motivos apontados para essa significativa presença feminina nos espaços de decisão refere-se ao maior interesse, disponibilidade e disposição das mulheres em participar das atividades que envolvem o exercício da liderança comunitária, bem como de estar presente em eventos, encontros, reuniões, dentre outros.

Diversos autores têm evidenciado o protagonismo das mulheres na luta quilombola, seja nas organizações comunitárias, seja nas mobilizações políticas. Patrícia Pinheiro, Maysa Silva e Marcela Rodríguez (2019) referem que as mulheres representam um “pilar fundamental, tanto em espaços públicos quanto privados, em negociações, eventos, formulações e reformulações de saberes, o que vai em direta proporção a colaborar com a biodiversidade e a autonomia” (p. 309). Entretanto, encampar a luta quilombola representa uma dupla batalha por reconhecimento: de um lado, o reconhecimento da própria comunidade como quilombola; e, de outro lado, o reconhecimento de seu lugar enquanto mulheres negras, produzindo enfrentamentos às opressões de gênero e à noção masculinizada de política.

Alguns elementos são fundamentais na constituição desse lugar de liderança como a valorização da mulher como guardiã de conhecimentos tradicionais (Bargas & Cal, 2018). Autores como Pinheiro, Silva e Rodríguez (2019) destacam que os saberes produzidos e repassados intergeracionalmente entre as mulheres do campo, não somente denotam a biodiversidade e sua capacidade de inovação, mas também que a valorização destes saberes tem aberto possibilidades a espaços de saber-poder anteriormente restritos aos homens, a exemplo dos cargos de liderança política. Isto é, as mulheres assumiram lugar central nas comunidades quilombolas a partir da valorização étnico-racial pelo processo de reconhecimento, uma vez que aspectos como “expressões culturais, como a dança, a culinária, as músicas, as formas de cura e de religiosidade, passaram a ter local privilegiado, fazendo com que os debates sobre os quilombos passassem a tocar mais de perto as questões femininas” (Bargas & Cal, 2018, p. 483). Ademais, seu lugar no protagonismo da soberania alimentar tem sido um aspecto central para articular a implementação de programas sociais, como o Bolsa Família, alterando relações exploratórias de trabalho e modificando relações de poder locais (Pinheiro, Silva, & Rodríguez, 2019). Nesse sentido, a dimensão cultural tem sido ativada como importante “instrumento destinado a apoiar demandas específicas, assegurar a legitimidade das reivindicações coletivas e das conquistas, requerer um lugar de fala, ter um protagonismo num espaço social marcado pela exclusão, o racismo e a desigualdade” (Cavignac, 2019, p. 317).

Entretanto, a ideia de que as mulheres teriam mais disponibilidade e que os homens não poderiam deixar seus postos de trabalho em prol da comunidade é equivocada, tendo em vista que as mulheres não abandonam os seus afazeres cotidianos, acumulando outras funções além das referentes ao cuidado da casa, dos filhos e do trabalho na agricultura. Trata-se, portanto, da histórica dicotomia entre as esferas públicas e privadas que impele as mulheres ao confinamento nos espaços privados, onde assumem a responsabilidade pelos afazeres domésticos e o cuidado dos familiares, retirando desses espaços o caráter político que produz a domesticidade das mulheres e a manutenção da dominação masculina (Miguel & Biroli, 2014). Além disso, as atividades agrícolas desempenhadas por essas mulheres são invisibilizadas ou consideradas como ajuda por serem classificadas como atividades domésticas (Abramovay & Silva, 2000; Silva & Schneider, 2010; Torres & Rodrigues, 2010).

Entretanto, ainda que para muitas mulheres essa sobreposição de funções acarrete uma sobrecarga de trabalho, elas são ativas em termos de participação política, produzindo enfrentamentos às concepções naturalizadas de que são menos capazes que os homens na gestão comunitária. Portanto, é necessário entender o público e o privado como esferas profundamente imbricadas, de forma que a análise crítica das relações tidas como “não públicas” ou “não políticas” compreenda as consequências políticas dos arranjos privados, bem como produza uma politização de aspectos relevantes nesse âmbito (Miguel & Biroli, 2014, p. 33).

Assim, fica evidente que a saída das mulheres da esfera doméstica é um caminho árduo, atualizado cotidianamente, frente aos discursos dos maridos e até mesmo das próprias mulheres que as mantêm na lida doméstica e no cuidado dos filhos. Sabemos que a entrada das mulheres negras rurais aos espaços de decisão e mobilização política não representou a total desvinculação das responsabilidades domésticas ou comunitárias, mas sua realização de forma simultânea (Bargas & Cal, 2018). Segundo as entrevistadas, colocar ‘a casa’ em segundo plano para exercer as funções de liderança comunitária, ainda que em prol de um bem comum, é compreendido pela comunidade como uma perda de tempo ou pior, que tais mulheres estariam ociosas, seriam irresponsáveis ou, quando não, incapazes.

assim, eu cuido mais da minha casa – porque meu marido que trabalha – e das coisas da comunidade, eu vivo mais pra minha comunidade que pra minha vida pessoal. Às vezes as pessoas pensam que eu não o que fazer em casa, mas não. Porque na comunidade é pra todo mundo, e lá em casa é só pra mim, pra meu marido, pra minha filha e minha neta... A comunidade exige mais porque é pra um todo. (Liderança 2)

Uma liderança afirma não contar com o apoio das pessoas para frequentar as reuniões, ir aos encontros de interesse da comunidade, e que ainda recebe críticas por não saber ler.

Às vezes dá até encrenca comigo por causa disso, e às vezes eles não entendem, vou tentar explicar e eles: “não, que você não sabe”. Eu falo: gente, eu vou pras reuniões, eu não sei ler não, mas do que eles falam lá eu boto um bocado na cabeça pra quando eu chegar aqui eu falar pra vocês da comunidade que não vão: “ah, tá certo, não sei o quê”, e ficam naquilo. Eu fico conversando com eles e tentando botar: “vamos pro projeto, vamos pras reuniões, vamos se encaixar, a gente tudo da comunidade, porque aí, olhe, da associação vocês vão ver que daqui a uns dias só vão ser as coisas pedidas pelas associações”, que nem já tá acontecendo, né? (Liderança 5)

Nessas situações apela para que outras pessoas a acompanhe nas diversas ocasiões em que é necessário ter o domínio da leitura, por exemplo, em relação à documentação quilombola. Apesar de demonstrar ter sido uma figura importante no reconhecimento da comunidade e encabeçar a luta pelos direitos quilombolas em vários momentos, afirma fazer essa luta sozinha em muitas situações. Observa-se então que o não letramento é usado como instrumento para desvalorizar a atuação feminina e a escolarização emerge como um desafio a ser enfrentado e uma condição a ser perseguida por essas mulheres.

Algumas lideranças ressaltam que apesar da maior participação das mulheres em comparação aos homens, essa mobilização política ainda recai sobre um grupo específico e reduzido de mulheres, inexistindo uma articulação mais ampla da maioria das mulheres. Diferentes lideranças usam o termo ‘acomodação’ para definir essa permanência feminina ao que socialmente seria esperado, sobretudo naquelas atividades restritas ao âmbito privado/doméstico. Esse termo também foi utilizado para referir-se à não presença e desinteresse das pessoas da comunidade, de modo geral, em relação aos espaços de decisão comunitária, o que denota certa lógica individualista instituída nas relações comunitárias.

eu sou mulher. Agora eu sempre busco, agora as outras é que não dão valor, acham que isso aí é besteira... Acham que é besteira a reunião: “vou lá pra reunião”, ficam

em casa, se acomodam. É por isso que as coisas não acontecem do jeito que é pra acontecer. (Liderança 6)

Entretanto, referem enxergar gradativamente o escape das mulheres dessa lógica privatista cristalizada, bem como a busca por autonomia, investindo na retomada dos estudos, mesmo com família, filhos e todas as responsabilidades daí decorrentes:

Eu percebi que as mulheres, mesmo depois, já na fase adulta, depois de ter filhos e de toda uma vida, elas buscam a escolaridade. Então eu acho que essa participação das mulheres, elas buscam uma autonomia própria, que elas já têm, mas elas ainda tentam sair dessa coisa de estar em casa. Elas não querem mais ser aquelas mulheres donas de casa, que só trabalham em casa: elas querem buscar novos horizontes pra elas. (Liderança 1)

Algumas lideranças quilombolas apontam que sua inserção na luta quilombola e na liderança comunitária deriva de seu trabalho junto às pastorais, situação que conferia visibilidade e facilitava o apoio e adesão das pessoas à sua candidatura. Atualmente, assumem que a ampliação das formas de sustentação e da geração de renda das famílias de sua comunidade são suas principais missões. Todavia, o sentido atribuído à função de liderança é mais complexo que a simples representação comunitária e a mediação dos interesses e necessidades dos moradores com os governantes e instituições públicas, uma vez que para essas mulheres, a relação entre o “eu” e o “nós” opera em mesmo plano:

Às vezes as pessoas dizem assim: “por que você não se candidata a vereadora?”, porque eu tenho certeza que eu consigo mais coisas sendo liderança do que sendo política, porque a gente se preocupa de tudo: vai da educação, da saúde, do esporte e lazer; de você reunir a comunidade e dizer a ela que ela tem direito aquilo e de como ela pode ir atrás, você dorme e acorda pensando no que você tem de fazer por ela. Porque você fazendo pra comunidade, você está fazendo pra você. O papel da liderança é trazer pra comunidade dela o que ela quer que a comunidade seja pra ela. É trazer pra minha comunidade o que eu quero trazer pra minha casa: o desenvolvimento, o bem-estar, o trabalho, a renda, é tudo isso (Liderança 1)

A relação de pertencimento comunitário denota, segundo Pinheiro, Silva e Rodríguez (2019) a potência da partilha de memórias, lugares, grupos e indivíduos, que tem no parentesco “não somente como um modo de organização das relações pessoais, mas também como parte do sistema de relações políticas” (p. 317). A construção de um sentido coletivizado de política estimulado por relações de solidariedade, segundo Bargas e Cal (2018) sedimenta um terreno compartilhado de ação, no qual a formação de solidariedade emerge como passo básico para o fortalecimento de capacidades políticas e de luta por direitos. Nesse movimento, a busca por justiça social passa de valor abstrato em torno de um sujeito genérico nomeado quilombola, para uma solidariedade política concreta calcada nos modos de vida cotidianos.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer e problematizar o descompasso entre o que é vivido concretamente pelas mulheres negras quilombolas e os conhecimentos produzidos nos circuitos acadêmicos. As lideranças afirmam que, apesar de ser crescente o interesse pela história da comunidade e por suas experiências singulares por parte de outros sujeitos e da academia, os conhecimentos produzidos

pelas pesquisas que as tomam por “objeto” não retornam para suas comunidades. Ressaltam o cuidado necessário quanto à entrada de pesquisadores em suas comunidades, os quais poderiam assumir interesses contrários à causa quilombola, bem como podem explorar seus saberes, produzir riquezas e receber méritos que não serão usufruídos pelas comunidades ou compatíveis com suas necessidades e demandas.

eu acho que embora ela seja bem divulgada, o retorno dessa divulgação não tá ainda no “auge”, sabe? As pessoas vêm, colhem o que temos, e não tem retorno. Um outro dia eu dei uma palestra pro IFRN e eu comentei justamente isso: “vocês vêm, conhecem nossa história, levam o conhecimento e lá fazem não sei o quê, apresentações, seja lá o que for; e às vezes a gente não tem nem conhecimento do que foi feito com aquelas entrevistas, que a gente falou”, mas assim, eu acredito que ela é bem divulgada. Lá fora as pessoas conhecem a comunidade. (Liderança 7)

Os feminismos, não somente enquanto espaços de militância, mas enquanto campos teóricos, epistemológicos e de investigação, enfrentam o mesmo desafio ético-político exposto anteriormente pelas lideranças. É razoável supor que os conceitos, discussões e principais embates realizados pelas diferentes epistemologias feministas permanecem restritos a circuitos muito limitados. Um forte indicador desse descompasso é sugerido por Angela Figueiredo e Patrícia Gomes (2016), segundo as quais “muitas mulheres ativistas rejeitam o rótulo de feministas, preferindo identificar-se como ativistas ou simplesmente se declaram integrantes dos movimentos de mulheres, visto que ainda associam tal movimento ao feminismo de mulheres brancas de classe média” (p. 913). Essas autoras indicam que permanece forte a imagem do feminismo perpassado pela ideia universal de mulheres, desconsiderando elementos fundamentais como raça, classe, sexualidade e cultura. Desse modo, na agenda do movimento de mulheres as desigualdades de gênero não emergem como discursos prioritários, mas o enfrentamento ao racismo, pois entendem que é o “principal fator de produção de desigualdades seja entre mulheres e homens, seja entre mulheres” (Figueiredo & Gomes, 2016, p. 914). No evento das comunidades quilombolas no RN isso ficou evidente, uma vez que o foco das pautas se detinha majoritariamente na melhoria das condições de vida, nas políticas públicas, no desenvolvimento de projetos e na regularização fundiária.

Apesar do acúmulo teórico existente sobre feminismo e gênero em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil, compondo um mosaico complexo que tem articulado diferentes realidades empíricas, ativistas e militantes ao mundo abstrato dos conceitos e das ideias (Ballestrin, 2017), esse debate ainda necessita ser amplificado nos diversos espaços de organização política das mulheres negras quilombolas rurais.

A ideia de feminismos subalternos sugerida por Luciana Ballestrin (2017), agregando diferentes movimentos de mulheres feministas, acadêmicas ou não, como espelho de um amplo espectro de caracterizações relacionado com marcações geopolíticas, étnico-raciais e culturais, é um importante operador. Nesse sentido, necessitamos investir na descolonização do feminismo e de sua narrativa hegemônica, de forma a incluir a diversidade de experiências das mulheres e superar o binarismo entre teoria e prática (Figueiredo & Gomes, 2016). O feminismo negro, de acordo com Mercedes Velasco (2019), tem sido uma dessas vertentes que tem colocado em xeque as identidades essencializadoras, as quais não problematizavam a experiência da dupla opressão – de gênero e étnico-racial – vivenciada pelas mulheres negras. Angela Davis (2016) analisa que o movimento feminista negro surgiu da difícil intersecção entre dois movimentos: o abolicionismo e o sufrágismo. Apesar de reconhecermos que o feminismo negro norte americano influenciou diversos autores pelo mundo, inclusive no Brasil, abrindo portas para outros feminismos e colocando o racismo no epicentro da desigualdade das mulheres negras (Velasco, 2019), concordamos com Luciana Ballestrin (2017), que as marcas deixadas pelo colonialismo e pela escravidão não foram homogêneas, produzindo consequências diversas numa escala geopolítica norte-sul global,

inclusive de imperialismo norte-americano, desde meados do século XX. Portanto, necessitamos problematizar melhor de que feminismo negro estamos falando.

Apesar dessa diversidade de posturas, Maria Paulilo (2010) compreende que o termo feminismo, por si só, abrange um denominador comum, que é crença na capacidade das mulheres pela transformação social e pelo fim das assimetrias de gênero. Figueiredo e Gomes (2016) defendem também que a ideia de raça – e seus subconjuntos, o racismo e a desigualdade racial – continua a ser um fator importante para interpretar as desigualdades de gênero. A proposta de ‘enegrecimento do feminismo’ é, pois, uma proposta potente para pensar o protagonismo das mulheres quilombolas rurais. Segundo Sueli Carneiro (2011),

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/ raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras. (p. 3)

É mais que oportuno, nesse momento que proliferam discursos sobre a não legitimidade das pautas feministas e antirracistas em nossa sociedade, intensificar os debates e as lutas em defesa da justiça social e da democracia, reivindicando novas identidades para as mulheres negras que se contraponham ao discurso hegemônico colonial, racista e sexista de mulheres (Velasco, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo vem reafirmar que a luta quilombola foi e continua a ser uma importante expressão da luta das populações negras. Seja durante o período escravista, no pós-abolicionismo, ou mesmo atualmente, a existência dos quilombos tem simbolizado a resistência negra à dissolução dos seus particulares modos de vida e de existência. Neste sentido, o reconhecimento é apenas um passo a ser dado na garantia de direitos. Nossas observações empíricas e entrevistas confirmam a centralidade do protagonismo das mulheres negras na luta quilombola, as quais têm produzido enfrentamentos em múltiplas situações e contextos. A liderança comunitária é uma dessas situações, senão a principal, a qual produz rebatimentos nas histórias de vida das mulheres, bem como deslocamentos nas relações sociais e de gênero.

Ao assumir espaços de lideranças, as mulheres passam por um intenso processo de transformação social e coletiva. Não resta dúvida que estabelecer esse espaço de luta, por meio de um conjunto de ações e táticas, implica operar no cotidiano um trabalho subjetivo que é ético e político. Ao serem chamadas a ocupar um lugar de luta como mulheres negras se deparam com o desafio de desmontar a naturalização de suas experiências singulares, de preservar sua cultura e de lutar por direitos negados historicamente. Nesse percurso, evidenciam-se preconceitos e inumeráveis formas de racismo, muitos dos quais estão profundamente arraigados nos modos como tornaram-se mulheres negras. Construir, micropoliticamente, novas discursividades ancoradas num posicionamento de luta e defesa não só de si mesma, mas de todas as mulheres negras, abre passagem para a ação política de forma mais ampla. Nos espaços coletivos, como o encontro de comunidades quilombolas que participamos, as mulheres têm oportunidade de conhecer a realidade de outras comunidades, seus direitos, confrontar discursos e compartilhar projetos visando

à melhoria das condições de vida de suas comunidades, projetos que estão aliados às lutas antirracista, antissexista e pelos direitos da população negra.

Consideramos que o artigo atendeu ao objetivo proposto de resgatar e analisar os processos de luta pelo reconhecimento das comunidades quilombolas do RN, destacando o lugar das mulheres como lideranças políticas e comunitárias e da importância da sua atuação na organização das comunidades e na luta por direitos, além dos rebatimentos produzidos em suas próprias vidas. Entretanto, entendemos que há lacunas importantes nesse estudo, especialmente no que se refere à trajetória de vida dessas mulheres e as singularidades que atravessam as diferentes dinâmicas comunitárias nas quais estão inseridas. Há em seus relatos indícios importantes de que tais singularidades, aliadas as suas diferentes histórias de vida, impõem a necessidade de estudos que visibilizem as diversidades que povoam as diferentes comunidades quilombolas, contribuindo para aprofundar os estudos sobre o campo de estudos dos feminismos negros e a luta política das populações quilombolas.

REFERÊNCIAS

Abramovay, M. & Silva, R. (2000). As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In M. I. B. Rocha (Org.), *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp. 347-366). Ed. 34.

Ballestrin, L. M. A. (2017). Feminismos Subalternos. *Revista Estudos Feministas*, 25(3), 1035-1054. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>

Bargas, J. & Cal, D. (2018). Luta por reconhecimento, identidades e relações de poder: as mulheres no movimento quilombola. *Revista Observatório*, 4(6), 475-555. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/download/5675/14145/>

Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: limites e democracia no Brasil*. Boitempo.

Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Civilização Brasileira.

Carneiro, S. (2011). *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero*. http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf

Carneiro, S. (2019). Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In H. B. Holanda (Orgs.), *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto* (pp. 271-289). Bazar do Tempo.

Cavignac, J. (2019). O patrimônio fora da lei: a questão quilombola. In I. Tamaso, R. S. Gonçalves, & S. Vassallo (Orgs.), *A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus* (pp. 316-361). Editora Imprensa Universitária.

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.

Dias, A. F. L. (2018). A democracia como vítima do golpe tragicômico de 2016 no Brasil. *Argumentos*, 10(19), 62-72.

Domingues, P. & Gomes, F. (2013). Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na Lei n. 10.639/03. *Revista da ABPN*, 5(11), 05-28. <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1083>

Fanon, F. (1965). *Os condenados da terra*. Ulisseia.

Figueiredo, A. & Gomes, P. G. (2016). Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 24(3), 909-927. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>

Lima, M. & Rios, F. (2019). O feminismo negro no Brasil: desafios e estratégias de consolidação de uma agenda política na área de saúde. In E. A. Blay, L. Avelar, & P. Rangel (Orgs.), *Gênero e feminismos: Argentina, Brasil e Chile em transformação* (pp. 317-342). Edusp.

Lima, P. M., Silveira, F. L. A., & Cardoso, L. F. C. (2016). O desfile da raça: identidade e luta quilombola em Salvaterra, Ilha do Marajó/Pará. *Ambivalências*, 4(7), 87-105. <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v4n7p87-105>

Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In H. B. Holanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 53-83). Bazar do Tempo.

Mendes, M. F. & Luiz, D. E.C. (2020). As ações governamentais de atendimento a comunidades quilombolas no Brasil – pós Constituição Federal de 1988. *Brazilian Journal of Development*, 6(3), 12867-12878.

Miguel, L. F & Biroli, F. (2014). *Feminismo e política*. Boitempo.

Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. HUCITEC.

Nascimento, B. (2019). A mulher negra no mercado de trabalho. In H. B. Hollanda (Org.), *Pensamento feminista brasileiro* (pp. 259-263). Bazar do Tempo.

Paulilo, M. (2010). Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. *Revista Estudos Feministas*, 18(3), 927. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300017>

Pereira, P. F. S. (2019). A cor dos subintegrados e a omissão do constitucionalismo: entre reconhecimento e inclusão das comunidades quilombolas. *Revista Publicum*, 5(1), 192-220. <https://doi.org/10.12957/publicum.2019.41779>

Pinheiro, P. S, Silva, M. L., & Rodríguez, M. P. (2019). Feminismos não hegemônicos contemporâneos: lutas cotidianas em defesa de territórios corpo-terra. *Revista Ártemis*, 27(1), 306-321. <https://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/download/41356/27533/>

Programa de Combate ao Racismo Institucional – PCRI. (2006). *Articulação para o Combate ao Racismo Institucional*. Identificação e abordagem do racismo institucional. CRI.

Quijano, A. (2005). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. CLASCO.

Rocha, J. M. & Albuquerque, R. (2018). Memória etnoterritorial em eclosões de quilombos na Amazônia central. *Revista de Ciências Sociais*, 48(1), 129-144. <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/download/29110/20483>

Rodrigues, B. O., Rezende, T. F., & Nunes, T. G. (2019). Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório. *Revista Direito e Práxis*, 10(1), 198-221. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32202>

Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. N-1 edições.

Silva, A. R. F. (2018). Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. *Revista de Ciências Sociais*, 48(1), 115-128. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n48.27650>

Silva, C. B. C. & Schneider, S. (2010). Gênero, trabalho e pluriatividade. In P. Scott, R. Cordeiro, & M. Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais* (pp. 183-207). Ed. Mulheres.

Silva, M. L. (2017). População-sacer e democracia racial no Brasil. *Sociedade e Estado*, 32(3), 593-620. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203003>

Soares, I. P. (2018). Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor: luta quilombola brasileira. *Rev. Katálusis*, 21(3), 574-583. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p574>

Torres, I. C. & Rodrigues, L. M. (2010). O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. In P. Scott, R. M. Cordeiro, & M. Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais* (pp. 233-252). Ed. Mulheres.

Valentim, R. P. F. & Trindade, Z. A. (2011). Modernidade e comunidades tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 295-308. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3898976>

Velasco, M. J. (2019). Construindo pontes: diálogos a partir do/com o feminismo negro. *Revista Ártemis*, 27(1), 89-114 <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.46700>

Vieira, F., Trota, M., & Carlet, F. (2017). Sob o rufar dos ng'oma: O judiciário em disputa pelos quilombolas. *Revista Direito & Práxis*, 8(1), 556-591. <https://doi.org/10.12957/dep.2017.27770>

Zamora, M. H. R. N. (2012). Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24(3), 563-578. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000300009>

Histórico	<i>Recebido em: 22/04/2020 Aprovado em: 12/06/2020</i>
Contribuição dos Autores	<i>Concepção: CMBD; MD; JL Coleta de dados: VHB; ALF Análise de dados: CMBD; MD; JL Elaboração do manuscrito: CMBD; MD; JL; ALF; VHB Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: JPM Aprovação final do manuscrito: CMBD; MD; JL; JPM</i>
Financiamento	<i>Projeto de pesquisa financiado pela Chamada Pública Universal 01/2016 do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.</i>
Consentimento de uso de imagem	<i>Não se Aplica</i>
Aprovação, ética e consentimento	<i>O estudo obteve aprovação e consentimento em todas as instâncias institucionais e das lideranças comunitárias participantes.</i>

Artigo Original

Raça e racismo: histórias ficcionais de corpos negros na universidade

Raza y racismo:
historias ficticias de cuerpos negros en la universidad

Race and racism:
fictional stories of black bodies at the university

Leonardo Régis de Paula *

leonardoregis@gmail.com

Luciana Rodrigues **

lurodrigues.psico@gmail.com

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<http://orcid.org/0000-0001-5611-2050>

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0000-0003-0061-1402>

Resumo

A imagem do corpo negro, como protagonista no espaço universitário, tem se tornado mais frequente no decorrer dos últimos anos. Conquista que ocorreu a partir das lutas marcadas pela coletividade e ancestralidade que atravessam o Movimento Negro Brasileiro. Contudo, a trajetória da corporalidade negra na universidade, também, tem sido marcada por experiências cotidianas de racismo. Nesse sentido, com o objetivo de discutir a interface raça e racismo no universo acadêmico, deslocamos a experiência do racismo para o terreno das narrativas ficcionais situando-as no campo das problematizações - campo que assumimos como método para desnaturalizar campos do saber hegemônicos ligados a colonialidade e aos sistemas de dominação, como a supremacia branca, que operam sobre nossos corpos negros. Assim, narrar, como ferramenta analítica, assume o lugar da produção de resistência em nossa escrita. É a através delas que buscamos afirmar a importância das práticas antirracistas, também, no âmbito da universidade.

Palavras-chave: Raça; Racismo; Ficção; Psicologia Social; Universidade.

Resumen

La imagen del cuerpo negro, como protagonista en el espacio universitario, es más frecuente en los últimos años. Logro alcanzado a partir de las luchas marcadas por la colectividad y la ascendencia que cruzan el Movimiento Brasileño Negro. Sin embargo, la trayectoria de la corporalidad negra en la universidad ha estado marcada por el racismo cotidiano. Con el objetivo de discutir la interfaz de la raza y el racismo en la universidad, cambiamos la experiencia del

racismo al terreno de las narrativas ficticias, colocándolas en el campo de las problematizaciones que asumimos como un método para desnaturalizar los campos de conocimiento hegemónicos vinculados a la colonialidad y los sistemas de dominación, como la supremacía blanca. Aquí, la narración, como herramienta analítica, toma el lugar de la producción de resistencia en nuestra escritura. Así buscamos afirmar la importancia de las prácticas antirracistas, también, dentro de la universidad.

Palabras clave: Raza; Racismo; Ficción; Psicología Social; Universidad.

Abstract

The image of the black body, as a protagonist at the university, has become more frequent in recent years. This achievement occurred from the struggles marked by the collectivity and ancestry that cross the Black Brazilian Movement. However, the trajectory of black people at the university has been marked by everyday racism. In this sense, with the objective of discussing the race and racism interface in the academy, we move the experience of racism to the fictional narratives, placing them in the field of problematizations - a field that we assume as a method to denaturalize hegemonic fields of knowledge linked to coloniality and the systems of domination, such as white supremacy. Thus, the narrative, as an analytical tool, takes the place of the production of resistance in our writing. This way, we seek to affirm the importance of anti-racist practices, also, within the university.

Keywords: Race; Racism; Fiction; Social Psychology; University.

Corporalidades negras

Quando nos deparamos com narrativas de vidas experienciadas pela pele negra, seja ela de uma condição econômica social privilegiada ou não, de identidades de gênero subalternizadas, de diversidades na tonalidade de pele ou, até mesmo, nas territorialidades periféricas ou centralizadas, encontramos biografias atravessadas por marcas históricas do colonialismo no contexto latinoamericano. Assim, como aponta Jaqueline da Silva (2020), “o racismo não blindo, nem poupa seus alvos, não importa a ascensão social, reconhecimento intelectual ou qualquer outro elemento de *status* convencionalmente aceito” que, dependendo das intersecções como gênero e classe que possam constituir o corpo negro, irão produzir efeitos diferentes. Grada Kilomba (2019) em *Memórias da Plantação*, discute a impudência que a branquitude tem ao criar características fantasmagóricas de como a negritude deve ser representada. Esta representação relaciona, no imaginário social, a figura da pessoa negra marcada por estereótipos que minimizam a sua condição de humanização.

No Brasil, o impacto da discriminação por cor/raça tem suas raízes na escravização. Foram mais de 300 anos de escravatura, sendo o último país do mundo a aboli-la. Dados do Projeto Slave Voyage¹ apontam o Brasil como o país que teve o maior número de africanos escravizados desembarcados de navios negreiros. Como discute Carlos Moore (2012), o racismo surge a partir da experiência da xenofobia, onde um povo se sente hierarquicamente superior ao outro, através de uma ordem racializada. Nesse sentido, a construção da ideia de raça foi fundamental não apenas ao processo de colonização europeia sobre os povos do sul, mas à globalização da colonialidade que sustenta nosso sistema-mundo (Grosfoguel, 2012). O racismo é, portanto, estrutural e está conosco desde a chegada dos portugueses por nossas terras. E em nossa constituição como país, o Brasil extrapola o que chamamos de preconceito, uma pré opinião formada, sem base, sem ponderação e sem conhecimento dos fatos, o que é diferente da discriminação racial que é “um produto de uma dinâmica em si: dinâmica geradora de ‘espaços vazios’ e que é necessariamente etnocida e genocida” (Moore, 2012, p. 226).

Desde o sequestro de africanos, o genocídio da população negra sempre esteve em voga como política de ataque ao corpo indesejado. Abdias do Nascimento (2016), em seu livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*, discute as estratégias de branqueamento da população brasileira através do processo de miscigenação fundamentado na exploração sexual da mulher negra. O objetivo era criar uma população “mulata”, pois dessa forma a raça negra iria desaparecendo progressivamente, a partir do embranquecimento da nação. No pós-abolição, o abandono das populações egressas da escravidão, bem como de seus descendentes, também foi ferramenta do projeto de branqueamento do Brasil, pois através desse abandono, estimava-se que o país iria se livrar de seu “sangue negro”. Teorias eugenistas acabavam se tornando convenientes para as elites brasileiras, pois, assim, seria possível legitimar e naturalizar as hierarquias sociais existentes no Brasil, mesmo após o fim da escravização (Santos, 2019).

As barreiras para a população negra acessar direitos sociais básicos a qualquer cidadão/ã brasileiro/a remontam, assim, as desigualdades raciais estabelecidas pelos efeitos da escravização e práticas de uma política genocida. As dificuldades de acesso de negros/negras as oportunidades de destaque na nossa contemporaneidade vão além do que pode ser materializado em palavras. Milton Santos (1997) denuncia essa ausência da população negra ser tida como cidadã no Brasil. O autor indaga que cidadãos são aqueles que podem gozar de direitos reconhecidos e respeitados universalmente, na qual o Estado deveria ser o provedor. No entanto, num país onde a maioria da população é descendente de africanos, as dinâmicas racistas da nossa sociedade empurram o corpo negro para o lugar de desemprego, subemprego, analfabetismo, encarceramento em massa, subnutrição, fome e doenças que assolam sobremaneira os negros, que são reflexos de uma ideologia excludente (Kalckmann, Santos, Batista, & Cruz, 2007). Este movimento que é imposto ao corpo e carne negra, falam de experiências doloridas daqueles/las que

1 Projeto que disponibiliza um banco de dados sobre o Tráfico de Escravos no Transatlântico: <https://www.slavevoyages.org/>

chegam aos espaços tidos como pertencentes aos brancos (Souza, 1983). O espaço universitário tem se tornado um exemplo de território reivindicado pela negritude, mesmo sendo cotidianamente negado por uma supremacia branca e elitista.

A imagem do corpo negro como protagonista no espaço universitário tem sido mais frequente no decorrer dos últimos anos, nos quais o ingresso de pessoas negras foi possível através da reserva de vagas determinada pela Lei Federal nº 12.711/2012. A conquista da implementação das ações afirmativas se deu a partir das lutas e intervenções marcadas na coletividade e ancestralidade da raça pelo Movimento Negro Brasileiro, denunciando a ausência de negros e negras nos cursos superiores brasileiros. A pressão realizada pelos movimentos negros resultou em um comprometimento do Estado brasileiro em criar estratégias concretas através de políticas de reparação a desigualdade racial no Brasil. Foi em Durban, na África do Sul, durante a Conferência Mundial de número três contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância organizada pela Organização das Nações Unidas, em 2001, que as ações afirmativas começaram a ser pensadas e tomar corpo no Brasil (Carneiro, 2011). Desta forma, a concretização de haver mais negros e negras entrando em universidades públicas em nossa contemporaneidade, marcando a busca da popularização do lugar do negro como produtor de saber e intelectualidade, se dá através de um processo de luta. A possibilidade de escrever nossa história é o resultado da potência da raça frente ao racismo.

O negro foi o responsável por tornar tema aquilo que não era considerado uma questão acadêmica, um problema científico. O pesquisador negro, ele que sempre foi nomeado negro, por isso, problematizado por “não ser branco”. O negro passou a nomear o branco, como branco. O negro sempre coisificado. O negro catalogado como o objeto tradicional científico se deslocou para o lugar de cientista e posicionou o branco no lugar de “objeto”/tema de pesquisa. (Cardoso, 2018, p. 2)

Como diz o autor, a produção científica negra, assim como, a sua prática pedagógica que permitem o acesso a uma literatura antirracista, gera desconforto negando uma intelectualidade negra. A hegemonia da produção de conhecimento no Brasil e América Latina tem sua história cravada na cultura colonizadora, sustentada por uma epistemologia eurocentrada (Grosfoguel, 2012) que representa a constituição performática dos processos formativos, de produção e controle das subjetividades. A herança “eurocentralizada” coloca em prática a hierarquização dos corpos, sobretudo uma inferioridade do corpo racializado (Santos, 2018). A universidade, neste jogo, se solidifica como um pilar fundamental a colonialidade através do seu racismo/sexismo epistemológico e do fundamentalismo eurocêntrico que produz esta hierarquia epistêmica global que, por sua vez, se reproduz pelo sistema-mundo por meio da globalização da universidade ocidentalizada (Grosfoguel, 2012). Neste contexto, dialogar sobre a colonialidade, enquanto campo problemático, é questionar a tendência de desvalorização de saberes e conhecimentos das chamadas sociedades periféricas, evidenciando narrativas e concepções originadas no passado e que se mantém no presente de forma imutável (Meneses, 2010; Omidire, 2018).

As vivências negras no cenário acadêmico surgem na memória. Assim, Kilomba (2019) relata experiências decorrentes do processo de escravização de pessoas negras não como algo do passado, mas como memórias vivas enterradas na nossa psique, prontas para serem contadas. Desta forma, o objetivo deste texto é trazer a tona através de narrativas ficcionais a interface raça e racismo no corpo negro no âmbito universitário. Se, por um lado, temos a experiência difícil e dolorosa da permanência no âmbito acadêmico decorrente do racismo, por outro, temos a potência de encontrar a resistência que nos une pela cor e carne em um aquilombamento da raça. No campo de onde partimos para essa escrita, o campo da Psicologia Social, a escrita ficcional tem gradativamente conquistado o seu espaço na produção de conhecimento. Este movimento tem permitido ao/à pesquisador/a criar novas técnicas de articulação com

seu campo que dão passagem a problematizações antes impossibilitadas pelas normatizações e durezas do saber formalizado da ciência estrita (Costa, 2014). Neste sentido, a ficção possibilita o/a pesquisador/a assumir uma desobediência epistêmica (Kilomba, 2019) que o permite, mesmo não sendo historiador/a, mergulhar com seus personagens em trajetórias que tocam à escrita da história de muitos corpos. “Ele/a próprio/a tornar-se-á testemunha de testemunhas, sendo sua própria pesquisa um dispositivo para fazer falar e dar a ver aquilo que ficou entalado em muitas gargantas” (Fonseca, Costa, Cardoso, & Garavelo, 2015, p. 228). Ressaltamos que, neste trabalho, o campo da Psicologia Social e das Relações étnico-raciais aparece com destaque nas histórias ficcionais, por ser tratar de um campo muito próximo da experiência dos autores - um psicólogo, mestrando negro e uma psicóloga, professora universitária negra de pele clara.

Raça e racismo: Corporalidades negras na universidade

Quando nos deparamos com a leitura do texto de Grada Kilomba (2019), ‘*Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*’, chegamos em uma das partes onde a autora traz um relato pessoal de um dos seus primeiros dias na universidade durante seu doutorado em Berlin. Foi na biblioteca de psicologia que ela ouviu “Você não é daqui, é? A biblioteca é apenas para estudantes universitários/os!” (p. 62). Bom, pessoas brancas podem dizer que isso pode ter sido uma causalidade, pois a mesma nunca tinha ido na biblioteca, que seria normal uma cena dessa acontecer. Pessoas negras sabem o que isso quer dizer. É pelo efeito do racismo que elas aprendem, desde pequenas, a saírem do mercado com a nota fiscal, mesmo que já tenham sido perseguidas e vigiadas durante as compras dos seus pais, por seguranças. Esta experiência é marcada na psique do sujeito negro no Brasil. Ir ao mercado e não ser perseguidos e vigiados por seguranças é um privilégio da branquitude.

Experienciar a universidade com o corpo negro perpassa muitos episódios de “Você não é daqui”. A trajetória de uma pessoa negra no ambiente acadêmico, assim como em muitos outros, ainda que não seja somente isto, passa por experiências cotidianas de racismos. Neste caso, é preciso salientar que racismo não é apenas chamar alguém de macaca/o ou outras situações explícitas de discriminação racial. A branquitude usa do seu lugar de privilégio para se isentar da discussão acerca do racismo colocando este como problema do negro. Este é um assunto evitado pelos brancos, pois os mesmos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho da população negra (Bento, 2002). Em contrapartida, para as pessoas negras, esta experiência é sentida no corpo, tornando-as impotentes diante destas situações não explícitas e veladas de discriminação. Neste contexto, a sensação de impotência da pessoa negra é igual ou maior do que a vivida diante da agressão física, pois as vítimas não encontram acesso a recursos e a apoios adequados para se protegerem das violências vividas (Kalckmann et al., 2007). Lázaro Ramos (2017) em seu livro *Na Minha Pele*, levanta essa questão a respeito de que todo mundo conhece alguém que foi discriminado, mas que ninguém assume a posição de se dizer racista². O autor ainda discute que no contexto brasileiro não se tem vergonha de ser racista, e sim se identificar como racista.

Kabengele Munanga (2017), discutindo as especificidades do racismo no Brasil, nos fala sobre as dificuldade dos/as brasileiro/as entenderem e decodificarem as peculiaridades do racismo à brasileira. O autor defende que o racismo em nosso país tem características diferentes dos demais modelos de organização social que se constituíram explicitamente racistas ao longo da história da humanidade. Nestes contextos, o racismo foi explícito, institucionalizado e oficializado pelas leis de seus respectivos países. Já no Brasil, o racismo é implícito, nunca institucionalizado ou oficializado. Desta forma, os/as brasileiros/as não se consideram racistas quando comparados com Estados Unidos, Alemanha e África do Sul. Nesse caso, o racista acaba sendo o outro, não o eu. Essa voz surge da crença de uma democracia racial,

2 Kabengele Munanga (2017) nos chama a atenção sobre o racismo cordial brasileiro ao se referir ao resultado de uma pesquisa científico-jornalística realizada em 1995, em parceria estabelecida entre o jornal *Folha de São Paulo* e o *Instituto Data Folha*, na qual 89% dos entrevistados aceitaram a existência do racismo, mas apenas 10% afirmaram conhecer pessoas que discriminam ou terem se reconhecido como tendo discriminado.

um mito, uma verdadeira realidade, uma ordem. Desta forma, o autor aponta o racismo implícito e velado como sendo um dos problemas cristalizados na população brasileira que dificulta o reconhecimento e uma confissão sobre ser racista, assim como, sobre se perceber cometendo atos racistas.

Grada Kilomba (2019) discute a recusa que, no racismo, é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial, caminho pelo qual o sujeito branco se valida da sua figura universal para apontar o sujeito negro como o que está ali para roubar o que é seu. Na academia, este outro (pessoas negras e indígenas) é boicotado por aqueles que são tidos como os donos da estrutura institucional (sujeitos brancos). Estes processos são externalizados da psique branca e projetados em situações concretas do âmbito acadêmico.

Nesses processos, a ausência de escritoras negras e escritores negros nos currículos brasileiros dizem de mais uma negação, ou melhor, mais do que uma negação do sujeito negro no espaço acadêmico. Podemos perceber, a partir da nossa experiência no campo da formação em psicologia, alunas e alunos de graduação inseridos em um processo de ensino e aprendizagem que não se reconhecem dentro das teorias que são abordadas ao longo de sua formação. Esta prática das instituições de educação do país engloba uma seletividade localizada de saberes. Jéssyca Barcellos (2016), ao realizar análises de currículos das graduações de psicologia situadas na cidade de Porto Alegre e região metropolitana, acerca de disciplinas que abordam a temática racial, constatou uma negligência sobre este tema. Na sua pesquisa, dos dezoito currículos analisados, seis apresentaram a temática racial em alguma de suas disciplinas, sendo que em cinco currículos a temática aparece de forma optativa/eletiva. Neste sentido, Sueli Carneiro (2005) afirma a seletividade desses processos como estratégias de um epistemicídio. Para além de uma desqualificação, estes movimentos expõem uma desvalorização dos/as negros/as como seres humanos pensantes/racionais e uma invisibilização como produtor cultural. Ou seja, como aponta a autora, não são apenas distinções do conhecimento, mas um aniquilamento do próprio sujeito do conhecimento.

No imaginário branco hegemônico, pessoas negras ainda são tidas como incapazes de disputar espaços na universidade por ainda serem vistas como mão-de-obra barata. Este pensamento faz parte da herança que é carregada e atualizada desde a escravização (e mantida até nossos dias hoje pela lógica da colonialidade) que engrossa as fileiras do mundo do trabalho informal e do subemprego. No entanto, como mencionamos acima, no combate a essas lógicas coloniais e racistas, se encontra a implementação das ações afirmativas. E é a partir da política de cotas, que a graduação universitária em poucos anos tem sentido o impacto do que é ter um aluno negro e uma aluna negra em sala de aula. Questões raciais antes invisibilizadas passaram a ser apontadas, tirando brancos e brancas da sua zona de conforto e problematizaram o local de privilégio destes sujeitos. Neste sentido, podemos reconhecer o empoderamento da negritude, também, através do *lugar de fala*, conceito que nos é apresentado pela filósofa Djamilla Ribeiro (2017) como “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (p. 64).

Neste caminho, os programas de pós-graduação também começaram a investir em políticas de ações afirmativas para pessoas negras. Reconhecendo a conquista que tais ações de reparação possibilitam as populações negras de nosso país precisamos, também, nos interrogar sobre o que se coloca em jogo e quais os efeitos decorrentes desses processos de inclusão/exclusão. Nesses espaços, frequentemente, a presença de discentes negras e negros tem sido cooptada pelo que Joice Berth (2020)³ denomina como tokenização, ou seja, o uso de pessoas negras como escudos para escamotear a evidência de comportamentos racistas. Este comportamento está inserido na mesma lógica pela qual a branquitude procura justificar o seu não racismo utilizando-se de discursos pelos quais alega ter amigos/as negros/as ou, até mesmo, ter um relacionamento amoroso com uma pessoa negra. Como já mencionamos, o racismo é estrutural no nosso país e, portanto, ele se expressa tanto em práticas institucionais, como individuais. A autora

3 Texto publicado por Joice Berth na sua página do *Instagram* chamado: *Tokenização*. https://www.instagram.com/p/B8WXtWpHO_Z/?igshid=13hzbuo33wrdb

aponta, também, a tokenização como um mecanismo de negação psíquica e rejeição da realidade utilizado por pessoas brancas para não lidarem com um problema político que afeta a formação de subjetividade.

Outra justificativa para não se dizer racista é considerar o ato discriminatório como uma brincadeira. Adilson Moreira (2018) pontua o racismo recreativo como uma política cultural que permite a pessoas brancas acionarem o discurso humorístico para expressar a sua hostilidade em relação a questões raciais, afirmando, entretanto, que não são racistas. Achille Mbembe (2017), por sua vez, chama de nanoracismo essa

forma narcótica do preconceito em relação à cor expressa nos gestos anódinos do dia-a-dia, por isto ou por aquilo, aparentemente inconscientes, numa brincadeira, numa alusão ou numa insinuação, num lapso, numa anedota, num subentendido e, é preciso dizê-lo, numa maldade voluntária, numa intenção maldosa, num atropelo ou numa provocação deliberada, num desejo obscuro de estigmatizar e, sobretudo, de violentar, ferir e humilhar, contaminar o que não é considerado como sendo dos nossos. (Mbembe, 2017, p. 95)

Ancoradas nas relações coloniais e no patriarcado, as universidades ainda sustentam um referencial branco, masculino, capitalista, hetero(cis)normativo como válido para a produção de conhecimento, funcionando a partir de rotas masculinizadas às quais as mulheres precisam adequar-se frequentemente. As experiências da maternidade são um dos exemplos nos quais vemos mulheres serem afetadas diretamente pela lógica produtivista acadêmica, tendo que, muitas vezes, adiarem seu percurso, são julgadas/menosprezadas pelo meio e suas regulamentações excludentes, seja por decisão mais ou menos calculada ou pelas barreiras e dificuldades que forçam a isto. Contudo, as experiências de ser mulher na universidade não são homogêneas para brancas e negras.

As opressões de gênero aliam-se às de raça, que reservam à mulher negra um lugar social oriundo da escravização e, portanto, do olhar de brancas sobre negras como suas serviçais, uma mucama (Gonzales, 1984). Dessa maneira, ainda que as mulheres precisem lidar com a masculinização dos espaços acadêmicos, as desigualdades referentes à raça conformam que as mulheres negras sejam mais atingidas por processos de violência sustentados, inclusive, por mulheres brancas - principalmente quando estas ocupam um lugar privilegiado na hierarquia acadêmica. Estarmos assim, atentos/as às relações estabelecidas no jogo acadêmico é não ignorar os modos pelos quais a colonização foi tão bem sucedida que incidiu, não apenas sobre territórios geográficos, mas também territórios existenciais (Veiga, 2019).

Articulando reflexões de sua vivência como mulher negra com a experiência coletiva vivenciada pela população negra em sua sociedade, *bell hooks* (2019a) nos fala sobre sua escolha em deixar de utilizar o termo racismo em suas análises sobre a dor e exploração de pessoas negras e não brancas pelos sistemas de dominação. Em sua experiência, a autora nos conta como começou a compreender que o termo mais útil para dar conta dessa discussão seria o de supremacia branca. Utilizando como exemplo a relação que seus colegas, professores acadêmicos brancos, estabeleciam com ela, *bell hooks* (2019a) nos mostra como eles queriam muito ter “uma” pessoa negra no departamento “deles”, mas desde que essa pessoa seguisse as condições estabelecidas por eles, como ter o mesmo modo de pensar e o compartilhamento de seus valores e crenças.

Foi a partir de situações como essa, junto às vivências de sua participação no movimento feminista, que a fez pensar na necessidade de compreendermos tais processos a partir da lógica da supremacia branca: termo difundido na sociedade como ideologia e comportamento que nos permite entender, inclusive, como pessoas negras não só possam ser socializadas para incorporar estes valores, como exercer o “controle supremacista branco” sobre outras pessoas negras. Como possibilidade de caminharmos em direção a superação desse sistema de dominação, *bell hooks* (2019a) aponta a importância da educação para compreendermos a supremacia branca a partir de uma consciência crítica, pois pessoas negras não

nascem com a compreensão inata do racismo, e suas estratégias de opressão - lembrando que a luta para superar a supremacia branca é também uma luta que envolve o enfrentamento ao sistema de dominação capitalista e patriarcal.

Embora a universidade se concretize como um ambiente opressor para a corporalidade negra tanto para homens e mulheres, mesmo que tenham especificidades que diferem, existem potências étnicas e raciais coletivas que ressignificam a academia. Quando vemos o nosso nome no *listão* como resultado/conquista de um concurso de vestibular (muitas vezes, sendo o primeiro ou a primeira pessoa negra da família a entrar na universidade), não imaginamos e idealizamos o contexto de desprezo e ódio que a branquitude introjeta nas subjetividades negras, resultando num doloroso processo de auto-ódio (Veiga, 2019). Aos poucos essa espécie de seleção natural universitária vai unindo, através da exclusão que produz, pessoas negras que se juntam como uma forma de permanência e resistência neste espaço. A busca por sobrevivência é coletiva: “a negritude foi tudo isso: busca de nossa identidade, afirmação do nosso direito a diferença, aviso dado a todos do reconhecimento desse direito e do respeito à nossa personalidade coletiva” (Césaire, 2010, p. 113).

Neste sentido, tomar o lugar da escrita é tomar também o lugar da vida, conforme nos diz Conceição Evaristo (2005): vidas que importam. Neste seguimento, narrar é nossa ferramenta de análise, narrar é o nosso dispositivo de luta e sobrevivência, nela reinventamos nossa realidade tornando-as ainda mais real, complexa, densa e intensa. “A ficção fia mundos onde a confiança ultrapassa a fidedignidade sem perder realidade” (Costa, 2014, p. 553). Assim, as narrativas ficcionais tomam, aqui, o lugar da produção de resistência no campo das problematizações. Ressaltamos que entendemos a problematização como método de desnaturalizar os campos do saber hegemônicos, ligados a colonialidade e aos sistemas de dominação que operam em nossa sociedade, para que, a partir dessa operação, possamos produzir rachaduras em verdades que, com o tempo, se tornam cristalizadas.

Quando deixamos de considerá-lo como uma evidência e passamos a constituí-lo como um campo problemático, vemos que o social é essencialmente um objeto construído e produzido a partir de diferentes práticas humanas e que não cessa de se transformar ao longo do tempo. (Silva, 2004, p. 13)

Esta discussão dialoga com as crenças que a branquitude empregou na imagem das pessoas negras. Muitas pessoas brancas, ainda hoje, acreditam que são superiores comparadas a pessoas negras. Estas narrativas são corroboradas pelos resquícios da produção de racismo científico que, por exemplo, encontramos nas práticas eugênicas e higienistas que se utilizaram de recursos validados pela ciência para classificar os humanos em raças superiores e raças inferiores, raças puras e as outras, sendo a supremacia racial branca a referência do belo ou puro. Desta forma, invocamos uma outra ciência composta de narrativas e ficções para dar conta de problematizações referente às relações étnico-raciais no campo acadêmico, a partir de nossa experiência no campo da Psicologia Social. Narrativas que partem do encontro com o ‘pretuguês’ de Lélia Gonzalez (1984). Ou seja, neste trabalho assumimos a nossa própria fala, fala que está impregnada na lata de lixo da sociedade brasileira. Narrar tem sido, pra nós, o encontro de experiências que só a pele negra pode unir, pois “o encontro entre negros e negras é cura” (Veiga, 2019, p. 248). E é por essa busca de cura, que agora “o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzales, 1984, p. 225).

A construção das narrativas surge de fragmentos de vidas (que passam pelas nossas próprias vidas). Vidas que diversas vezes são silenciadas e naturalizadas como consequência da supremacia branca, que se conectam com outras intersecções do corpo negro na academia. Assim, esses relatos não são somente ficção, eles falam de anos e anos de muitos de nós neste ambiente. O processo criativo parte de uma coletividade compartilhada, é a partir desses relatos ficcionais que partem de uma não-ficção (como todas as ficções) que se materializaram as narrativas que seguem abaixo: gritos de resistência de nós na universidade. Entretanto, não faremos aqui uma análise detalhada das narrativas, elas, por si só, já colocam

questões que precisam ser discutidas de uma forma ampla e abrangente com as comunidades acadêmicas a respeito das violências que são acometidas a população negra neste espaço. Desta forma, convidamos todos/as para lerem e refletirem a partir de tais experiências e criarem suas próprias análises a partir da sua experiência, seja ela a partir da branquitude ou negritude.

Histórias Ficcionais de Corpos Negros

As migalhas do mundo

- Você não consegue nem ficar vermelho ignorando a desigualdade desse Brasil, branco safado.

Eu cresci numa das vilas de Porto Alegre, minha mãe era diarista, meu pai trabalhava com reciclagem, tinha um ferro velho. Desde criança, meu sonho era ser médica. Eu não lembro como isso começou, mas lembro o quão ele foi presente na minha infância. Minha mãe dizia que ser médica não era coisa para preta, nunca havia visto uma da minha cor na vida. A patroa da minha mãe achava bonitinho ver uma negra com sonho tão lindo de ser doutora, me passava também a impressão de que isso ficaria em desejo, me passava isso nas sutilezas. Lembro de um dia em que fui ajudar a minha mãe a limpar a casa dela depois de uma festa que teve por lá, ela disse que eu tinha um talento enorme pra seguir na carreira da minha mãe: de limpar o chão onde branco pisa e faz bagunça.

A patroa tinha um filho que era um ano mais velho que eu, ele também tinha o sonho de ser médico, na verdade eu não sei se o sonho era realmente dele, minha mãe dizia que quem queria isso era a patroa. Minha mãe se rasgava de elogios para ele, dizendo que era um menino muito inteligente, vivia estudando. Logo no primeiro ano do ensino médio ele já começou a estudar pro vestibular. Tinha uma vida regrada de academia, estudos, terapia e meditação. Um legítimo *playboy* da zona sul. Ele passou de primeira no vestibular pra medicina. E eu? Eu ajudei a minha mãe a limpar a festa dele de comemoração. Eu estava indo pro terceiro ano, último ano na escola e o que me colocaria no mercado de trabalho, especificamente, como caixa de supermercado. Minha mãe era uma pessoa bem relacionada no morro e minha vaga já estava praticamente certa.

A patroa da minha mãe ia jogar fora todas aquelas apostilas de cursinho pré-vestibular, o *playboy* queria fazer uma fogueira. Foi neste momento, minutos antes do fogo começar, que eu pedi pra ficar com algumas. A patroa, com ar de deboche, lembrou que eu também queria ser médica, me deu as apostilas carregadas de piedade. Eu não me importava com isso, no fundo também aceitava que não poderia ser médica. Foi neste sentido que comecei a ler os livros das leituras obrigatórias do vestibular daquele ano, cada vez mais me apaixonando pela literatura. Os livros me levaram pra outro lugar, para o mundo da psicologia. Eu não sei dizer bem como isso começou, só sei que uma leitura levava a outra. Pensei, vou ser psicóloga. Estudei muito a partir dos materiais do *playboy*. No outro ano, eu calei e evoquei o grito da favela: virei uma bixo psicologia da universidade federal do meu estado. Minha mãe não acreditava. A patroa da minha mãe dizia que era sorte. A favela vibrava comigo.

Foi um longo caminho, fui crescendo e me tornando uma referência dentro do complexo aqui da minha comunidade. Construímos um cursinho popular para o ingresso de pessoas como eu na faculdade. Esse percurso não foi fácil, vivi muitas experiências na faculdade que faziam eu lembrar a patroa da minha mãe. Professoras e professores universitários de anos de carreira com mestrado, doutorado, pós-doutorado e especializações pelo mundo me olhavam com o mesmo olhar dos patrões. Passei por violências que realmente eu não precisava ter vivido. Ser negro no país não é fácil, mas ser negra é muito pior. Me

tornar uma psicóloga com a minha pele, minha carne, fez eu pensar que é possível mudar o mundo. Eu acredito nisso, mas é impossível pensar essa mudança sem sofrimento. Eu sofri, ainda sofro, minha cor impossibilita muitas vezes das pessoas acreditarem que eu sou psicóloga. Hoje trabalho no centro da juventude da minha comunidade como psicóloga, trouxe o conhecimento pra cá, o conhecimento que faz sentido para os meus. Eu não consegui me tornar a médica que eu sempre sonhei, mas me sinto realizada na minha escolha e na possibilidade de ver os ‘pretinhos e pretinhas’ aqui do morro se tornando o que eles querem ser, inclusive médicos e médicas. Foi com essas palavras que encerrei o discurso no dia em que me formei no Salão de Atos, da minha universidade, lotado. Eu nunca esquecerei desse dia, eu nunca esquecerei da força negra que me colocou onde eu estou hoje.

Mestrando Infeliz

- *Não vai, precisamos de você aqui. Esta universidade é tua!*
- *Se eu não for agora, eu não vou mais em lugar nenhum na vida.*

Onde estão os dias de glória dessa luta? Passei em último lugar no vestibular pra psicologia na minha universidade. Eram quarenta vagas, nove para ações afirmativas. Eu fui o quadragésimo. Pra minha família isso pouco importava, o que valia mesmo era ter passado. O ano foi 2014, na real, nem me lembro o que aconteceu de fato naquele ano. Entretanto, 2013 foi um ano tenso pro Brasil e pra mim. Foi um ano que eu pensei em entregar os pontos do que chamamos de vida. Bah, não gosto nem de lembrar. Podia tá em uma ruim agora. E não estou? Não sei.

Passei no vestibular. Não entrei na universidade com o pé direito, porque quando entrei nem sabia que já tava dentro. Nem sabia que aquele pátio grande onde eu usava para cortar caminho era uma universidade. Eu sabia o que era uma universidade, sabia que ali era uma universidade, mas não sabia. Entende? Cursei durante seis anos um curso que na maneira que eu me identificava com ele, ele tentava de todas as formas possíveis me tirar dali. Esses seis anos foram de porrada. Ser negro em uma universidade é botar a cara pra apanhar. E a gente apanha, como apanha. Eu queria muito chegar no topo. O topo que eu digo é sair dali com o diploma. Eu consegui! Iludido... eu não quis parar por aí...

Tu sai da graduação e cai no mundo do trabalho que não tem trabalho pra preto que ousou se formar. A universidade te impulsiona em continuar nela, fazer um mestrado, residência, ir ficando... Com sorte, talvez ter uma bolsa de pós graduação, mas tem que ter sorte mesmo, tão cortando tudo! Mas, mesmo assim, tá valendo pelo restaurante universitário, o famoso RU, e pela meia passagem no ônibus. Sabe aquelas piadinhas que as crianças vão pra escola só por causa da merenda? No ensino superior tem gente que vive isso também, sabia? A gente se sujeita por muitas coisas pra ter um prato de comida por menos de dois reais e pagar meio vale transporte. Pra quem não tem nada, ter RU e pagar meia passagem já é alguma coisa. Nossas prioridades, às vezes, não é de ser o pica das galáxias, ter mestrado e doutorado, até porque sabemos que esse rolê é de privilégios, quem chega e continua é os playba e patricinha desconstruídas. Acho massa os manos que querem isso, que lutam e conseguem, mas tem que ter estômago pra aguentar.

Eu comecei esse role de mestrado. Cara, que inferno. Eu comecei. Fui na boa pra fazer o meu. Cara, eu só queria fazer o meu e sair com esse título pra ter mais oportunidades aí fora. O meu orientador começou a pegar no meu pé, o cara não me largava de mão. Olha, que nesse mestrado eu tirei em primeiro lugar, não sei nem como, mas consegui. Na real eu sei, estudei pra caramba! Estudei porque era a minha única alternativa naquele momento. Aquele preto fudido que entrou no vestibular em último lugar, agora, é o primeiro.

Sabe que, por tu ser preto, as coisas contigo não são explícitas. Eu sofria pelas sutilezas de um racismo à brasileira. Cara, as coisas são pesadas, só quem passa por isso sabe. Não gosto nem de lembrar daquelas brincadeirinhas dele. Cara, sem noção aquelas piadas. Nossa, como doía essas paradas. O pior de tudo é que a gente sempre se questiona se isso é coisa da nossa cabeça ou racismo. O negócio era tenso, fui ganhando demandas de trabalhos maiores que meus colegas brancos. Eu era o único negro do grupo de pesquisa. Eu sofria boicotes, ganhava a maior parte dos trabalhos, mas sempre ficava fora dos trabalhos de maior prestígio. Eu ficava com os trabalhos mesmo que ninguém queria, não porque eu escolhia, porque me era designado. Eu era o exótico. Visualiza só, o exótico, cara! Põe na mesa de abertura dos eventos pra fazer figuração, mas não fala. O professor adorava falar que agora o programa de pós-graduação estava abrindo as portas pra pessoas que nem eu, que era muito bom ter um cotista negro no grupo. Eu entrei em primeiro lugar, não sou cotista. Um preto modelo, um escudo pra ninguém acusar aquele programa de pós-graduação de racista.

Eu pulei fora. Nem com bolsa dava pra aguentar. Parece que subir de nível é deixar mais explícito esse bagulho de racismo. Nossa, mano. Não consegui. Eu comecei a sofrer mano, aquele escroto do meu orientador nunca entendeu as merdas que ele fazia pra mim. Nunca entendeu mano. Eu tentei ser didático. Ele chorava e dizia que aquilo não era racismo. Era racismo sim!!! Eu me questionava se era racismo, mas mano, o racismo é tão foda que até nisso ele me pegou. Era racismo sim! Eu comecei a tomar umas medicações, antidepressivos, ansiolítico e uns rolê pesado. Tava morrendo de medo de recair na cocaína. Antes de entrar na universidade eu tive um passado tenso. Cara, esse professor não aceitava as minhas propostas de projeto. Ele dizia que pegaria mal ficar vendo racismo em tudo. Que eu deveria largar de mão pesquisas com o rolê de negritude, que eu tinha que fazer um trabalho sério. Mano, ele queria que eu pesquisasse uns role nada vê comigo. Larguei fora.

Meu orientador me adoeceu. O programa de pós-graduação me adoeceu. Eu explanava esse rolê, ninguém dava bola. A instituição sempre tem um lado, esse lado não é o nosso. Nunca é nosso. São tudo cobra criada, uns protegem os outros. Que doença. Isso é racismo institucional. Mano, tenho título de psicólogo, mas nem dinheiro pra pagar a anuidade pra carteirinha pra eu conseguir trabalho eu tenho. Ainda tô na asa da minha mãe, mas prefiro estar lá do que esses trouxas me enlouquecerem e fazer eu perder a vida. Eu vou voltar pro meu slam, pra minha comunidade. Eu preciso das minhas raízes pra me fortalecer.

Aborto legalizado

- *Uma mulher branca não consegue imaginar uma mulher negra não trabalhando.*

Uma psicóloga feminista e antirracista. Essa era a forma que eu me apresentava nos locais por onde eu passava. Às vezes eu nem precisava me apresentar, meu corpo dizia tudo. Meu sangue é de preta batuqueira. Mulher negra que vai com a cara erguida para o topo. Nunca fui de levar desaforo para casa. Nos corredores do prédio acadêmico, me chamam de nega barraqueira, isso só porque não deixo ninguém pisar em uma mulher negra e sair ileso. Me colocam como a vilã da história, quem vê até pensa...

Foi em agosto que eu descobri que estava grávida. Foi uma surpresa, eu não esperava, mas eu gostei da ideia de ter uma criança. Meu companheiro estava gostando da ideia também. Eu estava indo para o terceiro mês. Segundo ano do doutorado. Minha vida estava uma loucura, estava pensando em fazer doutorado sanduíche, comecei a recalcular a minha vida. Eu tinha que, ao menos, nesses próximos seis meses, fazer o meu projeto de pesquisa para, no retorno, me dedicar ao campo. Minha pesquisa é sobre mulheres negras perigosas, um campo que tem interface com os presídios femininos e manicômios pelo Brasil.

Minha gravidez foi tomando corpo, meus pés foram inchando, minhas pernas carregando o peso do mundo. Eu tinha feito mestrado e duas especializações. Quando entrei no doutorado, estava no auge.

Eu estava sendo chamada para eventos nacionais e internacionais, publicando muito e naquele momento tudo que eu precisava era descansar. Minha orientadora branca, com seus lindos cabelos loiros e olhos azuis, começou a agir diferente comigo quando eu engravidei, ainda mais quando comecei a me ausentar da minha produtividade.

Eu não tinha problema nenhum em parar, tudo que eu queria era cuidar da minha saúde e ter essa criança que já fazia parte dos meus planos. Comecei a dar um “chega para lá” naquela mulher, ela não me deixava em paz. Até na minha casa ela foi capaz de vir para me cobrar trabalho, dizia que estava indo me visitar para ver como eu estava, mas só falava de trabalho. Eu comecei a dizer para o porteiro não deixar ela entrar, dizer que eu não estava, mas, na verdade, ela sabia que eu já estava em um nível que não conseguia mais sair de casa. Mesmo assim, seguia me perseguindo...

Essa professora sempre me assediou, eu que não tinha tempo para pensar. Na minha caixa de e-mail só tinha mensagem dela, no meu celular só tinha mensagem daquela mulher, até mandar recado por amigos ela me mandava. Só me dei conta quando ela driblou o porteiro para me levar uns papéis para assinar para uma publicação de uma revista. Foi o dia que eu joguei os cachorros nessa mulher, mandei ela sair da minha casa. Eu estava de repouso por indicação médica, estava nem aí para o meu projeto de pesquisa, não estava nem aí para publicação. Eu só queria terminar a minha gravidez em paz. Não deu outra, o sangue escorreu no meio das minhas pernas. Foi estresse demais, foi tensão demais, foi assédio demais, foi racismo demais. Por ora, eu perdi.

A carne mais barata do mercado não tá mais de graça

Não Tá Mais de Graça é umas das narrativas contemporâneas mais sensacionais que nós negros e negras ganhamos no ano de 2019, sendo ela escrita por Rafael Mike e interpretada na voz de Elza Soares. A faixa do seu álbum *Planeta Fome* (2019) é uma releitura atual da canção *A Carne*, gravada pela cantora nos anos 2000. Elza Soares empresta sua voz para o processo criativo-artístico-político onde as canções retratam críticas de um mundo em que, como ela diz em uma das letras de seu novo álbum, “lutar por seu direito é um defeito que mata”. *Não Tá Mais de Graça* tece o sentimento do corpo negro sobre a negritude, é a mais sincera inspiração, inclusive, para materializar esse texto.

O processo criativo da trilogia de narrativas, aqui apresentadas, é inspirado em vidas e mortes do mundo real acadêmico que extrapolam uma trama complexa da realidade e se transformam em fantasia. São histórias de sofrimentos cotidianos que carecem de algumas doses de invenção para serem suportadas. É o medo de não poder mais gritar essas mentiras verdadeiras. É uma junção de uma busca incessante pela imaginação e fuga da realidade das barreiras de tornar-se negro (Souza, 1983), sobretudo, uma pessoa negra intelectual em um país antinegro. É o delírio criativo de dizer que o branco é o causador do sofrimento negro. É a lembrança da máscara eterna e invisível do colonialismo em nossas bocas. O escape psíquico do lugar de carne mais barata do mercado.

Mas, como canta Elza Soares, representamos aqui o recado dado em melodia: “*o que não valia nada agora vale uma tonelada*”. Sabemos quem somos, nos apropriamos da nossa história e dos nossos direitos. As instituições de ensino superior precisam garantir espaços qualificados de educação das relações étnico-raciais para o enfrentamento do racismo e a valorização de conhecimentos negros através de uma práticas antirracistas. As universidades, assim como toda a nossa sociedade, precisam adotar uma política antirracista que contraponha a ordem racial estabelecida pelo mundo. Precisamos acolher e enfrentar a interrogação que nos coloca Sueli Carneiro (2011):

Em termos de saúde mental, o que significam um ego e uma subjetividade inflados pelo sentimento de superioridade racial?... Nesse sentido, a desconstrução da brancura como ideal de ego da sociedade é imperativo para a libertação e cura de todos: negros, brancos, indígenas, orientais. E talvez nisso resida o papel mais estratégico que os psicólogos têm a cumprir. (Carneiro, 2011, p. 81)

Precisamos compreender que as questões e efeitos gerados pelo racismo e pelo mito de uma democracia racial brasileira não podem ser apenas discutidos e enfrentados como luta da população negra. O racismo, ao contrário do que muito já se foi falado, não é um problema do negro, não foi inventado por nós. Neste sentido, a Psicologia Social, ancorada em uma ética e política antirracista, tem um papel importante na desconstrução e problematização das hierarquias de poder construídas em nossa sociedade, assim como sobre seus efeitos nas práticas e relações que se configuram a partir dessas mesmas hierarquias que, no Projeto Moderno e Colonial, foram estabelecidas em uma ordem racializada que tem como referência a supremacia branca. Esse movimento de problematização é de grande relevância tanto para campo da Psicologia Política, como para todos aqueles que se propõe ao exercício crítico e o enfrentamento ao racismo que assola as relações brasileiras, pois uma política e uma educação, efetivamente, antirracistas dependem, como nos falam Sueli Carneiro (2011) e *bell hooks* (2019a), da desconstrução e superação da supremacia branca por todos e todas nós - o que significa que pessoas brancas necessitam pensar os privilégios de sua branquitude. Mas não a partir da construção de uma solidariedade política que sustente aos/as brancos/as a manutenção de uma narrativa de vitimização compartilhada que, como nos alerta *bell hooks* (2019b), continua a posicionar pessoas brancas no centro da discussão, além de obscurecer o modo como a dominação racista afeta grupos marginalizados.

Portanto, o trabalho antirracista, a solidariedade a ser construída nesse processo, não precisa estar embasada em uma experiência de vitimização compartilhada, em que pessoas brancas se voltariam para o quanto são, também, feridas pelo racismo. Como aposta a autora, uma educação antirracista pode (e deve) estar enraizada no entendimento ético e político do racismo e da rejeição à dominação de alguém - postura pela qual seja possível às pessoas brancas abrirem mão de privilégios sem precisar se verem como vítimas (*bell hooks*, 2019b).

Desse modo, lançamos aqui nossa provocação: convidamos as pessoas brancas a saírem desse lugar de onde se sentiriam vítimas do racismo (lembrando, não há racismo reverso!) para que, assim, seja possível um deslocamento na estrutura de dominação. Deslocamento que implica uma mudança da questão de “Eu sou racista?” para “Como eu posso dismantelar o meu próprio racismo?”. Esta pergunta que, por si só, já dá lugar a um processo de consciencialização e desconstrução do racismo não como uma etapa moral, mas psicológica (Kilomba, 2019). Despertar a branquitude desse feitiço tem se revelado uma tarefa desafiadora de pessoas conscientes dos processos de dominação da supremacia branca – pessoas negras, sobretudo, e também brancas (Ribeiro, 2019). Como pontua Milton Santos (conforme citado por Mello, 2016, *online*) “A luta dos negros só pode ter eficácia se envolver todos os brasileiros, inclusive os negros, mas não só os negros. Não cabe aos negros, aliás, fazer essa luta”.

Referências

- Barcellos, J. R. S. (2016). *Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e a região metropolitana* [Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS]. <http://hdl.handle.net/10183/148270>
- bell hooks (2019a). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Elefante.
- bell hooks (2019b). *Olhares negros: raça e representação*. Elefante.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e Branquitude no Brasil. In I. Carone & M. Bento (Orgs.), *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-58). Vozes.
- Cardoso, C. L. (2018). A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo-fim. In *130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados* (pp. 295-311). Editora D'Plácido.
- Carneiro, S. A. (2005). A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser [Tese de doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, SP]. <https://repositorio.usp.br/item/001465832>
- Carneiro, S. A. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro
- Césaire, A. (2010). *Discurso sobre a negritude*. Nandyala.
- Costa, Luís A. (2014). O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Revista Fractal*, 26(nspe.), 551-576. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1317>
- Evaristo, C. (2005). Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In Nadilza Barros Moreira & Liane Schneider (Orgs.), *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora* (pp. 219-229). Idéia/Editora Universitária/UFPB. <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/genero-e-etnia-uma-escrevivencia-de.html>
- Fonseca, T. M. G., Costa, L. A., Cardoso, C. A. & Garavelo, L. M. C. (2015). Narrativas das infâmias: um pouco de possível para a subjetivação contemporânea. *Athenea Digital*, 15(1), 225-247. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1430>
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpoes, 2, 223-244. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf
- Grosfoguel, R (2012). Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFS-Car*, 2(2), 337-362. <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86/51>

- Kalckmann, S., Santos, C. G., Batista, L. E. & Cruz, V. M. (2007). Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?. *Saúde e Sociedade*, 16(2), 146-155. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902007000200014>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogá.
- Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Antígona.
- Mello, J. (2016). Como é ser negro no Brasil, por Milton Santos. *Jornal GGN*. <https://jornalgggn.com.br/direitos/como-e-ser-negro-no-brasil-por-milton-santos/>
- Meneses, M. P. (2010). Outras Vozes Existem, Outras Vozes São Possíveis, In: R. Leite Garcia, (Org.), *Diálogos Cotidianos* (pp. 247-265). DP et Alii.
- Moore, C. (2012). *Racismo e Sociedade Novas Bases Epistemológicas para entender o racismo*. Mazza.
- Moreira, A. (2018). *O que é racismo recreativo?*. Letramento.
- Munanga, K. (2017). As ambiguidades do racismo à brasileira. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 33-44). Perspectiva.
- Nascimento, A. (2016). *O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo*. Perspectiva.
- Omidire, F. (2018). Ifayemi Elebuibon e a Gnose Nagô-Yorubana: A Poesia Cantada na Busca pela Descolonização do Saber no Mundo Globalizado. *Fólio - Revista De Letras*, 10(2), 113-134. <https://doi.org/10.22481/folio.v2i10.4709>
- Ramos, L. (2017). *Na minha pele*. Objetiva.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Ribeiro, D. (2019). *A versatilidade e vanguarda de Grada Kilomba*. Ensaio para Catálogo Exposição Grada Kilomba: Desobediências Poéticas. Pinacoteca de São Paulo. <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/12390.pdf>
- Santos, M. (1997), Cidadanias mutiladas. In J. Lerner, J. (Ed.), *O preconceito* (pp. 133-144). IMESP.
- Santos, R. R. (2019). As políticas de branqueamento (1888-1920): uma reflexão sobre o racismo estrutural brasileiro. *Por dentro da África*. <http://www.pordentrodaafrica.com/educacao/as-politicas-de-branqueamento-1888-1920-uma-reflexao-sobre-o-racismo-estrutural-brasileiro>
- Santos, V. M. (2018). Notas Desobedientes: Decolonialidade e a Contribuição para a Crítica Feminista à Ciência. *Psicol. & Soc. [online]*. 30, e200112. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>

Silva, J. (2020). Trajetória: Nuances sobre o racismo brasileiro. *Portal Geledés*. <https://www.geledes.org.br/trajetoria-nuances-sobre-o-racismo-brasileiro/>

Silva, R. N. (2004). Notas para uma genealogia da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 12-19. <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a03v16n2>

Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro*: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Graal.

Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(nspe.), 244-248. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000

Histórico

Submissão: 05/06/2020

Aceite: 22/11/2021

Contribuição dos autores

Concepção: LRP; LR

Coleta de dados: LRP; LR

Análise de dados: LRP; LR

Elaboração do manuscrito: LRP; LR

Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: LRP; LR

Aprovação final do manuscrito: LRP; LR

Financiamento

Não se Aplica

Aprovação, ética e consentimento

Não se Aplica

Artigo Original

Análisis de la crisis política de Brasil del 2013 al 2018: Una perspectiva psicosociológica

Análise da crise política no Brasil de 2013 a 2018: Uma perspectiva psicossociológica

Analysis of the political crisis in Brazil from 2013 to 2018: A psychosociological perspective

Leoncio Francisco Camino *

leocamino@uol.com.br

Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal **

tatianacaleal@gmail.com

Saulo Bagatini Silva ***

saulobasil@gmail.com

Roberto Mendoza ****

cir.mendis@gmail.com

* Universidade Federal da Paraíba
<http://orcid.org/0000-0002-8666-7898>

** Universidade Federal da Paraíba
<http://orcid.org/0000-0002-7425-1836>

*** Universidade Federal da Paraíba
<https://orcid.org/0000-0002-8230-5603>

**** Universidade Federal da Paraíba
<https://orcid.org/0000-0002-4260-1213>

Resumen

El texto analiza la crisis política que enfrentó Brasil, del 2013 al 2018. Se analiza cómo se vivió la crisis y cómo se articularon en la conciencia de los ciudadanos los diferentes elementos que constituyen esa coyuntura. Se realizó un estudio empírico con 158 universitarios para entender cómo se traduce la lucha ideológica en Brasil en la opinión de las personas sobre los tipos de conflicto político y cómo se reflejan estas representaciones en las percepciones sobre la crisis. Los datos muestran la existencia de una fuerte polarización política y corroboran que la forma en que el individuo se ubica en el espacio político es muy importante para comprender el significado que le dará a la crisis. Finalmente, el estudio muestra la importancia de las representaciones de la estructura social del conflicto como matriz ideológica subyacente al comportamiento político.

Palabras llaves: Crisis Política; Espacio político; Identificación partidaria; Polarización Ideológica, Representaciones.

Resumo

O texto analisa a crise política que o Brasil enfrentou, de 2013 a 2018. Analisa como a crise foi vivida e como os diferentes elementos que compõem essa situação foram articulados na consciência dos cidadãos. Foi realizado um estudo empírico com 158 estudantes universitários para entender como a luta ideológica no Brasil se traduz na opinião das pessoas sobre os tipos de conflito político e

como essas representações se refletem nas percepções da crise. Os dados mostram a existência de uma forte polarização política e corroboram que a maneira pela qual o indivíduo está localizado no espaço político é muito importante para entender o significado que dará à crise. Por fim, o estudo mostra a importância das representações da estrutura social do conflito como matriz ideológica subjacente ao comportamento político.

Palavras-chave: Crise política; Espaço político; Identificação partidária; Polarização ideológica; Representações.

Abstract

The text analyzes the political crisis that Brazil has been through from 2013 to 2018. It analyzes how people lived the crisis and how the different elements that constitute this context articulated in citizens conscience. An empirical study with 158 undergraduate students was carried out to understand how the ideological fight in Brazil is translated in people's public opinion over the types of political conflicts and how these representations are reflected in perceptions about the crisis. The data show the existence of a strong political polarization and corroborate that the way in which individuals finds themselves in the political space is very important to comprehend the meaning that will be given to the crisis. Finally, the study shows the importance of the representations of the social structure of the conflict as an underlying ideological matrix for political behavior.

Keywords: Political Crisis; Political space; Party identification; Ideological polarization; Representations.

Introducción

Este texto pretende analizar la crisis que enfrentó Brasil, desde el comienzo de las manifestaciones en el 2013 hasta las elecciones de 2018. Crisis que se desarrolló en varios niveles: en lo *económico* (la crisis financiera internacional del 2008 y sus diferentes efectos en Brasil); en lo *político* con el agotamiento de la hegemonía del Partido de los Trabajadores (PT) y el aumento del rechazo a los partidos políticos tradicionales; en lo *jurídico*, con la operación anticorrupción, ‘Lava Jato’, y la politización del poder judicial y, en lo *social*, con el cambio de dinámica de la movilidad social, después de que casi 30 millones de personas salieran de la pobreza (IBGE, 2012)¹.

Nuestro objetivo es entender la crisis en sus aspectos psicológico/sociales, analizar cómo la población entendió y experimentó la crisis y cómo se articularon, en la conciencia de los ciudadanos, los diferentes elementos que constituyeron esa coyuntura. El ciudadano, cuando experimenta una crisis social, no lo hace como mero espectador externo, sino como alguien incluido como agente en ese proceso. Así, la forma en que la gente se autodefine en el espacio político y el modo como reconoce su inserción, será muy importante para comprender cómo percibe la crisis y por qué la percibe así. Así, nuestro objetivo principal es analizar la relación entre la auto ubicación de las personas en el espectro político izquierda-derecha y el modo como perciben y se sitúan en el conflicto político brasileño.

En la medida en que nuestro interés no era solo describir los diversos elementos de la crisis, sino analizar cómo se articulan y qué creencias ideológicas subyacen a esta articulación, se decidió, para el estudio empírico, utilizar una muestra homogénea con un cierto nivel de politización. En este sentido, la elección de estudiantes universitarios nos pareció la más conveniente. Si bien es evidente que una muestra de estudiantes universitarios no representa la población general, pensamos que este colectivo puede ser visto como una especie de vitrina donde se exponen de una manera más clara los conflictos y dilemas ideológicos de una sociedad o al menos parte de ellos.

Escogimos una muestra de estudiantes de la Universidad Federal de la Paraíba porque ya se habían llevado a cabo allí en las décadas del 1980-90 varias investigaciones sobre el comportamiento político de sus estudiantes (Costa, Torres, Burity, & Camino, 1994; Torres, 1992). Por lo tanto, al comparar los datos actuales con los datos de 1988 - 1991, un período en el que Brasil reanudó la democracia, podremos entender mejor la crisis.

En las ciencias sociales se habla de crisis económicas y políticas para indicar estados de tensión, transición o conflicto. En la medida en que las crisis económicas y políticas afectan los sistemas sociales, ambas generalmente, se muestran operando recíprocamente en la misma coyuntura, como sucedió en la crisis de 2013 -2018. Aunque cabe destacar que, en la actual crisis, el sistema jurídico tubo también una importante participación.

Para comprender mejor el contexto socio-político donde se desenvuelve nuestro análisis psico-sociológico, a saber, la crisis actual en Brasil, debemos remitirnos al segundo mandato del presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) cuando la devaluación de la moneda, el racionamiento de la energía y la inflación, crearon una fuerte insatisfacción con la situación económica, que facilitó a Luís Inácio Lula da Silva (candidato del PT) el triunfo en las elecciones del 2002 (Del Priore & Vennancio, 2013). De hecho, los dos mandatos de Lula (2003 -2010) crearon una sensación de progreso económico, basado en un pacto social más o menos implícito entre los empresarios y los trabajadores, ambos sectores restringiendo sus demandas. Gracias al éxito de sus políticas sociales, Lula en el 2010 consigue imponer a Dilma Rousseff (también del PT) como su sucesora. Ya en el primer mandato de Dilma (2011-2014) los diversos efectos de la crisis financiera internacional del 2008 se hicieron sentir en Brasil.

1 Un estudio del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística [IBGE] (2012), o PNAD, da cuenta que entre 2009 y 2011 se redujo la brecha entre ricos y pobres, aunque la distancia aún es enorme, porque los ricos ganaron 87 veces más en 2011 que los más pobres, contra 107 veces más en 2009.

La crisis política se inicia en junio de 2013, con las primeras manifestaciones contra los reajustes en el transporte público, organizados por el Movimento Passe Livre (MPL). Posteriormente, se agregan demandas por vivienda, organizadas por el Movimento Social de Trabalhadores Sem-Teto (MSTS). Al principio, las protestas tenían un perfil de izquierda, pero rápidamente se unieron grupos de diferentes perfiles ideológicos. Así en 2014, se realizan protestas contra Dilma lideradas por el Movimento Brasil Livre (MBL) y Vem pra Rua, movimientos con perfiles claramente de derecha (Nogueira, 2015).

Las enormes manifestaciones populares en este período formulaban un clamor general contra las condiciones de vida, salud y vivienda, contra la corrupción (principalmente en la organización de la Copa 2014 y de la Olimpiada en Rio de Janeiro) y contra la ineficiencia del establishment político. Es a partir de 2015, que se inician las manifestaciones que tienen connotaciones más partidarias a favor y contra el impeachment de Dilma. Se observó que los manifestantes a favor del *impeachment* de Dilma, fueron más numerosos en el sur del país, en su mayoría blancos y de clase media y media alta (Firmino, 2017). Ya las manifestaciones contra la destitución de Dilma fueron numerosas en el noreste del país, participaron más personas negras y mestizas, de los colectivos populares, en general, con ingresos medio bajos y bajos (Nogueira, 2015).

Al mismo tiempo, la operación ‘Lava Jato’ coordinada por el juez Sérgio Moro comienza a investigar un vasto esquema de corrupción en la mayor empresa estatal del país, la Petrobras. Esta operación que inicialmente involucró a políticos y empresarios se fue centrando en el PT y principalmente en la figura de Lula. Esta estrategia quedó simbolizada por una laminilla en *Power Point* donde el procurador da la República Deltan Dallagnol, coordinador de la Lava Jato, colocó a Lula como la figura central de un enorme esquema nacional de corrupción Souza (2016, pp. 19-20).

A finales de diciembre, el Congreso nacional inicia el proceso de *impeachment* de la presidenta Dilma Rousseff, acusada de retrasar deliberadamente las transferencias de dinero del Tesoro Nacional (el llamado pedaleo fiscal). En abril de ese año, el *impeachment* es aprobado en el Congreso, en una sesión marcada por una gran emotividad y la insuficiencia de argumentos propiamente políticos por parte del conjunto de los legisladores, que justificaban su voto a favor de la destitución usando las mismas expresiones inflamadas de las manifestaciones públicas (Bucci, 2016). En julio de 2017, el juez Sérgio Moro condenó al expresidente Lula a nueve años de prisión por la presunción, sin prueba fehaciente, de haber aceptado la promesa de una propiedad a cambio de contratos públicos. Durante el período del juicio y después del arresto de Lula, se llevaron a cabo varias manifestaciones callejeras, tanto a favor como en contra de la condena de Lula. Ambas manifestaciones tuvieron los mismos organizadores y las mismas características sociodemográficas que las demostraciones públicas a favor y en contra del juicio político de Dilma.

Si los primeros movimientos callejeros en 2013 se basaron en una insatisfacción difusa contra las condiciones de vida, la corrupción y la ineficiencia del *establishment* político, es a partir de 2014 que se estableció la idea, con la colaboración de la prensa conservadora y las redes sociales, de que los culpables de la crisis económica y la corrupción serían el PT, Lula y la presidente Dilma. En ese momento, la sociedad parecía haberse dividido en dos partes: una contra el PT y su hegemonía política electoral y la otra a favor del PT y sobre todo de la mejoría social adquirida en su gobierno. Como consumación de esta disputa política, Dilma sería depuesta de su cargo y Lula sería sentenciado a prisión e impedido por la ley de ser candidato a presidente en las elecciones de 2018. Así, al comienzo de esas elecciones se podría decir que la crisis había llegado a su fin con la derrota del PT. Pero la polarización política se mantuvo como aparece en los resultados de esa elección presidencial, donde el exmilitar Bolsonaro del PSL de extrema derecha liberal, ganaría con el 55.17% de los votos en la segunda vuelta, mientras que Fernando Haddad, del PT, substituyendo Lula, obtenía el 44.87%.

En la perspectiva psicosociológica adoptada es interesante verificar cómo se construye e internaliza un lugar de inteligibilidad de la política, que está impregnado por la apropiación de argumentos ideológicos en disputa en el ámbito político. Este lugar de inteligibilidad es el llamado ‘espacio político’, un área de conflicto que forma la base de las relaciones entre votantes y partidos en un sistema político en un

momento histórico determinado (D'Alimonte, 1986). En este sentido, el espacio político debe entenderse como un facilitador que permite al individuo apropiarse de discursos ideológicos sobre las alternativas políticas en juego en una sociedad. De hecho, este espacio se construye en términos de discursos antagónicos en uno o varios aspectos. ¿Cómo organizar las posiciones opuestas que constituyen el universo conflictivo del discurso político?

La dimensión derecha-izquierda, una dicotomía clásica en el campo político, se ha utilizado desde la 'Revolución Francesa' para designar dos campos opuestos en la política (Bobbio, 1995). Pero es evidente que el significado ha ido cambiando. Desde principios del siglo XX y durante la guerra fría, la confrontación ideológica tuvo lugar en torno de la propiedad de los medios de producción: la derecha defendía la propiedad privada y la izquierda defendía la propiedad colectiva (Hobsbawm, 1995). Para algunos autores, la diferencia sería el nivel de intervención estatal en la economía: la izquierda se identificaría con las políticas intervencionistas y la derecha con el liberalismo económico (Seoane, 1988).

Pero se podría pensar más simple, que, en occidente, la derecha se identifica con el mantenimiento del *status quo*, mientras que la izquierda busca cambios sociales (Bobbio, 1995). De hecho, pensamos que los conflictos se desarrollan en varios niveles. Así al nivel de la estructura social se puede afirmar que fundamentalmente la derecha se caracteriza hoy en día por la defensa de estatus social (real o imaginario) y de los valores de posición social (Bourdieu, 2004): supremacía blanca, cultura patriarcal, xenofobia, etc. Ya la izquierda se caracteriza precisamente por la lucha contra las injusticias sociales. Esto se refleja, por ejemplo, en el fuerte valor motivacional de las campañas "Me Too" e "Black Lives Matter". Al nivel económico la diferenciación se da en el papel que se le atribuye al Estado. Para la derecha neoliberal este no debería intervenir en la economía en cuanto que la izquierda defiende un Estado activo principalmente en la realización de políticas públicas y sociales. Finalmente, en el nivel político se observa un fuerte desgaste general de los partidos políticos tradicionales, pero más acentuadamente este desgaste ocurre entre los que se ubican a la derecha y al centro²

En otras palabras, es a partir de un proceso de disyuntiva política específica que cada ciudadano capta, se apropia e interpreta los diferentes eventos que componen la crisis. Pero los procesos de aprehensión de argumentos políticos no se guían exclusivamente por procesos cognitivos racionales, como lo propone la Teoría de la Acción Racional (Downs, 1957). Hoy, estudios muestran la importancia de las emociones (Lavareda, 2009). Así, los postulados ideológicos abstractos serían transmitidos a través de imágenes o símbolos simples que tienen repercusiones emocionales, un papel que la prensa oral y escrita como también las redes sociales, con su carga frecuente de *fake news*, juegan a la perfección. Se debe tener en cuenta que, en las redes sociales, no solo intercambian mensajes los ciudadanos, sino, también, empresas especializadas que usan *chatbots* para propaganda política y que cuentan con bastante financiamiento.

Por lo tanto, en el espacio político, no se contraponen los argumentos ideológicos de una manera cristalina, sino en imágenes y/o fórmulas verbales que de alguna manera se refieren a posiciones ideológicas. Consideramos que, en la comprensión de este espacio político, las visiones o representaciones de la estructura social del conflicto juegan un papel importante, porque de manera simple indican dónde la persona está o cree estar y cuáles son sus adversarios.

Específicamente en este estudio empírico trataremos de responder la siguiente pregunta: ¿Cómo se traduce en la opinión de las personas, a partir de su auto – ubicación en el espectro político, la lucha de creencias ideológicas sobre los tipos de conflicto presentes en la sociedad brasileira? Para tanto:

1. Inicialmente, realizamos una encuesta sobre cómo los jóvenes universitarios se definen en el espectro político de izquierda-derecha.

2 Podemos colocar como un ejemplo actual los resultados en Chile de las elecciones para la Convención Constituyente (15-16/05/2021): los partidos tradicionales de derecha (UDI) y de centro izquierda (PS) que venían alternándose el poder después de la dictadura de Pinochet, obtuvieron menos de un tercio de los votos.

2. Estudiamos cómo las diferentes formas de situarse en el espectro político afectan la atribución de causalidad a la crisis. Esperábamos observar que los estudiantes identificados con la derecha atribuirían la causa de la crisis a la falta de valores y moralidad de los políticos (la operación Lava Jato culpó al PT por la corrupción existente). Entre los de la izquierda, las causas atribuidas serían principalmente políticas.
3. También analizamos el papel de la ubicación política en la evaluación que los estudiantes hacen de los personajes centrales de la crisis (expresidenta Dilma, exvicepresidente Temer, Lula y el juez Moro), de sus dignidades personales y sus contribuciones al país. Esperábamos constatar que los estudiantes que se situaron a la derecha del espectro político atribuirían poco valor a Dilma y Lula, mientras que evaluarían positivamente a Moro e Temer. Evidentemente, esperábamos una imagen opuesta en los estudiantes ubicados a la izquierda: evaluaciones positivas de Dilma y Lula y negativas en relación con Moro e Temer.
4. Finalmente, queríamos analizar las relaciones existentes entre: la posición de los estudiantes en la escala izquierda - derecha; su simpatía por los partidos políticos y sus puntos de vista sobre la estructura social del conflicto, ya que asumimos una estrecha relación entre estas tres variables. Esperábamos mostrar, a través de la simpatía partidaria, que las visiones sociopolíticas estarán relacionadas con las ideologías subyacentes en las fuerzas políticas actuales.

Método

La encuesta se realizó en septiembre de 2018, un mes antes de las elecciones, y participaron 159 universitarios. Con la autorización de los docentes, se contactó a los estudiantes durante las clases y aquellos que se ofrecieron como voluntarios respondieron los cuestionarios individualmente en la sala, siguiendo las precauciones éticas con respecto a la investigación con seres humanos (Resolución nº 510/2016 del CNS). La edad promedio de los participantes fue de 21.5 años ($DE = 5.6$), con un número prácticamente igual de participantes masculinos (49.7%) y femeninos (50.3%). La renta familiar de 36% de los participantes situaba se entre 1 y 4 Salarios Mínimos (S. M.); 45% declararon una renta familiar entre 4 y 10 S. M. y 19% tenían una renta familiar superior a los 10 S. M. Análisis mostraron que estas características no afectan las conclusiones del estudio.

En la medida en que nuestro interés fue analizar cómo los estudiantes entendieron la crisis y sus causas, cómo se evaluaron los personajes centrales de la crisis, cómo los estudiantes se situaron en el espectro político y finalmente cuál sería el contenido ideológico de esta ubicación, elaboramos un cuestionario *ad hoc* que evaluó estos factores siguiendo el siguiente procedimiento:

1. Atribución de causalidad a la crisis: el participante debería ordenar 4 posibles elementos (económico, político, valores y moral) de acuerdo con la importancia que atribuía a cada uno de estos como causante de la crisis, atribuyendo 1 al más importante y 4 al menos importante. Gran parte de los debates públicos o privados sobre la crisis se centraban en sus causas reales o imaginadas. De hecho, en la necesidad humana de dar significado al mundo se encuentra nuestra tendencia de atribuir causas a los eventos sociales (Heider, 1958). Escogimos los 4 aspectos anteriormente citados porque algunos estudios empíricos muestran que estos conceptos son frecuentemente citados en la opinión popular, como elementos importantes de la actual crisis (Lima, Lins, & Monteiro, 2018) o son valores relacionados con la ubicación en el Espectro Político (Malka, Lelkes, & Soto, 2019).
2. La evaluación de los personajes principales de la crisis: dado que, durante la crisis se debatía no solo sobre sus causas, pero también sobre el papel que los políticos ejercían, nos pareció

importante estimar como los políticos más destacados durante la crisis fueron evaluados en función de la ubicación política de los estudiantes. Como colocamos en la resumida descripción de la crisis, cuatro políticos desempeñaron papeles cruciales durante esta: Dilma Rousseff, la presidenta depuesta; Luís Inácio Lula da Silva, el expresidente declarado culpable de corrupción y encarcelado; Sergio Moro, juez que condenó al expresidente Lula y Michel Temer, quien, aunque fue vicepresidente de Dilma, apoyó el *impeachment* y después como presidente sustituto, aprobó medidas económicas liberales contrarias a las del PT. Se les pidió a los estudiantes que calificaran en una escala de 1 (ninguna) a 4 (mucho) tanto la dignidad como la contribución al país de cada uno de ellos.

3. Con respecto a la ubicación de los estudiantes en el espectro político, su relación con la simpatía partidaria y la visión sobre la estructura sociopolítica del conflicto, seguimos el procedimiento propuesto por Camino, Silva e Sousa (1998).
 - a. **Ubicación en el espacio político:** inicialmente, se le preguntó al participante si se incluía o no dentro del espectro político de izquierda- derecha. Si respondía afirmativamente, debería situarse en una de las posiciones políticas clásicas: izquierda, centro, derecha. Teniendo en cuenta que el problema de situarse políticamente a menudo está relacionado con el rechazo de los partidos políticos existentes (Corporación Latinobarómetro, 2018), se les preguntó a aquellos que no se habían ubicado en ese espectro, dónde se ubicarían en un contexto político ideal: a la izquierda, el centro o la derecha. Combinando las respuestas dadas en la situación política actual con las dadas en una situación ideal, se construyó la variable auto ubicación política.
 - b. **Visión de la estructura sociopolítica:** inicialmente se preguntó a los participantes si simpatizaban con algún partido político. Quien respondió afirmativamente debería indicar con qué partido simpatizaba, a qué personas o grupos su partido favorecía y qué partidos se oponían en mayor medida a su propio partido. A quienes dijeron que no simpatizaba con ningún partido se le pidió que imaginaran un partido ideal y luego indicaran a las personas o grupos que ese partido ideal favorecería, y los partidos y/o grupos que se más se opondrían a su partido ideal.

Resultados

Auto-ubicación en el espectro político

Cuando se preguntó a los entrevistados si se ubicaban en algún lugar del espectro político, el 56.1% respondió afirmativamente, mientras que el 43.9% respondió que no. Se puede ver (Tabla 1, columnas 2 y 3) que prácticamente 2/3 de los que se posicionan en el espectro, eligieron a la izquierda (65.9%) y que más de 1/4 de los entrevistados se considera a la derecha. Pero pocos eligieron el centro (8%). Entre los estudiantes que no optaron por la dimensión izquierda-derecha en el espacio político brasileño actual, pero sí en un marco político ideal (Tabla 1, columnas 4 y 5), un poco más de la mitad (55.7%) estaban ubicados políticamente en el centro (Esto parece indicar no una posición ideológica definida sino un distanciamiento de los partidos políticos existentes sea de izquierda o de derecha) y un poco más de 1/4 optó por la posición de izquierda. Finalmente, juntándose las dos formas de ubicarse, se observa (Tabla 1, columnas 6 y 7) que en general, 49% (n = 77) de la muestra declara situarse en la izquierda, en cuanto 29,3% (n = 46) se considera de Centro y 19,1% (n = 30) de Derecha.

Tabla 1-Frecuencia y porcentaje de las ubicaciones de los alumnos en el cuadro político actual (1), en un cuadro ideal (2) y la auto ubicación política, resultantes de la conjunción de las dos formas de ubicación

Se ubican en el Espectro Político	Cuadro político actual (1)		Cuadro político ideal (2)		Auto ubicación política (1+2)	
	n	%	n	%	n	%
Totales	88	56,1	70	43,9	154*	100
Izquierda	58	65,9	19	27,1	77	50,0
Centro	07	08,0	39	55,7	46	29,9
Derecha	23	26,1	08	11,5	31	20,1
No se ubican	---	---	04	05,7	---	---

**Los 4 estudiantes que no se ubicaron fueron retirados de los análisis que se siguen.*

Se puede ver (Tabla 2) que el porcentaje de estudiantes que no se ubicaron en el espectro político (43.9%) es similar al obtenido por Torres (1992) en un estudio realizado en la misma universidad en 1990 donde el 45.9% de los estudiantes no se posicionaron en la escala izquierda - derecha. Las diferencias se encuentran en las preferencias. Las posiciones de izquierda y derecha fueron más preferidas en 2018 que en 1990, mientras que el centro prácticamente se vació en 2018 en comparación con el período de 1990. No es sorprendente que en un período de polarización política como el experimentado en Brasil en 2018, el año de la investigación, los estudiantes eligieron los extremos de la escala más que el centro. Puede llamar la atención que más de un tercio (37.7%) de los estudiantes eligiese a la izquierda en 2018, ya que el movimiento conservador contra el PT salió victorioso, pero estos resultados pueden explicarse por el hecho de que eran estudiantes de una universidad pública con trayectoria de luchas contra la dictadura y fuerte militancia de izquierda. Pero también se puede pensar que los reiterados ataques contra ella han revivido el espíritu democrático de lucha de los años 90.

Como ya lo señalamos, es sorprendente notar que prácticamente una cuarta parte de la muestra total de los estudiantes (19,9%) se presenta actualmente como de derecha (Tabla 2). De hecho, en el período de transición a la democracia, la posición de la derecha era rechazada no solo por los votantes sino también por los políticos, incluso aquellos que pertenecían a partidos liberales debido a la relación con la dictadura militar (Pierucci, 1987). Los resultados de este estudio indican una disminución del prejuicio a declararse ser de derecha.

Tabla 2-Frecuencias en porcentajes de estudiantes que se posicionaron en el espectro político de izquierda- derecha en 1990 y actualmente, en 2018

Períodos electorales	No se ubicaron en el Espectro.	Se ubicaron en el Espectro Político:		
		Izquierda	Centro	Derecha
1990	45,9%	24,0%	18,1%	12,0%
2018	43,9%	37,7%	04,5%	19,9%

Causas atribuidas a la crisis

Como esperado, los estudiantes de izquierda consideran que la crisis es principalmente política (Tabla 3). Son los estudiantes de derecha quienes otorgan la mayor importancia a la moralidad o mejor inmoralidad, como la causa de la crisis. Con respecto al análisis del factor económico como causa de la crisis, no se encontraron diferencias significativas porque los debates se centraron particularmente en la

corrupción política que se atribuyó al gobierno del PT y no en los aspectos más técnicos como política fiscal, reforma tributaria, etc. que también, en buena medida, fueron presentados como corruptos. La derecha proclamaba la inmoralidad y la corrupción del gobierno petista como las causas más importantes de la crisis. Pero para la izquierda esta falsa acusación constituía, en verdad, una tentativa política de acabar con la hegemonía del PT y sus logros.

Tabla 3-Puntajes promedio y desvío standard de la importancia que los estudiantes atribuyen a las diferentes causas de la crisis actual en función de la auto ubicación de los estudiantes en el espectro político

Elementos de la crisis política	Auto ubicación en el espectro político			Test F
	Izquierda	Centro	Derecha	
Económico	2,52 (1,09)	2,28 (1,06)	2,40 (1,19)	$F_{2,152} = 0,669$; no significativo
Valores	2,23 (1,12)	2,02 (1,12)	2,53 (1,13)	$F_{2,152} = 1,875$; no significativo
Político	3,34 _a (0,92)	3,13 _{ab} (0,95)	2,73 _b (1,20)	$F_{2,152} = 4,011$; $p = 0.020$
Moral	2,22 _b (1,01)	2,40 _{ab} (1,00)	2,61 _a (1,05)	$F_{2,152} = 5,438$; $p < 0.005$

Las medias con letras subscritas diferentes son significativamente diferentes entre ellas (Test de contraste post hoc de Scheffe).

Evaluación de los personajes principales

Con respecto a la dignidad atribuida a cada uno de los personajes críticos en la crisis, se puede ver (Tabla 4, segunda columna) que, en la muestra total, Dilma Rousseff recibe significativamente la mayor atribución de dignidad, en segundo lugar, empatados, están el expresidente Lula y el juez Sergio Moro. El presidente Michel Temer, en último lugar, recibió una asignación cercana a “sin dignidad”, pues después de que asumió la presidencia con la deposición de Dilma, la prensa publicó varias acusaciones de corrupción en su contra. Además de ser “traidor” para la izquierda, era corrupto para la derecha.

Como se esperaba, **la auto ubicación de los estudiantes en el espectro político** influyó fuertemente en la forma de evaluar la dignidad de los personajes. Así, los estudiantes de la izquierda evalúan a Dilma y Lula más positivamente que Moro, relegando a Temer al último lugar (Tabla 4, 3ra columna). Los de la derecha, por otro lado, evalúan a Moro más positivamente que Dilma; Lula y Temer ocupan el último lugar (tabla 4, quinta columna). Los estudiantes ubicados en el Centro no siguen un patrón definido de respuestas, aunque con cierta inclinación a la derecha.

Tabla 4-Puntajes promedio en la evaluación de la dignidad de 04 figuras políticas de Brasil en la muestra total y de acuerdo con la auto ubicación en el espectro político de los estudiantes entrevistados

Evaluación de la dignidad de:	Muestra Total	Auto ubicación política:			Testes F
		Izquierda n = 77	Centro n = 46	Derecha n = 31	
Dilma	2,88 _A	3,16 _a	2,48 _{ab}	2,03 _b	$F_{2,152} = 23.444;$ $p < 0.001$
Lula	2,51 _B	2,82 _a	2,17 _b	1,60 _c	$F_{2,152} = 22.001;$ $p < 0.001$
Michel Temer	1,39 _C	1,23 _b	1,37 _{ab}	1,70 _c	$F_{2,152} = 6.423;$ $p < 0.005$
Sergio Moro	2,43 _B	2,05 _c	2,70 _b	3,60 _a	$F_{2,152} = 32.480;$ $p < 0.001$
Test F entre personajes $F_{2,174} = 57,203$ $p < ,000$		Las medias con letras subscritas diferentes son significativamente diferentes entre ellas (Test de contraste post hoc de Scheffe).			

En cuanto a la evaluación dada a la contribución a Brasil de cada uno de estos políticos, se puede observar que Lula es el mejor calificado (Tabla 5; segunda columna), reflejando los análisis positivos de textos recientes sobre la historia de Brasil (Del Priore & Vennancio, 2010, p. 300; Schwarz & Starling, 2015, p. 503). En segundo lugar, están al mismo nivel Moro y Dilma y, por último, Temer evaluado como que no hizo ninguna contribución.

Analizando las evaluaciones sobre la contribución al país basadas en la auto ubicación política, se observa que los estudiantes de la izquierda del espectro político consideran que Lula y Dilma contribuyeron más a Brasil que Moro y Temer (Tabla 4; líneas 2 y 3), los alumnos de derecha consideran que fue Moro quien más contribuyó a Brasil, pero rescatan un poco a Temer, aliado importante para poner fin a la hegemonía del PT. Los jóvenes de centro, acompañan en sus respuestas, a las evaluaciones de la derecha con la excepción de las evaluaciones sobre Dilma (Tabla 5; líneas 4 y 5).

Tabla 5-Puntajes promedio en la evaluación de la contribución a la historia de 04 figuras políticas de Brasil en la muestra total según la auto ubicación en el espectro político de los estudiantes entrevistados

Contribución al Brasil:	Muestra Total	Auto ubicación política:			Testes F
		Izquierda	Centro	Derecha	
Dilma	2,36 _B	2,58 _a	2,30 _a	1,52 _b	$F_{2,151} = 21.886;$ $p < 0.001$
Lula	3,01 _A	3,43 _a	2,91 _b	1,97 _b	$F_{2,149} = 37.900;$ $p < 0.001$
Michel Temer	1,36 _C	1,25 _b	1,43 _{ab}	1,76 _a	$F_{2,149} = 8.673;$ $p < 0.001$
Sergio Moro	2,57 _{AB}	2,16 _b	2,91 _a	3,59 _a	$F_{2,150} = 35.731;$ $p < 0.001$
Test F entre personajes. $F_{2,174} = 74,519$ $p < 0,000$		Las medias con letras subscritas diferentes se diferencian significativamente (Test Scheffe).			

Simpatía partidaria

Desde el trabajo pionero de Lazarsfeld y cols. (1948), el factor psicológico que ha recibido más atención en la investigación electoral es la identificación partidaria que implica en un compromiso persistente, que influye fuertemente en cómo los votantes ven el mundo político. Hasta la década de 1960, 2/3 de los votantes en los Estados Unidos simpatizaban con algún partido. En Brasil, hasta hace algún tiempo, las tasas de simpatía partidaria eran relativamente altas, desde 64% en marzo de 64 (Lavareda, 1991) hasta más del 80% en plena vigencia de la dictadura militar (Lamounier, 1978). Pero desde hace algún tiempo, se observa una disminución en el número de personas que se declaran simpatizantes de un partido, fenómeno llamado de “Declive de la identificación partidaria” (Balbachevsky, 1989).

De hecho, los resultados de este estudio muestran una disminución muy fuerte en la identificación partidaria en comparación con los datos obtenidos en las elecciones de 1988, 1989 y 1990 con muestras de estudiantes universitarios (Torres, 1992).

Tabla 6-Frecuencias en porcentaje de los índices de simpatía partidaria de estudiantes universitarios durante las elecciones del 1988, 1989, 1990 y 2018

Simpatía Partidaria	Años y tipos de elección			
	1988 Municipal	1989 Nacional	1990 Provincial	2018 Nacional
Si	45,5%	58,1%	54,9%	19,9%
No	54,5%	41,9%	45,1%	80,1%

Como se puede ver (tabla 6), la gran mayoría (80.8%) de los estudiantes entrevistados en el 2018 no poseen simpatía partidaria, mientras que las tasas de simpatía en las últimas tres décadas oscilaron entre 45% y 55%. Sin embargo, se puede ver que el declive de la simpatía partidaria no es generalizado, sino selectivo.

Así se observa (Tabla 7) que la gran mayoría de las citas son hechas por estudiantes que se identifican con la izquierda; los estudiantes de la derecha hicieron solo 3 citas (10%) y los del centro solo 1 (0.3%). Entre los estudiantes de la izquierda, el partido más citado es PT (13 citas), pero también fueron citados partidos más a la izquierda del PT, como PSOL (8 citas), PSTU, PCR y PCO (1 cada uno de ellos). Cabe señalar que el único partido mencionado por estudiantes que se ubican en el centro y en la derecha es el NOVO, un partido alineado con el ultraliberalismo económico, fundado en 2011 por personas que no tenían una trayectoria pública. Esto corrobora los resultados obtenidos por el Latino barómetro 2018, que constató que un 73% de brasileños no menciona partidos al citar su voto.

Tabla 7-Número de citaciones de partidos de simpatía según auto ubicación política

Partidos Citados	Auto ubicación política			Muestra total
	Izquierda	Centro	Derecha	
PT	13	---	---	13
PSOL	8	---	---	8
PSTU / PCR / PCO	3	---	---	3
PC do B	2	---	---	2
PSB	3	---	---	3
PDT	1	---	---	1
NOVO	---	1	3	4
Subtotales	30	1	3	34

Visiones de la estructura social

Postulamos inicialmente que, los aspectos subjetivos vinculados a la polarización presente en la crisis política podrían entenderse a partir de las diferentes formas en que las personas perciben el conflicto. El análisis de a cuáles sectores sociales representaría cada partido, podría arrojar luz sobre estos puntos de vista. Por lo tanto, se puede ver (Tabla 8) que una grande parte de los estudiantes de izquierda, creen que su partido de simpatía representaría a los sectores socialmente desfavorecidos (63% se refieren a minorías sociales oprimidas etc., 13% clase media baja y 10.9% a los pobres) y consideran a los partidos de derecha como el principal antagonista (84.2%).

Tabla 8-Relación entre los partidos (reales o ideales) elegidos por los estudiantes, los tipos de personas o grupos que esos partidos representarían y los partidos que se oponen al partido elegido (real o ideal)

Auto ubicación en	¿A quién representa?	F	%	¿A cuáles partidos él se opone?	F	%
Izquierda	A minorías	29	63,0	De izquierda	2	5,2
	A los pobres	5	10,9	Del centro	-	-
	Clase media baja	6	13,0	Establishment	-	-
	A todos	5	10,9	De derecha	32	84,2
	No Sabe	1	2,2	A todos	-	-
	TOTAL	46	100,0	No sabe	4	10,6
TOTAL					38	100,0
Centro	A minorías	12	28,6	De izquierda	1	2,6
	A los pobres	2	4,8	De centro	1	2,6
	Clase media baja	1	2,4	Establishment	3	7,7
	A todos	22	52,3	De derecha	12	30,8
	No Sabe	5	11,9	A todos	9	23,0
	TOTAL	42	100,0	No sabe	13	33,3
TOTAL					38	100,0
Derecha	Las minorías	1	5,0	De izquierda	9	50,0
	A los pobres	-	-	De centro	-	-
	Clase media baja	-	-	Establishment	5	27,8
	A todos	17	85,0	De derecha	-	-
	No Sabe	2	10,0	A todos	1	5,6
	TOTAL	20	100,0	No sabe	3	16,6
TOTAL					18	100,0

En el otro extremo político, los estudiantes de derecha creen que su partido representa a toda la población (85%) y colocan como antagonistas tanto a los partidos de izquierda (50%), como a los partidos políticos tradicionales (27, 8%).

Finalmente, los estudiantes que se ubicaron en el centro del espectro político consideran que sus partidos de simpatía representan, al igual que la derecha, a toda la población (52.3%), pero un pequeño

grupo se refiere a las minorías sociales oprimidas (28.6%) y a los pobres (4.8%) como lo hace la izquierda. Con respecto a los partidos antagonistas, estos estudiantes también muestran poca consistencia: Así, un tercio (33.3%) dice que no sabe, un 23% considera opuestos a todos los partidos, mientras que el 30,8% restante de los estudiantes en este grupo coloca como partidos opuestos a los partidos de la derecha.

En los estudios realizados en las elecciones de 1992 y 1996, Camino, Silva y Souza (1998) observaron que el tipo de visión que tenían los electores sobre la estructura social del conflicto estaba relacionado con las ideologías de sus partidos de simpatía. Por ejemplo, los que se identificaron con los partidos de izquierda, **en ese período**, opusieron los trabajadores urbanos y rurales a los partidos de derecha que representarían industriales, banqueros y terratenientes, es decir, al capital. Este no parece ser el caso con los resultados actuales, donde subyace en la izquierda de hoy una visión que opone fundamentalmente las víctimas de la injusticia social a los partidos de derecha que serían los victimarios.

Estos datos parecen reflejar los cambios en la situación sociopolítica que han ocurrido en las últimas tres décadas en Brasil. De hecho, la idea de un partido de trabajadores surge en los años 1980, a partir de las huelgas de los obreros metalúrgicos en São Paulo, cuyo liderazgo era Lula. No es sorprendente que los partidarios del PT en ese momento tuvieran una visión de la lucha política en términos de clases sociales. Pero han pasado casi 40 años y el PT ha sido gobierno durante más de 12 años, lo que hizo que las luchas sindicales, paradójicamente, perdieran protagonismo. Lo que surgirá en estas últimas décadas es un conjunto de luchas de diferentes minorías sociales: feministas, movimiento *gay*, personas sintecho, sintierra, movimiento negro, indígenas etc. De hecho, el PT asumió esta nueva orientación, redefiniéndose en 2015, en sus estatutos, como una asociación partidaria que lucha por eliminar la desigualdad y la injusticia social. Este estudio constata que, la matriz ideológica que actualmente subyace a la simpatía por los partidos de izquierda es la visión de los conflictos políticos en términos de injusticia social, y como su principal enemigo, permanece las políticas de derecha.

Al otro lado del espectro político, en la derecha, parece configurarse una forma de percibir el conflicto político en el que los intereses reales de la población, en general, se ven frustrados por la corrupción y mala administración de los partidos políticos de izquierda en primer lugar, pero también de los partidos tradicionales, con la excepción del nuevo partido de derecha NOVO.

Conclusiones

Este trabajo tuvo como objetivo verificar cómo se construye e internaliza un *locus* de inteligibilidad de la política en una situación de crisis. Específicamente, nos preguntamos cómo la actual lucha ideológica en Brasil se traduce en las opiniones de los jóvenes universitarios sobre los tipos de conflicto presentes en la crisis. En la perspectiva psicosociológica, es necesario articular los aspectos psicológicos con la percepción de los factores económicos, sociológicos y políticos inherentes a la crisis en Brasil.

Así, en lo que se refiere a la economía, se considera que uno de los factores de la crisis política fue provocada por el fracaso del primer gobierno de Dilma (2011-2014) en contener los efectos de la crisis financiera internacional (2008-2009). El debate sobre quién fue el responsable hizo parte de la crisis. Pero cualquiera que fuese la causa, las élites económicas, especialmente el bloque financiero, decidieron disociarse del pacto más o menos implícito que habían suscrito durante la gestión del PT (Teixeira & Pinto, 2012).

La dificultad en administrar la crisis económica produjo insatisfacción en diversos sectores sociales. Por un lado, la clase media percibió su “posición de clase” (Bourdieu, 2004) amenazada por el ascenso de la clase baja apoyadas por las políticas públicas de incentivos directos a los sectores populares del PT (Estanque, 2017; Pochmann, 2012). Así, en un estudio con la población brasileña, Lima, Lins y Monteiro (2018) observaron que las personas con los ingresos más altos fueron las que se sintieron más afectadas por la crisis, cuando en la realidad no sufrieron pérdidas objetivas. Pero los sectores populares también sintieron los efectos de la mala administración de la crisis económica tanto en el primer gobierno Dilma

como principalmente en el segundo, debido a la austera política económica y sus efectos de cortes en políticas públicas, como habitación, educación y salud.

Al nivel político, la derrota del PSDB (un partido socialdemócrata liberal) por un pequeño margen en las elecciones de 2014 creó un terreno fértil para las élites económicas y los partidos de derecha y centro derecha (algunos de los cuales habían sido aliados del PT) para comenzar una lucha política y poner fin a la hegemonía electoral que ejerció el PT durante 12 años, forzando la destitución de Dilma con una justificativa muy frágil. Pero ¿cómo las élites económicas y los partidos de derecha lograron aprovechar esta insatisfacción para movilizar a una buena parte de la población, cuando todo indica que la ideología liberal, por si misma, no tendría esa capacidad movilizadora (Malka, Lelkes, & Soto, 2019)?

En Brasil, al igual que en otros países latinoamericanos, el proceso anticorrupción desempeñará un papel decisivo, especialmente cuando la operación judicial Lava Jato, coordinado por una justicia tendenciosa y políticamente interesada, centrará sus ataques en torno a Lula y el PT (Silva & Castro 2020). En este proceso de culpabilización, los medios y las redes sociales jugaron un papel decisivo.

El desdén premeditado con que gran parte de los medios trató a Dilma y a Lula fue enorme. Baste decir que las portadas de las revistas conservadoras, a menudo, mostraban al expresidente Lula vestido estereotipadamente como un presidiario y a Dilma sola y desamparada, antes de cualquier veredicto de la justicia (Nascimento & col. 2016). Pero, también se debe a las redes sociales la intensa polarización que se observó durante la crisis. Estas redes se estructuraron en forma de subredes, en gran medida altamente profesionales y con gran apoyo financiero por parte de la derecha, en torno a intereses políticos comunes. Así, en cuanto las noticias circulaban fuertemente polarizadas a favor y en contra del *impeachment* y la condena de Lula, las personas se exponían selectivamente a las informaciones de su propio grupo, lo que facilitó el mantenimiento de puntos de vista similares entre los participantes de cada subred y totalmente opuestos a los miembros de las otras redes. Por otro lado, especialmente en las redes de la derecha, se hizo un uso descontrolado e ilegítimo de *fake news*, que tienen un mayor poder de repercusión que las noticias reales, ya que lo extravagante y lo raro atraen más la atención que los acontecimientos comunes (Hamilton, 1981).

Así dada la contienda política, los datos de este estudio muestran la existencia de una fuerte polarización política. Por un lado, los jóvenes universitarios identificados con la izquierda creen que la causa de la crisis fue estrictamente política, consideran que las figuras de Dilma y Lula son dignas de respeto y que serán recordadas como personas que contribuyeron a la historia (especialmente Lula). Por otro lado, los estudiantes de la derecha están convencidos de que la crisis es moral (el PT era corrupto) y que la gran figura en esta crisis fue el juez Sergio Moro. Los estudiantes que se ubicaron en el centro no muestran un patrón determinado en sus opciones políticas. Se ubican en el centro especialmente en la situación ideal como indicando distanciamiento de la disputa política real. Con la derecha tienden a coincidir en que no conocen ni reconocen los partidos actuales y que sus partidos representarían a todos los ciudadanos por igual. Con la izquierda tienden a coincidir en que sus partidos opuestos serían preferentemente los de derecha, aunque no reconozcan a ningún partido. En este sentido, este subgrupo de jóvenes de centro, tienden a coincidir con el moralismo de la derecha y con la recusa genérica del establishment político, aunque una parte de ellos recusa específicamente a los partidos más liberal/conservadores.

Los resultados corroboran lo afirmado en el inicio del trabajo: la forma en que el individuo se ubica en el espacio político será muy importante para comprender qué significado le dará a la crisis. Así para los estudiantes de izquierda la crisis consistió en una confrontación política entre las minorías sociales oprimidas y la política neoliberal de los partidos de derecha. Para los estudiantes de derecha la sociedad estaría amenazada por las políticas corruptas e incompetentes de los partidos de izquierda. Es interesante señalar que este estudio muestra la existencia de un grupo significativo de estudiantes (en torno de 20%) que se coloca claramente a la derecha, algo que tendría sido imposible de ser observado hace 30 años en una universidad federal. De hecho, la visión de estos estudiantes es totalmente sistémica. Para ellos los partidos de derecha representarían a toda la población y se opondrían a los partidos de izquierda que tiende a ideologizar e introducir divergencias. Ya los estudiantes que se ubican en el centro y que en su

mayoría no se identifica con ningún partido real rechazan tanto los partidos tradicionales, incluido el PT, como no concuerdan con ningún partido nuevo y muestran tener una visión inmediateista, despolitizada de la crisis. De hecho, el antipetismo junto con el rechazo de los partidos tradicionales abrió el espacio para el surgimiento de figuras populistas de extrema derecha, capaces de movilizar a las personas principalmente indefinidas políticamente y conservadoras, contra los valores y logros progresista del 1988. Los resultados de las elecciones presidenciales, dos meses después de este estudio, lamentablemente confirman nuestra predicción (Fuks, Ribeiro, & Borba, 2021; Setzler, 2021).

Finalmente, se puede concluir afirmando que este estudio muestra la importancia de la auto ubicación en el espectro político, asociado a las representaciones de la estructura social del conflicto como una matriz ideológica que subyace al comportamiento político de los ciudadanos. Aunque se observa una defección tanto en la identificación partidaria como de los propios partidos, y un cambio en la forma en que esta se manifiesta en las últimas décadas, ésta continúa teniendo un papel importante, ya sea por su presencia o ausencia, en la percepción de la realidad política y en las consecuentes actitudes de los ciudadanos. Se deben realizar nuevos estudios para mostrar cómo se desarrollan estas representaciones en las inserciones sociales que tienen lugar en las relaciones intergrupales que, a su vez, se realizan en las relaciones políticas y de producción (Camino & Costa, 1995).

Referencias

- Balbachevsky, E. (1989). Stuart Mill: liberdade e representação. In F. C. Weffort (Org.), *Os Clássicos da Política* (pp. 189-223). Ática.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. UNESP.
- Bourdieu, P. (2004). *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva.
- Bucci, E (2016). *A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. Companhia das Letras.
- Camino, L., Silva, E., & Souza S. (1998). Primeiros passos para a elaboração de um modelo psicossociológico do comportamento eleitoral: estudo dos eleitores de João Pessoa na campanha de 1992. *Estudos de Psicologia* (Natal), 3(1), 7-32. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1998000100002>
- Camino, L., Torres, A., & Costa, J. (1995). Voto, identificación partidaria, identidad social y construcción de la ciudadanía. In D. Adamo; V.G. Peaudoux, & M. Monteiro. (Orgs.), *Psicología de la acción política* (pp. 129-142). Paidós.
- Corporación Latinobarómetro (2018). *Latinobarómetro Análisis de datos*. <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>
- Costa, J. B. D., Torres, A. R. R., Burity, M. H. L., & Camino, L. (1994). Universidade: espaço institucional para o desenvolvimento político. *Temas em Psicologia*, 2(1), 17-35. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000100003
- D'Alimonte, R. (1986). Espaço político. In N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino, (Eds.), *Dicionário de Política* (pp. 392-394). Editora UNB.
- Del Priore, M. & Vennancio, R. (2013). *Uma breve história do Brasil*. Planeta.
- Downs, A. (1957). *An economic theory of democracy*. Harper and Row.
- Estanque, E. (2017). Onde pára a classe média? Breves notas sobre o conceito e a realidade portuguesa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, 37-54. <https://journals.openedition.org/spp/2675>
- Firmino, G. C. (2017). Classes medias e manifestações pro-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes. *Política & Trabalho*, 47, 209-227.
- Fuks, M., Ribeiro, E., & Borba, J. (2020). From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018 Vote for Bolsonaro. *Brazilian Political Science Review*, 15(1). <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100010003>
- Hamilton, D. L. (1981). Illusory correlation as a basis for stereotyping. In *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp. 333-353). Lawrence Erlbaum.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. Wiley.

- Hobsbawm, E. (1995) *Era dos extremos: o breve século XX*. Companhia das Letras.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Autor. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2011_v31_br.pdf
- Lamounier, B. (1978). Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In, F. H. Cardoso & B. Lamounier (Orgs.), *Os partidos e as eleições no Brasil* (pp. 15-44). Paz e Terra.
- Lavareda, A. (1991). *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Editora Rio Fundo.
- Lavareda, A. (2009). *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. Objetiva.
- Lazarsfeld, P., Berelson, B., & Gaudet, M. (1948) *The People's Choice*. Columbia University Press.
- Lima, M. E., Lins, L. A. C., & Monteiro, E. C. (2018). Representações sociais da crise no Brasil. In M. P. L. Coutinho & L. S. L. Araújo. (Org.), *Representações sociais e Práticas Psicossociais* (pp. 163-176). EDUFPI.
- Malka, A., Lelkes, Y., & Soto, C. J. (2019). Are cultural and economics conservatism positively correlated? A Large-Scale Cross-National Test. *British Journal of Political Science*. 14(3), 1045-1069. <https://doi.org/10.1017/S0007123417000072>
- Nascimento, L. R. D., Sousa, G. S., Silva, H. M., & Martins, A. P. S. (2016). Análise Linguística em Capas de Revistas como estratégias pedagógicas. In *Anais do III CONEDU 2016*, Natal. <https://editora-realize.com.br/artigo/visualizar/20235>
- Nogueira M. A. (2015) E agora? Manifestações desafiam o governo Dilma e a Democracia. <https://politica.estadao.com.br/blogs/marco-aurelio-nogueira/2015/03/>
- Pierucci, A. F. (1987). As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, 26-45. https://www.academia.edu/download/42687204/As_bases_da_nova_direita_-_Pierucci.pdf
- Pochmann, M. (2012). *Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Boitempo.
- Schwarcz, L. M. & Starling, H. M. (2015). *Brasil: Uma Biografia*. Companhia das Letras.
- Seoane, J. (1988). Sociedad postindustrial y formas de participación política. In M. Villareal (Org.), *Movimientos sociales y acción política* (pp. 37-53). Editora Universidad del País Vasco.
- Setzler, M. (2020). Did Brazilians Vote for Jair Bolsonaro Because They Share his Most Controversial Views? *Brazilian Political Science Review*, 15(1). <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100010006>
- Silva, E. M. & Castro, S. M. (2020). A parcialidade do Juiz Sérgio Moro or interesses políticos e eleitorais. In L. Streck & M. A. Carvalho (Orgs.), *O livro das suspeições* (pp. 289-293). Telha.
- Souza J. (2016). *A Radiografia do Golpe*. Rio, LeYa.

Teixeira, R. A. & Pinto, E. C. (2012). A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e sociedade*, 21(nspe.), 909-941. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400009>

Torres, A. R. (1992). *Uma análise psicossocial da identificação partidária de estudantes universitários nas eleições de 1988, 1989 e 1990* [Dissertação de Mestrado, em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Natal].

Histórico *Submissão: 13/06/20*
Aceite: 03/09/21

Contribuição dos autores *Concepção: LFC; SBS*
Coleta de dados: TCAL; SBS
Análise de dados: TCAL; SBS; LFC
Elaboração do manuscrito: LFC
Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: RM
Aprovação final do manuscrito: LFC

Financiamento *Não se Aplica*

Aprovação, ética e consentimento *Não se Aplica*

Artigo Original

O surgimento de líderes autoritários: Significados das posições direita-esquerda e sentimento de anomia

El surgimiento de líderes autoritarios:
Significados de las posiciones derecha-izquierda y sentimiento de anomia

*The rise of authoritarian leaders:
Meanings of right-left positions and anomie feelings*

Marcus Eugênio Oliveira Lima *
marcuseolima@gmail.com

Juliana Nascimento de Almeida **
mijoioevomexido@gmail.com

Dalila Xavier de França ***
dalilafranca@gmail.com

Israel Jairo Santos ****
ieljairo@gmail.com

* Universidade Federal de Sergipe.
<http://orcid.org/0000-0001-5280-130X>

** Universidade Federal de Sergipe.
<http://orcid.org/0000-0001-9381-1774>

*** Universidade Federal de Sergipe.
<http://orcid.org/0000-0002-0431-3034>

**** Universidade Federal de Sergipe.
<http://orcid.org/0000-0001-5684-6070>

Resumo

Analisa-se, em dois estudos, a relação entre o sentimento de anomia, os significados das posições políticas e o desejo por líderes autoritários. No estudo 1 (n = 230; idade média = 20,99; 50,9% de sexo masculino), os resultados indicaram que o voto em Jair Bolsonaro se correlacionou com o desejo por um líder autoritário, menor anomia política e um posicionamento mais à Direita no espectro político. No estudo 2 (n = 181; idade média = 29,1; 59,1% de sexo masculino), verificamos que a Direita é significada como “liberalismo-conservador”; enquanto a Esquerda foi associada ao “Comunismo/Socialismo”, pelos de Direita e Centro, ou à defesa das minorias, pelos demais. Concluímos sugerindo a necessidade de maior atenção, científica e política, ao surgimento de populismos constitucionais e à existência de semelhança semântica nas visões dos participantes de Direita, Centro e dos sem posição política em relação à Esquerda.

Palavras-chave: Anomia, Significados; Esquerda; Direita; Líder Autoritário.

Resumen

Analizamos, en dos estudios, la relación entre la anomia, los significados de las posiciones políticas y el deseo de un líder autoritario. En el estudio 1 (n = 230; media de edad = 20,99; 50,9% masculino), el voto por Jair Bolsonaro se correlacionó con el deseo de un

líder autoritario, menos anomia política y un posicionamiento de derecha en el espacio político. En el estudio 2 (n = 181; media de edad = 29,1; 59,1% hombres), encontramos que la Derecha es entendida como “liberal-conservador”; mientras que la Izquierda se asoció con el “comunismo/socialismo”, por los participantes de la Derecha y del Centro, o la defensa de las minorías, por los demás. Concluimos sugiriendo la necesidad de una mayor atención científica y política a la aparición de populismos constitucionales y la existencia de similitudes semánticas en los puntos de vista de los de Derecha, Centro y sin posición política en relación con la Izquierda.

Palabras clave: *Anomia, Significados; Izquierda; Derecha; Líder Autoritario.*

Abstract

We analyzed, in two studies, the relationship between anomie, meanings of political positions and the desire for an authoritarian leader. In study 1 (n = 230; age's mean = 20.99; 50.9% male), the results indicated that the vote for Jair Bolsonaro was correlated with the desire for an authoritarian leader, less political anomie and a Right positioning on the political space. In study 2 (n = 181; age's mean = 29.1; 59.1% male), we found that the Right is meant as “liberal-conservative”; while the Left was associated with “Communism/Socialism”, by the Right and Center participants, or the defense of minorities, by the others. We conclude suggesting the need for more scientific and political attention to the emergence of constitutional populisms and the existence of a semantic similarities in the views of those in the Right, Center and those with no political position in relation to the Left.

Keywords: *Anomie, Meanings; Left; Right; Authoritarian Leader.*

Introdução

No livro “*Como as democracias morrem*”, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) relatam que líderes autoritários como Adolf Hitler, Getúlio Vargas, Alberto Fujimori, dentre outros, chegaram ao poder de forma institucional, via eleições ou alianças. Todos eles, se dizendo forasteiros do sistema político, acabam por constituírem-se ameaças internas à democracia. Mais recentemente, em várias partes do mundo, outros líderes populistas-autoritários chegaram ao poder também de forma legítima pelo voto, nos ensinando que a ameaça à democracia continua sendo um problema atual (Norris, 2017a). Nesse fenômeno, dois aspectos merecem atenção especial: o fato de que a ascensão de líderes populistas autoritários, como os mencionados na passagem, pode ocorrer por meio de eleições, respeitando as regras do jogo democrático e o fato desses líderes se apresentarem como *outsiders* e críticos dos defeitos do sistema político, mesmo quando fazem parte dele há muitos anos.

Nos dois casos acima referidos, a estratégia política é definida como populismo constitucional e se baseia na desconstrução do regime político, a partir de dentro, na instalação de uma ideológica que propõe superar as falhas da ordem constitucional e na concentração de poder nas mãos do líder autoritário (Landau, 2018). A centralização do poder pelos líderes populistas corrói a democracia, ameaçando as liberdades civis e políticas dos cidadãos. Esses aspectos tornam fundamental a análise do populismo para formular antídotos a fim de manter as democracias vivas. A questão se torna ainda mais grave quando consideramos que a maior parte da população, incluindo os jovens, adotou uma visão profundamente cínica em relação à importância de defender a democracia (Norris, 2017b).

O declínio das democracias, em várias partes do mundo, resulta não apenas dos ataques do poder executivo às estruturas do governo e da constituição, mas também do enfraquecimento mais difuso das crenças e comportamentos pró-democráticos por parte do cidadão comum, com a erosão da fé na democracia e da disposição dos políticos em “seguir as regras do jogo” (Daly, 2019). Uma pesquisa em Ciências Políticas mostra que sob condições de insegurança os cidadãos se mostram nostálgicos em relação ao passado (Smeeke et al., 2018), desconectados da realidade do presente e, muitas vezes, alheios a projetos de futuro, alimentando uma percepção da falta de ordem ou de regras legítimas, que mereçam ser seguidas, na sociedade e na política (Teymoori, Jetten, Bastian, Ariyanto, Autin, Ayub et al., 2016).

Essa “desordem interna” do sistema pode ser definida como “anomia”. Em situações de anomia, as pessoas experimentam crescentes níveis de insegurança existencial e buscam avidamente por líderes “fortes”, sejam eles populistas de esquerda ou de direita, que possam conduzi-las por caminhos “retos”, protegendo-as dos “perigos” (Inglehart, 2008; Sprong et al., 2019). Neste artigo, analisamos, em dois estudos, a relação entre o sentimento de anomia de cidadãos brasileiros e o desejo por líderes autoritários. Consideramos nesta análise, como variável estruturante dessa relação, o posicionamento e os significados atribuídos às posições de esquerda e direita, no espectro político.

Espaço político e significados do espectro esquerda-direita

O espaço político pode ser entendido como a esfera do conflito que está na base da relação entre eleitores e partidos num sistema político e num momento histórico (D’Alimonte, 2003). Nessa esfera merece destaque a oposição direita-esquerda. A diferenciação entre esquerda e direita emergiu no final do século XVIII, nas reuniões dos estados gerais, na França, durante a Revolução Francesa, ocasião em que os favoráveis ao igualitarismo e à reforma social se colocavam à esquerda do rei, enquanto os aristocratas e conservadores ficavam à direita. Mais tarde, essa dicotomia deixou de corresponder a uma disposição espacial, passando a se associar à distinção entre liberalismo e conservadorismo, na Europa do século XIX. Posteriormente, o movimento operário e a esquerda passaram a incorporar a defesa dos interesses da classe trabalhadora; enquanto a direita passou a defender o capitalismo, integrando-se à burguesia econômica, no início do século XX (Tarouco & Madeira, 2009).

Os significados de esquerda e direita passaram, no entanto, por diversas transformações, em função da história e dos contextos culturais de cada país. Nos últimos 40 anos, no Brasil, esses termos foram utilizados de diferentes formas. Entre 1964 e meados de 1980, o regime militar pichava os esquerdistas como não-patriotas, anarquistas e comunistas (Ames & Smith, 2010). No período pós-ditadura, surgiu uma nova esquerda, tomando como eixo ideológico a redemocratização e luta contra as desigualdades (Vizoná, 2013). Na década de 1990, a distribuição ideológica dos partidos políticos brasileiros, de forma geral, era coerente com o grau de afinidade/distância com o período do regime autoritário no país. Partidos considerados de direita, como o Partido Progressista (PP) e o Democratas (DEM), foram os que mais apoiaram o regime militar, entre 1984 e 1985; os de centro, como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), representaram a oposição permitida pelo regime; e os partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), eram mais representativos das forças que atuavam fora do marco institucional do regime (Tarouco & Madeira, 2013).

Naquele contexto, a autodefinição de políticos, membros de partidos considerados de direita como sendo de centro, se relacionava a um esforço, por parte destes, de desvincular a sua imagem do regime autoritário (Power & Zucco, 2009). Era a época da “direita envergonhada” (Souza, 1988). Essa associação simplista entre direita-fascismo *versus* esquerda-libertária também se verificou na Europa. A ‘Teoria da Personalidade Autoritária’ da Escola de Frankfurt substituiu a dicotomia preconceito-tolerância pela polarização direita-esquerda, dando pouca ênfase ao preconceito e ao autoritarismo presentes nas ideologias de esquerda (Stoppino, 2003).

Todavia, a partir da década de 1960, com a expansão hegemônica do liberalismo econômico na sociedade norte-americana, surgem teses sobre o “*fim da ideologia*”. Tais teses foram aprofundadas por Francis Fukuyama (1988) que, a partir da filosofia de Hegel, propôs o “fim da história”, afirmando o triunfo final da democracia ocidental liberal em escala global. Na ótica do “fim da história”, os dois inimigos principais do liberalismo, o fascismo e o comunismo, haviam perecido. O fascismo, por falta de êxito, pois, depois da Segunda Guerra, as pessoas haviam percebido que ele levaria à autodestruição. O comunismo e suas teses sobre a contradição fundamental entre capital e trabalho caíram pelo deslocamento do eixo das explicações das causas das desigualdades entre os grupos das questões estruturais, de classe, para questões culturais e sociais, dos próprios grupos, e pela hegemonia mundial da economia de consumo, inclusive na China (Fukuyama, 1988). O próprio autor lamenta sua tese, quando afirma:

La lucha ideológica a escala mundial que exigía audacia, coraje, imaginación e idealismo, será reemplazada por el cálculo económico, la interminable resolución de problemas técnicos, la preocupación por el medio ambiente, y la satisfacción de las sofisticadas demandas de los consumidores. (Fukuyama, 1988, p. 18)

Nesse cenário, vários cientistas sociais defendem a ideia de que a sociedade era complexa demais para ser entendida pela tradicional dicotomia (Segrillo, 2004). O pós-Segunda Guerra e a Guerra Fria mostram que a polarização era uma ameaça à humanidade. Então, os significados das posições políticas de esquerda e de direita começam a mudar de forma radical. A esquerda investe na crítica à lógica do sistema. À direita do espectro político a crítica se centra na visão do Estado como ineficiente e caro, o que leva à busca pela privatização generalizada: “as direitas exigem um Estado ‘eficiente’, guiado por técnicas gerenciais, nas quais o estadista ceda lugar ao gestor, o político ceda lugar ao gerente e a ‘política’ se transforme tão somente em alternância de técnicas de gestão” (Horta, Freire, & Siqueira, 2012, p. 126).

Surge, então, um movimento com a intenção de encontrar novos elementos definidores da distinção entre esquerda-direita. De acordo com Norberto Bobbio (1995), o que essencialmente distingue a direita da esquerda é a posição desta diante do ideal de igualdade. Na visão da esquerda, as desigualdades são causadas socialmente e devem ser eliminadas; já a direita acredita nas desigualdades como naturais,

sendo, portanto, inevitáveis. Para Luiz Carlos Bresser-Pereira (2000), a direita foi a primeira a mudar nas democracias liberais, apostando, a partir da década de 1970, no neoliberalismo e na rejeição da tradição e do nacionalismo. A mudança na esquerda foi uma década mais tardia, ocorreu quando, nos anos 1980 e 1990, começou a afirmar a necessidade de reestruturação do Estado para atuar como coordenador do sistema econômico. A “velha esquerda”, entretanto, continuou fiel à estatização das empresas. É importante referir que:

Os conceitos do que é esquerda e direita, do que é novo e do que é velho, mudam histórica e geograficamente. Eles são diferentes de um país para o outro, de acordo com as experiências nacionais e estágios de crescimento econômico, e variarão dentro do mesmo país, de tempos em tempos. (Bresser-Pereira, 2000, p. 148)

Em um texto posterior, Bresser-Pereira (2006) propõe que a direita se define como um conjunto de forças políticas aliada às forças econômicas que lutam, sobretudo, para assegurar a ordem num país capitalista e democrático. Já a esquerda reúne os que defendem o valor da igualdade e buscam instaurar uma ordem em prol de um ideal de justiça social. Todavia, após a redemocratização, o elemento definidor das posições esquerda-direita no Brasil deixou de ser a democracia e passou a ser a crise econômica, o que fez com que a postura face ao liberalismo econômico se tornasse um critério importante para a classificação ideológica (Vizoná, 2013). Esse processo de ressignificação das posições no espectro político se tornou ainda mais complexo com as manifestações sociais ocorridas no Brasil a partir de 2013.

Um estudo realizado por Debora Messenberg (2017), analisando *posts* no Facebook dos principais influenciadores dos movimentos anticorrupção e pró *impeachment* de Dilma Rousseff, ocorridos em 2015, quando milhões de manifestantes foram às ruas, observa que seus promotores eram, sobretudo, de direita; dentre os quais estava o então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro, que viria a se tornar presidente da República, em 2018. A autora encontra três campos semânticos centrais no discurso dos “*influencers*” de direita: antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais. O primeiro desses “*trending topic*” era composto dos termos: “fora PT”, “fora Dilma”, “fora Lula”, “corrupção”, “crise econômica” e “bolivarianismo”. O segundo por “família tradicional”, “resgate da fé cristã”, “patriotismo”, “anticomunismo”, “combate à criminalidade/aumento da violência” e a “oposição às cotas raciais”. O terceiro por: “Estado mínimo”, “eficiência do mercado (privatização)”, “livre iniciativa (empreendedorismo)”, “meritocracia” e “corte de políticas sociais”.

Podemos dizer que esses novos significados da direita política se vinculam às ideias de manutenção ou retorno de uma “ordem ameaçada/perdida” e à crítica e repúdio à política e aos políticos, para produzir no cidadão comum um sentimento difuso de desconexão e desobediência em relação às instituições políticas do país. Como referem Ronald Inglehart Christian e Welzel (2005), o debate público deve enfatizar a obediência dos cidadãos às leis e sua lealdade às regras morais e instituições democráticas, como recurso que sustenta e fortalece os regimes políticos, pois o sistema depende de cidadãos que voluntariamente sigam regras e cumpram as leis. É nesse sentido que a anomia, entendida como desconexão da norma, se torna um fenômeno central na definição das posições na arena política.

Anomia e posições políticas

A anomia é uma condição de instabilidade resultante da quebra de valores ou da falta de propósitos e ideais, incidindo sobre indivíduos e sociedades (Enciclopédia Britânica, 2014). Foi primeiramente analisada por Émile Durkheim (1893/1967, 1897/1982) no livro “*A divisão Social do Trabalho*” e, depois, em “*O suicídio*”. Contemporaneamente, a anomia pode ser considerada como um colapso da integração e regulação sociais, que envolve percepções e reações coletivas (Teymoori et al., 2016). O termo tem

sido utilizado para descrever as condições sociais em países que se encontram em processo de mudança estrutural ou, ainda, com longa história de guerra e sociedades que enfrentam protestos civis generalizados (Teymoori et al., 2016).

Ali Teymoori e cols. (2016) desenvolvem uma escala que considera a anomia na sua dimensão de percepção social. A Escala de Percepção de Anomia (PAS) foi aplicada em 28 países, em 2015. Os resultados mostram que a anomia pode ser entendida em duas dimensões: a percepção de colapso das lideranças políticas e a percepção da ruptura do tecido social. Comparando os países, os autores observam que os cinco com maiores escores de anomia foram, nesta ordem: Paquistão, África do Sul, Polônia, Hungria e Brasil; enquanto Canadá, Holanda, Finlândia, Dinamarca e Suíça foram os menos anômicos. A anomia apresentou correlações positivas com os níveis de corrupção, desigualdades econômicas, pobreza e desemprego.

Stefanie Sprong e cols. (2019), utilizando os mesmos dados de Teymoori e cols. (2016), observam que a anomia se vincula à percepção de desigualdades econômicas para assim explicar o desejo por líderes autoritários. Na mesma direção, Lima et al. (no prelo)¹ verificam que, quanto maiores as preocupações materialistas, maior o desejo por um líder autoritário. Com efeito, a literatura especializada mostra como a combinação de fatores econômicos, culturais e psicológicos explicam melhor o surgimento e ascensão de líderes autoritários-populistas do que a ação isolada de cada um desses fatores (ver Inglehart & Baker, 2000). Neste artigo, apresentamos dois estudos que testam a hipótese de que a anomia e os significados das posições de esquerda e direita no campo político podem ser variáveis importantes no entendimento da escolha por líderes autoritários populistas no Brasil.

Visão geral dos estudos

Em dois estudos, analisa-se a relação entre anomia, escolha de líderes autoritários-populistas e significados das posições esquerda-direita. O Estudo 1 tem como objetivo investigar as razões (políticas e demográficas) para a escolha de um líder autoritário. No Estudo 2, aprofunda-se a análise da semântica das posições ideológicas de esquerda e direita.

Estudo 1

Método

Participantes

Participaram 230 estudantes universitários matriculados em diversos cursos de graduação de uma universidade pública de Sergipe, sendo 50,9% de sexo masculino, com idades entre 17 a 54 anos ($M=20,99$; $DP=4,19$). No que se refere à cor de pele, 51,9% se declararam da cor parda; 25% preta e 23,1% branca. Em relação à renda familiar, 63,8% recebem até dois salários mínimos; 25,6% recebem entre 2,1 e 4 salários; 5,8% recebem entre 4,1 e 6 salários e 4,8% recebem mais de seis.

Procedimentos

Os participantes foram abordados nas dependências da universidade e convidados a responder a um questionário. Foi enfatizada que a sua colaboração era voluntária e dadas as instruções para o preenchimento do instrumento. A aplicação foi feita de forma individual.

1 Lima, M. E. O., França, D., Jetten, J., Perreira, C. R., Wohl, M. J. A., Jasinskaja-Lahti, I. et al. Materialist and Post-materialist Concerns and the Wish for a Strong Leader in 27 Countries. *Journal of Social and Political Psychology*. (no prelo)

Instrumento

O instrumento foi um questionário com as seguintes medidas:

1. Anomia – foi utilizada a escala de Teymoori et al. (2016), traduzida para a língua portuguesa por Lima, Almeida, Araujo e Barbosa (2019). A escala possuía 12 itens e variava de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Nela, foram consideradas duas dimensões da anomia: *Ruptura do Tecido Social* (“As pessoas não sabem com quem podem contar nem em quem podem confiar”; “Cada um pensa apenas em si e não ajuda os outros que estejam em necessidade”; “As pessoas são cooperativas” (invertido); “As pessoas acham que a honestidade nem sempre funciona, ser desonesto é, por vezes, uma forma melhor de conseguir o que se quer”; “As pessoas pensam que não existem regras morais claras que devam ser seguidas” e “A maioria das pessoas pensam que se algo funciona, não importa realmente se está certo ou errado”). A confiabilidade interna dessa dimensão foi baixa (Alfa de Cronbach, $\alpha = 0,57$). Considerando a consistência de cada item, numa análise posterior, retiramos o item “As pessoas são cooperativas” e obtivemos uma consistência aceitável ($\alpha = 0,68$). A adesão média aos cinco itens da escala foi elevada e acima do ponto médio (4), [($M = 4,21$; $DP = 1,09$; $t(228) = 2,88$; $p < 0,01$)]. A segunda dimensão da anomia foi a do *Colapso das Lideranças Políticas*, composta por seis itens: “Algumas leis não são justas”; “Os políticos não se interessam pelos problemas das pessoas comuns”; “As leis e políticas do governo são eficazes” (invertido); “O governo trabalha em prol do bem-estar das pessoas” (invertido); “O governo é legítimo” (invertido) e “O governo faz uso do seu poder de forma legítima” (invertido). Novamente, considerando os Alfas de Cronbach, retiramos dois itens (“Algumas leis não são justas” e “Os políticos não se interessam pelos problemas das pessoas comuns”), para a obtenção de um escore de consistência interna aceitável ($\alpha = 0,75$). A média de anomia referente à percepção de Colapso das Lideranças Políticas foi elevada e se colocou acima do ponto médio da escala, [($M = 5,12$; $DP = 1,24$; $t(229) = 13,70$; $p < 0,001$)]. A anomia total, resultante da soma das duas dimensões, obteve uma moderada consistência interna ($\alpha = 0,66$) e adesão também acima do ponto médio da escala, [($M = 4,66$; $DP = 0,86$; $t(228) = 11,66$; $p < 0,001$)].

2. Desejo por um Líder autoritário – a medida foi adaptada de Sprong et al. (2019) e composta por cinco itens, com respostas variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente): “O nosso país precisa agora de um líder forte”; “Precisamos de uma liderança forte para fazer sobreviver esta sociedade”; “Precisamos de uma liderança forte para superar as dificuldades da sociedade”; “Um líder forte é aquele que se importa mais com o bem-estar do povo do que com os métodos empregados para alcançá-lo” e “Um líder forte pode, pelo bem comum, desafiar os valores e práticas democráticas”. A consistência interna foi aceitável ($\alpha = 0,78$) e a média de desejo por um líder autoritário elevada: acima do ponto médio da escala (4), [($M = 4,39$; $DP = 1,33$; $t(228) = 4,48$; $p < 0,001$)].

3. Posição política no espectro Esquerda-Direita – foi medida pela seguinte questão: “Avalie seu grau de simpatia em relação ao posicionamento político de esquerda e de direita, e marque um ‘X’ na posição que melhor o representa”. As opções de respostas variaram de 1 (Extrema Esquerda) a 7 (Extrema Direita); sendo o número 4 rotulado como “Centro”. Havia ainda a alternativa “não me posiciono”, a qual recebeu 18,7% das repostas. Dos 187 participantes restantes, 8,3% se colocaram como de Extrema-Esquerda; 21,3% Esquerda; 23% Centro-Esquerda; 21,7% ficaram na posição de Centro; 3% Centro-Direita; 2,2% Direita e 1,7% Extrema-Direita.

4. Voto na última eleição presidencial – perguntamos em quem os participantes haviam votado no segundo turno das últimas eleições presidenciais, as opções de resposta foram: Fernando Haddad (65,2%), Jair Bolsonaro (8,9%), Nulo ou Branco (9,8%) e Não votou (16,1%).

Aspectos éticos e análise de dados

Todos os aspectos éticos previstos na Resolução nº 560/2012 do CNE foram seguidos. Os dados foram analisados utilizando o *Statistical Package for Social Science* (SPSS).

Resultados e discussão

Na Tabela 1, podemos ver que, quanto maior o desejo por um líder autoritário para “salvar” o país, maior a tendência de voto no candidato Jair Bolsonaro. Essa tendência de voto também se correlacionou com a anomia global, com a dimensão de Colapso das Lideranças Políticas e com a posição no espectro esquerda-direita (i.e., os menos anômicos, que mais acreditam nas lideranças políticas e mais posicionados à direita, no espectro, foram os mais propensos a esse tipo de voto) (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Intercorrelações bivariadas para as principais variáveis

Variáveis	1	2	3	4	5
1. Desejo por um líder autoritário	1,0	--	--	--	--
2. Anomia geral	0,06	1,0	--	--	--
3. Ruptura do tecido social	0,11	0,69**	1,0	--	--
4. Colapso das lideranças	-0,02	0,77**	0,08	1,0	--
5. Espectro Esquerda-Direita	-0,02	-0,35**	0,02	-0,48**	1,0
6. Voto presidencial	0,18*	-0,27**	0,04	-0,40**	0,66**

* $p = 0,01$; ** $p < 0,001$

Nota. Voto presidencial: foi construída uma variável dummy, -1 (Fernando Haddad), 0 (voto nulo) e +1 (Jair Bolsonaro)

Procedemos, então, a um conjunto de análises de regressão linear hierárquicas. Na primeira delas, verificamos que 8% da variância no voto foi explicada pelos indicadores sociodemográficos. Dentre eles, apenas o gênero explicou o voto presidencial: os homens votaram mais em Jair Bolsonaro do que as mulheres. O segundo modelo, por sua vez, obteve uma taxa de explicação de 45%, com destaque para o desejo por um líder autoritário e a posição política no espectro esquerda-direita. Os resultados indicaram que, os que mais desejam um líder autoritário e os que mais se posicionam à direita no espectro político foram os que mais votaram em Jair Bolsonaro. Cabe referir que a posição no espectro político sozinha explicou 36% do voto presidencial. Num terceiro modelo analítico, introduzimos todas as variáveis simultaneamente, as sociodemográficas e as políticas. Os resultados indicam que o R Quadrado ficou em 0,38 e a variância explicada (R Ajustado) caiu para 36%, $F(8, 121) = 11,27$; $p < 0,001$. Esses dados sinalizam que o melhor modelo para explicar o voto presidencial no segundo turno da eleição de 2018, foi o das variáveis políticas, sem as sociodemográficas (ver Tabela 2).

Os resultados obtidos indicaram que o voto em Jair Bolsonaro, na última eleição presidencial, se correlacionou com um maior desejo por um líder autoritário, uma menor percepção de que as lideranças políticas do país colapsaram e um posicionamento mais à direita no espectro político. As Análises de Regressão demonstraram que, não obstante alguma importância do sexo dos participantes, foram as variáveis políticas, e, dentre elas, principalmente a posição no espectro direita-esquerda, o principal definidor desse voto. Embora a literatura consultada refira que a combinação de fatores econômicos, culturais e psicológicos explica melhor o surgimento e ascensão de líderes autoritários-populistas (Inglehart & Baker, 2000; Sprong et al., 2019), nossos resultados mostraram que as variáveis de posição política tiveram muito mais peso que as outras esferas no voto presidencial de 2018.

Em relação à anomia, encontrou-se um resultado diferente do de outros estudos (Sprong et al., 2019; Teymoori et al., 2016), já que não se verificou a relação entre a anomia e o desejo por líderes autoritários. A tese da literatura de que a insegurança existencial e social levaria à busca de líderes “fortes”, capazes de mostrar o “caminho reto” da saída (Inglehart, 2008), não se confirmou nos nossos dados. Pensamos que isso reflete aspectos da escala de anomia adotada, considerando que uma das dimensões analisa a percepção de

ruptura do tecido social e a outra a de colapso das lideranças políticas, focada na crença de falta de legitimidade dos líderes máximos. Esses dois eixos parecem situar posições políticas antagônicas. As correlações das anomias referentes às lideranças políticas mostram que ela é maior entre os de esquerda e menor entre os de direita, os quais, tendo chegado ao poder em 2018, passaram a acreditar mais na legitimidade dos políticos, do presidente da República, especialmente. A dimensão de anomia referente ao tecido social parece ir mais na direção da posição política de direita, ainda que a correlação encontrada não seja significativa.

Tabela 2 - Análises de regressão múltipla hierárquica das variáveis sócio demográficas e atitudinais para explicar o voto presidencial na eleição de 2018 - Método Enter

Variáveis	B	β	t-Statistic	p.
(Constante)	-1,70		-4,04	0,000
Idade	0,02	0,01	1,56	0,122
Sexo	0,33	0,11	3,16	0,002
Renda familiar	-0,03	0,03	-1,21	0,227
Cor da pele	-0,05	0,08	-0,61	0,541
R-Squared = 0.10				
Adjusted R-squared = 0,08				
$F(4, 143) = 4,04; p < 0,01$.				
Variáveis	B	β	t-Statistic	p.
(Constante)	-1,47		-4,87	0,000
Desejo por um líder autoritário	0,06	0,12	1,98	0,050
Colapso das lideranças políticas	-0,06	-0,13	-1,85	0,066
Ruptura do tecido social	0,01	0,00	0,02	0,986
Espectro Esquerda-Direita	0,28	0,60	8,67	0,000
R-Squared = 0.47				
Adjusted R-squared = 0,45				
$F(4, 157) = 33.23; p < 0,001$				

Nota. Idade (medida em anos, quanto maior o valor maior a idade); Sexo: 0 (feminino) 1 (masculino); Renda Familiar (medida em salários mínimos, quanto maior o valor maior a renda); Cor da Pele: 1 (branca), 2 (parda) e 3 (preta). Desejo por líder autoritário, Colapso das lideranças políticas e Ruptura do tecido social (maiores valores mais adesão); Espectro Esquerda-Direita (1 = Extrema-Esquerda, 7 = Extrema-Direita); Voto presidencial (-1 = Fernando Haddad), 0 = voto nulo e +1 = Jair Bolsonaro).

Na Figura 1, pode-se ver que é o quadrante do entrecruzamento das dimensões de baixa anomia, referente à percepção de colapso das lideranças políticas (variável construída considerando os escores abaixo da média do grupo na dimensão), com a baixa percepção de ruptura do tecido social, que possui a média mais baixa de desejo por um líder autoritário. Por outro lado, o quadrante com a média mais elevada de busca por líder autoritário é o que integra a alta percepção de ruptura do tecido social com a baixa percepção de colapso das lideranças políticas, $F(1, 227) = 3,83; p = 0,052$. A posição no espectro político não variou significativamente em função do sentimento de anomia, $F(1, 186) < 1; n.s.$ Como referem Lima e França (no prelo)², a dimensão de ruptura do tecido social se relaciona com a lógica do “jeitinho brasileiro”, a qual transita entre criatividade, permissividade e corrupção, na resolução de problemas ou na evitação de situações desconfortáveis (Miura, Pilati, Milfont, Ferreira, & Fischer, 2019).

2 Lima, M. E. O. & França, D. X. (no prelo). Crisis, anomie and trust in institutions in Brazil. *Revista Psicologia Política*.

Figura 1 – Representação das médias de desejo por um líder autoritário e das posições no Espectro Esquerda-Direita sobre os eixos de anomia referente à percepção de Ruptura do Tecido Social (Eixo “X”) e de Colapso das Lideranças Políticas (Eixo “Y”)

Alta Anomia (Colapso L.)	Líder autoritário = 5,11ab Esquerda-Direita = 2,52	Líder autoritário = 5,04ab Esquerda-Direita = 2,62
	Líder autoritário = 4,62a Esquerda-Direita = 3,41 Baixa Anomia (Ruptura do social)	Líder autoritário = 5,41b Esquerda-Direita = 3,63 Alta Anomia (Ruptura do social)

Nota. Médias com sobescritos diferentes diferem significativamente (*L.S.D.*, $p < 0,05$)

De uma forma geral, os resultados obtidos, neste primeiro estudo, mostram que a posição política, no espectro esquerda-direita, foi a principal variável explicativa do voto presidencial, em 2018. No entanto, num país como o Brasil, cujo sistema político tem dezenas de legendas partidárias, sendo muitas delas de aluguel, o que significa ser de esquerda, de centro ou de direita? Haverá ainda significados ideológicos em todas essas posições? Se houver, como eles se diferenciam? Que grupos ou posições de conflito social tais posições representam? Para tentar responder essas questões, realizamos um segundo estudo, com o objetivo de entender os significados atribuídos por pessoas de direita e de esquerda às suas posições ideológicas no espectro político.

Estudo 2

Método

Os dados desta pesquisa foram coletados por meio de um questionário *online*, disponibilizado entre abril e maio de 2019 e divulgado nas redes sociais.

Participantes

A pesquisa contou com 181 participantes, com idades variando entre 18 e 69 anos ($M = 29,1$; $DP = 12,9$), 59,1% do sexo masculino; 43,1% autodeclarados de cor branca; 37% de cor parda e 15,5% de cor preta. No que se refere à região, 76,2% são do Nordeste; 18,2% do Sudeste; 3,3% do Sul; 1,1% do Centro-Oeste e 1,1% do Norte. No tocante à renda familiar, 30,4% recebem até dois salários mínimos; 21,5% recebem entre 2,1 e 4 salários; 19,3% recebem entre 4,1 e 6 salários e 13,3% recebem mais de seis. Quase metade dos participantes (48,9%) são estudantes universitários; 18,8% já concluíram o ensino superior; 15,5% cursam/cursaram pós-graduação e 14,4% concluíram o ensino médio.

Procedimentos

Entre 26 de abril e 20 de maio de 2019, foi depositado na *internet* um questionário *online* (formulário *Google Docs*), cujo *link* foi enviado pelas redes sociais para pessoas em todo o Brasil. Na busca de contatos para envio, foram priorizadas comunidades virtuais de direita e de esquerda política.

Instrumento

O instrumento foi um questionário semelhante ao do Estudo 1, com a diferença de ter sido adaptado para aplicação remota, via *internet*. As variáveis investigadas foram também semelhantes, com algumas mudanças. Em relação à anomia, neste estudo, utilizamos apenas a dimensão de Colapso das Lideranças Políticas, composta pelos mesmos quatro itens do Estudo 1. A justificativa para a exclusão da dimensão de Ruptura do Tecido Social foi a falta de relação dessa variável com os nossos indicadores de posição política. A escala variou de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). A consistência interna foi aceitável ($\alpha = 0,83$). A média de anomia foi novamente superior ao ponto médio (3), [$M = 3,25$; $DP = 1,19$; $t(182) = 2,88$, $p < 0,01$]. A posição política no espectro Esquerda-Direita foi avaliada da mesma forma que no Estudo 1. Desta vez, 9,9% dos participantes não se posicionaram no espectro político. Dos 163 restantes, 3,7% se colocaram à Extrema-Esquerda; 35% à Esquerda; 19,6% ao Centro-Esquerda; 6,1% ficaram na posição de Centro; 9,2% no Centro-Direita; 21,5% à Direita e 4,9% à Extrema-Direita. Os significados ideológicos das posições no espectro político foram analisados pela seguinte pergunta: “Em relação aos Partidos e à Política, você já ouviu falar de “Esquerda”, “Direita” e “Centro”? Se sim, o que na sua opinião significa cada um desses termos?

Aspectos éticos e análise de dados

Foram respeitados todos os princípios éticos na pesquisa com seres humanos, conforme estabelecidos na Resolução CNE nº 510/2016. Os dados foram analisados por meio do SPSS e a análise lexical foi feita com a ajuda do *software* Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*).

Resultados e discussão

Primeiramente, correlacionamos a anomia presente na dimensão de percepção de Colapso das Lideranças Políticas com a posição no espectro esquerda-direita. Assim, como no primeiro estudo, obtivemos resultados significativos, $r(165) = -0,63$; $p < 0,001$. Esse dado indica novamente que, quanto mais à esquerda no espectro, maior a percepção de Colapso das Lideranças Políticas.

Para análise dos significados atribuídos ao espectro político, consideramos apenas as posições de esquerda e direita, uma vez que, na nossa amostra, havia poucos participantes de centro. As respostas à pergunta sobre o que significam esses termos (Esquerda e Direita) foram submetidas a um procedimento de análise lexical por meio do *software* Iramuteq, com base na Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que permite reconstituir formas que indicam modos de representar um determinado fenômeno (ver Camargo & Justo, 2013). Na análise, é possível incluir variáveis que funcionam como descritores associados a cada léxico, a fim de sondar a relação entre essas variáveis estruturantes e as classes de texto formadas (Sousa, Barreto, Mendes, & Techio, 2020). Utilizamos, como descritores, a posição política dos participantes no espectro esquerda-direita e os níveis de anomia (Colapso das Lideranças Políticas), que foi recodificada de forma dicotômica em baixa anomia (participantes com escores abaixo da média) e alta anomia (participantes com escores acima da média).

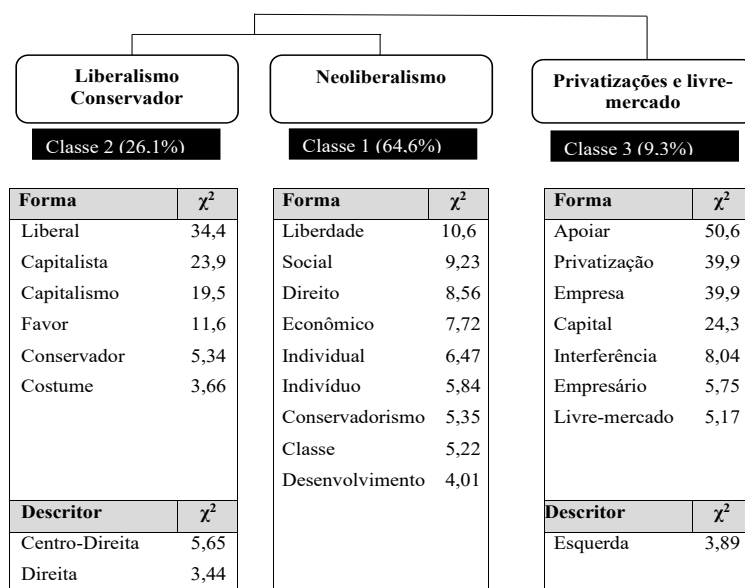
Os significados da direita

A Classificação Hierárquica Descendente do *corpus* referente à resposta da pergunta “para você, o que significa ser de direita?” integrou 173 segmentos de texto (UCE), dos quais 93,1% foram considerados válidos para a análise, com 776 palavras. O léxico dos significados de direita foi dividido em dois *subcorpora*, ficando a classe 3 em um *subcorpus* e as classes 2 e 1, em outro (ver Figura 2). Na classe 2, responsável por 26,1% do léxico empregado nas respostas, prevalece uma visão da direita objetivada pelo “liberalismo conservador”. As palavras mais frequentes nessa classe e com mais elevado índice de encaixe (Qui-Quadrado) foram: “Liberal”, “Capitalista”, “Capitalismo”, “Favor” (significando a favor), “Conservador” e “Costume”. Trata-se de uma representação da direita presente no léxico dos participantes de direita e de centro-direita. Na análise do Iramuteq, podemos ter acesso às frases típicas, que são segmentos de texto que caracterizam a classe. Os dois segmentos com mais elevada vinculação à Classe 2 foram: (a) Aqui as pessoas não têm o Estado cobrando tanto imposto porque algumas funções são abdicadas dele e entregues às instituições privadas e (b) Perfil de economia liberal o Estado interfere o menos possível na economia.

A Classe 1 (64,6% do léxico), a mais representativa dos significados da direita, no *corpus*, predominantemente foi formada por palavras que denotam uma visão da direita associada ao neoliberalismo, sem deixar de ser conservadora: “Liberdade”, “Social”, “Direito”, “Econômico”, “Individual/Indivíduo”, “Conservadorismo”, “Classe” e “Desenvolvimento”. Essa representação da direita não foi afetada pelos nossos descritores de posição política e anomia. Os segmentos de texto mais representativos da classe foram: (a) A direita brasileira priorizou desde sempre a retenção de verbas públicas, na indução do pensamento político as decisões importantes para o social estão sempre atreladas aos interesses e vantagens de uma pequena minoria que representa empresários, políticos, a classe alta e (b) Ser politicamente mais voltado ao capital e ao individualismo, prezar pelos mais ricos em detrimento dos mais pobres e, apesar de defender as liberdades individuais, construir um sistema que não permite o real exercício das mesmas.

Finalmente, a Classe 3 (9,3%) significa a direita como representando os interesses do livre mercado. As palavras mais encaixadas e frequentes nesse léxico foram: “Apoiar”, “Privatização”, “Empresa”, “Capital”, “Interferência”, “Empresário” e “Livre-mercado”. Esse léxico dos significados da direita foi mais empregado pelos participantes de esquerda. As duas frases mais emblemáticas dessa classe foram: (a) Apoiar causas políticas com base no capital, na exploração e na subordinação do proletariado e (b) Ser de direita é concordar com ideias políticas que defendem a privatização e o capital.

Figura 2 - Dendrograma de palavras características e classes resultantes da CHD dos significados da Direita



Os significados da esquerda

A classificação hierárquica descendente do *corpus* referente à resposta da pergunta “para você, o que significa ser de esquerda?” integrou 172 segmentos de texto, dos quais 93,6% foram consideradas na CHD, composta por 743 palavras. O *corpus* apresentou quatro *subcorpora*, ficando de um lado as Classes 2 e 1, associadas à Classe 3 e, do outro, de forma mais autônoma, as Classes 4, 5 e 6 (ver Figura 3). Na Classe 3, composta por 11,8% das respostas, aparecem em destaque os termos “Não Conservador”, “Busca”, “Igualdade”, “Opinião”, “Igual” e “Ideologia”, denotando uma visão da esquerda como uma ideologia/opinião não conservadora e que busca a igualdade. Esse léxico foi predominante nas respostas dos participantes sem posição política. As duas frases mais emblemáticas da classe foram: (a) Discurso muito bonito, mas na prática não tão bonito e (b) Pautas sociais estatistas, em geral não são conservadores nem nos costumes nem na política.

A Classe 2, que se associou à Classe 1 em um *subcorpus*, foi a mais representativa do *corpus* (28,6%). Ela trouxe como palavras mais encaixadas os termos: “Coletivo”, “Visar”, “Minoria”, “Igualitário”, “Econômico”, “Partido”, dentre outros. Palavras que indicam uma visão de que a esquerda representa as minorias sociais. As frases típicas reforçam essa interpretação: (a) Ser de esquerda significa ter um olhar de vida a partir do coletivo e (b) Significa defender pautas progressistas que visam mudanças na estrutura da sociedade, indo em confronto com o *status quo*.

A Classe 1, por sua vez, foi a segunda mais representativa do *corpus* (27,3%). As palavras mais comuns nesse léxico representacional da Esquerda foram: “Economia”, “Intervenção”, “Distribuição”, “Bem-estar” e “Renda”. Trata-se da visão clássica da esquerda como promotora da Justiça Social. As frases típicas reforçam essa interpretação: (a) Apoiar políticas intervencionistas na economia e defender um Estado grande que diminua as desigualdades e ajude os mais pobres. (b) Defender grande influência do Estado na economia e ações de distribuição de renda.

Na Classe 4 (18,6%), destaca-se uma representação da esquerda objetivada por termos como: “Menos”, “Favorecidos”, “Luta/Lutar”, “Direito”, “Ajudar” e “Oposição”. Tal classe denota uma esquerda que busca ajudar os menos favorecidos. O ideal de representação das minorias sociais aparece de forma emblemática nas frases mais típicas da classe: (a) Ter percepções voltadas para a luta por menos discrepâncias entre as classes e (b) Lutar a favor dos direitos das classes menos favorecidas.

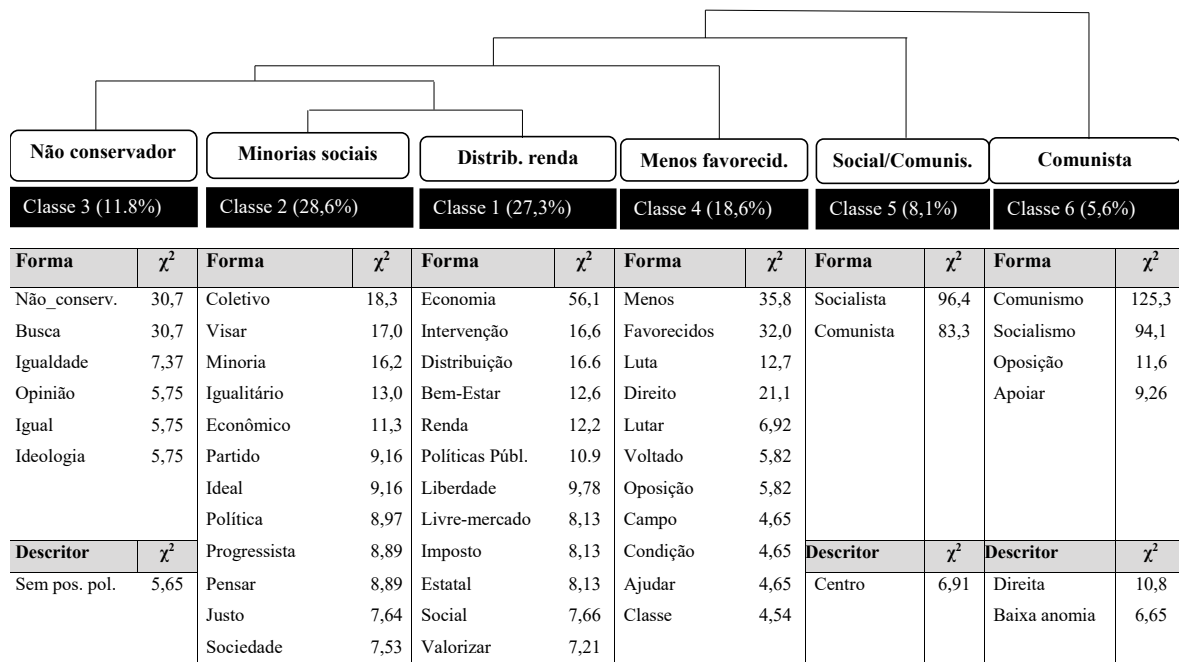
Associada à Classe 4, a classe 5 (8,1% das palavras) representa a esquerda por meio dos sistemas políticos socialismo e comunismo. Essa visão foi mais encontrada nos participantes cuja posição política foi a de centro. As frases mais típicas foram: (a) A favor do povo socialista e (b) Ser comunista, contrário a tudo que é decente, não ter princípios, ter sede de poder econômico, não patriota, não ser preocupado com o futuro da nação brasileira.

Finalmente, a Classe 6, traz o léxico dominante nas representações da esquerda pelos participantes de direita (5,6% do léxico total). As palavras mais usadas e com mais encaixe semântico foram: “Comunismo”, “Socialismo”, “Oposição” e “Apoiar”. Trata-se de uma representação da esquerda como vinculada ao apoio ao comunismo e socialismo, narrativa muito comum na polarização política que ocorreu na eleição de 2018 para presidente da República. Chama a atenção também que os participantes com menor descrença no Colapso das Lideranças Políticas (Anomia) são os que mais representam a esquerda nesses termos. As frases mais prototípicas foram: (a) Anticonservador, não patriota, valoriza o comunismo e o socialismo e (b) Apoiar o comunismo, socialismo e ditaduras.

Os resultados desse segundo estudo mostram que os participantes de direita e de centro-direita possuem um léxico comum sobre os significados da direita política, associando-a com um liberalismo-conservador, que foca tanto a economia liberal do capitalismo quanto a conservação dos costumes e tradições. Já os participantes posicionados à esquerda do espectro político significam a direita pela lógica privatista de interferência empresarial e controle pelo livre mercado. essa forma de representação da direita foi encontrada na literatura histórica pesquisada, a qual refere que, desde início do século passado, a direita defendia o capitalismo e a liberdade econômica (Tarouco & Madeira, 2009), com ênfase

crescente no liberalismo econômico, após a redemocratização (Vizoná, 2013). Aparecem também, dentre os significados da direita, os elementos destacados por José Horta e cols. (2012) sobre a visão do Estado ineficiente e caro, o que justificaria o desejo da privatização. Por fim, demonstram uma visão da direita que, embora neoliberal, não rejeita, e muito pelo contrário, aceita a tradição e o nacionalismo, como supunha Bresser-Pereira (2000), analisando as “novas direitas”, que surgiram a partir da década de 1970.

Figura 3 - Dendograma de palavras características e classes resultantes da CHD dos significados da esquerda



Já os significados da esquerda política integraram seis classes léxicas, nenhuma delas habitada pelos de esquerda. Vimos que os de direita e os de centro, juntamente com os de baixa anomia em relação às lideranças políticas, associam a esquerda ao comunismo, socialismo e antipatriotismo. Trata-se de uma representação que a literatura da Ciência Política havia detectado nas descrições que o regime militar, entre 1964 e meados de 1980, fazia dos esquerdistas no Brasil (Vizoná, 2013), o que indica o resgate de uma narrativa que parecia superada na história do país. Chama a atenção que os de Centro e os sem posição política também estructurem léxicos específicos de representação da esquerda, nos quais predomina uma visão negativa, fato que foi decisivo na eleição presidencial de 2018. Os outros três léxicos de significação da esquerda enfatizam o valor da igualdade, a defesa das minorias e dos menos privilegiados e a distribuição de renda. Provavelmente, estas foram as classes representacionais dos de esquerda, mas sem que eles tivessem se “encaixado” como descritores em uma delas de forma específica. Bresser-Pereira (2006) afirma que um dos elementos definidores historicamente das esquerdas é a defesa da igualdade e a busca da justiça social. Ou, ainda, a defesa dos interesses das classes menos favorecidas (Tarouco & Madeira, 2009).

Sintetizando, as visões encontradas neste estudo demonstram que estamos longe da “Era do Fim das Ideologias” ou da história, como afirmou Fukuyama (1988). Também não estamos mais vivendo os tempos da “direita envergonhada” (Souza, 1988), quando havia uma associação simplista entre direita-fascismo vs. esquerda-libertária. No entanto, permanece a visão, como destacou Bobbio (1995), de uma esquerda que luta pela igualdade e de uma direita que propõe a liberdade como valor fundamental, uma liberdade “casada no religioso” com a defesa dos costumes e tradições. Dos três eixos semânticos

encontrados no estudo de Messenberg (2017) sobre a direita, pouco antes das eleições presidenciais de 2018, nosso estudo detectou apenas um, mais amplo, que integrou os conteúdos de defesa das tradições com os da privatização e busca por um Estado mínimo. O primeiro, e mais importante eixo daquele contexto pré-eleitoral, o antipetismo ou antilulismo, desapareceu dos significados, tanto da direita, quanto da esquerda nos nossos dados, que são posteriores à eleição de 2018.

Conclusões

Em um estudo anterior, Lima e França (no prelo) demonstraram que a anomia se relacionava negativamente com a confiança nas instituições sociais (e.g., Família e Igreja), políticas (e.g., Partidos, Poder Executivo e Poder Legislativo) e judiciárias (Poder Judiciário), tanto em amostras de adolescentes quanto em adultos no Brasil. Neste artigo, demonstramos uma faceta complementar da anomia: a sua associação com o desejo e com o voto por/em líderes autoritários, justamente aqueles que são capazes de destruir as democracias por dentro, de forma institucional (Levitsky & Ziblatt, 2018). Uma primeira conclusão que esses dados nos permitem chegar é a de que precisamos aprender as lições da Ciência Política e da história recente dos populismos constitucionais: a curto prazo, as lideranças e partidos políticos precisam superar suas diferenças ideológicas, agindo em conjunto para fazer frente às ameaças populistas, uma vez que, perder a democracia é muito pior do que perder uma eleição (Levitsky & Ziblatt, 2018); a médio e longo prazos, é preciso fortalecer a cultura constitucional que envolve a sociedade e sua democracia, essa é a melhor proteção contra tais ameaças (Landau, 2018). Uma dificuldade adicional para construir essa defesa e, ao mesmo tempo, um importante emblema da importância em construí-la, a partir de dentro do sistema político, evitando o crescimento de lideranças populistas-autoritárias, é a de que o desejo por um líder autoritário, no nosso primeiro estudo, esteve acima do ponto médio da escala, numa amostra de estudantes universitários, e não foi influenciado pela posição política de esquerda ou de direita, mostrando uma “susceptibilidade” perigosa no eleitor jovem e escolarizado a esse tipo de apelo.

Uma segunda conclusão é a de que a aliança “transpartidária” para proteger a democracia de líderes populistas “outsiders” da política parece mais factível entre os de centro com os de direita, que entre os de centro com os de esquerda. A análise dos significados das posições no espectro político nos mostrou que a visão negativa da esquerda foi comum entre os de centro e de direita, objetivada na crença da “ameaça comunista”. Além disso, os sem posição política, teoricamente o grupo mais fácil de ser atraído a uma coalizão, se mostraram mais críticos da esquerda do que da direita.

Os resultados obtidos e as discussões empreendidas, neste artigo, precisam considerar um conjunto significativo de limitações, das quais gostaríamos de destacar uma. Nossas “amostras” de participantes não são exatamente amostras. São, principalmente, estudantes universitários, reproduzindo um certo nicho cultural “WEIRD” (*Western-Educated-Industrialized-Rich-Democratic*) (Henrich, Heine, & Norenzayan, 2010). Essa condição, aliada à coleta por meio de questionários *online*, cria um efeito “bolha” nos dados que diminui seu poder de generalização. Todavia, cabe destacar que, no segundo estudo, conseguimos cotejar melhor as várias visões políticas do que no primeiro. Novos estudos, com amostras representativas dos vários extratos nacionais, poderão suprir essa lacuna e ajudar a entender melhor os riscos que o desejo por líderes autoritários trazem para o futuro do país.

Referências

- Ames, B. & Smith, A. E. (2010). Knowing Left from Right: Ideological Identification in Brazil, 2002-2006. *Journal of Politics in Latin America*, 2(3), 3-38. <https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jpla/article/view/321/321.html>.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. UNESP.
- Bresser-Pereira, L. C. (2000). A nova esquerda: uma visão a partir do sul. *Revista Filosofia Política*, 6, 144-178. <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/86TerceiraVia-p.pdf>.
- Bresser-Pereira, L. C. (2006). O paradoxo da esquerda no Brasil. *Novos Estudos*, 74, 25-45. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100003>
- Camargo, B. V. & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um *software* gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16/>
- D'Alimonte, R. (2003). Espaço político. In N. Bobbio, N. Mateucci, & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política* (pp. 392-394). Ed. UnB.
- Daly, T. G. (2019). Populism, Elitism and Democratic Decay in Brazil. In *Annales International Society of Public Law (I-CON S)*. <https://ssrn.com/abstract=3350098> <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3350098>
- Durkheim, E. (1967). *De la division del trabajo social*. Editorial Schapire SRL.
- Durkheim, E. (1897/1982). *O suicídio- Um Estudo Sociológico*. Zahar.
- Enciclopédia Britânica (2014). <https://www.britannica.com/>
- Fukuyama F. (1988). *The End of History?* <http://www.wesjones.com/eoh.htm#source02>
- Henrich, J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world? *Behavioral and Brain Sciences*, 33(2/3), 1-75. <https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>
- Horta, J. L. B., Freire, T. M., & Siqueira, V. (2012). A era pós-ideologias e suas ameaças à política e ao estado de direito. *Confluências*, 14(2), 120-133. <https://doi.org/10.22409/conflu14i2.p287>
- Inglehart, R. (2008). Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006. *West European Politics*, 31, 130-146. <https://doi.org/10.1080/01402380701834747>
- Inglehart, R. & Baker, W. E. (2000). Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. *American Sociological Review*, 65, 19-51. <http://dx.doi.org/10.2307/2657288>
- Inglehart, R. & Welzel, C. (2005). *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence*. Cambridge University Press.
- Landau, D. (2018). Populist Constitutions. *The University of Chicago Law Review*, 85, 521-543. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3053513

Levitsky, S. & Ziblatt, D. (2018). *How Democracies Die*. Crown.

Lima, M. E. O., Almeida, J. N., Araujo, E. M. S., & Barbosa, I. H. A. (2019). Crise, Anomia e Identificação com o Brasil de 2014 a 2018. In A. Faro et al. (Orgs.), *Psicologia Social & Psicologia da Saúde: Tópicos Atuais* (pp. 25-51). CRV.

Messenberg, D. (2017). A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, 32(3), 621-647. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>

Miura, M. A., Pilati, R., Milfont, T. L., Ferreira M. C., & Fischer R (2019). Between *simpatia* and *malandragem*: Brazilian *jeitinho* as an individual difference variable. *PLoS ONE*, 14(4), 1-16. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0214929>

Norris, P. (2017a). Is Western democracy backsliding? Diagnosing the risks. *Faculty Research Working Paper Series*. Harvard Kennedy School. <https://research.hks.harvard.edu/publications/workingpapers/Index.aspx>

Norris, P. (2017b). *Why American Elections are Flawed* (and How to Fix Them). Cornell University Press. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2844793>

Power, T. & Zucco, C. (2009). Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005: A Research Communication. *Latin American Research Review*, 44(1), 218-246. <http://doi.org/10.1353/lar.0.0072>

Segrillo, A. (2004). A Confusão Esquerda/Direita no Mundo Pós-Muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 47(3), 615-632. <http://doi.org/10.1590/S0011-52582004000300006>

Smeeke, A., Jetten, J., Verkuyten, M., Wohl, M. J. A., Jasinskaja-Lahti, I., Ariyanto, A., Autin, F. et al. (2018). Regaining in-group continuity in times of anxiety about the group's future: a study on the role of collective nostalgia across 27 countries. *Social Psychology*. 49(6), 311-329. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000350>

Sousa, Y. S. O., Barreto, L. H., Mendes, A. C., & Techio, E. M. (2020). Quem são os usuários e traficantes de drogas? Representações sociais e estereótipos difundidos na mídia impressa. In M. E. O. Lima et al. (Orgs.), *Processos Psicossociais de Exclusão Social* (pp. 41-63). Blucher.

Souza, M. C. C. (1988). A Nova República sobre a espada de Dâmocles. In A. Stepan (Org.), *Democratizando o Brasil* (pp. 562-628). Paz e Terra.

Sprong, S., Jetten, J., Wang, Z., Peters, K., Mols, F., Verkuyten, M. et al. (2019). “Our country needs a strong leader right now”: Economic inequality enhances the wish for a strong leader. *Psychological Science*, 30(11), 1-13. <https://doi.org/10.1177/0956797619875472>

Stoppino, M. (2003). Autoritarismo. In N. Bobbio, G. Mateucci, & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política* (pp. 94-104). Ed. UnB.

Tarouco, G. S. & Madeira, R. M. (2009). A dimensão esquerda-direita: um debate sobre os partidos brasileiros. In *Anais do XIV CISO – Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste*, Recife. Fundação Joaquim Nabuco. https://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/martins_antropologia_visual_ayahuasca.pdf

Tarouco, G. S. & Madeira, R. M. (2011). Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*, 8(15), 171-185. <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/591/338>

Tarouco, G. S. & Madeira, R. M. (2013). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), 149-165. <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/34448/21364>

Teymoori, A., Jetten, J., Bastian, B., Ariyanto, A., Autin, F., Ayub, N., et al. (2016). Revisiting the measurement of anomie. *PLOS ONE*, 11(7), 1-27. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0158370>

Vizoná, A. (2013). Discursos eleitorais de PT e PSDB nos programas de governo e debates televisivos: ideologia, estratégias e pragmatismo [Tese de Doutorado, Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP]. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11750?show=full>

Histórico

Submissão: 08/10/20

Aceite: 28/02/21

Contribuição dos autores

Concepção: MEOL e DXF

Coleta de dados: MEOL e DXF

Análise de dados: MEOL e DXF

Elaboração do manuscrito: MEOL e DXF

Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: MEOL e DXF

Aprovação final do manuscrito: MEOL e DXF

Financiamento

Bolsa PQ CNPQ

Aprovação, ética e consentimento

Não se Aplica

Artigo Original

Participação sociopolítica nos conselhos municipais de meio ambiente em Canela e São Francisco de Paula/RS

Participación sociopolítica en los consejos ambientales municipales de Canela y São Francisco de Paula/RS

Sociopolitical participation in the municipal environment councils in Canela and São Francisco de Paula/RS

Vicente Alenir da Silva*

vicente.cursoeconomia@gmail.com

Maristela da Rosa**

marisdarosa@gmail.com

Patrícia Binkowski***

patricia-binkowski@uergs.edu.br

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Servidor Público municipal da Prefeitura de São Francisco de Paula/RS.
<http://orcid.org/0000-0001-5280-130X>

** Tecnóloga em Gestão Ambiental e Especialista em Educação para a Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Fiscal Sanitária da Prefeitura Municipal de Canela/RS.

*** Engenheira agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professora Adjunta na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e no Programa de Pós-graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS). Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Política e Ambiente (ObservaCampos).

Resumo

Os Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMA) foram instituídos com a finalidade de assessorar o poder executivo nas questões relativas ao meio ambiente e ser um fórum para as tomadas de decisões. Nesses conselhos, a participação política e a representatividade são importantes e a sua observância é essencial para que sejam discutidas efetivamente suas pautas. O objetivo deste artigo é analisar a participação sociopolítica nos CMMA dos municípios de Canela e São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul. As análises foram realizadas com base em dados de pesquisa bibliográfica e documental, no período de 2013 a 2017. Concluiu-se que a participação sociopolítica, em ambas as instâncias deliberativas, ainda é precária, tendo como entraves a disparidade de representatividade e a não atuação efetiva dos conselheiros. Porém, entende-se como fundamental a constituição dos CMMA nos dois municípios, evidenciando as lutas ambientais e o caráter democrático e transformador destes espaços.

Palavras-chave: Representatividade; Política; Democracia; Legislação Ambiental; Questão ambiental.

Resumen

Los Consejos Ambientales Municipales (CMMA) fueron creados con el objetivo de asesorar al Poder Ejecutivo en temas relacionados con el medio ambiente y servir como foro para la toma de decisiones. En estos consejos la participación y representación política es importante y su observancia es fundamental para que sus agen-

das sean efectivamente discutidas. El objetivo de este artículo es analizar la participación sociopolítica en el CMMA en los municipios de Canela y São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul. Los análisis se realizaron con base en datos de investigaciones bibliográficas y documentales, de 2013 a 2017. Se concluyó que la participación sociopolítica, en ambas instancias deliberativas, es aún precaria, teniendo como obstáculos la disparidad de la representatividad y la efectividad de la no acción de los asesores. Sin embargo, se entiende como fundamental la constitución de los CMMA en los dos municipios, destacando las luchas ambientales y el carácter democrático y transformador de estos espacios.

Palabras clave: Representatividad; Política; Democracia; Legislación ambiental; Problema ambiental.

Abstract

The Municipal Environmental Councils (CMMA) were created with the aim of advising the executive branch on issues related to the environment and serving as a forum for decision-making. In these councils, political participation and representation are important and their observance is essential so that their agendas are effectively discussed. The objective of this article is to analyze the sociopolitical participation in the CMMA in the municipalities of Canela and São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul. The analyzes were carried out based on data from bibliographic and documentary research, from 2013 to 2017. It was concluded that sociopolitical participation, in both deliberative instances, is still precarious, having as obstacles the disparity of representativeness and non-action effectiveness of the advisers. However, it is understood as fundamental the constitution of the CMMA in the two municipalities, highlighting the environmental struggles and the democratic and transforming character of these spaces.

Keywords: Representativeness; Politics; Democracy; Environmental legislation; Environmental issue.

Introdução

É na esfera municipal que os problemas ambientais se tornam mais intensos, onde confrontos em relação a eles são mais radicais, portanto, são nesses locais onde os conflitos devem receber tratamento necessário através dos mecanismos disponíveis de política e de gestão ambiental (Castro et al., 1998). Dessa forma, cada município deve se preocupar em apresentar uma esfera representativa, onde possam ser discutidas propostas que harmonizem desenvolvimento e meio ambiente. Esses espaços são denominados de Conselhos.

Os Conselhos são fruto de lutas e pressão da sociedade civil e estão inscritos na Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população. Com a Constituição Federal de 1988 criaram-se, do ponto de vista legal, as condições para a instituição dos Conselhos (Gohn, 2006, 2011). Os Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMA), por exemplo, foram instituídos com a finalidade de assessorar o poder executivo municipal nas questões relativas ao meio ambiente e também de ser um fórum para se tomar decisões, tendo caráter deliberativo, consultivo e normativo (Ministério do Meio Ambiente, 2018).

O município de Canela, Rio Grande do Sul (RS) instituiu através da Lei Municipal nº 1.621, em 1998, o seu Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) com caráter consultivo e, em 1999, a Lei Municipal nº 1.677 o alterou para consultivo e deliberativo. O município de São Francisco de Paula também no RS instituiu, em 2001, o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMUMA), através da Lei Municipal nº 1.825, de 27 novembro de 2001, tendo sido esta lei de criação alterada algumas vezes, estando atualmente em vigor a Lei Municipal nº 2.609, de 13 de maio de 2009, em cujo seu artigo 1º está expresso o caráter consultivo e deliberativo e composição paritária.

Os municípios de Canela e São Francisco de Paula¹ estão localizados na região nordeste do estado do RS, estando distantes aproximadamente 36 quilômetros um do outro. A ligação rodoviária entre os municípios se faz pela rodovia estadual RS-235. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017a), Canela tem uma população de 43.062 habitantes; e sua área territorial ocupa 253,772 km². São Francisco de Paula tem uma população de 21.679 habitantes e a sua área territorial é de 3.264,49 km² (IBGE, 2017b). A escolha de Canela e São Francisco de Paula é intencional, em função dos dois primeiros autores deste artigo trabalharem na gestão pública destes municípios e, por conseguinte, terem experiência na área ambiental.

Segundo Ricardo Abramovay (2001) inexistem estudos sobre o tema “Conselhos” que não enfatize a precariedade da participação social nestas organizações e a sua submissão a poderes locais dominantes. Por outro lado, é praticamente consenso o reconhecimento do poder de transformação política que os Conselhos permitem (Abramovay, 2001). Marcela Nunes et al. (2012) relatam que a bibliografia específica ao tema “Conselhos Municipais de Meio Ambiente” é bastante limitada e existem mais publicações referentes a outros conselhos setoriais, como os da área da saúde.

Portanto, neste artigo buscou-se analisar a atuação dos CMMA de Canela e São Francisco de Paula, localizados no Rio Grande do Sul, no período de 2013 a 2017. O objetivo principal foi verificar o processo de participação sociopolítica nestes conselhos e analisar a representatividade das entidades/setores que os compõem. Além disso, teve-se o intuito de responder a seguinte questão: a atuação dos Conselhos municipais de meio ambiente em Canela e São Francisco de Paula está realmente atendendo às questões ambientais, ou seja, tem sido um fórum de tomada de decisões e participação sociopolítica do ponto de vista ambiental?

Os Conselhos Municipais de Meio Ambiente no Brasil

No Brasil, a estruturação da gestão ambiental ocorreu com a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que introduziu, pela primeira vez,

1 Cabe salientar que este artigo foi realizado no âmbito da disciplina eletiva Psicologia Política, Ação Pública e Mudança Social do curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

mecanismos de gestão colegiada e participativa, com a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) (Cezare, 2009). A PNMA criou também o Cadastro de Defesa Ambiental (CDA) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) (Cezare, 2009). Conforme esta lei, o SISNAMA é constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas Fundações instituídas pelo poder público, que são responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Entre os órgãos locais que constituem o SISNAMA, estão os Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Para Nunes et al. (2012), os CMMA são instâncias onde a sociedade civil organizada pode participar do processo decisório. Os conselhos são compostos por representantes da sociedade civil e do poder público, que se encontram para debater e encontrar soluções para o uso sustentável dos recursos naturais (Ministério do Meio Ambiente, 2018). Os CMMA devem ser locais onde ocorram o exercício da democracia, a educação para a cidadania e o convívio entre setores da sociedade com interesses diferentes e até conflitantes. Para Juliana Cezare (2009), a criação dos CMMA deve ser entendida como instrumento de articulação entre os diversos atores sociais, que fortalece a união entre os envolvidos e melhora a qualidade das decisões, visando sempre um fim comum ideal.

Quanto à composição dos Conselhos, Ana Teixeira (2005) diz que um Conselho deve ter composição paritária, ou seja, a mesma quantidade de representantes do poder público e da sociedade civil. A divisão pode ser metade por metade, constituindo o modelo bipartite, ou pode ser constituído por um terço de representantes do poder público e dois terços de representantes da sociedade civil organizada. Embora nem sempre ocorra, um Conselho deve ter caráter consultivo e deliberativo, pois em muitos casos os Conselhos são constituídos sob o caráter apenas consultivo, situação em que apenas são consultados pelo poder executivo, sem ter poder de decisão.

Para que os Conselhos se efetivem como instrumentos da participação política, é necessário garantir sua autonomia em relação ao poder executivo. Para que isso ocorra é necessário fazer esforços: (a) representatividades paritárias; (b) os representantes da sociedade civil deverão representar diversos setores específicos desta sociedade, com eleição de forma democrática, devendo a escolha do presidente, ocorrer por meio de indicação pela maioria dos conselheiros, mas nunca indicada por qualquer administrador público; (c) os conselheiros devem ter o devido conhecimento de aspectos políticos e técnicos sobre os temas que influenciam na tomada de decisões; entre outros.

Do total de 5.570 municípios brasileiros, 3.784 desses municípios possuíam CMMA instituídos em 2013, representando assim um percentual de 68% (IBGE, 2013). Desses Conselhos, 92% eram formados com constituição paritária, ou seja, quantidades iguais entre representantes do poder público e sociedade civil. Os dados do IBGE (2013) mostram também que no mesmo ano 81% dos Conselhos constituídos no país eram de caráter consultivo, 85% de caráter deliberativo e 48% possuíam caráter fiscalizador. A participação política ativa pode ser observada através do seguinte: dos 3.784 conselhos existentes, apenas 2.873 realizaram reunião nos últimos doze meses da data do levantamento, o que representa 76%.

Em 2013, do total de 497 municípios no Rio Grande do Sul, 483 possuíam CMMA instituídos, representando um percentual de 97%. Esses Conselhos apresentavam as seguintes características: 89% com constituição paritária, 73% com caráter consultivo, 90% com caráter deliberativo, 35% com caráter normativo; 43% com caráter fiscalizador; e apenas 401 Conselhos realizaram reuniões nos últimos doze meses (IBGE, 2013).

Conforme Maria da Glória Gohn (2011), vários teóricos fundamentaram o sentido atribuído à participação, porém foi Jean-Jacques Rousseau o teórico por excelência da participação.

Sua teoria política, considera a participação individual direta de cada cidadão no processo de tomada de decisões de uma comunidade e a vê como um modo de, simultaneamente, proteger os interesses privados e assegurar um bom governo. Segundo sua doutrina sobre a 'Vontade Geral', uma pessoa só pode ser verdadeiramente um cidadão quando quer o bem geral, e não o seu bem particular. (Gohn, 2011, pp. 24-25)

Alberto Melucci (1996, p. 306) orienta-nos a levar em conta diferentes conteúdos para definir participação: “(a) primeiro que quem participa buscando seus objetivos se identifica com os interesses gerais de um sistema dominante, legitimando-o; e (b) segundo que a participação se dá em um contexto competitivo de interação estratégica e com o objetivo de exercer algum grau de influência na distribuição de poder em benefício de um grupo específico.”

Os Conselhos gestores podem ser considerados como instrumentos de expressão, representação e participação com potencial de transformação política, que possibilitam à população o acesso aos espaços onde se tomam as decisões políticas (Gohn, 2000). Quanto à tipologia, Maria Gohn (2011) aponta três tipos de participação política: (a) presencial: o indivíduo apresenta comportamento passivo; (b) ativação: o indivíduo desenvolve atividades que lhe foram delegadas; (c) participação (propriamente dita): o indivíduo contribui para decisões políticas.

Gohn (2011, p. 95) acredita que “os Conselhos criam condições para um sistema de vigilância sobre a gestão pública e implicam numa maior cobrança de prestação de contas do poder executivo, principalmente no nível municipal”. Garantir a participação da comunidade na formulação e implementação de políticas públicas é um desafio ainda a ser enfrentado pelas gestões ambientais locais.

Para Gohn (2011) existem paradigmas a serem superados, pois na concepção liberal não ficam ausentes vícios que explicam a constituição de redes clientelísticas e prestígio político, sendo presente o princípio da delegação de um poder de representação, não importando a forma como foi constituída a representação. A operacionalização não plena dos Conselhos ocorre devido à ausência de tradição participativa da sociedade civil; à falta ou até inexistência de exercício prático, devido à sua curta trajetória de vida; e ao desconhecimento por parte da maioria da população (Gohn, 2011).

Sobre a criação e implementação dos Conselhos gestores Gohn (2011) destaca três questões: (a) a representatividade qualitativa dos diferentes seguimentos territoriais, sociais e de forças políticas da sociedade organizada; (b) o percentual paritário entre membros do governo e da sociedade civil; e (c) o problema da capacitação dos conselheiros, principalmente aqueles oriundos da sociedade. A mesma autora enfatiza que o problema da representatividade e o da paridade são cruciais e devem ser melhores definidos nos Conselhos, de uma forma geral. Os problemas decorrem da inexistência de critérios que garantam a efetiva igualdade entre os participantes. Para não coincidir com o mandato dos dirigentes do poder público e para que não fiquem acoplados aos períodos dos mandatos eleitorais, alguns analistas têm sugerido que a renovação do mandato dos conselheiros seja parcial. Não há estruturas jurídicas que garantam o amparo legal e obriguem o poder executivo a acatar as decisões dos conselheiros, principalmente quando as decisões venham de encontro a interesses dominantes, por conseguinte o fato dos conselhos serem de caráter deliberativo não garante sua efetiva implementação (Gohn, 2011).

Quanto ao problema da disparidade, mencionada por Gohn, esta não é apenas numérica, mas, sobretudo recai nas condições de igualdade no acesso às informações e disponibilidade de tempo. A autora chama a atenção para o fato que a disparidade é muito grande nas condições de participação entre os membros de um Conselho que são representantes do poder público e os que são representantes da sociedade civil organizada, pois os primeiros geralmente já trabalham durante o período normal e remunerado de trabalho no qual atuam como conselheiro, têm acesso aos dados e às informações; e têm a infraestrutura e o suporte administrativo necessários. Os representantes do poder público têm o que os representantes da sociedade civil organizada não têm. Faltam cursos para a capacitação de conselheiros; estes cursos possibilitariam uma participação qualificada. É necessária uma capacitação ampla, que dê a possibilidade a todos os membros uma visão geral da administração pública e da política (Gohn, 2011).

Os Conselhos Municipais de Meio Ambiente de Canela e São Francisco de Paula

Para a elaboração deste artigo foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se como base leis, decretos, portarias, atas de reuniões, resoluções e pareceres dos CMMA de Canela e São Francisco de Paula. A pesquisa foi realizada levando-se em consideração o período de 2013 a 2017, para ser possível analisar diferentes composições dos Conselhos.

Canela – COMDEMA

Canela teve seu Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) instituído pela Lei Municipal nº 1.621, de 10 de dezembro de 1998, que o definia como órgão consultivo de cooperação governamental com a finalidade de auxiliar a administração municipal na orientação, planejamento, interpretação e julgamento de matéria de sua competência. Em 1999, a Lei Municipal nº 1.677 alterou o caráter do conselho, passando para deliberativo. Um ano depois, em 2000, o Decreto Municipal nº 1.852 aprovou o regimento interno do COMDEMA. No ano de 2003, a Lei Municipal nº 1.969, de 15 de abril de 2003, revogou a Lei Municipal nº 1.621, de 1998, mantendo o caráter de órgão consultivo, deliberativo e de cooperação governamental, com as mesmas finalidades descritas na lei revogada e com composição bipartite.

O COMDEMA tem sua composição definida no artigo 3º da Lei Municipal nº 1.969/2003. De acordo com esta lei, 23 entidades fazem parte do Conselho, sendo 09 representantes do poder público e 14 representantes da sociedade civil, distribuídas conforme Figura 1.

Figura 1 – Entidades que compõem o COMDEMA, Canela/RS

Entidade	Representante
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento Territorial	Poder público
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento Territorial (SMAPT)	Poder público
Secretaria Municipal de Obras (SMOP)	Poder público
Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC)	Poder público
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)	Poder público
Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)	Poder público
Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)	Poder público
Patrulha Ambiental da Brigada Militar (PATRAM)	Poder público
Floresta Nacional (FLONA/IBAMA)	Poder público
União das Associações Comunitárias (UACC)	Sociedade civil
Associação Comercial e Industrial de Canela (ACIC)	Sociedade civil
Associação Ecológica Canela - Planalto das Araucárias (ASSECAN)	Sociedade civil
Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)	Sociedade civil
Grupo Escoteiro ABAETÉ	Sociedade civil
Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Sociedade civil
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Sociedade civil
Lions Club	Sociedade civil
Rotary Club	Sociedade civil
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA)	Sociedade civil
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER)	Sociedade civil
Associação da Mulher Canelense (AMUCAN)	Sociedade civil
Fundação MOÃ	Sociedade civil
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA)	Sociedade civil

Fonte: Adaptado de Lei Municipal nº 1.969 (2003).

O mandato dos conselheiros é de dois anos, permitida a recondução. De forma geral, a grande maioria dos membros do Conselho possui curso superior e curso técnico. As entidades da sociedade civil no COMDEMA estão representadas principalmente por técnicos e em sua maioria biólogos, arquitetos, engenheiros e administradores. Se por um lado isto pode ser positivo para análise de processos de licenciamentos ou recursos de infrações ambientais, por outro pode haver certo constrangimento de alguns representantes por não se equiparar a esse nível de conhecimento técnico, ou ainda não motivar a participação de novos representantes.

A participação da população na formulação das políticas ambientais locais através dos Conselhos deve ser ampla. Esta participação é fundamental para a legitimidade e o alcance dos objetivos das mesmas. Contudo, se verifica que são comuns os questionamentos sobre a garantia da participação democrática e os interesses pessoais, políticos e econômicos envolvidos nesses conselhos, principalmente no que tange à esfera municipal. Tamara Crantschaninov et al. (2011) afirmam que os cidadãos se tornam limitados em sua capacidade de participação, caso não obtenham acesso à informação, o que também pode ser indicado pela dificuldade da população em frequentar reuniões relacionadas a decisões de políticas públicas.

A portaria de nomeação dos membros do COMDEMA, referente ao período de 2013 a 2014, trouxe 09 representantes do poder público e 13 representantes da sociedade civil. Observou-se que 07 das entidades previstas na lei não estavam compondo o Conselho neste período: 01 representante do poder público e 06 da sociedade civil. Porém havia 05 novas entidades da sociedade civil representadas na composição do Conselho: Secretaria Municipal da Saúde; Castelli Escola Superior de Hotelaria; Sindicato do Papel, Papelão e Cortiça do Estado do Rio Grande do Sul (SIMPASUL); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canela (SINDIRURAL) e Universidade Monã. Estas entidades tiveram participação e representação somente nesta gestão. Para inserir estas entidades na sua formação, o Conselho observou o disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 1.969/2003 que diz: “É assegurado o ingresso de outros representantes da sociedade civil, desde que possuam finalidades afins, reconhecidas como tais e após prévia aprovação do COMDEMA.”.

Nos anos de 2015 a 2016 estiveram representadas no COMDEMA 16 entidades, sendo 09 do poder público e 07 da sociedade civil: Secretário Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE); Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN); Patrulha Ambiental da Brigada Militar (PATRAM); Floresta Nacional (FLONA/IBAMA); Associação Comercial e Industrial de Canela (ACIC); Associação Ecológica Canela – Planalto das Araucárias (ASSECAN); Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Rotary Club; Fundação MOÃ; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). Notou-se que nesta gestão havia um número ímpar de entidades representando o poder público. Levando-se em consideração o que diz Gohn (2011) sobre as vantagens que os representantes do poder público têm em relação aos da sociedade civil, observou-se disparidade na representatividade, no referido período, em comparação à representação do poder público.

A Portaria nº 382, de 02 de fevereiro de 2017 definiu os conselheiros e as respectivas entidades a comporem o COMDEMA na gestão 2017/2018, sendo 07 representantes do poder público e 07 da sociedade civil: Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN); Patrulha Ambiental da Brigada Militar (PATRAM); Floresta nacional (FLONA/IBAMA); Associação Comercial e Industrial de Canela (ACIC); Associação Ecológica Canela - Planalto das Araucárias (ASSECAN); Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Rotary Club; Fundação MOÃ; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). Verificou-se que alguns membros se mantiveram no Conselho ao longo das três gestões; no entanto, uma curiosidade chamou a atenção: os membros que se mantiveram passaram a representar diferentes entidades em cada gestão. Um deles foi coordenador por duas gestões seguidas, representando duas entidades: SIMPASUL e Fundação Moã. Alguns destes representantes são autônomos que prestam serviços de consultoria e licenciamento ambiental no município.

Constatou-se que a lei de criação do COMDEMA em Canela não garantiu paridade entre os representantes do poder público e sociedade civil. Durante as três gestões analisadas ocorreram disparidades, pois na primeira havia maior número de representantes da sociedade civil, na segunda maior número de representantes do poder público e, somente na terceira foi constatada paridade, com 07 representantes da sociedade civil e 07 do poder público. Embora não tenha previsibilidade na lei de criação, é quase consenso que quando não há paridade, a representatividade fica prejudicada. Salienta-se que a literatura a respeito nos mostra que a maioria dos estudos afirmam que o critério de composição paritária nos Conselhos deve ser sempre atendido (Gohn, 2006; Cezare, 2009).

No período de análise de 2013 a 2017, o COMDEMA desempenhou parte de suas competências descritas na Lei Municipal nº 1.969/2003 ao criar resoluções, normas, critérios e padrões relativos ao controle e manutenção da qualidade do meio ambiente, necessários para auxiliar o setor de licenciamento ambiental e também promoveu maior organização do próprio Conselho ao criar câmaras técnicas e juntas para cuidar de diferentes competências do Conselho. Foram emitidas 07 resoluções que dispõem sobre enquadramento e licenciamento ambiental das atividades e serviços de: movimentação de solo, terraplanagem e escavação, coleta, transporte ou armazenamento de resíduos da construção civil, alterações na lista de atividades de impacto local para o licenciamento, criação da Junta de Administração, regulamento para análises, pareceres sobre uso dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) e criação da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental (CTQA).

Nesse mesmo período também foi possível verificar alguns fatos que reforçam a falta de engajamento em relação às participações dos conselheiros no COMDEMA como, por exemplo, a falta de um regimento interno; a não realização de uma eleição para assumir a junta de administração do FMMA; a falta de definição e regulamentação referente à periodicidade das eleições da junta do FMMA; falta de definição e regulamentação da tramitação para aprovação de projetos com uso de recursos do fundo; e falta de definição e regulamentação da tramitação para as deliberações da CTQA. A Lei Municipal nº 1.969/2003 deveria ter sido alterada, pois atualmente nela constam entidades que não fazem mais parte do Conselho ou que já nem existem mais, como também falta de clareza quanto ao *quórum* que deve ser atingido nas reuniões.

Em 2017 a Câmara de Julgamento Ambiental de Segunda Instância do COMDEMA trazia entre seus membros 02 técnicos (autônomos) que trabalham na área de assessoria ambiental e que, coincidentemente, são os responsáveis técnicos e/ou prestam assessoria aos autuados, inclusive na instrução dos recursos dos autos de infração. Estes técnicos são representantes da OAB e do CREA.

Na primeira e única reunião desta Câmara, que ocorreu em 2017, entre os processos analisados, havia um no qual a representante da OAB era a responsável técnica do autuado no processo, inclusive ela havia elaborado o próprio recurso apresentado no COMDEMA. No entanto, a representante da OAB não se fez presente na reunião de julgamento do caso. Entre os processos que estão aguardando análise no COMDEMA existem 02 na mesma situação, onde o representante do CREA no COMDEMA é o responsável técnico pelos licenciamentos de 02 empresas e o responsável pela instrução do recurso nos autos de infração.

São Francisco de Paula – COMUMA

O Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMUMA) de São Francisco de Paula/RS foi criado pela Lei Municipal nº 1.825, em 27 de novembro de 2001, não sendo definido nesta lei o seu caráter. As duas alterações seguintes do dispositivo legal anterior ainda não tinham definido o caráter do COMUMA, só saindo esta definição com a atual Lei de nº 2.609, de 13 de maio de 2009, cujo seu artigo 1º consta o caráter consultivo e deliberativo, de composição paritária entre poder público e a sociedade civil.

A composição do COMUMA de São Francisco de Paula é definida pelo art. 3º da Lei de nº 2.609, sendo 14 membros titulares e 14 suplentes, obedecendo a distribuição paritária entre o poder público e a sociedade civil organizada, conforme Figura 2.

Figura 2 – Entidades que compõem o COMUMA, São Francisco de Paula/RS

Entidade	Representante
Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente	Poder público
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	Poder público
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Poder público
Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)	Poder público
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)	Poder público
Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)	Poder público
Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Armando Teixeira	Poder público
Organização Não Governamental Fundação Projeto Terra	Sociedade civil
Sindicato Rural de São Francisco de Paula (empregadores rurais)	Sociedade civil
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Paula	Sociedade civil
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)	Sociedade civil
Clube de Integração e Troca de Experiências (CITE 78)	Sociedade civil
Associação dos Moradores do Loteamento Colinas de São Francisco (ACOHICO)	Sociedade civil
Associação Comercial, Industrial e de Serviços de São Francisco de Paula (ACI)	Sociedade civil

FONTE: *Adaptado de Lei Municipal nº 2.609 (2009).*

Para o biênio 2013/2014, os representantes foram nomeados pelo Decreto Municipal nº 976, de 05 de dezembro de 2012, sendo 05 representantes do poder público: Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Secretaria Estadual do Meio Ambiente; e Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Armando Teixeira; e 04 da sociedade civil: Sindicato Rural de São Francisco de Paula (empregadores rurais); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Paula; CITE-78; ACI (Decreto Municipal nº 976, 2012). Estes eram os que estavam previstos na lei de criação, porém foi incluído um representante da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar e de Consumidores de São Francisco de Paula (COOPAF Serrana), sem ter a previsibilidade em lei.

Observou-se que a composição prevista para o biênio 2013/2014 não atendeu a previsão de composição prevista na lei vigente, não incluindo os 05 representantes da sociedade civil. A lei vigente de criação determina que o tempo de mandato dos conselheiros deva ser de 2 anos e que é permitida apenas uma recondução, porém conforme a análise dos decretos de nomeação verificou-se que em um período não foi cumprido o prazo de 2 anos, como também não foi cumprida a determinação de apenas uma recondução, pois se verificou que os mesmos representantes se repetiram em mais de um mandato.

Quanto à composição dos representantes no COMUMA, chamou a atenção ao verificar-se a constituição do Conselho, a presença de apenas uma escola estadual de ensino fundamental e não haver assento também para as demais escolas, inclusive as que compunham a rede municipal. As escolas deveriam ser uma das prioridades a compor o COMUMA, pois são elas que difundem as questões relacionadas à educação ambiental.

Através da leitura das atas das reuniões do COMUMA, um fato chamou a atenção na reunião realizada em julho do ano de 2013, quando um dos representantes foi excluído de analisar o processo de um determinado licenciamento ambiental, fato que acabou por evidenciar estratégias ilegítimas frente à participação efetiva do Conselho em relação aos temas ambientais do município. Outra reunião considerada polêmica, ao analisar-se as atas do COMUMA foi a de maio de 2014, quando se discutiu a autorização concedida pela Secretaria Municipal de Proteção Ambiental (SEMPA) para construção de um prédio de 04 andares,

às margens do Lago Bernardo, sem o conhecimento do COMUMA. Tal processo não poderia ter sido autorizado pela SEMPA, em função de questões legais referentes à Área de Proteção Permanente (APP). O COMUMA deveria ser o espaço indicado para este tema ser discutido e analisado. Este Conselho, por meio de seus representantes, deveria ter vez e voz ativa e trazer para as discussões todas as implicações ambientais que resultariam uma construção de um edifício de 04 andares em uma área de proteção ambiental. O prédio em questão estaria localizado na APP do Lago São Bernardo (raio de 30 metros). Como comentado anteriormente, a “constituição de redes clientelísticas” (Gohn, 2011) nos setores públicos pode ser um dos fatores que fragilizam o processo de tomada de decisões nos Conselhos de meio ambiente.

Os representantes para o biênio 2015/2016 foram nomeados pelo Decreto Municipal nº 1.287, de 18 de dezembro de 2014, sendo nomeados 04 representantes do poder público e 06 da sociedade civil organizada. Os nomeados do poder público foram os seguintes: Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; UERGS; Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Da sociedade civil organizada: Sindicato Rural de São Francisco de Paula (empregadores rurais); EMATER e CITE-78. E nomeados os representantes a seguir, cujas representações não estavam previstas no decreto vigente (Decreto Municipal nº 1.278, 2014): COOPAF Serrana; Associação Ecológica Portal do Sol (ASSEPS); Associação dos Tecnólogos em Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (ATDR/RS).

Observou-se que a composição prevista para o biênio 2015/2016, além de não atender ao requisito da paridade, não atendeu também à composição prevista na lei vigente. Nesse caso, a representatividade é colocada em xeque ao verificar-se que vários setores que não estavam representados não puderam opinar e tampouco participar das pautas discutidas durante esse período, ou seja, setores da sociedade deixaram de participar de momentos cruciais relacionados à questão ambiental municipal. No entanto, para ter uma resposta do por que tais entidades não estavam representadas, seria necessário realizar entrevistas com as representações do COMUMA e esta seria uma fase posterior desta investigação.

Os atuais representantes, mandato para o biênio 2017/2018, foram nomeados via Decreto Municipal nº 1.475, de 14 de dezembro de 2016, sendo 04 representantes do poder público e 07 representantes da sociedade civil. Os nomeados do poder público foram os seguintes: Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; UERGS e Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Os nomeados da sociedade civil organizada: Organização Não Governamental Fundação Projeto Terra; Sindicato Rural de São Francisco de Paula (empregadores rurais); EMATER e CITE-78; sendo incluídos os seguintes representantes, cujas representações não estavam previstas no decreto vigente (Decreto Municipal nº 1.475, 2016): COOPAF Serrana; ASSEPS e ATDR/RS.

Pela análise das designações dos representantes para os três mandatos citados anteriormente foi recorrente a indicação dos conselheiros em desconformidade com as normas estabelecidas na legislação vigente. Em relação à participação sociopolítica se verifica que o princípio da paridade não foi observado na maioria dos decretos de nomeação. Sabe-se que a composição paritária em Conselhos é requisito essencial para garantir a igualdade na participação sociopolítica (Cezare, 2009; Gohn, 2011; Ministério do Meio Ambiente, 2018).

O artigo 2º da Lei Municipal nº 2.609, de 13 de maio de 2009 elenca 17 incisos, sendo todos sobre as competências do COMUMA. Salienta-se alguns deles: promover e colaborar na execução de programas de proteção ambiental no município; propor e acompanhar programas de educação ambiental; analisar e opinar sobre a gestão dos resíduos sólidos no município; acompanhar, controlar e deliberar sobre processos de licenciamento ambiental no município, entre outros. Mesmo tendo esta previsibilidade legal, não foram encontradas muitas evidências do cumprimento das competências do Conselho. Entre os anos de 2013 a 2017 encontrou-se o registro de apenas 03 resoluções, sendo 02 delas sobre a liberação de recursos do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA) e apenas 01 sobre autorização à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade² licenciar atividade de incorporação de resíduo em solo

2 A partir da gestão municipal 2017-2020, a denominação mudou para Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

agrícola (Resolução nº 01, 2016; Resolução nº 01 e nº 03 de 2017). No mesmo período foram emitidos apenas 02 pareceres - Parecer nº 01 e nº 02 de 2015, sendo que o primeiro enfocava sobre a liberação de construções no entorno do Lago São Bernardo e o segundo sobre uma permuta de área pertencente à municipalidade por outra que deveria ser APP, cujo objetivo era um projeto de construção civil. Neste último, pôde-se verificar um melhor embasamento técnico na decisão do Conselho.

Da análise documental das reuniões, somente numa minoria foi possível verificar debates fundamentados em conhecimentos técnicos ambientais, inclusive não foi constatada nenhuma câmara técnica em atuação. Gohn (2011) chama a atenção em seu livro intitulado “*Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*” como é recorrente a necessidade de cursos e capacitação para a formação de representantes de Conselhos gestores. Os Conselhos gestores são espaços de aprendizagem, de negociação, do exercício do diálogo e de fortalecimento da cidadania, ressaltando-se ainda que, para que os Conselhos sejam ativos e possuam um caráter transformador é imprescindível que haja qualidade na participação (Gohn, 2001).

Mesmo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade tendo uma grande demanda, não foram encontrados pareceres emitidos pelo COMUMA ou por alguma câmara técnica que se referissem à licenciamentos ambientais. Embora tenha a previsibilidade legal, expressa no inciso XVIII do art. 2º da Lei Municipal nº 2.609 de 13 de maio de 2009, que determina como uma das competências do COMUMA: “Acompanhar, controlar e deliberar sobre processos de licenciamento ambiental e o monitoramento de atividades potencialmente geradoras de degradação ambiental” (Lei Municipal nº 2.609, 2009). Questionada, a referida Secretaria respondeu que pela demanda de aproximadamente 600 licenciamentos anuais, seria inviável deliberar em Conselho, havendo somente uma reunião mensal.

Considerações finais

Neste artigo analisou-se como ocorre a participação sociopolítica em dois Conselhos Municipais de Meio Ambiente, um no município de Canela e outro em São Francisco de Paula, respectivamente, denominados COMDEMA e COMUMA. Os Conselhos são espaços de participação e decisão que devem ser ocupados, de forma paritária, pela sociedade. Porém, há diferenças importantes observadas em relação à participação sociopolítica entre os representantes do poder público e os da sociedade civil nestes Conselhos. Enquanto os representantes do poder público possuem maior acesso a informações e estão mais habituados com termos técnicos e a legislação ambiental, em função de seus cargos, por outro lado, os representantes da sociedade civil, muitas vezes, por não estarem familiarizados com os termos técnicos e com a legislação ambiental, sentem-se despreparados ou intimidados, o que causa pouca adesão ou mesmo desistências por parte da sociedade civil nas representações destes Conselhos.

No que se refere à representação da sociedade civil, o COMDEMA apresentou uma formação melhor qualificada para desempenhar as funções no Conselho, já que seus representantes possuíam maior conhecimento sobre a legislação e termos técnicos, ao contrário do observado no Conselho de São Francisco de Paula, no qual se verificou que a maioria dos membros não tinha experiência na participação de Conselhos. No COMDEMA observou-se a presença de técnicos da área ambiental, da arquitetura e do direito entre os representantes da sociedade civil, mas que atuavam tanto como representação da sociedade civil quanto do poder público. Assim, por vezes, no mesmo processo tais representantes atuavam no Conselho defendendo interesses de clientes da iniciativa privada. Isto é corroborado pelo fato de que não há um regimento interno no COMDEMA, que estabeleça critérios que separem interesses comuns da sociedade dos privados. No mínimo esta situação coloca em xeque a ética dos representantes das entidades nestes espaços socioparticipativos, como comenta Jean-Jacques Rousseau (1762) quando afirma que uma pessoa só pode ser verdadeiramente um cidadão quando quer o bem geral, e não o seu bem particular.

É comum verificar que alguns empreendedores acreditam ser vantajoso contratar profissionais da área de assessoria ambiental para representar suas entidades nos Conselhos, visto que prestariam assessoria “defendendo-as” durante um processo ambiental. No entanto, esta prática não visa à proteção ambiental e sim aos interesses particulares de determinados empreendimentos, sejam eles originados de propostas

públicas ou privadas. No entanto, na legislação de Canela não consta nenhuma norma que impeça estes profissionais de fazerem parte do COMDEMA, ficando assim as decisões do próprio Conselho *à mercê* da ética, moral e bom senso dos seus membros, em aceitar ou não, tal conduta.

É urgente a necessidade de que as gestões municipais dos dois municípios realizem formação e capacitação dos conselheiros do COMDEMA e COMUMA, com intuito de qualificá-los e permitir a todos uma visão geral de suas atribuições, possibilitando-lhes maior equilíbrio nas performances de atuação. Por fim, entende-se ter sido fundamental a constituição dos Conselhos de meio ambiente nos dois municípios, dando início aos processos de participação sociopolítica, evidenciando lutas ambientais e o caráter democrático e transformador que devem conter estes espaços.

Referências

- Abramovay, Ricardo (2001). Conselhos além dos limites. *Estudos Avançados*, 15(43), 121-140.
- Castro, Mary L. et al. (1998). Conselho Municipal de Meio Ambiente na formulação de políticas públicas. In *Asociación Peruana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental*; AIDIS. Gestión ambiental en el siglo XXI (pp. 1-20). APIS.
- Cezare, Juliana P. (2009). *Conselhos Municipais e Governança: uma análise do Conselho de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense do Município de Santo André/SP* [Dissertação de Mestrado em Saúde Ambiental, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo/SP].
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988). *Constituição Federal*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- Crantschaninov, Tamara I., Silva, Ricardo M., & Vinícius, Félix (2011) Governança, acesso à informação e conselhos de políticas públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas – RG&PP*, 1(1), 01-19.
- Decreto Municipal n. 976*, de 05 de dezembro de 2012. (2012). Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMUMA. Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula.
- Decreto Municipal n.º 1.278*, de 18 de dezembro de 2014. (2014). Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMUMA. Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula.
- Decreto Municipal n. 1.475*, de 14 de dezembro de 2016. (2016). Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMUMA. Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula.
- Decreto Municipal n. 1.852*, de 14 de março de 2000. (2000) Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA. Prefeitura Municipal de Canela.
- Gohn, Maria da G. (2000). O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In Ana Ribeiro (Org.), *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores* (pp. 175-201). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO.
- Gohn, Maria da G. (2006). Conselhos gestores e gestão pública. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, 42(1), 05-11.
- Gohn, Maria da G. (2011). *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. Cortez.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2013). *Perfil dos Municípios, Tabela de Resultados*. ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2013/pdf/tab54.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2017a). *Dados Cidades*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/canela/panorama>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2017b). *IBGE Cidades*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula/panorama>

Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. (1981). Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938compilada.htm

Lei Municipal n. 1.621, de 10 de dezembro de 1998. (1998). Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente COMDEMA e outras providências. Prefeitura Municipal de Canela.

<http://www.canela.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7337&cdDiploma=19981621&NroLei=1.621&Word=&Word2=>

Lei Municipal n. 1.677, de 28 de setembro de 1999. (1999). Altera redação do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.621, de 10 de dezembro de 1998. Prefeitura Municipal de Canela.

<http://www.canela.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7337&cdDiploma=19991677&NroLei=1.677>

Lei Municipal n. 1.969, de 15 de abril de 2003. (2003). Dá nova estruturação ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e outras providências. Prefeitura Municipal de Canela.

<http://www.canela.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7337&cdDiploma=20031969#a12>

Lei Municipal n. 2.609, de 13 de maio de 2009. (2009). Institui o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente. Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula.

<http://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7896&cdDiploma=20092609&NroLei=2.609>

Melucci, Alberto (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge University Press.

Ministério do Meio Ambiente (2018). *Conselhos de Meio Ambiente no Brasil*. Autor. <http://www.mma.gov.br/port/conama/conselhos/conselhos.cfm>

Nunes, Marcela R., Philippi, Arlindo J., & Fernandes, Valdir. (2012). A atuação dos conselhos municipais de meio ambiente na gestão ambiental local. *Saúde e Sociedade*, 21(Supl.3), 48-60.

Parecer COMUMA n. 01, de 29 de abril de 2015. (2015). Dispõe sobre a análise do Projeto de Lei nº 012/2015 do Executivo Municipal. Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula.

Parecer COMUMA n. 02, de 25 de agosto de 2015. (2015). Dispõe sobre a análise do projeto de construção comercial na Av. Coronel Alziro Torres Filho, no Lago São Bernardo, São Francisco de Paula

Portaria Municipal nº 1.768, de 31 de agosto de 2015. (2015). Nomeia membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA. Prefeitura Municipal de Canela.

Portaria Municipal n. 382, de 02 de fevereiro de 2017. (2017). Nomeia membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA. Prefeitura Municipal de Canela.

Resolução COMDEMA n. 02, de 26 de agosto de 2015. (2015). Dispõe sobre o enquadramento e o licenciamento ambiental das atividades de coleta, transporte ou armazenamento de resíduos da construção civil e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Canela.

Resolução COMDEMA n. 05, de 28 de setembro de 2016. (2016). Dispõe sobre a criação da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e dá outras providências no Município de Canela. Prefeitura Municipal de Canela.

Resolução COMDEMA n. 06, de 01 de fevereiro de 2017. (2017). Altera a Resolução COMEMA 03/2016, que disciplina o enquadramento de atividades no âmbito da competência Municipal para o licenciamento. Prefeitura Municipal de Canela.

Resolução COMUMA n. 01, de 18 de abril de 2016. (2016). Dispõe sobre liberação do uso de recursos do FUNDEMA, previsto no Orçamento Municipal de 2016, pela SEMPA.

Resolução COMUMA n. 01, de 23 de março de 2017. (2017). Dispõe sobre liberação do uso de recursos do FUNDEMA, previsto no Orçamento Municipal de 2017, pela SEMPA.

Resolução COMUMA n. 03, de 14 de dezembro de 2017. (2017). Dispõe sobre autorização de licenciamento de atividade de incorporação de resíduo em solo agrícola. Prefeit. São Francisco de Paula.

Resolução CONSEMA n. 288, de 02 de outubro de 2014. (2014). Atualiza e define as tipologias, que causam ou que possam causar impacto de âmbito local, para o exercício da competência Municipal para o licenciamento ambiental, no Estado do Rio Grande do Sul. Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), Rio Grande do Sul.

Rousseau, Jean-Jacques (1762). *Do Contrato Social*. <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>

Teixeira, Ana C. (2005). Formação dos Conselhos no Brasil. In H. Faria, A. Moreira, & F. Versolato (Orgs.), *Você quer um bom Conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural* (pp. 19-26). Instituto Pólis.

Histórico	<i>Submissão: 09/10/19</i> <i>Aceite: 28/04/20</i>
Contribuição dos autores	<i>Concepção: VAS; MR; PB</i> <i>Coleta de dados: VAS; MR</i> <i>Análise de dados: VAS; MR; PB</i> <i>Elaboração do manuscrito: VAS; MR; PB</i> <i>Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: PB</i> <i>Aprovação final do manuscrito: PB</i>
Financiamento	<i>Não se Aplica</i>
Aprovação, ética e consentimento	<i>Não se Aplica</i>

Artigo Original

Deslocamentos contemporâneos: Reflexões sobre sujeito, cultura e política

Desplazamientos contemporâneos:
Reflexiones sobre sujeto, cultura y política

Contemporary displacements:
Reflexions about the subject, the culture and the politics

Mônica Medeiros Kother Macedo *

monicakothermacedo@gmail.com

Raíssa Ramos da Rosa **

raissa.r.rosa@gmail.com

Mariana Machado Felin ***

mariana_felin@hotmail.com

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<https://orcid.org/0000-0001-9347-8537>

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0000-0002-3084-0970>

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0000-0002-6866-8408>

Resumo

Este artigo teórico explora a temática das diásporas contemporâneas identificando e examinando elementos, de diferentes áreas do conhecimento, que permitem desvelar facetas de indiferença e de cruel patologização impostas aos migrantes e refugiados. Enfatiza-se a desconsideração do impacto e da violência oriundos de fatores sociais, políticos e econômicos na produção da precarização e vulnerabilidade da população de migrantes e refugiados. A complexidade inerente às diásporas é explorada mediante a leitura psicanalítica referente aos impasses alteritários. Afirma-se a urgência da promoção de práticas de verdadeira amabilidade em relação ao estrangeiro, recuperando-se, portanto, a dupla dimensão da definição de outro, ou seja, outro como aquele que não é o Eu, mas outro que compartilha com o Eu da categoria de semelhante. Na condição de reconhecimento alteritário, podem se dar condições simétricas de convívio, contemplando, no reconhecimento de diferenças, a radical exclusão de violentas práticas de dessubjetivação.

Palavras-chave: Psicanálise; Política; Violência; Migração; Refúgio.

Resumen

Este artículo teórico explora la temática de las diásporas contemporáneas identificando y examinando elementos, de distintas áreas del conocimiento, que permiten revelar facetas de indiferencia y la cruel patologización impuestas a migrantes y refugiados. Se resalta la actitud de desconocer el impacto y la violencia que surgen de los factores sociales, políticos y económicos en la producción de la

precariedad y vulnerabilidad de la población de migrantes y refugiados. La complejidad inherente de las diásporas se explora a través de la lectura psicoanalítica que se refiere a los impasses en el campo de la alteridad. Se afirma la urgencia de promover prácticas de verdadera bondad hacia el extranjero, recuperando así la doble dimensión de la definición del otro, es decir, otro como el que no es el Yo, pero otro que comparte con el Yo de la categoría de semejante. En la condición de reconocimiento alteritário pueden darse las condiciones de simetría en la vida, contemplando, en el reconocimiento de las diferencias, la exclusión radical de prácticas violentas de desubjetivación.

Palabras-clave: *Psicoanálisis; Política; Violencia; Migración; Refugio.*

Abstract

This theoretical article explores the thematic of contemporary diasporas by identifying and examining elements of different areas of knowledge which allow to exhibit indifference and cruel pathologization aspects imposed to migrants and refugees. It emphasizes the disregard to the impact and violence coming from social, political and economic factors in migrants and refugee's precariousness and vulnerability production. The inherent complexity in diasporas is explored through a psychoanalytical comprehension of the otherness impasse. The urgency of promoting practices of truly kindness related to the foreigner is affirmed, recuperating, therefore, the dual dimension of the other's definition, that is, the other as that person who is not the I, but another who shares with the I the equal category. In the condition of otherness recognition, symmetrical living conditions can occur, contemplating, in the recognition of differences, the radical exclusion of violent unsubjectivation practices.

Keywords: *Psychoanalysis; Politics; Violence; Migration; Refuge.*

“É inerente ao poder o *impulso para o uno*. Nenhuma amabilidade irradia dele que se dirija ao múltiplo, ao plural, ao vário, ao marginal ou àquilo que se desvia do rumo.” (Byung-Chul Han, 2017, p. 119)

Introdução

Os deslocamentos humanos se fazem presentes ao longo da História, ocorrendo devido a fatores econômicos, questões políticas como guerras e conflitos, mudanças e desastres climáticos ou, ainda, devido a problemas sociais, fatores esses que demonstram a complexidade das diásporas (United Nations High Commissioner for Refugees [UNHCR], 2019). Tais deslocamentos, especialmente a partir do século XXI, vêm chamando a atenção pela sua especificidade e exigem, em função da complexidade desta temática, que diferentes áreas do conhecimento se debruçam sobre o tema e produzam reflexões a partir de múltiplas perspectivas (UNHCR, 2019; Vasconcelos & Botega, 2015). Cristina Santinho (2013), antropóloga portuguesa, ao abordar a temática das diásporas contemporâneas, enfatiza a presença de singulares matizes que impõem uma reflexão fundamental:

Existem razões históricas mais ou menos recentes—muro entre os Estados Unidos e o México, territórios ocupados na Palestina, em Espanha separação de Ceuta e Melilla relativamente a Marrocos, para nomear alguns casos mais recentes e mediáticos — que contribuíram para uma alteração radical nos conceitos usados nas políticas de fronteira. Estas alterações estão também ancoradas em profundas mudanças econômicas e políticas, nomeadamente na Europa, que, dispensando o recurso a trabalhadores imigrantes, viu generalizar-se o uso de expressões como “invasão de imigrantes”, em particular por parte da imprensa sensacionalista. (Santinho, 2013, p. 10)

Neste sentido, é importante reconhecer as características singulares que se apresentam no encontro com o estrangeiro na contemporaneidade. Trata-se, muitas vezes, de deslocamentos forçados relacionados às precárias condições de vida do sujeito, fazendo com que sua busca por um novo território não possa ser simplesmente atribuída a seu desejo de deslocar-se. Buscamos, portanto, explorar, neste artigo teórico, as faces da violência com que se deparam sujeitos que são semelhantes considerando-se o fato de serem humanos, mas vistos como estranhos e tomados como alvo de expressiva hostilidade, quando consideradas suas nacionalidades. O difícil processo de acolhida a que se veem submetidos parece, por vezes, desconsiderar a gravidade de suas condições de vida, uma vez que os deslocamentos empreendidos, na contemporaneidade, ocorrem não por escolha própria ou desejo efetivo de conhecer outro país. Trata-se de deslocamentos fomentados pela busca de sobrevivência mediante a fuga de um cotidiano marcado por precariedades que se desdobram em extrema miséria, riscos reais à vida e total ausência de perspectiva de futuro. Os deslocamentos são, portanto, gerados, praticamente em sua totalidade, pela guerra, pela precarização crescente das condições de vida, pelo exercício cruel de poder, pelo exercício constante e devastador da condição de oposição a regimes totalitários, dentre outras formas de violência impostas a esses sujeitos. É nessa direção que a resistência e a hostilidade com que são recebidos dificultam as condições de inscrevê-los no laço social e ficam, muitas vezes, disfarçadas nas práticas de assistencialismo ofertadas (Macedo & Kupermann, 2020).

A dramaticidade envolvida em tais deslocamentos denuncia, portanto, a urgência em incluir, na reflexão sobre promoção, o envolvimento determinante de condições econômicas, sociais, políticas ou, ainda, fenômenos de ordem natural, fatores que acabam por agravar condições já existentes de precari-

zação e vulnerabilidade destas populações. Dados da United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), revelados pelo Relatório Global Trends (UNHCR, 2019), mostram que, ao final de 2018, o número de pessoas em situação de refúgio em todo o mundo atingiu quase 70,8 milhões. Tal somatória indica que, a cada minuto, 25 pessoas foram deslocadas à força no mundo.

Gonçalo Matias (2014) desenvolve importantes argumentos no intuito de problematizar a forma como vem sendo gerida, em nível mundial, a temática das migrações. Para o advogado português, “o direito internacional não tem cuidado do fenómeno migratório como porventura deveria, tendo em conta o seu carácter essencialmente global e transfronteiriço” (p. 15). Tal consideração encontra, também, sintonia com a ponderação de Laura Sartoretto (2018), que, apoiada no léxico jurídico, destaca a existência de “uma ordem global na qual o direito internacional é normatizado e aplicado sem que haja uma adequação às assimetrias existentes entre os Estados que compõem a comunidade internacional” (p. 25).

Em relação ao Brasil, O “Relatório Anual 2019 – Imigração e Refúgio do Brasil” (Cavalcanti, Oliveira, & Macedo, 2019), elaborado pelo Observatório das Migrações Internacionais, aponta para a expressiva entrada de imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio no país entre os anos de 2010 e 2018, principalmente de pessoas de origem haitiana e venezuelana. Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) indicam que, no ano de 2018, houve o maior número de solicitantes de refúgio dos últimos tempos, totalizando 80 mil somente neste ano (ACNUR, 2019). Destas, aproximadamente 60 mil solicitações advieram de venezuelanos e 7 mil de haitianos. O estado brasileiro com maior número de solicitações em 2018 foi Roraima, com o contingente de 50.770 pedidos. Se comparado com o ano anterior, 2017, no Estado de Roraima houve um aumento superior a 300% de pedidos de refúgio. Tais dados corroboram estudos que vêm identificando a intensificação da migração Sul-Sul, ou seja, deslocamentos cada vez mais expressivos de pessoas entre e em direção aos países da América Latina e do Caribe. Além disso, pesquisadores da UNICAMP têm constatado que, em relação ao Brasil, ocorre importante interiorização das migrações internacionais (Baeninger et al., 2018).

A chegada de haitianos ao Brasil denunciou o despreparo da política migratória brasileira para o recebimento de estrangeiros, bem como evidenciou a necessidade de reflexão sobre as formas de acolhimento a esta população. Em 2011, o Banco Mundial estimou que 10% da população haitiana já estava em deslocamento como forma de fugir da miséria e da desordem social. Dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) apontam para a entrada de 85.079 haitianos no território brasileiro entre os anos de 2010 e 2015 (Baeninger & Peres, 2017). Em território nacional, tanto o estabelecimento do acordo de residência viabilizado pelo Mercosul quanto o visto humanitário aos haitianos possibilitaram visibilidade à mobilidade interna da migração internacional (Baeninger et al., 2018). Mais recentemente, outro país, agora da América Latina, a Venezuela, vem chamando a atenção mundial pelo contingente populacional que está em deslocamento migratório. Nesse sentido, houve um aumento significativo de solicitações de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil apenas no ano de 2017, constituindo, assim, mais da metade anual dos pedidos de refúgio (ACNUR, 2018).

Tais dados quantitativos retratam a gravidade dessa situação, mas, acima de tudo, não devem impedir a reflexão sobre o fato de que a situação de migração ou refúgio se refere a *pessoas*, muitas delas obrigadas a se deslocar sob precárias condições e intenso sofrimento considerando-se os drásticos fatores de pobreza, risco e vulnerabilidade que as rodeiam em seus países de origem. Assim, este estudo teórico tem como intuito identificar e problematizar as faces da violência referente às diásporas contemporâneas, a qual assume as nefastas formas da indiferença e da patologização referentes aos sujeitos dos deslocamentos. Nesta leitura, apresenta-se uma reflexão teórica sobre os complexos fatores que compõem um cenário hostil em relação aos estrangeiros, desvelando-se o exercício político de poder que busca encobrir a força de fatores sociais, políticos e econômicos na produção da condição de vulnerabilidade e marginalização. Destarte, não somente se busca desenvolver uma reflexão que abarque os impasses nas possibilidades de acolhimento efetivo da população estrangeira nos países de destino, mas também se dá um passo atrás a fim de incluir na problematização o que, em primeiro lugar, produz a necessidade de o sujeito abandonar seu país de origem.

Singulares travessias e seus impasses

Refletir sobre a temática das diásporas não pode prescindir da ênfase ao fato de que os deslocamentos têm sérias consequências na vida de milhares de pessoas. É, portanto, urgente reconhecer a amplitude que adquire o fenômeno dos deslocamentos contemporâneos, uma vez que se faz evidente, em seus desdobramentos, a necessária criação de políticas públicas efetivas para atender as demandas dessa população. O risco presente é de que o acolhimento ofertado pelos países de destino seja ineficiente, desde seu planejamento, se o estrangeiro é visto sob a ótica da hostilidade e da indiferença. Deisy Ventura (2016) aborda este risco ao referir que algumas fantasias, como a de que o estrangeiro “carrega doenças”, justifiquem medidas de restrição à migração e, também, de violação dos direitos humanos. A autora alerta para o perigo das autoridades aplicarem restrições ilegais em relação à mobilidade dos estrangeiros e defende que

a dicotomia que caracteriza a interface entre a migração internacional e a saúde – com a representação, por um lado, de migrantes como uma ameaça à saúde e, por outro, o reconhecimento da vulnerabilidade da saúde de migrantes que são frequentemente expostos a difíceis condições de trabalho com acesso limitado aos direitos e políticas para inclusão – precisa ser urgentemente superada. (Ventura, 2016, p. 70)

Nessa perspectiva, é relevante que se empreendam constantes esforços no intuito de ampliar estudos e reflexões consistentes acerca da singularidade dos deslocamentos humanos contemporâneos que possam reverter em contribuição de políticas públicas de gestão dessas temáticas. Tais estudos e reflexões não podem se furtar de abordar a evidente ambivalência e, por vezes, expressa resistência nas práticas de acolhida ao estrangeiro. Trata-se da vida de milhares de pessoas, frente às quais é fundamental reconhecer que as condições de acolhimento em território estrangeiro podem vir a inaugurar novas modalidades de laços sociais ou a reproduzir, cruelmente, as dramáticas condições que motivaram os deslocamentos empreendidos.

Diversas áreas do conhecimento têm se ocupado da problematização de elementos relativos às diásporas contemporâneas. Neste artigo, a complexidade inerente ao fenômeno levou à apresentação de diferentes reflexões a respeito dos deslocamentos atuais. Entende-se que, mesmo havendo diferentes perspectivas epistemológicas, a reflexão sobre as diásporas não prescinde do reconhecimento de tratar-se de importante impasse no campo alteritário.

Busca-se destacar, neste tópico, a potência dos aportes da Psicanálise na leitura sobre o sujeito na interface com a cultura, enfatizando elementos que permitem identificar e destacar nuances singulares de um fenômeno que é, paradoxalmente, coletivo e singular. Sigmund Freud, em seu texto de 1921, aponta que “a psicologia individual, nesse sentido ampliado, mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (Freud, 1921/1996, p. 77). Tal consideração se faz evidente na obra de Freud, principalmente em seus textos mais diretamente relacionados a explorar as conflitivas e dinâmicas relativas à cultura, contribuições fundamentais que instrumentalizam a leitura acurada acerca da complexidade de eventos em determinado contexto histórico que correm o risco de ficarem marginalizados ou escamoteados. Ao propor a existência de um aparato psíquico, descrito como um aparelho de captura e metabolização de intensidades, Freud reconhecia e afirmava a existência de inegável e decisiva relação entre o funcionamento intrapsíquico e o contexto intersubjetivo.

Experiências decorrentes da Primeira Guerra Mundial incrementaram os aportes freudianos a respeito das relações humanas, na medida em que se evidenciaram, no campo do real, práticas que deram inegável testemunho da extensão da destrutividade humana. Nesse contexto histórico, há uma ampliação teórica importante na visão de sujeito proposta pela Psicanálise. A proposição de um dualismo pulsional,

que explicita a oposição entre investimentos de Eros (pulsão de vida) e Thanatos (pulsão de morte), afirma a existência de poderosas forças tanto no campo amoroso, como no campo da destrutividade. A proposição freudiana, explicitada no texto de 1920, intitulado *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/2010a), surge como efeito imediato às reflexões decorrentes do período pós-guerra. Não se trata de mera coincidência o fato de que a temática das diásporas humanas, mais especificamente o tema do refúgio, se encontre diretamente ligada ao fenômeno da guerra. Nessa direção, Sartoretto (2018) alerta para o fato de que “o final da Segunda Guerra Mundial apontou novamente para a questão dos refugiados. Se a Primeira Guerra Mundial havia produzido cerca de quatro milhões de refugiados, a Segunda Guerra gerou 40 milhões” (p. 51).

O livre deslocamento das pessoas, na ocasião da Primeira Guerra Mundial, sofreu importantes restrições e testemunhou ao mundo a faceta de crueldade do humano, fazendo com que predominasse o que Freud (1914/1974) denomina como “a desilusão da guerra” (p. 311). Um dos fatores elencados pelo autor refere-se exatamente ao direito de ir e vir e ao convívio entre pessoas de diferentes nacionalidades: “Poder-se-ia supor, porém que as próprias grandes nações adquiriram tanta compreensão do que possuíam em comum, e tanta tolerância quanto a suas divergências, que ‘estrangeiro’ e ‘inimigo’ já não podiam fundir-se, como na Antiguidade Clássica, num único conceito” (Freud, 1974, p. 313).

No decorrer do período entre Guerras, no qual houve um aumento dos movimentos totalitaristas que culminaram na eclosão da Segunda Guerra Mundial, Freud amplia suas considerações sobre impasses no campo intersubjetivo. A escrita do célebre e atual texto de 1930, *Mal-estar na civilização* (Freud, 1930/2010b) dá novo testemunho da pertinência da acuidade de suas percepções. No texto, Freud explora o que define como sendo três fontes de sofrimento que ameaçam o sujeito por diferentes vias, quais sejam, o próprio corpo, o mundo externo e as relações humanas, considerando esta última a fonte mais dolorosamente experimentada pelo sujeito.

A definição freudiana de mal-estar no processo civilizatório alude à sua constatação de que, para viver em sociedade, o sujeito deve renunciar a uma parcela de prazer que é obtido por meio da satisfação de impulsos tanto amorosos, como destrutivos. No entanto, Freud (2010b) afirma que esta renúncia nunca é completa, visto que a destrutividade é inerente ao humano, e sua força é intensa, tendo, por essas razões, a potência de causar fortes perturbações nos relacionamentos. Dessa forma, ao enfatizar a relevância da destrutividade humana, Freud desfaz uma visão ingênua sobre o sujeito e coloca a destrutividade (manifestada como violência auto e/ou hetero dirigida) como uma constante ameaça de desintegração não apenas para o próprio sujeito, mas também para a sociedade.

Assim, por meio das expressões próprias à pulsão de morte, elementos de destrutividade encontram expressão nos destinos do próprio sujeito e, também, irrompem fomentando práticas de violência e crueldade no campo social. No texto de 1921, *Psicologia de grupo e a análise do ego* (Freud, 1996), Freud já alertava que um grupo, uma sociedade sob vigência de sua força disruptiva, poderia eleger um alvo externo e estrangeiro com o intuito de forçar uma coesão entre iguais. O estranho, o diferente, o não-eu poderia, assim, ser tomado como inimigo sem maiores custos ao eu. O conceito freudiano de *narcisismo das pequenas diferenças* (Freud, 2010b) ilustrava esta dinâmica no cenário histórico do final dos anos vinte e segue sendo um recurso de leitura das múltiplas faces da violência contemporânea.

Ferenczi e o trabalho de ampliação da noção de trauma em psicanálise

O legado freudiano que amplia a abordagem da complexa relação do sujeito com o outro, principalmente ao explorar o viés de destrutividade e violência, ou seja, seus desdobramentos tanáticos na cultura, também marca importante presença nos aportes valiosos de Sándor Ferenczi. Desde o início de sua atuação profissional como médico neurologista e, posteriormente, como médico do *front* do exército húngaro durante a Primeira Grande Guerra, temas relativos ao campo social, ao preconceito, à violência contra os vulneráveis se fizeram presentes nos estudos e escritos deste psicanalista húngaro contemporâneo a Freud. Suas contribuições, embasadas em uma leitura crítica da clínica psicanalítica de seu

tempo, sustentadas na consideração aos fatores sociais e culturais, podem e devem ser, cada vez mais, aproximadas ao campo social contemporâneo e consideradas como recursos para o entendimento acerca do mal-estar provocado pelas transformações culturais e políticas (Gondar, 2012).

O campo de estudo relativo ao trauma foi um vetor fundamental na obra de Ferenczi. A partir de proposições que se fazem presentes na obra freudiana, extrai duas concepções centrais relativas ao trauma e passa, a partir delas, a apresentar suas contribuições originais, propondo tanto inovações teóricas como técnicas na escuta e na intervenção clínica desta temática.

Em relação à primeira, ou seja, a leitura freudiana sobre o que denominara como *teoria da sedução*, Ferenczi recupera a ideia inicial posteriormente, abandonada de Freud sobre a realidade de um acontecimento traumático na etiologia do padecimento psíquico. Ferenczi afasta-se, portanto, da concepção de trauma que se dá na estreita ligação ao conceito de fantasia, direcionando seu trabalho clínico ao resgate do que foi efetivamente vivido pelo sujeito. Nessa dimensão, o trauma alude ao excesso e à violência do vivido no campo intersubjetivo. Assim, a concepção ferencziana de trauma considera que “na origem do acontecimento traumático encontra-se um agente externo provocador” (Kupermann, 2019, p. 57), e que a experiência traumática só ganhará este significado *a posteriori*. Ferenczi (1933/1992a) afirma o real da experiência traumática, enfatizando o papel do outro na centralidade da definição de trauma.

A segunda concepção freudiana a respeito do trauma, retomada por Ferenczi, diz respeito ao caráter excessivo do evento, cuja intensidade não é capaz de ser simbolizada pelo aparelho psíquico, resultando em um “choque traumatizante” (Kupermann, 2019, p. 57). Assim, para Ferenczi, o aparelho psíquico é impelido a descarregar a energia que fica em excesso a partir de tentativas que ganham um caráter destrutivo ou mortífero (Kupermann, 2019). Pode-se afirmar, portanto, que, na obra de Sándor Ferenczi, os elementos que aludem à concepção de trauma recuperam a condição da experiência efetivamente vivenciada pelo sujeito somada à impossibilidade de encontrar, no campo intersubjetivo, vias de facilitação e tramitação do excesso experienciado. É neste segundo ponto que se situa importante contribuição ferencziana à leitura sobre o trauma em Psicanálise.

Na obra de Ferenczi, evidencia-se, portanto, importante diferença entre a etiologia traumática relativa à fantasia e àquela que alude ao real vivido no campo intersubjetivo com desdobramentos *a posteriori*. A partir de sua concepção de trauma, pode-se considerar, como inovação teórica, a proposição da existência de um segundo e efetivo tempo de instauração do trauma que inclui a ação de outro. Segundo Ferenczi, portanto, o trauma não se dá na experiência primária de uma vivência, mas, sim, em um segundo momento no qual não há validação, por parte de outro, em relação ao sofrimento do sujeito frente a uma experiência de excesso (Ferenczi, 1931/1992b). Dessa forma, Ferenczi ressalta que o verdadeiro caráter traumático de uma experiência se dá neste *segundo tempo*, ou seja, quando o sujeito, ao buscar ajuda em alguém de sua confiança, *não tem reconhecida sua condição de ser e*, assim, sofre o *descrédito* do outro em relação à percepção do sofrimento que foi por ele vivenciado (Gondar, 2012).

O não reconhecimento do vivenciado, neste segundo tempo, é cunhado por Ferenczi sob o termo *desmentido*. Como explicita Gondar (2017), nesta situação, “são os afetos de um sujeito, o seu sofrimento e ele próprio enquanto sujeito que está sendo desmentido” (p. 91). Entende-se, assim, a efetiva violência e destrutividade do trauma proposto por Ferenczi por meio do conceito de *desmentido*.

Daniel Kupermann (2017), ao abordar o tema do traumático, destaca o fato de que “é por meio das contribuições ferenczianas que a comunidade psicanalítica é convidada a relançar a função da alteridade nesse contexto, atribuindo um novo estatuto às situações de violência promovidas no campo social” (p. 48). O autor propõe, ainda, um desdobramento sequencial na concepção ferencziana de trauma. Para o autor, o trauma se daria a partir de *três tempos*, denominados por ele como *tempo do indizível*, *tempo do testemunho* e *tempo do desmentido* (Kupermann, 2019).

No primeiro tempo, tempo do indizível, a partir do excesso que ingressa no aparelho psíquico e frente à ausência de recursos de metabolização e simbolização do experienciado, persiste aquilo que ainda não encontrou palavras para ser representado. Na tentativa de encontrar vias que possibilitem a simbolização do que irrompeu no aparelho psíquico sob forma de angústia, aquele que sofreu o excesso busca ajuda

de outro. O autor denomina o segundo tempo como tempo do testemunho, no qual ocorre o endereçamento da dor ao outro, a alguém disponível a escutá-lo, trata-se agora “de um apelo ao *reconhecimento* da própria dor, de uma tentativa de testemunhar perante a presença sensível do outro o ultraje sofrido” (Kupermann, 2019, p. 58). Tal disponibilidade e sensibilidade do outro são fundamentais na concepção ferenciana do trauma, pois é justamente o fracasso da acolhida às demandas do tempo do testemunho que caracteriza a vivência como traumática, inaugurando o *tempo do desmentido* (Kupermann, 2019).

A patologização como via de silenciamento do sujeito

Constata-se, assim, que a riqueza da contribuição ferenciana sobre o trauma permite a ampliação de leitura a respeito das relações intersubjetivas que se estabelecem, também, como decorrentes de tensões sociais, políticas e econômicas. Nesse leque, pode-se incluir as complexas demandas relativas às populações migrantes e de refugiados. Na esteira das reflexões sobre as tensões do campo social, Felícia Knobloch (2015) problematiza as formas de acolhimento à população migrante. A autora alerta para o perigo de, ao buscar legitimar o possível sofrimento psíquico do sujeito migrante, adotar-se a via da patologização da diferença como única forma possível de reconhecimento. Nessa direção, denuncia a tentativa de inserir a experiência migratória em uma categoria diagnóstica. No início dos anos 2000, o psiquiatra espanhol Joseba Achotegui descreveu a categoria nosográfica que denominou *Síndrome do Imigrante com Estresse Crônico e Múltiplo*. A *Síndrome de Ulisses*, como é mais conhecida, diz respeito ao adoecimento de migrantes em decorrência da experiência de deslocamento. Achotegui (2009) descreve doze aspectos do que denomina de “luto migratório”, sendo a síndrome em questão caracterizada pelo luto patológico, quando não há possibilidade de elaboração das perdas envolvidas no processo de deslocamento.

Os aspectos descritos pelo autor chamam a atenção por desconsiderarem o impacto, sobre o sujeito, das questões políticas e das precárias condições de acolhida no país de destino. Nas palavras de Achotegui (2009, p. 164), “quando uma pessoa emigra, já está condicionada pelo que viveu na infância e, *logicamente*, terá dificuldades para se adaptar plenamente à nova situação”. Na sequência de seu texto, passa a descrever a “regressão psicológica” que observa em migrantes, os quais tendem a se sentir confusos e inseguros e, assim, adotam *condutas de dependência e atitudes infantis*. Cabe, então, o questionamento: *são* os migrantes dependentes e condicionados invariavelmente pelas experiências da infância ou são as brutais condições de deslocamento e acolhida fatores impactantes de precariedade, de dessubjetivação e de exclusão? Não se trata de desconsiderar a importância da história na constituição psíquica, mas, sim, de denunciar este viés previamente concebido, ou seja, *pré-conceituoso* que, assim, deixa fora da discussão importantes elementos políticos e econômicos promotores de intenso sofrimento, centralizando no sujeito a “produção” de patologias. Neste sentido, Macedo e Kupermann (2020), ao problematizarem a patologização da experiência migratória, apontam justamente para o fato de que “uma das ‘estratégias’ dessubjetivantes corresponde à transformação do sofrimento social em patologia clínica” (p.105).

Achotegui (2009) segue, em seu artigo, uma cuidadosa descrição do que considera como fatores estressores, os quais, em graus elevados, levariam ao desenvolvimento da Síndrome de Ulisses: separação forçada dos entes queridos, sentimento de desesperança pelo projeto fracassado, luta pela sobrevivência, medo, terror das viagens e ameaças (máfias, prisão, expulsão). Na sequência, há a descrição dos sintomas que levam ao diagnóstico de tal síndrome: sintomas depressivos (tristeza e choro), sintomas ansiosos (tensão, insônia, irritabilidade, pensamentos recorrentes) e somatizações (fadiga, moléstias, enxaqueca). A partir dessa vasta descrição sintomatológica, percebe-se, como apontado por Knobloch (2015), a “*inevitabilidade*” do migrante adoecer psiquicamente e necessitar de ajuda especializada. O entendimento da experiência de deslocamento a partir da Síndrome de Ulisses situa o migrante como ser vulnerável que desenvolverá sintomas específicos como consequência de seu deslocamento e que deve ser, então, medicado. A imposição do saber psiquiátrico, como uma verdade prévia sobre o sujeito, exclui a consideração à subjetividade do campo do cuidado. Nessa lógica, o que fica privilegiado é o sintoma, e não a

dimensão alteritária; muito menos, ainda, é considerada a singularidade de sua experiência, já definida previamente como patológica. Para Santinho (2013),

as políticas de fronteira no Espaço Schengen tendem, cada vez mais, a ser ditadas pelo medo e pelo controle direcionado para aqueles que aparentemente não lhe pertencem, os quais, segundo alguns, representam uma ameaça, constituindo este um dos sentimentos mais generalizados nos discursos da maioria dos partidos de direita nos vários países da União Europeia. (p. 14)

Pode-se encontrar, nas considerações de Santinho (2013), a ilustração do cruel impacto da destrutividade concebida por Freud e do desmentido proposto por Ferenczi nas ações empreendidas no campo social e político. Ao transformar o estrangeiro em ameaça, não se reconhece a necessidade de pensar a importante parcela de responsabilidade política e econômica na produção de sua precariedade e vulnerabilidade. Como consequência da violenta indiferença frente ao estrangeiro e

ao erguerem-se barreiras jurídicas no espaço onde antes existiam fronteiras físicas, os estados europeus acabam por contribuir para a proliferação de redes de traficantes (“economias paralelas” que exploram a fragilidade alheia), cada vez mais numerosas e poderosas nas fronteiras terrestres e marítimas da Europa. (Santinho, 2013, p. 14)

A dinâmica da violência frente ao estrangeiro se atualiza no desmentido da força dos fatores externos implicados na produção de dessubjetivação. Assim, uma leitura patologizante fomenta a culpa e a responsabilidade do próprio sujeito em relação às suas parcas condições de imaginar um futuro.

Ademais, nessa direção, a atribuição de patologia ao migrante ou refugiado é uma forma de encobrir a força de fatores sociais, políticos e econômicos na produção do sofrimento dessas pessoas. É evidente a urgência não apenas de desnaturalizar os conceitos que medicalizam o sofrimento social, bem como a “repolitização de suas vítimas, reconhecendo-as como sujeitos ativos” (Pussetti, 2017, p. 263). Ainda, sobre a Síndrome de Ulisses, Pussetti (2017) assinala o fato de que essa categoria diagnóstica foi proposta em concomitância com o endurecimento das políticas migratórias europeias.

Dessa maneira, um discurso (e um discurso patologizante) sobre o migrante ou refugiado é produzido *a priori*, antes mesmo de escutá-lo. Torna-se evidente que essa atitude implica o *não reconhecimento* da singularidade da experiência subjetiva, sendo a impossibilidade em reconhecer o *estranho* que o outro é uma prática da ordem da indiferença e do *desmentido* ferencziano. Nessa operação, predomina o descrédito ao que foi experienciado pelo sujeito e ao seu testemunho sobre o ocorrido. Assim, políticas públicas que se proponham a acolher o sujeito das diásporas, pensadas na lógica da Síndrome de Ulisses, acabam por produzir violência ao invés de acolhimento à diferença que o outro representa. Ao desmentir a diferença do outro, a atribuição diagnóstica prévia e a decorrente medicalização tornam-se dispositivos potencialmente traumáticos.

Para Joel Birman (2014), a psiquiatrização do espaço social se dá mediante a busca de regular o mal-estar social pelo uso de substâncias psicofarmacológicas, gerando, assim, um contexto que tende ao apagamento e ao silenciamento do sujeito. Nessa direção, ocorre a cruel condição na qual, desconsiderando-se o impacto das forças econômicas e políticas que precarizam e marginalizam aquele que não está inscrito no mercado de consumo e poder, acaba-se por impor “a efetiva implicação dos pobres na responsabilização de sua própria miséria” (p. 75). É no registro da culpa e da vergonha, ou seja, da responsabilização moral imposta ao sujeito que, segundo o autor, vai se promovendo a assunção de uma

condição e de uma posição social depreciadas diante de si mesmo e do outro, engendrando impactantes formas de mal-estar psíquico. Mediante esta modalidade de produção do mal-estar, fomenta-se um perigoso elo entre política e medicalização, uma vez que, em seus efeitos, pode-se constatar que

a violência passa a ser vista como uma técnica, livre de emoções e puramente racional e instrumental para a consecução dos ideais da modernidade. Uma violência dominada e liberada para a realização não de determinados fins, mas como meio de fomentar uma engenharia social e produzir uma ordem no espaço urbano. (D'Elia, 2014, p. 136)

Ao ampliar as formas utilizadas na produção de uma ordem no espaço urbano, identifica-se, novamente, o exercício de poder na imposição de uma “ordem global” que regula as possibilidades e as impossibilidades de sujeitos provenientes de determinadas nacionalidades adentrarem ou não em certos países. Igiaba Scego (2019), aponta que, mediante essas condições, “você está à mercê de um destino nefasto que condena pela geografia e não por algo que você fez ... se você nasceu do lado errado do planeta, nada será concedido” (p. 124). Ao sustentar sua proposição, a jornalista e escritora italiana de origem somali desenvolve uma análise assertiva mediante a ilustração de desiguais condições de deslocamento ilustradas na referência ao sistema de classificação de passaportes no *Passport Index*¹. Tal classificação é decorrente da análise de possibilidades de circulação pelo mundo de acordo com a nacionalidade dos passaportes. Assim, quanto mais um passaporte abre portas ao redor da Terra, ou seja, permite a entrada em diversos países sem a necessidade de visto ou então a sua obtenção é simplificada, mais poderoso e desejável ele se torna, adquirindo posições mais elevadas na lista desenvolvida pelo *site*. Os países mais bem posicionados desta listagem, denominada de “*Global Passport Power Rank 2021*”², são Alemanha, Finlândia, Espanha e Suíça, enquanto, entre os últimos países da lista, constam Afeganistão, Iraque, Síria e Somália. Nesse sentido, a partir dos dados obtidos na referida plataforma, se reflete sobre as suas possibilidades, enquanto cidadã italiana, de circular entre países, em comparação com as possibilidades que teria se tivesse apenas a documentação do país de seus pais e irmãos, a Somália. A autora chega à triste conclusão de que, com um passaporte somali, conseguiria entrar em apenas 32 países sem visto ou mediante simples obtenção de visto na chegada ao país; entretanto, com o passaporte italiano, lhe é permitido entrar com facilidade em 133 países. Logo, é inegável que “o novo *apartheid* depende da cor dos passaportes e não da pele” (Scego, 2019, p.126). Desse modo, desvela-se uma cruel demarcação de fronteiras, tangíveis e intangíveis, entre os países que são preteridos na circulação mundial e aqueles que oferecem condições privilegiadas de mobilidade para sua população.

As reflexões de Scego (2019) encontram eco na constatação de que a contemporânea forma de produção de precarização social induz à precarização psíquica sendo que, em ambos os cenários, poucos ou inexistentes recursos de enfrentamento à desigualdade imposta são ofertados à população. A busca pelos imperativos da medicalização e a crescente criminalização da população vulnerável dão testemunho atroz desses efeitos via dissimulação de práticas e políticas públicas, aparentemente, destinadas a atender a demanda daquele que se encontra em condição de vulnerabilidade. Na modalidade de práticas, restrita a atender as condições mínimas de sobrevivência autoconservativa dos sujeitos, instaura-se a condição de *vítima*. Assim, cerceada sua condição de narrar a violência experienciada e de revoltar-se com a precarização de sua existência, deve o sujeito, passivamente e acima de tudo, ser grato pela atenção a ele dispensada. Encontra-se ressonância de tal condição na precisa abordagem que Birman (2020a) faz da situação social brasileira na ocorrência da pandemia do coronavírus. Para o autor, frente à impossibilidade de “contar com instâncias de proteção pública que sejam confiáveis”, o sujeito se inscreve no

1 <<https://www.passportindex.org/>>

2 <<https://www.passportindex.org/byRank.php>>

registro do *desalento*. Mais do que no desamparo, o caráter extremo do desalento encarcera o sujeito no predomínio da sensação de ser entregue ao acaso e ao indeterminado, ao arbitrário na existência, em que tudo de pior pode lhe acontecer.

A indiferença e a produção de lugares marginais

O tema das diásporas contemporâneas precisa da contribuição advinda de diferentes áreas do saber a fim de lançar luz sobre a complexidade de fatores nele implicada. O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han aborda, em suas obras, temáticas significativas sobre o mundo contemporâneo e a produção das relações no cenário neoliberal.

Em seu livro sobre o poder, Han (2017) dedica especial atenção ao que nomeia como *ética do poder*. Para o autor, “ao poder, enquanto tal, falta a abertura à alteridade. Propende à repetição *de si mesmo e do mesmo*” (Han, 2017, p. 110). Tais considerações são amplamente abordadas na referência do autor à ideia da *repetição do si mesmo* e do *mesmo*, que sustentam sua proposição da existência de um “inferno dos idênticos” (Han, 2018). O autor desenvolve uma reflexão consistente sobre o cruel exercício de poder na constante dessubjetivação do outro, possibilitando uma aproximação ao pensamento de Ferenczi sobre o desmentido ao evidenciar que o alvo do inferno dos idênticos é exatamente excluir o reconhecimento da existência do outro e de sua singularidade. Logo, o desmentido é uma ação violenta sobre a diferença que a existência do semelhante apresenta (Moraes & Macedo, 2011).

Ao indagar sobre o ponto comum dos discursos políticos de extrema-direita no contexto internacional, Birman (2020b) aponta “o combate cerrado contra os refugiados oriundos da Ásia, do Oriente Médio, da África e da América Latina, identificados todos com a nova representação da barbárie” (p. 16). Os lugares buscados por essas pessoas referem-se àqueles nos quais se concentra a riqueza mundial. Acabam por deparar-se, nos dramáticos deslocamentos empreendidos, com práticas racistas, xenofóbicas e excludentes. Consta-se, nessa dinâmica, a afirmativa de Edgar Morin (2020) sobre o fato de que “na verdade, o dogma neoliberal agrava terrivelmente as desigualdades sociais e dá um poder gigantesco às potências financeiras” (p. 37).

A escritora e jornalista Patrícia Campos Mello (2019) lança luz sobre essa questão a partir da denúncia do uso político envolvendo a figura do estrangeiro. O contemporâneo e crescente fenômeno da desinformação e da propagação de notícias falsas tem atingido, também, aqueles que chegam ao Brasil na condição de migrantes ou de refugiados. Sobre a sua experiência em Roraima, estado brasileiro que tem recebido inúmeros venezuelanos, Mello (2019) observa que “havia uma tendência de usarem os refugiados como bode expiatório para todas as deficiências de serviços públicos já existentes no Estado, muitas vezes disseminando inverdades pelas redes sociais” (p. 21). Uma das inverdades que foi amplamente veiculada pela mídia referia-se a uma brasileira grávida que, supostamente, teria sido expulsa de uma maternidade em função de mulheres venezuelanas estarem lotando o sistema de saúde. Tal ocorrência foi desmentida a partir de uma investigação mais acurada. Entretanto, mesmo após o esclarecimento dos fatos, a notícia já havia cumprido sua função: forjar a figura do estrangeiro como inimigo. O migrante passa a ser o responsável por problemas sociais já existentes e, conseqüentemente, a solução passa a ser a eliminação daquele que se acredita ser a causa de todos os impasses da sociedade. O fenômeno de demonizar o estrangeiro é um recurso há muito utilizado por políticos. A novidade consiste nos sofisticados e eficientes mecanismos que têm sido desenvolvidos para a criação de fortes narrativas de ódio ao migrante/refugiado. Dessa forma, a jornalista desvela uma intrincada dinâmica envolvendo tecnologias de ponta e inteligências artificiais, além do uso de dados pessoais, cujo objetivo se define em desenvolver mensagens “sob medida” para grupos propensos a se mobilizarem com tais conteúdos, o que torna a estratégia bastante eficaz. Assim, além de fazer prevalecer determinadas visões de mundo e de ideais políticos, nesse jogo de poder, dá-se a marginalização das populações de migrantes e de refugiados, cujas presenças são usadas em manobras políticas escusas (Mello, 2019).

Nessa discussão, também se faz necessário mencionar o papel da mídia, que, muitas vezes, convoca as pessoas a assumirem posições polarizadas sobre uma temática muito mais complexa do que o transmitido (Mello, 2019). Ao enfatizar os desafios que o Brasil vem enfrentando no acolhimento de

populações migrantes e refugiadas, acaba por reforçar uma leitura simplista do fenômeno do deslocamento, desconsiderando as graves condições implicadas nos deslocamentos e na condição de estrangeiridade. Questões políticas, econômicas, sociais e culturais ficam escamoteadas por trás de uma cortina de fumaça que esconde a questão central: por que o mundo tem produzido este impactante contingente de pessoas que são, forçosamente, obrigadas a se deslocar?

No intuito de refletir sobre possibilidades ao devir, encontra-se em Han (2017) a retomada da contribuição de Nietzsche sobre a possibilidade de o poder também aliar-se à justiça a fim de não se esgotar na negativa da exploração ou da opressão (p. 119). Porém, cabe considerar que “o poder só pode olhar até mais além, visando o longe e as coisas que habitam esse longe, se for comovido por alguma coisa que não é poder e que não gira em torno do ‘*si mesmo*’” (Han, 2017, p. 119). Daí a imperiosa necessidade da justiça e da promoção de um olhar “amplo, longo e amável ... pode *localizar* sem produzir lugares marginais” (p. 120), exatamente por diferenciar-se, como qualidade extrínseca ao poder, pelo exercício de amabilidade que contempla (Han, 2017).

Considerações finais

O texto freudiano de 1930, escrito não por acaso no intervalo entre duas guerras mundiais, já atribuía a terceira e mais impactante fonte de sofrimento psíquico aos relacionamentos humanos. A abertura ao outro, a atribuição de valor à alteridade não se dá sem dificuldades. O estudo das populações migrantes e de refugiados tem tornado dramaticamente atual essa afirmativa freudiana, promovendo a reflexão sobre impactantes desigualdades instaladas no cenário mundial.

A questão da abertura ao outro abarca situações que vão desde o um a um, ou seja, nas possibilidades de trocas entre o estrangeiro e o autóctone, passando pelas condições de acolhimento relativas às políticas públicas, até à elasticidade ou ao enrijecimento das fronteiras conforme diferentes nacionalidades. As circunstâncias produtoras de sujeitos que necessitam deixar o seu país ferem, de forma determinante, o direito fundamental de ir e vir, uma vez que o imperativo de ir alude à imperiosa necessidade de sobreviver, tornando compulsório o deslocamento.

É, na expectativa de que possam advir transformações ancoradas na denúncia das facetas diversas e dissimuladas que a violência e a crueldade frente ao estrangeiro podem adquirir, que se insere este artigo. A Psicanálise, com seus aportes sobre a complexidade do humano, no desvelamento da destrutividade e dos impasses no campo intersubjetivo, permite acreditar e apostar que, da resistência ao exercício de poder que dessubjetiva o outro e no enfrentamento à violência do desmentido, podem advir recursos e criações decorrentes da potente força de Eros. Cabe destacar o alerta de Freud (1974) em seu texto sobre a desilusão provocada com a guerra:

Já dissemos a nós mesmos, sem dúvida, que as guerras jamais podem cessar enquanto as nações viverem sob condições tão amplamente diferentes, enquanto o valor da vida individual for tão diversamente apreciado entre elas, e enquanto as animosidades que as dividirem representarem forças motrizes tão poderosas na mente. (p. 312)

Ademais, é importante ressaltar que a afirmativa jurídica, no sentido de que “migrar é um direito humano” (Pereira, 2019, p. 24), amparada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, contrasta, muitas vezes, com a ausência efetiva de uma experiência de acolhimento e genuína consideração ao migrante ou refugiado. Na esperança de que a justiça seja exercida na promoção de práticas de verdadeira *amabilidade* em relação ao estrangeiro, recupera-se a dupla dimensão presente na definição de outro, ou seja, outro como aquele que não é o Eu, bem como de um outro que compartilha com o Eu da categoria de semelhante. Nesse compartilhamento entre o Eu e o outro, podem ser inauguradas condições simétricas de convívio que contemplem o reconhecimento de diferenças e, portanto, viabilizem modalidades de

convívio que não promovam práticas de dessubjetivação do outro. As narrativas de estrangeiros, sujeitos das diásporas, dão um dramático testemunho do impacto psíquico imposto a esses indivíduos não apenas quando seu direito de se deslocar é restrito, mas também quando são, violentamente, silenciados a respeito de fatores políticos e econômicos que forçam seus deslocamentos e reproduzem, de forma dissimulada, experiências de cerceamento e precarização em sua condição de ser.

Referências

- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR (2019). *Dados sobre refúgio do Brasil*. <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil>
- Achotegui, J. (2009). Migración y salud mental: El síndrome del inmigrante con estrés crónico y múltiple (Síndrome de Ulises). *Zerbitzuan*, 46, 163-171. <https://www.ikusmirak.eus/es/zerbitzuan/migracion-y-salud-mental-el-sindrome-del-inmigrante-con-estres-cronico-y-multiple-sindrome-de-ulises/me-228-165266/>
- Baeninger, R., Bógus, L. M., Moreira, J. B., Vedovato, L. R., Fernaneds, D., Souza, M. R., Baltar, C. S., Peres, R. G., Waldmn, T. C., & Magalhães, L. F. A. (2018). *Migrações Sul-Sul*. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”.
- Baeninger, R. & Peres, R. (2017). Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), 119-143. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>
- Birman, J. (2014). Subjetividade, periculosidade e insegurança social na contemporaneidade. In V. Batista (Org.), *A violência na berlinda* (pp. 63-82). Contra Capa.
- Birman, J. (2020a). *O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2020b). Governabilidade no discurso freudiano. In J. Birman, I. Fortes, & M. Macedo (Orgs.), *Psicanálise e Política* (pp. 15-34). Zagodoni.
- Cavalcanti, L., Oliveira, T., & Macedo, M. (2019). *Relatório Anual 2019: Imigração e Refúgio do Brasil*. OBMigra. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>.
- D’Elia, O. Z. (2014). A judicialização da morte. In V. M. Batista (Org.), *A violência na berlinda* (pp. 115-159). Contra Capa.
- Ferenczi, S. (1992a). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In *Psicanálise IV* (pp. 97-106). Martins Fontes. (Original publicado em 1933)
- Ferenczi, S. (1992b). Análises de crianças com adultos. In *Psicanálise IV* (pp. 69-83). Martins Fontes. (Original publicado em 1931)
- Freud, S. (1974). Reflexões para os tempos de Guerra e Morte. In J. Strachey (Org., trad.). *Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV* (pp. 310-339). Imago. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e a análise do ego. In J. Strachey (Org., trad.). *Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII* (pp. 73-146). Imago. (Original publicado em 1921)

- Freud, S. (2010a). Além do princípio do prazer. In *História de uma neurose infantil* (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (P. C. Souza, trad., pp. 161-239). Companhia das Letras. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (2010b). O mal-estar na civilização. In *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos* (P. C. Souza, trad., pp. 9-89). Companhia das Letras. (Original publicado em 1930)
- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, 34(27), 193-210. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-62952012000200011&script=sci_abstract&tlng=en
- Gondar, J. (2017). O desmentido e a zona cinzenta. In J. Gondar & E. S. Reis (Orgs.), *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política* (pp. 89-100). 7 Letras.
- Han, B. C. (2017). *Sobre o poder*. Relógio D’Água.
- Han, B. C. (2018). *A Expulsão do Outro - Sociedade, Percepção e Comunicação Hoje*. Relógio D’Água.
- Knobloch, F. (2015). Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental. *Psicologia USP*, 26(2), 169-174. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140015>
- Kupermann, D. (2017). A “desautorização” em Ferenczi: do trauma sexual ao trauma social. In *Estilos do cuidado: a psicanálise e o traumático* (pp. 48-54). Zagodoni.
- Kupermann, D. (2019). *Por que Ferenczi?* Zagodoni.
- Matias, G. S. (2014). *Migrações e Cidadania*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Macedo, M. M. K. & Kupermann, D. (2020). Alteridade e indiferença no contemporâneo: a indizibilidade do outro nas situações de refúgio e migração. In J. Birman, I. Fortes, & M. Macedo (Orgs.), *Psicanálise e Política* (pp. 97-107). Zagodoni.
- Mello, P. C. (2019). O novo mundo dos estrangeiros pré-fabricados. In P. C. Mello, J. Cárdenas, B. Carvalho, L. Padura, & I. Scego (Orgs.), *Fronteiras: territórios da literatura e da geopolítica* (pp. 15-29). Dublinense.
- Moraes, E. G. & Macedo, M. M. K. (2011). *Vivência de indiferença – do trauma ao ato-dor*. Casa do Psicólogo.
- Morin, E. (2020). *É hora de mudarmos de via: lições do coronavírus*. Bertrand Brasil.
- Pereira, G. L. (2019). *Direitos humanos e migrações forçadas: Introdução ao direito migratório e ao direito de refugiados no Brasil e no mundo*. EdUPUCRS.
- Pussetti, C. (2017). “O silêncio dos inocentes”. Os paradoxos do assistencialismo e os mártires do Mediterrâneo. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(61), 263-272. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0625>

Santinho, C. (2013) Afinal, que asilo é este que não nos protege? *Revista Etnográfica*, 17(1), 5-29. <https://doi.org/10.4000/etnografica.2522>

Sartoretto, L. M. (2018). *Direito dos Refugiados – do eurocentrismo às abordagens do terceiro mundo*. Arquipélago.

Scego, I. (2019). Viajantes. In P. C. Mello, J. Cárdenas, B. Carvalho, L. Padura, & I. Scego (Orgs.), *Fronteiras: territórios da literatura e da geopolítica* (pp. 121-139). Dublinense.

United Nations High Commissioner for Refugees - UNHCR (2019). *Global Trends: Forced displacement in 2018*. https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf#_ga=2.1790961.151162122.1572821538-68650483.1572821538

Vasconcelos, A. M. N. & Botega, T. (2015). Apresentação. In *Política migratória e o paradoxo da globalização* (pp. 7-10). EdIPUCRS.

Ventura, D. (2016). The impact of international health crises on the rights of migrants. *SUR* 3, 13(23), 61-75. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2838293

Histórico

Recebido em: 19/02/2020

Aprovado em: 29/03/2021

Contribuição dos autores

Concepção: Mônica Medeiros Kother Macedo; Raissa Ramos da Rosa; Mariana Machado Felin;

Coleta de dados: MMM; RRR; MMF;

Análise de dados: MMM; RRR; MMF;

Elaboração do manuscrito: MMM; RRR; MMF;

Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: MMM; RRR; MMF;

Aprovação final do manuscrito: MMM; RRR; MMF;

Financiamento

Não se Aplica

Aprovação, ética e consentimento

Não se Aplica

Artigo Original

Sustentabilidade afetiva na universidade: Por uma política de resistência

Sostenibilidad afectiva en la universidad:
Para una policia de resistencia

Affective sustainability in the university:
For a resistance policy

Guilherme Elias da Silva *

gesilva@uem.br

Leonardo Lemos de Souza **

leonardo.lemos@unesp.br

Sonia Regina Vargas Mansano ***

smansano@sercomtel.com.br

* Universidade Estadual de Maringá

<https://orcid.org/0000-0002-2834-2905>

** Universidade Estadual Paulista/

Campus Assis

<https://orcid.org/0000-0002-3331-1847>

*** Universidade Estadual de Londrina

<https://orcid.org/0000-0002-4406-8803>

Resumo

Vivemos em um tempo histórico marcado pela exigência crescente de produção de conhecimento científico. Os protagonistas desse empreendimento são os Programas de Pós-graduação que se dedicam à produção científica e à formação de pesquisadores-professores comprometidos com a transformação social e com a democratização do conhecimento. O presente estudo busca problematizar as condições objetivas e subjetivas dessa produção, enfatizando a necessidade de favorecer uma sustentabilidade afetiva no contexto acadêmico. Para tanto, a pesquisa foi dividida em três momentos. Primeiro, é exposto um breve histórico da Psicologia como ciência. Em seguida, abordamos a possibilidade de construir uma sustentabilidade afetiva nas universidades. Por fim, apresentamos a desobediência como estratégia de resistência ao produtivismo vazio das ciências. Como conclusão, o estudo mostra que as pesquisas, para além de seus resultados objetivos, envolve também a experimentação de múltiplos afetos que são a condição de possibilidade para alavancar transformações sociais e políticas em nosso país.

Palavras-chave: Pesquisa; Universidade; Sustentabilidade afetiva; Resistência; Política.

Resumen

Vivimos en un tiempo histórico marcado por la creciente demanda de producción de conocimiento científico. Los protagonistas de esta empresa son los Programas de Posgrado dedicados a la producción científica y la formación de investigadores-profesores compromete-

tidos con la transformación social y la democratización del conocimiento. El presente estudio busca problematizar las condiciones objetivas y subjetivas de esta producción, destacando la necesidad de favorecer la sostenibilidad afectiva en el contexto académico. Por lo tanto, la investigación se dividió en tres momentos. Primero, una breve historia de la psicología a medida que se expone la ciencia. A continuación, abordamos la posibilidad de construir sostenibilidad afectiva en las universidades. Por último, presentamos la desobediencia como una estrategia de resistencia al productivismo vacío de las ciencias. En conclusión, el estudio muestra que la investigación, además de sus resultados objetivos, también implica la experimentación de múltiples afectos que son la condición de posibilidad de aprovechar las transformaciones sociales y políticas en nuestro país.

Palabras clave: *Investigación; Universidad; Sostenibilidad afectiva; Resistencia; Política.*

Abstract

We live in a historical time marked by the growing demand for the production of scientific knowledge. The protagonists of this venture are the Graduate Programs that are dedicated to scientific production and the training of researchers-professors committed to social transformation and the democratization of knowledge. The present study seeks to problematize the objective and subjective conditions of this production, emphasizing the need to favor affective sustainability in the academic context. Therefore, the research was divided into three moments. First, a brief history of psychology as science is exposed. Next, we approach the possibility of building affective sustainability in universities. Finally, we present disobedience as a strategy of resistance to the empty productivism of the sciences. In conclusion, the study shows that research, in addition to its objective results, also involves the experimentation of multiple affections that are the condition of possibility to leverage social and political transformations in our country.

Keywords: *Search; University; Affective sustainability; Resistance; Policy.*

Introdução

É notável que nas últimas décadas o Brasil buscou aumentar seus índices de produção científica, colocando os resultados de suas pesquisas no cenário internacional. Para tanto, as universidades, especialmente as públicas, por meio de seus Programas de Pós-graduação (PPGs), trabalham cotidianamente em três frentes distintas: aumentar o número de publicações resultantes de trabalhos científicos (teses e dissertações); investir na publicação em periódicos qualificados e de reconhecimento internacional; e aumentar o índice de citações dos trabalhos realizados em nosso país (Silva, 2009). O Brasil hoje ocupa a 13ª posição em termos de produção acadêmica no mundo e o aumento no número de publicações (que praticamente triplicou entre os anos de 2003 e 2018) deve-se ao crescimento dos PPGs nas universidades, como indica o relatório divulgado pela CAPES no começo de 2018 (CAPES, 2018).

Ocorre, todavia, que a essas três frentes de atuação ainda não estão garantidas no cotidiano dos pesquisadores brasileiros. Com isso, os PPGs enfrentam o desafio de estimular seus docentes e discentes a implicar-se com a produção e disseminação de pesquisas de qualidade que possam ser apropriadas e utilizadas tanto pela academia quanto pela comunidade. Cabe-lhes também o desafio de fazer com que os resultados das pesquisas possam ser acessados em nível nacional e internacional pela comunidade científica, mas também estejam à disposição da comunidade que delas participou como colaboradora, com linguagem apropriada e material contextualizado à sua realidade social. A formação de professores e pesquisadores não é uma tarefa simples nem rápida. Ela requer investimentos de diferentes tipos, que passam pela esfera econômica, subjetiva, afetiva e, especialmente, desejante. Esse campo multifacetado de formação é composto por diferentes agentes sociais que vão desde os pesquisadores, passando pelos orientadores e envolvendo também os participantes, grandes aliados do processo de produção de conhecimento.

Diante desse cenário múltiplo e complexo das pesquisas, o presente artigo teve por objetivo problematizar as condições objetivas e subjetivas dessa produção, atentando para a necessidade de favorecer uma sustentabilidade afetiva no contexto acadêmico. Por sustentabilidade afetiva compreendemos a abertura para experimentação dos múltiplos afetos que se fazem presentes nas experiências (Mansano, 2016), sendo aqui analisada especificamente a experiência de pesquisar. Assim, o estudo questiona: quais as potências e limites experimentados pelos pesquisadores na atividade cotidiana das pesquisas? Qual a abertura e disponibilidade para experimentar os afetos díspares que emergem no contato com o campo investigado? Como tais afetos são acolhidos e elaborados? Quais desdobramentos eles trazem para os resultados das pesquisas? Para responder tais questões, o estudo foi dividido em três momentos. Primeiro, é exposto um breve histórico da Psicologia como ciência. Em seguida, abordamos a possibilidade de construir uma sustentabilidade afetiva nas universidades. Por fim, apresentamos a desobediência como estratégia de resistência ao produtivismo vazio das ciências.

Ao final do percurso, será possível constatar que o exercício sistemático de pesquisas vai muito além dos índices que mensuram as publicações e dos procedimentos burocráticos a serem seguidos. Ele envolve também a experiência viva de corpos sensíveis que são afetados de múltiplas maneiras no curso das investigações e dos encontros na universidade.

A produção científica da Pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia no Brasil: um pouco da nossa história

Neste tópico, apresentamos a dinâmica histórica das principais condições e elementos envolvidos no processo de instalação, desenvolvimento e consolidação da pesquisa e pós-graduação *stricto sensu* da Psicologia brasileira. A produção deste material histórico-reflexivo busca articular-se aos principais acontecimentos sociais, políticos e econômicos de nosso país. A partir da virada para o século XX, acompanhamos a institucionalização da pesquisa psicológica desenvolvida em alguns laboratórios e Escolas Normais – especialmente, nos estados da Bahia e Rio de Janeiro. Este processo estava diretamente relacionado à

ideia de que se construiria uma nova nação, pela construção de um homem novo (Antunes, 2004). Ambos seriam frutos da racionalidade e do tecnicismo. No referido período, o país dava os primeiros passos em direção à urbanização e industrialização que se intensificaram a partir dos anos 1920. Nesse ínterim, à educação era atribuído um lugar central no processo de construção do Brasil como ‘potência’. A pesquisa em Psicologia, então, buscava contribuir para aplicação prática dos conhecimentos produzidos, no caso, a psicotécnica. Neste contexto, o movimento higienista teceu uma série de regulações urbano-social e ganhou amplitude junto ao paradigma biomédico, a psicometria, a qual era extremamente conveniente ao ordenamento e à normalização (Antunes, 2004; Costa & Yamamoto, 2016).

Durante a intitulada ‘Era Vargas’ (1930-1945), conselhos técnicos e institutos de pesquisa desenvolveram-se vertiginosamente em território nacional e a pesquisa e desenvolvimento científico em Psicologia estavam bastante atreladas ao mundo do trabalho voltadas, em especial, a produção de saberes ligados à seleção e qualificação do trabalhador. Entre os institutos de pesquisa de maior destaque estavam o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT e o Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP (Beskow & Mota, 2009).

Já no final da década de 1940 e início da década de 1950, fundam-se distintas sociedades de Psicologia, voltadas para o progresso da ciência. Estas oportunizaram a publicação dos primeiros periódicos de Psicologia e tentavam romper com o viés tecnicista e profissional, de modo a sistematizar o conhecimento em Psicologia que havia na época (Antunes, 2004). Neste momento histórico, podemos encontrar ações do Governo Federal voltadas para fomentar o desenvolvimento científico nacional. O ano de 1951 destaca-se por marcar a institucionalização do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que imediatamente promoveram uma campanha de qualificação em pesquisa dos docentes brasileiros. De 1953 a 1959, mais de 1200 pesquisadores foram enviados ao exterior e, ao retornarem, implantam os primeiros cursos de mestrado e doutorado do país (Costa & Yamamoto, 2016; Martins, 2003).

Nos idos de 1960, reforçaram-se os estímulos do Estado em investimentos para o desenvolvimento da ciência e tecnologia de modo a combater o subdesenvolvimento do país. Em contrapartida, fruto principalmente do paradigma militar, conservador e centralizador que se descortinou no país advindo da estrutura ditatorial, houve uma diminuição e desqualificação da produção científica crítica, em especial daquela advinda das Ciências Humanas, Sociais e Políticas. Esta desqualificação revelava-se em perseguições a intelectuais e pesquisadores taxados pejorativamente como revoltosos e revolucionários (Costa & Yamamoto, 2016).

Em 1966, foi fundado o primeiro Mestrado em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A instituição inaugurou uma nova forma de institucionalizar a pesquisa de modo a transcender a estrutura laboratorial e técnica que compunha os órgãos profissionalizantes, que se tornaram *lôcus* dos primeiros Programas de Pós-graduação no Brasil. Esta nova configuração visava responder aos objetivos diretos de

formação de docentes para o crescente ensino superior brasileiro, garantindo a qualidade deste nível de ensino; a formação de pesquisadores visando ao desenvolvimento da pesquisa científica; e a qualificação de profissionais para atender às necessidades do país nos mais diversos setores. (Costa & Yamamoto, 2016, p. 140)

Seguindo o rumo histórico, constata-se que, a partir do início dos anos 1970, ocorreu uma abundância de recursos para projetos científicos e tecnológicos, bem como o estímulo à expansão dos PPGs *stricto sensu* em diversas áreas de nosso país. Inaugurava-se, neste sentido, um novo momento dentro do período autocrático nacional, voltado para a construção de um “Brasil-potência”, por meio da modernização do país. Tal momento, chamado de modernização conservadora por José Germano (1994) baseava-se na teoria do

capital humano, segundo a qual educação e ciência seriam responsáveis pelo progresso tecnológico e produtivo, devendo a formação dos recursos humanos responder às necessidades do mercado e de segurança nacional. Nota-se que nesse momento o fomento ao desenvolvimento da ciência psicológica passava por um elogio às concepções teóricas e metodológicas que proporcionassem o enquadramento ao projeto desenvolvimentista. Podemos dizer de modo crítico que isso favoreceu a produção, pela Psicologia, do ajustamento e da normalização que culminava com a formação do cidadão mínimo, ou seja, aquele que pensa e reage minimamente e produz maximamente. Um sujeito ordeiro e oficioso, entretanto apolítico (Frigotto, 2001).

Entre 1970 e 1990, catalisou-se o desenvolvimento de Sociedades e Associações de Psicologia, havendo um aumento vertiginoso no número de PPGs no país. Aqui vale assinalar a criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), em 1982, que tinha função integradora (a partir de suas reuniões e simpósios) e estimuladora (devido à busca pelo aperfeiçoamento dos programas). Em tais reuniões eram feitas orientações no sentido de adequar as linhas de pesquisa às áreas de concentração ofertadas pelos cursos, atendendo aos critérios de avaliação propostos pela CAPES (Costa & Yamamoto, 2016).

Já a passagem dos anos 1980 para o início da década de 1990, foi conturbada para o setor de ciência e tecnologia no Brasil: por um lado, assistiu-se a maior abertura política no setor e um representativo exemplo disso foi a instalação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em 1985. Este foi concebido de modo a manter-se alinhado às diretrizes políticas defendidas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A SBPC buscava, de acordo com Videira (2010), não somente a autonomia científica nacional, considerando a realidade brasileira, mas principalmente a promoção do bem-estar social por meio da contribuição da pesquisa científica.

Uma das primeiras iniciativas do MCT foi a organização da “I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia”, realizada em 1987, cuja crítica mais aguda presente nos debates centrava-se nos altos investimentos feitos pelo Estado no setor de ciência e tecnologia aplicado ao setor produtivo, enquanto o “debate inócuo sobre determinados assuntos de Ciência e Tecnologia não passava pelo tratamento das questões sociais, nem mesmo contribuiu, mais sensivelmente, à sua compreensão” (Costa & Yamamoto, 2016, p. 12). Aqui, podemos recorrer às análises de Martín-Baró (1996, p. 07), que se refere à atuação em pesquisa e prática da Psicologia propondo “como horizonte do seu *que fazer* a conscientização, isto é, ele deve ajudar as pessoas a superarem sua identidade alienada, pessoal e social, ao transformar as condições opressivas do seu contexto”.

O agravamento dos problemas socioeconômicos nesse período, entretanto, atingiu a todos os setores da política brasileira e o que se viu foi a desarticulação e desmobilização da política científica, sobreposição de funções entre CNPq e CAPES, carência de investimentos e precarização da já incipiente infraestrutura montada até o momento (Lima, 2009). Durante o governo Collor (1990-1992), a ciência e tecnologia no país atravessou sua pior crise: em 1990, a CAPES foi fechada, o MCT foi redimensionado em Secretaria da Ciência e Tecnologia e o CNPq sofreu sérios desmontes no orçamento, na infraestrutura e nos recursos humanos. O presidente seguinte, Itamar Franco (1992 - 1995), restabeleceu tais instituições. Contudo, os desmontes supracitados ainda se faziam drasticamente presentes. Desde a criação do primeiro curso de mestrado até os dias atuais, o período entre 1990 e 1992 teve a menor taxa de expansão dos cursos de mestrado e doutorado de Psicologia. Sendo assim, as gestões Collor-Itamar, ainda que curtas, deram mostras do que a política econômica neoliberal seria capaz (Ferreira & Moreira, 2002).

Como apresentam Costa e Yamamoto (2016), a agenda neoliberal teve continuidade nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), a qual se alicerçava em privatização do ensino superior, critérios de eficiência levados ao campo da produção científica e estabelecimento da produção quantitativa como critério de avaliação dos programas. Em 1998 foi desenvolvido o sistema *Qualis*, de modo a estruturar uma base de dados contendo a classificação dos periódicos científicos nos quais discentes e docentes vinculados aos mestrados e doutorados publicam. De acordo com Costa e Yamamoto (2016), é inegável a contribuição positiva que a avaliação da CAPES promoveu, tanto aos programas quanto à produção científica e aos seus veículos de disseminação. Todavia,

por adotar concepções universalistas de ciência, a criação do *Qualis* fez com que as diversas áreas se adaptassem ao ritmo e padrão de produção de conhecimento característicos das chamadas *hard sciences*. Como efeito, a utilização da quantidade de publicações científicas em periódicos bem avaliados pelo *Qualis* como o principal indicador de qualidade, desde então, tem levado a uma verdadeira “escalada produtivista.” (Castro, 2010; Cury, 2010; Horta & Moraes, 2005; Schmidt, 2011), criando um construto definidor de regras bem delineadas que regem o campo da política científica até os dias de hoje. (Costa & Yamamoto, 2016, p. 146)

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e de Dilma Rousseff (2011- 2016) ainda deram relativa continuidade ao desenvolvimento da ciência e tecnologia atrelado à ordem neoliberal herdada dos últimos atos do governo anterior e fomentaram o discurso do empreendedorismo e da inovação. Discursos estes que direcionavam os interesses da produção científica, especialmente daquela que almejava os mais abundantes fomentos público-privados. Não obstante, quanto aos aspectos de ruptura, devemos exaltar nesses dois últimos presidentes a valorização das políticas sociais como instrumento essencial para o desenvolvimento social do país. Neste sentido: “a política científica, como política implementada pelo Estado, também passou a ser encarada como estratégia direta de promoção de melhoria das condições de vida da população, e não apenas limitada a aparelhar as instituições de ensino superior” (Costa & Yamamoto, 2016, p. 147). A principal diferença desta proposta para iniciativas de mera atualização profissional reside no investimento em produção de conhecimento voltado à solução de problemas concretos da sociedade brasileira, estabelecendo fortes laços entre o campo da pesquisa científica e sua aplicação prática. Assim,

A tentativa de uma nova cultura para a Pós-graduação, diretamente articulada às necessidades de desenvolvimento social do país, envolve, também, novas perspectivas para sua avaliação. A prova disso foi a adoção do quesito *Inserção Social* a partir do triênio 2004-2006 na avaliação da CAPES. (Costa & Yamamoto, 2016, p. 148)

Por fim, cabe assinalar a desqualificação e violência sistemáticas que a educação de modo geral, e a ciência de modo particular, vêm sofrendo por parte dos governos que assumiram a função estatal desde 2016. Trata-se de uma série ininterrupta de declarações e atitudes pejorativas, preconceituosas e depreciativas, dentre as quais a lamentável declaração de um agente do Estado sobre supostas “balbúrdias” nas universidades, que teve como efeito gerar revolta e frustração entre pesquisadores e professores de nosso país. Um primeiro passo a ser dado para combater esse tipo de ataque gratuito e desnecessário poderia vir pelo reconhecimento de que:

estamos doentes em vez de culpados, e entendendo como nosso ambiente nos deixa doentes. A partir dessa perspectiva, poderíamos considerar a maneira pela qual nossas universidades, tão orgulhosas de sua autonomia, têm aceitado em nome do mercado o imperativo da competição e da avaliação *benchmarking*. (Stengers, 2019, p. 22)

Esse breve percurso histórico mostra que a pesquisa em Psicologia e, mais especificamente, a Pós-graduação em Psicologia, segue a política científica nacional que, por sua vez, está subordinada

ao contexto político-econômico macroestrutural. Portanto, enquanto não houver transformação radical em tais diretrizes, o setor vai continuar deparando-se com políticas voltadas a um suposto crescimento, mas sem planejamento, ligado ao “produtivismo” da pesquisa científica e à adoção acrítica de padrões internacionais. Isto ocorre pela intensificação do modelo neoliberal, ocorrida a partir dos anos 1990, na qual “o sistema de educação superior, incluindo suas atividades de produção científica e formação de pesquisadores, passa a ser considerado também um produto de comércio internacional” (Costa & Yamamoto, 2016, p. 149). Deste modo, o desenvolvimento científico assume protagonismo como elemento fundamental para a competitividade entre Estados-Nação e, para tal, a estandardização de parâmetros é adotada como modelo, sem levar em conta, sobretudo, as especificidades de cada área e de cada contexto (Lo Bianco, Almeida, Koller, & Paiva, 2010).

Nesse sentido, uma análise crítica acerca da responsabilidade social da ciência faz-se urgente. Mas, cabe também pensar nos modos de vida construídos nos centros universitários e que, ao priorizarem a produção, deixam de lado aspectos que são relevantes para a produção dos saberes: as relações sociais, os vínculos afetivos e a produção de sentidos.

Por uma política dos afetos nas pesquisas

Diante do percurso histórico sobre a produção acadêmica em Psicologia no Brasil, consideramos que as pesquisas realizadas na área de Ciências Humanas vão muito além de sua forma objetiva e burocrática, envolvendo também a experimentação de múltiplas políticas, encontros e afetos. Estes últimos, por guardarem uma dimensão transitória, inesperada e incontrolável, trazem desdobramentos que se expressam durante todo o trajeto da investigação acadêmica, o que coloca seus agentes (pesquisadores, orientadores e participantes) em contato direto com variações na potência de pesquisar. É o que assinala Orlandi:

O pesquisar visado, aquele que aqui nos preocupa, procura ser duplamente aberto: aberto e propenso ao jogo das efetuações de acontecimentos, sem rigidez agressiva no pré-estabelecimento de limites; e também aberto e propenso a um trânsito de ideias e táticas que inspirem, no ânimo dos pesquisadores, o máximo possível de fluidez por multiplicidades substantivas e disposições favoráveis a praticar uma arte de arrojada e prudente contemplação contraente de sencientes, isto é, daquilo que a sensibilidade não cultiva ordinariamente no uso empírico dos seus sentidos, mas que ela pode receber nos encontros afetivos, nos encontros que a intensificam. (Orlandi, 2019, p. 225)

É nesse sentido que a noção de sustentabilidade afetiva comparece neste estudo. Ela pode ser compreendida, neste contexto, como a abertura para entrar em contato intensivo com as variações geradas pelos encontros do pesquisador com seu problema de pesquisa, seus interlocutores conceituais de referência e seus colaboradores-participantes. Mas também uma abertura para o encontro com os acasos, limites, superações, rupturas e mudanças de trajetórias, cada um deles tão importante na produção viva de conhecimentos. Esses encontros díspares, uma vez acolhidos e sustentados em sua multiplicidade afetiva, abrem espaços para que o sujeito pesquisador acione as potências de afetar e de ser afetado pelo outro, garantido assim, como assinalou Orlandi (2019, p. 255), “o máximo possível de fluidez” na coprodução de saberes.

Em tempos de crise, no qual a educação torna-se um alvo de sistemáticos ataques por parte de governos e iniciativa privada (materializados em cortes de pessoal, verbas e fomentos), os agentes sociais que realizam pesquisas científicas são amplamente atingidos. Ao mesmo tempo, a necessidade de enfrentar um conjunto vasto de cobranças burocráticas no percurso das pesquisas multiplica-se e toma uma boa parte do tempo e da energia desses trabalhadores. Tais cobranças englobam desde as exigências advindas dos comitês de ética, passando também por avaliação de pares, tramitações de projetos para fomentos,

verbas cada vez mais reduzidas, metas de produção e publicação, enfim, uma lista que não cessa de crescer. Quando os índices de produtividade do mercado passam a ser utilizados como parâmetro também na academia (Silva, 2009) e se tornam praticamente naturalizados, cabe pensar em duas dimensões que atravessam os Programas de Pós-graduação: uma macro e outra microsocial.

Na esfera macrosocial, os protagonistas das pesquisas no Brasil convivem com a exigência de colocar a produção de conhecimento do país em destaque nos cenários nacional e mundial. Isso implica integrar pesquisadores de diferentes instituições, contextos sociais e países, tecendo conjuntamente uma rede interinstitucional de produção multifacetada a partir da qual seja possível compartilhar conhecimentos e aproximar pessoas. Esse desafio macropolítico requer o estabelecimento de convênios e acordos nem sempre fáceis de serem viabilizados em função de sua dimensão burocrática e econômica. Não há dúvidas de que a diversificação de realidades sociais e o envolvimento entre profissionais advindos de diferentes instituições cooperam para multifacetar o conhecimento e expandir seus horizontes. Entretanto, o tempo e energia gastos com a efetuação burocrática dessas redes corre o risco de gerar sofrimentos e frustrações de diferentes tipos.

O adoecimento psíquico na academia torna-se, a cada dia, uma realidade social comum que não encontra muito espaço para ser acolhido, analisado criticamente e enfrentado de maneira contundente (Facci, Urt, & Barros, 2018). Ao contrário, o que se vê nos processos de internacionalização é um individualismo gritante, em que cada um precisa dar conta de “fazer sua parte” para não “prejudicar os demais”. A rede torna-se, assim, uma obrigação pesada, rígida e sem fluidez, o que leva a uma incoerência conceitual: é exigida, a qualquer custo, uma espécie de “cooperação individualista”, que já estava disseminada na esfera privada e passa a habitar também a pública com suas exigências de produtividade.

O primeiro a adoecer é o corpo do pesquisador que, despotencializado, torna-se incapaz de sentir e experimentar os afetos emergentes na relação com os demais pesquisadores, com os orientandos, com os colaboradores, bem como com as intensidades advindas dos problemas de pesquisa desenvolvidos. O corpo, esgotado pelas cobranças, torna-se incapaz de atentar aos encontros e tende a responder somente pela via dos resultados. Via bastante perigosa sob o ponto de vista dos afetos, pois tende a colocar o pesquisador em um estado passivo de espera. Para Gilles Deleuze (2017, p. 245), “enquanto permanecermos em afecções passivas, nossa potência de agir é ‘impedida’”. Quais os efeitos desse impedimento, desse bloqueio afetivo? Nada mais do que corpos esgotados e pouco dispostos ao encontro com a multiplicidade e com a diferença, tendendo ao padecimento (Deleuze, 2017). Conectados em redes duras e vazias de afeto, orgulhosamente exibidas nos índices e tabelas presentes nos relatórios de avaliação, não há tempo nem espaço para acolher e experimentar os afetos emergentes, tornando as pesquisas afetivamente insustentáveis.

Quais os espaços para reescrever essa vinculação? É precisamente isso que abordaremos na sequência: a esfera microsocial. Ela alude às intensidades, afetos e encontros (Rolnik, 2016). Aqui, trazemos para análise outro tipo de conexão com a produção de conhecimento que está voltada para a experimentação efetiva dos saberes, com as dúvidas, conflitos, bifurcações, surpresas, frustrações e conquistas nela presentes. A esfera microsocial evidencia outras dimensões da pesquisa como a sensibilidade dos seus agentes para compreender os acontecimentos, as possibilidades de gerar transformações sociais, a formação cidadã de novos pesquisadores e a apropriação do conhecimento pela comunidade. Ela implica, portanto, outra relação com o tempo, com a produção e com os encontros. Entramos aqui no campo dos afetos, no qual não são os resultados quantitativos que dominam a cena. O esforço volta-se para fazer da pesquisa um exercício vivo de contato com as teorias, metodologias, conceitos, participantes e problemas investigados tendo como condição de possibilidade a sensibilidade dos envolvidos para abordar, enfrentar e elaborar os problemas em pauta (Orlandi, 2019).

Para isso, cabe acionar e sustentar um corpo afetável, capaz de acolher os incômodos e intensidades trazidos pelo problema que está sendo analisado e se abrir para as dificuldades que ele coloca em cena, fazendo do incômodo e do não saber os combustíveis para avançar na produção de conhecimento. Quando essa possibilidade é tomada em consideração, já estamos no caminho de produção de uma sustentabilidade afetiva (Mansano, 2016) nas pesquisas. Nesse caso, a sustentabilidade pode ser compreendida como a abertura para acolher os afetos e transitar em meio à diversidade de encontros que atravessam as pesquisas e que

mantêm uma conexão com as dimensões intensivas e mutantes da produção de saberes. Criar uma sustentabilidade afetiva na academia consiste, desse modo, em ir além da esfera macrossocial burocrática e abrir canais de expressão para afetos micropolíticos que são atualizados e inventados no percurso das pesquisas.

Passividade e atividade na pesquisa aparecem, então, como duas possibilidades de afecção. Deleuze (2017, p. 245) esclarece: “a potência de padecer e a potência de agir são duas potências que variam correlativamente; a potência de agir está morta ou viva (Espinosa diz: impedida ou ajudada) conforme os obstáculos ou as ocasiões que ela encontra por parte das afecções passivas”. No cotidiano da atividade acadêmica, cabe analisar quais os encontros que compõem (potencializam) e os que decompõem (padecem) o corpo do pesquisador no exercício do seu trabalho. Sem esse entendimento básico, corre-se o risco de aderir cegamente a uma produtividade vazia que, de fato, apenas destrói seus agentes e diminui a potência política e expansiva do saber.

É nesse sentido que nos encontramos diante do desafio implicar pesquisadores e participantes no exercício vivo de resistência para produção de conhecimento (Stengers, 2019). Isso ocorre a cada vez que pesquisadores ousam habitar a fronteira do que não sabem, experimentando intensiva e afetivamente as possibilidades de construir conhecimentos. Nesse contexto, a mera obediência aos critérios de produção de nosso país, apesar de ser em larga medida necessária, não é suficiente. Seu contrário, bem mais ousado, ganha relevância em nossa argumentação: a desobediência no campo das pesquisas.

A desobediência como resistência na pesquisa

Nos últimos anos, desde o advento do golpe de 2016, temos visto um crescente ataque às universidades, aos órgãos de financiamento a pesquisa e a formação de pesquisadores em nosso país (Silva et al., 2018). Os discursos de ódio e de desqualificação do trabalho de pesquisadores e de professores nas universidades e escolas têm sido frequentes, promovendo a fragilização das instituições acadêmicas. Estas têm papel extremamente relevante na transformação da saúde, educação e economia do país, por meio da produção de informações, dados, tecnologias e práticas em diversos setores.

A onda conservadora sobre as perspectivas do saber e do fazer ciência tem produzido leituras de mundo e da vida que desconsideram o conjunto de saberes críticos produzidos sobre a realidade. Assim, as formas de conhecer entram em um processo de produção discursiva em que a norma é a regulação, a universalidade, o controle, a racionalidade, a ordem e a higienização do fazer pesquisa (Amorim, 2004). Desse modo, o que se pesquisa, as maneiras como se pesquisa e as estratégias de socialização do que é produzido entram em um campo de discursividade que deve gerar o mesmo, um suposto conhecimento “neutro” que, desde um único lugar ou perspectiva sobre a realidade, atesta o que é verdade.

O que vemos, então, é uma vigilância do conhecimento e um cerceamento da liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que ocorre a valorização de discursividades que se articula com o modelo neoliberal. Neste modelo, o que se valoriza é a produtividade quantitativa, a internacionalização via imperialismo, a colonização do espaço, da língua e da submissão da ética pela técnica.

O tempo histórico difícil que vivemos, entretanto, abre-se para uma perspectiva alternativa de combate e de resistência. Assim, apostamos aqui que a subversão desse sistema neoliberal imposto pode se dar em esferas microssociais da academia, como nas maneiras de elaborar, divulgar e produzir a pesquisa, implicando-a com as questões dos subalternos e desviantes. Desse modo, falamos de pesquisas que, ao resistir, afirmam problemas e perspectivas polifônicos, apócrifos, proscritos e colocados à margem. Nesse caso, o papel social e crítico de pesquisadores-profissionais que estão trabalhando no cotidiano com demandas diversas exige posicionamento político. Mas como? Para saber o que é um autor buscamos em Michel Foucault (2001) uma possibilidade. Ao criticar a ideia tradicional de autoria, como propriedade e domínio de um indivíduo, Foucault considera o quanto ela pode ser perigosa e que muitos foram mortos por serem autores. Ademais, ele ainda destaca que um autor torna possível outros autores, compondo-se e se misturando. Por isso, a função do autor é instaurar discursividades que permitam que outros pensem algo diferente dele e não o mesmo.

É com Mikhail Bakhtin (1997) que fica mais explícita essa questão, pois com ele precisamos perguntar também: a quem a palavra (discursividade) se dirige? Quem são os interlocutores? De certo modo, isso quer dizer que há certo modo de resistência a um modelo de autoria que se fecha em si mesmo. Trata-se de se abrir ao outro, ao estranho, em que o pesquisador se desloca do seu lugar instituído num processo de receber e acolher o outro e, assim, produzir uma escuta alteritária (Amorim, 2004).

Ao mesmo tempo, esse caráter da discursividade não pode ser confundido com uma colonização do saber, de um território, de uma linguagem (Amorim, 2004). Trata-se, outrossim, de descolonizar e de se descolonizar, abrindo espaços para temas, agentes sociais e acontecimentos situados na conjuntura social brasileira e que de fato lhe concernem. Foucault diz ainda que se o autor produz certa discursividade, produz também outras possibilidades de vinculação: ao mesmo tempo que ele tem um protagonismo, ele gera protagonismos. Assim, as dimensões ética e estética de sua produção revelam a necessidade de reconhecer os agenciamentos da escrita e da produção de conhecimento como um lugar político, coletivo e visível. Isso gera a importância de dizer (para quem e desde que lugar) como o conhecimento opera, auxilia na significação das realidades e abre para interlocução entre elas mesmas.

Feitas as considerações sobre o papel do outro na produção de autorias e das autorias na produção de outros possíveis, vemos como a produção de discursividades pode gerar resistências ou se empenhar em fazê-las, pela via da desobediência. Começamos a escrita por eleger para quem queremos escrever. Cabe considerar este “a quem o conhecimento se dirige”, para pensar no que se quer disparar (fúria, reflexão, inventividade, conversações). Alteridade e diferença implicam dialogar no texto construindo possibilidades de outras conexões intertextuais, extratextuais.

O que se produz nessa política de resistência é certo protagonismo que coloca em evidência a periculosidade na escrita. Frédéric Gros, em sua obra denominada *Desobedecer* (2018), começa o texto com a afirmação de que temos aceitado o inaceitável. Por que as pessoas não se revoltam? Para ele, obedecemos por conformismo. Se ao pesquisar aceitamos e nos conformamos com os avaliadores e pareceres, com os impedimentos, com o não ousar, simplesmente obedecemos. Resta analisar como, induzidos pelo discurso hegemônico e majoritário sobre a ciência e sobre a vida, escrever e produzir conhecimento acerca de algo pela escrita, passa a ser aquilo sobre o que sempre foi dito, porque já foi dito. Diz Gros (p. 58): “Servir é mais que obedecer, é fornecer garantias, antecipar os desejos, obedecer o melhor possível, fazer de sua obediência a expressão de uma gratidão, justificar as ordens que nos dão”. E, nesse sentido, continuamos a produzir adaptando o conhecimento às exigências numéricas cada vez mais elevadas, reproduzindo o que Gros denomina por “superobediência” (p. 59).

Por outro lado, desobedecer é difícil e arriscado no cenário brasileiro. Tecer essa possibilidade passa por uma ação coletiva em que o “nós” aparece como protagonista. Para Gros (p. 143), “fazemos sociedade desobedecendo coletivamente, levando um projeto alternativo de viver-junto, fazendo vibrar uma promessa social: a urdidura de pluralidades, e não a construção de uma unidade de todos ao preço da renúncia de cada um”. Onde estariam as chances de fomentar esse “nós”? Como colocá-lo em ação diante de um contexto dominado pela desqualificação sistemática da educação e da produção de saberes?

É nessa direção que o obedecer desresponsabiliza o sujeito, segundo Gros (2018). É o que ele exemplifica no caso de Otto Adolf Eichmann, criminoso nazista, um dos principais idealizadores do holocausto. Quando capturado pelo estado de Israel e julgado por seus crimes, ele repetidamente afirmava que não devia prestar contas a ninguém, pois não se considerava o autor de nada, apenas executava ordens. Ao tomar essa atitude, ele acabava por encarnar uma irresponsabilidade política, à medida que se desresponsabilizava pela obediência assumida. A história mostrou sua opção política por ser negligente com seus pares e consigo mesmo.

Considerações finais

Se neste estudo apontamos para a construção de uma sustentabilidade afetiva no cotidiano da universidade é porque acreditamos na relevância de uma política da escrita e da pesquisa como potência

para afirmar uma vida múltipla, crítica e transgressora (em relação aos modelos canônicos, sem desconsiderá-los no processo de diferir). Vislumbramos assumir a polifonia na pesquisa e na sua potência para se conectar as artes, ciências, tecnologia, economia e política na intenção de produzir enunciados variantes e variáveis sobre a vida cotidiana e sobre os cenários mais amplos, subvertendo as formas lineares e puras (idealizadas e irreais) da obra de um autor isolado em seu mundo de relatórios e índices de produção.

Sustentar essa condição afetiva múltipla já é resistência. Já é desobedecer no sentido que Gros (2018) dá ao termo, pois convoca quem pesquisa a se responsabilizar pelo que diz, sabendo que isso produzirá efeitos no campo social. No contexto atual, fazer pesquisa e produzir conhecimento é desobedecer a um modelo político, econômico e social que tende historicamente a oprimir os saberes e os agentes de sua produção. Evocamos a possibilidade de, ao resistir, sustentar um cuidado afetivo e ético consigo, com o outro, com a vida. Falamos, assim, de um conhecimento que não cerceia nem tenta eliminar as formas diversas de expressão.

Desobedecer é viver em democracia, porque, para Gros (2018), a democracia crítica exige liberdade, solidariedade e igualdade. Sustentar afetivamente uma política da desobediência na universidade consiste em defender que não sejamos traidores de nós mesmo nem do desejo complexo e mutante por transformações. Para isso, cabe defender uma universidade capaz de confrontar suas certezas, confortos e hábitos do pensamento.

Referências

- Amorim, M. (2004). *O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. Musa.
- Antunes, M. A. (2004). A psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In M. Massimi & M. C. Guedes (Orgs.), *História da psicologia no Brasil: novos estudos* (pp. 109-152). Educ/Cortez.
- Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal*. Martins Fontes.
- Beskow, G. C. & Mota, M. S. (2009). O governo Vargas e a regulação do trabalho: ciência e tecnologia na formação do trabalhador ideal. In S. F. Delgado, G. S. Daza, & A. Carmona (Orgs.), *La ciencia y tecnología en el desarrollo: una visión desde América Latina* (pp. 73-86). Universidad Autónoma de Zacatecas.
- CAPES. (2018). *Relatório de Gestão 2018*. Autor. https://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/auditoria/30042019-relatorio-de-gestao-CAPES-2018.pdf
- Costa, A. L. F. & Yamamoto, O. H. (2016). 50 anos de Pós-graduação *stricto sensu* de Psicologia no Brasil: notas sobre seu processo de constituição (1966-2015). *Memorandum*, 31, 133-160.
- Deleuze, G. (2017). *Espinosa e o problema da expressão*. Editora 34.
- Facci, M. G. D., Urt, S. C., & Barros, A. T. F. (2018). Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e adoecimento. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(2), 281-290. Doi: [org/10.1590/2175-3539201802175546](https://doi.org/10.1590/2175-3539201802175546)
- Ferreira, M. M. & Moreira, R. L. (2002). *CAPES, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. CAPES.
- Frigotto, G. (2001). Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. *Revista Perspectiva*, 19(1), 71-87.
- Foucault, M. (2001). O que é um autor? In *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (Vol. III, pp. 264-298). Forense Universitária.
- Germano, J. W. (1994). *Estado militar e educação no Brasil 1964-1985*. Cortez.
- Gros, F. (2018). *Desobedecer*. Editora UBU.
- Lima, P. G. (2009). *Política científica e tecnológica: países desenvolvidos, América Latina e Brasil*. UFGD.
- Lo Bianco, A. C., Almeida, S. S., Koller, S., & Paiva, V. (2010). A internacionalização dos programas de pós-graduação em psicologia: perfil e metas de qualificação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(1), 1-10.
- Mansano, S. R. V. (2016). Espaço urbano, natureza e relações sociais: por uma sustentabilidade afetiva. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 18(1), 49-59. Doi: [dx.doi.org/10.15348/1980-6906/](https://doi.org/10.15348/1980-6906/)
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*. 2(1), 7-27.

Martins, C. B. (2003). Balanço: o papel da CAPES na formação do Sistema Nacional de Pós-graduação. In M. M. Ferreira & R. L. Moreira (Orgs.), *CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV* (pp. 294-230). CAPES.

Orlandi, L. B. L. (2019). Com que verbos cuidar do verbo pesquisar: In R. Mendes, B. Azevedo, & M. Frutuoso (Orgs.), *Pesquisar com os pés: deslocamentos no cuidado e na saúde* (pp. 225-249). Hucitec.

Rolnik, S. (2016). *A hora da micropolítica: entrevista Suely Rolnik*. Goethe-Instituto. <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/rul/20790860.html>

Silva, M. R., Pires, G. L., & Pereira, R. S. (2018) A servidão voluntária, “se é público é para todos” e o assédio neoliberal às universidades públicas! *Motrivivência*, 30(55), 7-19.

Silva, J. R. (2009). O professor pesquisador nas universidades públicas no contexto da internacionalização do capital: a produtividade do trabalho imaterial superqualificado. *Revista Portuguesa de Educação*, 22(1), 145-177.

Stengers, I. (2019). “Outra ciência é possível”: um apelo à *slow science*. *Cadernos do Ateliê*, 1(5), 1-38.

Videira, A. A. (2010). *25 anos de Ministério de Ciência e Tecnologia: raízes históricas da criação de um ministério*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Histórico	<p>Submissão: 14/04/2020</p> <p>Aceite: 07/09/2020</p>
Contribuição dos autores	<p>Concepção: GES; LLS; SRVM</p> <p>Coleta de dados: GES; LLS; SRVM</p> <p>Análise de dados: GES; LLS; SRVM</p> <p>Elaboração do manuscrito: GES; LLS; SRVM</p> <p>Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: GES; LLS; SRVM</p> <p>Aprovação final do manuscrito: GES; LLS; SRVM</p>
Financiamento	Não se Aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se Aplica

Resenha

**Por um psicologia anticapitalista:
Vozes de *nuestra america***

Por una psicología anticapitalista:
Voces de *nuestra américa*

Towards an anticapitalist psychology:
Voices of *nuestra america*

Fernando Santana de Paiva

fernandosantana.paiva@yahoo.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de
Fora/MG

Resenha de: Pavón-Cuellar, D. (Org.). (2017). *Capitalismo y Psicología Crítica en latinoamérica: del sometimiento neocolonial a la emancipación de subjetividades emergentes* (1ª ed.). Kanankil Editorial.

Superar o Modo de Produção Capitalista [MPC] e construir outro modelo de sociabilidade pode ser considerada uma das questões mais amplamente debatidas nos últimos séculos. Atores políticos, filósofos, artistas e mesmo psicólogos tem se debruçado sobre esta importante tarefa. Não se trata, portanto, de algo novo no pensamento social, haja vista as análises e denúncias já outrora propagadas por Marx (2011), em pleno século XIX, no tocante aos efeitos perversos produzidos pelo capital nas relações humanas, e, consequentemente, no processo de subjetivação.

Pois bem, em que medida a Psicologia, como *práxis* social, diretamente presente no âmbito da sociedade capitalista pode contribuir nesta tarefa? De maneira a não encerrar o debate e apontar uma alternativa unívoca, tal indagação é ampla e diversamente discutida no livro *Capitalismo y Psicología Crítica en latinoamérica: del sometimiento neocolonial a la emancipación de subjetividades emergentes*, organizado por David Pavón-Cuellar, publicado em 2017. Trata-se de uma obra que apresenta um conjunto de reflexões e direcionamentos ético-políticos que visam edificar um horizonte para a Psicologia, que tenha como parâmetro central a superação do capitalismo. Ademais, reconhece a necessidade de se aliar à luta anticapitalista, a superação concomitante das práticas que favorecem sua perpetuação, como o racismo e os seus efeitos sentidos em nosso cotidiano, bem como o patriarcado, que se expressa na divisão sexual da vida.

Os 12 capítulos que compõe o livro, apesar da diversidade temática explorada pelas autoras e autores, apresentam linhas convergentes de ação-reflexão-ação. De maneira geral, compreendem que a Psicologia, a partir de

Resenha

uma análise social de sua história, se configurou como uma ciência comprometida com os desígnios do capital. Especificamente, em nosso continente, o desenvolvimento de um aparato estatal que é fruto de uma herança colonizadora, sanguinária e autoritária, prescindiu de diferentes ferramentas para sustentar seu projeto de poder. A Ciência, com suas raízes positivistas e bem ao gosto do homem burguês liberal, foi (e continua sendo em alguns casos) uma linguagem altamente importante para a mensuração e o controle do que é tido como diferente e indesejado aos olhos da classe dominante. Nesse sentido, a Psicologia que emergiu no cenário latino-americano, foi historicamente, atrelada a um projeto de Estado autoritário e violento, avesso às diferenças e ocupado com a normatização e a padronização.

Conforme já destacara Martín-Baró (1986), o saber psicológico, concatenado com uma perspectiva a-histórica, míope em relação às mazelas sociais e econômicas, bem como pretensamente neutra no tocante ao processo de produção do conhecimento, foi hegemônica por décadas em nossa realidade. Prevaleceu a importação a-crítica de teorias dos chamados países desenvolvidos (colonizadores), o que, indubitavelmente, produziu efeitos deletérios na capacidade de compreensão das reais necessidades do nosso povo.

Na esteira destas reflexões, o primeiro capítulo do livro, intitulado *Capitalismo y psicología en la historia latinoamericana: esbozo de recapitulación histórica para proyectos liberadores anticapitalistas*, de David Pavón-Cuellar, explora as raízes do processo de colonização do continente latinoamericano, ressaltando a relação entre psicologia e capitalismo ao longo de mais de 500 anos de exploração e espoliação. O presente, marcado por um projeto neoliberal em marcha, é herdeiro de um passado, no qual a dominação, a submissão e o extermínio dos povos originários foi fundamental para o advento do projeto capitalista em nossa realidade social com as características que o torna particular na geopolítica mundial. Conforme bem salientou Galeano (2010), a colonização latinoamericana é marcada pela violência de Estado, pelo esmagamento das tradições, saberes e riquezas indígenas e sua apropriação pela força colonizadora, que perpassa desde o passado ibérico até o imperialismo capitaneado principalmente pelo projeto estadunidense de sociedade, bem como os projetos nacionalistas e afeitos a lógicas fascistas em evidência ao redor do mundo, assim como em nosso continente.

Psicologicamente, tal projeto se apropriou do corpo e da força dos povos originários, descartando, portanto, sua alma, ou seja, sua cultura, seus saberes, seus modos de vida, traduzidos como algo a ser superado. Bestificar (desumanizar) os indígenas foi uma estratégia eficaz no processo de dominação dos colonizadores, na medida em que se coisificavam os sujeitos, possibilitando a expressão de formas de violência e controle necessários à imposição do projeto colonizador. Uma das consequências é a conformação de uma psicologia racista, que ideologicamente foi necessária para sustentar politicamente o projeto de deterioração do outro, visto como inferior.

Fernando Gonzáles Rey escreve o capítulo que se intitula “*Los desafíos de la psicología frente ao capitalismo subdesarrollado de América Latina: los déficits para generar una práctica profesional diferente*”. O autor parte da compreensão de que o capitalismo no território latino-americano é dependente, oriundo de uma inserção subalterna de nossos países no cenário capitalista mundial. Essa posição dependente influencia, de maneira negativa, sobretudo, a produção de conhecimento em Psicologia e demais ciências humanas, que consigam propor ações que superem o quadro em tela. O efeito se dá na formação de profissionais pouco críticos e criativos para enfrentarem as reais necessidades das sociedades latino-americanas. Segundo o autor, historicamente, a psicologia tem adotado uma perspectiva de manutenção da ordem e *status quo*, não se orientando para a transformação social, tampouco assumindo um projeto claramente anticapitalista. O papel da Psicologia neste cenário é justamente se contrapor a um projeto de ampliação da barbárie social e construir junto à sociedade alternativas a este projeto capitalista que ameaça as diferentes formas de vida.

O autor destaca ainda a importância da subjetividade como produção histórica e cultural que pode contribuir para as análises da psicologia sobre como as condições de vida incidem sobre os sujeitos, que não são simplesmente passivos ao que ocorre, mas resistem e respondem a partir da produção de sentidos sobre os acontecimentos com os quais necessitam lidar. Ou seja, a subjetividade é cultural e socialmente produzida, e, isto implica em criar novas possibilidades de emergência para os sujeitos, e, ao mesmo tempo para a própria Psicologia, que deve seguir em sua rota de reinvenção do seu que fazer.

Hegemonía y contra-hegemonía del pensamiento psicosocial latinoamericano é o capítulo escrito por Jorge Mario Flores Osorio. O autor aborda como a intervenção psicossocial pode adotar como matriz analítica o indivíduo em seu modelo liberal, ao sabor de organizações mundiais de combate às mazelas produzidas pelo próprio capitalismo. A indevida apropriação do termo psicossocial pode conduzir costumeiramente à que os psicólogos, contribuam, a partir de suas ações, no processo de adaptação do sujeito à desigualdade social, pela velha e nebulosa fórmula: basta consertar o indivíduo que resolvemos a sociedade! Ele ainda faz uma importante afirmação quando indica que organizações internacionais de pretensão ideal humanitário se utilizam de categorias como empoderamento, resiliência e acompanhamento psicossocial como formas de manter a ordem e não superá-la.

Conforme já mencionado, não é possível dissociar o desenvolvimento do capitalismo em nosso continente do próprio desenvolvimento da psicologia. Ou seja, é preciso contextualizar como se deu a conformação da ciência psicológica a partir de um projeto de sociedade que se pauta pela exploração, opressão, individualismo e meritocracia. Edgar Barrero Cuellar, no capítulo *La psicología en América Latina: el giro revolucionario*, considera que a Psicologia científica, com seu caráter racista, machista e classista (aqui pelo espectro da classe dominante) e não da classe trabalhadora, tem sido um instrumento fundamental para a adaptação e submissão dos sujeitos a um projeto que impede a criação e a potência do humano.

Esse autor salienta a importância de reconhecermos as contradições internas à Psicologia como forma de superá-las, tendo em vista a necessidade de uma Psicologia que se reconheça como processo dentro de um sistema de violências e disputas políticas. Salienta a participação de psicólogos como apoiadores de ações violentas, de tortura e de propagação de mentiras ao servir a um Estado opressor e autoritário no decorrer da história da América Latina. O autor advoga a necessidade de uma psicologia anticapitalista, apostando em três aspectos centrais para se atingir tal objetivo: (a) o desenvolvimento do coletivo em detrimento do projeto individualista liberal burguês; (b) a superação da ideologia mercantil que fetichiza o corpo e a subjetividade humana; c) não se pode avançar naquilo que se considera crítico sem uma análise pormenorizada do sistema capitalista, sua ideologia e os usos que são feitos da Psicologia para sua manutenção.

El sentimiento y pensamiento antiestadounidense en “nuestra” América, de Ángel Rodríguez Kauth soma-se aos autores anteriormente elencados, e, sinaliza a importância de uma luta constante contra as diferentes expressões do domínio capitalista, sendo os Estados Unidos da América um forte expoente, especialmente em sua relação de domínio econômico e cultural exercida com a América latina. Mas *Allá de la psicología del mestizaje: capitalismo, colonización y singularidad latinoamericana*, escrito por David Pavón-Cuellar e Mario Orozco Guzmán, discorrem sobre a singularidade latino-americana, que é perpassada por mazelas e agudos problemas sócio-políticos, que contribuem para a formação de uma identidade sócio-cultural entre aqueles que a vivenciam. Ao mesmo tempo, tal cenário nos diferencia dos vizinhos do norte, em especial, do imperialismo expresso pelos Estados Unidos. Os autores salientam as diferenças entre o processo de construção identitária nos países latino-americanos, em que se observa um processo de mestiçagem, a partir da violenta, porém presentes e importantes incorporações de diferentes traços culturais indígenas, negros e europeus.

Subjetividades emergentes del siglo XXI é escrito por Raquel Ribeiro Toral e discorre sobre o processo de subjetivação no capitalismo. A autora argumenta sobre a estrutura econômica e social que sustenta o processo de alienação, que culmina em um processo de obediência cega em contraste a um movimento de rebeldia e de reinvenção de si e do mundo. A autora promove uma instigante análise do processo de subjetivação de figuras expoentes e contraditórias do nosso tempo, como Donald Trump, Papa Francisco e Evo Morales, refletindo sobre as condições existentes para a emergência de tais sujeitos no cenário político e social.

Psicoanálisis y marxismo: historias y propuestas para el siglo XXI, de Enrique Carpintero e Alejandro Vainer. Neste capítulo, os autores procuram resgatar e elucidar alguns limites e possibilidades para a conexão entre psicanálise e marxismo. A discussão sobre a constituição do sujeito ganha relevo, na medida em que, sinteticamente, tais paradigmas partem de polos não concordantes. Se a psicanálise

freudiana, no caso, busca analisar em que medida o social/cultural se inscreve na subjetividade, e, isto se reflete na constituição do sujeito, para uma análise dialética marxista, as relações sociais de produção, que não se identificam com a ideia de cultura freudiana, são imprescindíveis para a formação da subjetividade, e, portanto, dos sujeitos no âmbito da sociedade capitalista. A despeito de possíveis desencontros, os autores advogam para a necessidade de um diálogo entre tais campos do pensamento, uma vez que isto pode contribuir para ambos, em um processo de complementariedade, havendo, indubitavelmente, a necessidade de sua adequação à realidade atual.

O capítulo *Saberes despojados y despertar político de las mujeres en Latinoamérica: una revisión feminista de los paradigmas científicos, del patriarcado y del capitalismo*, escrito por María Arcelia Gonzáles Butrón, Flor de María Gamboa Solís, Sofia Blanco Sixtos e María Concepción Lizeth Capulín Arellano, trazem à baila o debate sobre a estrutura patriarcal e capitalista que explora e oprime as mulheres, e, também os homens. Enfatizam a necessidade de considerarmos o processo de divisão sexual do trabalho na produção de subjetividades das mulheres como uma necessária tarefa para o enfrentamento ao capitalismo. *Psicología comunitaria de lo cotidiano: potenciando la creación de alternativas a la violencia*, escrito por Alejandra León Cedeño, Maristela Montenegro e Sergio Kazuyoshi Fuji, apresenta algumas ricas experiências de um que fazer sócio-comunitário, que procura a adoção de uma ação dialógica entre os atores em cena, buscando promover encontros potentes nos diferentes espaços de ação profissional.

O penúltimo capítulo do livro é intitulado *De la expansión internacional de la psicología a la simultaneidad de procesos: o de la investigación sobre la subjetividad en el trabajo*, escrito por Hernán Camillo Pulido Martínez. O autor discute o impacto do trabalho no desenvolvimento da subjetividade em meio ao capitalismo, que investe em sua captura como estratégia de perpetuação. Ele considera que tradicionalmente a Psicologia, que atua no campo das organizações e do trabalho, ignora as contradições existentes nestes contextos, culminando em práticas meramente adaptativas com o verniz de promoção de bem-estar e ou de busca por realização pessoal. Considera a necessidade de compreendermos que a subjetividade é forjada a partir de relações de poder, que precisam ser desveladas como alternativas ao seu enfrentamento.

Por fim, Elio Rodolfo Parisí, Adrián Manzi e Marina Cuello Pagnone, realizam uma reflexão sobre o processo formativo em Psicologia, a partir do capítulo *Política de la psicología: notas sobre la formación de grado en psicología en la Universidad Nacional de San Luis de Argentina*. Partem do pressuposto de que a Psicologia hegemônica legitima relações de poder e normalizações que são funcionais ao sistema capitalista. Nesse sentido, salientam o papel desempenhado pela disciplina de Psicologia Política para a formação crítica em Psicologia, uma vez que se trata de uma disciplina importante e que pode contribuir para a produção de conhecimentos e práticas essenciais para o enfrentamento às mazelas impostas pelo MPC, e, portanto, precisam estar presentes durante a formação inicial em Psicologia.

Trata-se de uma obra de fôlego e entusiasmo, ao mesmo tempo com inquietação teórica que visa nos tirar de zonas de conforto, sejam elas asseguradas por posições teóricas pré-estabelecidas, ou mesmo por aparatos institucionais que protegem a alguns de nós, como os muros da universidade e seus rígidos modelos de fazer pensar e agir em meio ao caos e a desordem ordenada de nossas sociedades. Certamente, os textos que compõem o livro não esgotam as inúmeras possibilidades de análises de conjuntura e a adoção de estratégias de ação, que devem ser pensadas a partir de uma visão sobre a totalidade, considerando as mediações e particularidades de cada região e contexto no qual nos inscrevemos como atores da história.

É imperioso destacar que a Psicologia na América Latina tem acompanhado e se inserido nos movimentos de contestação e resistência ao MPC. Entretanto, o próprio sistema capitalista se movimenta, criando novas condições para sua manutenção, em meio às crises cíclicas que lhe são propícias. Nesse sentido, a Psicologia deve estar atenta a tais mudanças, com o intuito de não se enrijecer, mas pelo contrário, ser capaz de responder em tempo preciso aos efeitos que se produzem na vida das pessoas imersas nas artimanhas do capital, em sua sanha e voracidade.

As tarefas, bem como as inquietações produzidas pela obra em tela, devem, a meu ver, serem assumidas por toda a Psicologia. Entretanto, sabemos que não há um consenso em nosso campo a este

respeito. Inclusive, não é incomum nos depararmos com áreas da Psicologia que são afeitas aos desejos do capital, e, atuam, inclusive, para sua promoção. Portanto consideramos que a Psicologia Política, em sua vertente crítica, é, indubitavelmente, um campo propício para espraizar e fomentar a necessidade de edificação de outro modo de vida para além do capital. Estimular este debate e favorecer para que a Psicologia, mesmo em suas contradições, possa assumir um projeto anticapitalista é certamente umas das mensagens mais marcantes dos textos escritos pelas autoras e autores da obra aqui, sinteticamente, apresentada. Indubitavelmente, como qualquer texto, esse livro pode ser concebido como um convite para que possamos seguir à sua escrita, completando possíveis lacunas e ampliando os debates suscitados. Acredito que este movimento realmente dá sentido a um texto, assim como à própria vida.

Referências

Galeano, E. (2010). As Veias Abertas da América Latina. L&PM.

Martín-Baró, I. (1986). Hacia una Psicología de la liberación. Boletín de Psicología, 22, 219-231. file:///C:/Users/Fernando/Downloads/Dialnet-HaciaUnaPsicologiaDeLaLiberacion-2652421%20(1).pdf

Marx, K. (2011). Grundrisse: manuscritos económicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Boitempo; Ed. UFRJ.

Histórico

Submissão: 12/05/20

Aceite: 20/05/20